

Organizadores

Lerson Fernando dos Santos Maia

Marcus Vinícius de Faria Oliveira

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima

***POLÍTICAS DE LAZER E SUAS MÚLTIPLAS
INTERFACES NO COTIDIANO URBANO***



Organizadores / Autores

Marcus Vinícius de Faria Oliveira

Professor do CEFET-RN e pesquisador da
REDE CEDES
Doutorando em Educação pela UFRN

Lerson Fernando dos Santos Maia

Professor do CEFET-RN e pesquisador da
REDE CEDES
Mestre em Educação pela UNIMEP

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima

Professora do CEFET-RN e pesquisadora
da REDE CEDES
Doutora em Ciências Sociais pela UFRN

Maria Isabel Brandão de Souza Mendes

Professora do CEFET-RN e pesquisadora
da REDE CEDES
Doutora em Educação pela UFRN

Gêrda Lúcia Pinheiro Câmelo

Professora do CEFET-RN
Mestre em Engenharia da produção pela
UFRN

FICHA TÉCNICA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Esporte

Orlando Silva de Jesus Júnior

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

Rejane Penna Rodrigues

Diretor Geral

Francisco das Chagas de Mariz Fernandes

Diretor da Unidade Sede de Natal

Enilson Araújo Pereira

Diretor de Ensino

Belchior de Oliveira Rocha

Diretor de Pesquisa

José Yvan Pereira Leite

Coordenador da Editora do CEFET-RN

Samir Cristino de Souza

Chefe do Departamento Acadêmico da Gestão, Comércio e Serviços

Aurir Marcelino dos Santos

Coordenadores da Rede CEDES-CEFET-RN

Lerson Fernando dos Santos Maia

Marcus Vinicius de Faria Oliveira

Capa

Marcus Vinicius de Faria Oliveira

Tania Carvalho da Silva

Editoração

Tania Carvalho da Silva

ORGANIZADORES

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima
Lerson Fernando dos Santos Maia
Marcus Vinícius de Faria Oliveira

POLÍTICAS DE LAZER E SUAS MÚLTIPLAS INTERFACES NO COTIDIANO URBANO

AMIGA LEILA MINTES,
NÃO SEI SE ESCREVO UMA DEST-
CATÓRIA ou AGRADECIMENTO PORÉM,
É COM MUITA ALEGRIA e ADMIRACÃO DEVO
SER HUMANO QUE FRUTO DE UM PROCESSO
ESSE PRODUTO, FRUTO DE UM PROCESSO
DE VOCE TAMBEM É - CONSTRUTORA.
ESPERAMOS CONTRIBUIR COM A CONSTRUÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER COM QUALIDADE
SOCIAL.

LERSON FERNANDES
BRASÍLIA, 08/11/07

UM FORTE ADEUSO DE TODOS
QUE FAZEM O CERET-RN,
E A LUNOS DO CURSO DE
LAZER

2007

Políticas de Lazer e suas Múltiplas Interfaces no Cotidiano Urbano

Copyright 2007 da Editora do CEFET-RN

Todos os direitos reservados

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora do CEFET-RN.

Divisão de serviços Técnicos
Catalogação da publicação na fonte.
Biblioteca Sebastião Fernandes (BSF) – CEFET/RN

Políticas de Lazer e suas Múltiplas Interfaces no Cotidiano Urbano (1.: Natal: 2007: Rio Grande do Norte. RN)/ Lerson Fernando dos Santos Maia / Marcus Vinícius de Faria Oliveira / Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima. 208p.

ISBN 978-85-895-7121-1

1. Lazer. 2. Avaliação. 3. Políticas Públicas. 4. Urbano. 5. Cidadania.
I. Maia, Lerson Fernando dos Santos. II. Oliveira, Marcus Vinícius de Faria. III. Lima, Dália Maria Maia Cavalcanti de.

CEFET/RN/BSF

CDD – 306

PREFÁCIO

Tenho o privilégio de apresentar este livro, que é uma fonte valiosa de informações para estudiosos e gestores de lazer, especialmente aqueles que atuam no setor público e em entidades sem fins lucrativos.

Trata-se de uma coletânea de artigos científicos de estudiosos de lazer do nordeste brasileiro do Rio Grande do Norte.

Os textos aqui reunidos nos instigam a desenvolver reflexões extremamente oportunas a respeito do lazer como direito do cidadão, constitucionalmente previsto. Partindo desse princípio, nos motiva a repensar o lazer como um direito à cidadania, devendo fazer parte da política social do País, integrando o conjunto de prioridades relacionadas à qualidade de vida da população.

A construção histórica da cidadania implica a qualificação de profissionais e de políticas para garantir serviços, programas e projetos com qualidade. Ações que priorizem a inclusão e a acessibilidade aos benefícios promovidos pelas políticas sociais, por parte dos cidadãos que delas mais necessitam, ou seja, dos que vivem desigualdades sociais.

Condições sociais de acesso é uma questão óbvia. Se você não tem emprego, renda, se as pessoas moram mal e longe, se estão desnutridas, se não dispõem de informação e formação suficientes à posse dos conteúdos culturais disponíveis, evidentemente ficam reduzidas as possibilidades do acesso dessas pessoas às experiências básicas à qualidade de vida. Aí o Poder Público, o Estado brasileiro, precisa intervir.

Nesse sentido, várias iniciativas públicas incluem o lazer no conjunto de suas intervenções, como acontece em Programas analisados no presente livro. São discutidas experiências vividas em cidades do Rio Grande do Norte com os programas do governo federal "Esporte e Lazer na Cidade"; "PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil" e "Programa Nacional de Humanização e Atenção Hospitalar", assim como experiências do "Programa Multicultural" desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Recife.

Na ótica moderna da autonomia, o assegurar direitos exige ação coordenada não só do Estado, mas de toda sociedade. Na linha desse compromisso social, são também temas da presente obra o lazer em Organizações Não-Governamentais.

Algo em comum se destaca em todos os artigos: a preocupação com a difusão da consciência cidadã, tendo em vista a consolidar a incorporação do direito de acesso ao lazer. Por isso, os estudos aqui difundidos debatem o lazer no conjunto da vida em sociedade, compreendendo-o como manifestação de desejo e livre escolha, elemento de socialização e de formação cidadã vivida ao longo da vida. Direito que se consolida pelas vivências lúdicas da infância à velhice, objeto de artigos do presente livro.

Outro fator inerente ao processo de melhoria da qualidade de vida, discutido na presente obra, refere-se à (re)construção de espaços que sejam capazes de instaurar uma esfera pública incluyente, diversificada, verdadeiramente democrática. Várias expressões concretas da vivência do lazer em espaços públicos são analisadas, apontando para o interesse de pertencimento da população do Rio Grande do Norte.

Discussões deste livro destacam a participação humana nas brincadeiras de ruas e calçadas de Natal, mostrando que o primeiro parâmetro a definir a qualidade de vida urbana é fundamentalmente político. Ou seja, passa pela definição de espaço urbano que alie justiça e ludicidade.

Todos nós temos o direito de, no lazer, usufruirmos dos espaços e equipamentos coletivos como ruas, praças, parques, praias, centros culturais e tantos outros. Temos, ao mesmo tempo, o compromisso de conservá-los e promover neles interações harmoniosas e lúdicas com o meio ambiente e as outras pessoas que também lá vivenciam seu lazer. Espaços que, muitas vezes articulam comportamentos condicionados à valores e experiências culturais nem sempre articuladas aos propósitos inclusivos.

Por isso, a apropriação das condições disponíveis de lazer depende, também, do nosso potencial crítico, da nossa criatividade e olhar sensível que ampliam o nosso conhecimento sobre nós próprios e as potencialidades e limites com os quais lidamos em nosso relacionamento com o mundo. Abordagem aprofundada em estudos sobre fotografias, revistas e brincadeiras, dentre outros publicados nesta obra.

Para que a riqueza cultural do nosso País possa ser usufruída por todos, é necessário, pois, a nossa participação ativa nas ações políticas concretas vividas no nosso bairro, cidade... Entretanto, em nosso meio social, coexistem, especialmente, duas formas distintas de ver o mundo e que fundamentam as intervenções políticas com as quais convivemos. Em uma delas prevalece o interesse do mercado e da acumulação de capital. Noutra o foco principal das atenções é a defesa da vida.

Artigos deste livro nos chamam atenção sobre essas propostas políticas, alertando-nos sobre suas influências no nosso cotidiano e nas transformações futuras. O que nos exige reflexão e clareza sobre o projeto de vida que se defendemos e relações com o que colocamos em prática.

A produção desta obra confirma, assim, que os processos de inclusão incluem o intercâmbio de culturas, idéias, informações, experiências de vida, de formação e ação política no campo do lazer.

E, com essa curiosidade, convido você a vasculhar este livro, que documenta estudos desenvolvidos no Núcleo Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) do CEFET/ Rio Grande do Norte. Uma das obras indispensáveis ao acompanhamento e avaliação dos nossos programas de qualificação profissional para o lazer, como também significativa para a formação de outros gestores e pesquisadores do lazer.

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

SUMÁRIO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: PAPEL DO ESTADO E O COTIDIANO URBANO <i>Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima, Marcus Vinicius de Faria Oliveira e Lerson Fernando dos Santos Maia</i>	09
CALÇADÕES DA CIDADE DO NATAL - RN: ESTUDO PRÉ-LIMINAR DO CALÇADÃO DA AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE – ZONA SUL <i>Andréa Lúcia Vasconcellos de Aguiar, Luciana Gomes Pinheiro, Josefa Alexandra Lopes, Ângela Maria Clemente, Matilde Pereira Figueira</i>	27
O USO DO CALÇADÃO DA PRAIA DE PONTA NEGRA COMO EQUIPAMENTO DE LAZER EM NATAL/ RN <i>Giselle de Melo Medeiros, Marley de Abreu Medeiros, Orquineiva de Souza Barbosa, Rafael Coutinho Dionizio de Lima, Renia Leane César Santos, Tiago André Alves da Rocha</i>	33
LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITO, DIÁLOGO E UM RECORTE DA REALIDADE <i>Gabriela Dalila Bezerra Raulino</i>	39
A UTILIZAÇÃO DO CALÇADÃO DA ITAPETINGA PARA O LAZER <i>Aline Costa Viana Neves, Francisco Cláudio Moura, Janaina da Silva Gomes, Rosana Ferreira da Silva, Suany Tallita Alves de Sousa</i>	52
UM NOVO OLHAR SOBRE O CALÇADÃO DA PRAIA DO MEIO / SANTOS REIS <i>Carlos Jean Castelo da Silva, Joacileia Priscila Marques de Mendonça, Jamilly Lidianne Freire de Mendonça, Juliana de Souza Mata, Manuela Paula de Sousa Silva, Shirlane Patrícia da A. Pimenta</i>	58
LAZER EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS: CONCEITOS E POSSIBILIDADES <i>Caroline Cristina de Arruda Campos</i>	63
LAZER, POLÍTICA PÚBLICA E INCLUSÃO SOCIAL; UM POSSÍVEL AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE: O CASO DO PELC <i>Talita Nara Campos Fernandes, Lerson Fernando dos Santos Maia</i>	79
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O LAZER: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DO PROGRAMA “PETI” <i>Juliana Ferreira de Sousa, Lerson Fernando dos Santos Maia</i>	92
EXPRESSIONES CORPORAIS DE AGRICULTORES NO TRABALHO E NO LAZER, NO ASSENTAMENTO JOSÉ COELHO DA SILVA <i>Izabelle Cristina de Medeiros Primo, Maria Isabel Brandão de Souza Mendes</i>	106
O PROFISSIONAL DE LAZER NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: UMA PESQUISA-AÇÃO NO HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO <i>Cláudia Larissa Coutinho Marques, Gerda Lúcia Pinheiro Camelo</i>	122

REVISTA PREÁ: CAIXA DE RESSONÂNCIA DO MOVIMENTO CULTURAL DO RIO GRANDE DO NORTE <i>Máisa Carvalho de Souza</i>	136
A MAGIA DO BRINCAR POTIGUAR: UM TEMPO LEMBRADO QUE VIRA MEMÓRIA E SAUDADE <i>Priscilia Janaina Dantas de Lima</i>	148
EDUCAÇÃO LÚDICA DO OLHAR <i>Henrique José Cocentino Fernandes</i>	160
O LAZER DESINTERESSADO E GARANTIDO COMO DIREITO – A OBSERVAÇÃO DE ASPECTOS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM (?) <i>Alexandre K. S. S. Castro, Marcus Vinicius de Faria Oliveira</i>	170
A TRADIÇÃO E A CONTEMPORANEIDADE DO BRINCAR NA RUA: MUDANÇAS <i>Vivianne Limeira Azevedo Gomes</i> <i>Marcus Vinicius de Faria Oliveira</i>	187

POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: PAPEL DO ESTADO E O COTIDIANO URBANO

Dália Maria Maia Cavalcanti de Lima
Marcus Vinicius de Faria Oliveira
Lerson Fernando dos Santos Maia

1 INTRODUÇÃO

A ocupação dos espaços urbanos de forma desordenada, sob os interesses do capital, e de seu segmento imobiliário, acabou por determinar o perfil físico-paisagístico das cidades. Em menos de três décadas a sociedade brasileira sofreu uma mudança significativa na sua dinâmica populacional, passando de uma sociedade de base rural para uma sociedade eminentemente urbana. Os processos transformadores da paisagem urbana brasileira trouxeram consigo a marca da desigualdade social ao concentrar nas periferias das grandes cidades as massas populacionais fugidas do campo pela falta da terra. Estas passaram a vivenciar outra dinâmica de exclusão, agora sob a forma do desemprego estrutural.

O surgimento e o crescimento dos conjuntos habitacionais e das favelas do lado mais pobre da população e a verticalização das construções, junto com o surgimento dos condomínios fechados do outro lado da sociedade mais privilegiada, separam espacialmente os “lugares dos privilegiados e o dos excluídos”. Enquanto que nos bolsões de riqueza evidencia uma infra-estrutura urbana humanizada, com todas as condições para a vivência plena do lazer, do lado das camadas populares revela-se a precariedade das condições de vida humana.

Olhando para Natal, percebemos claramente os sinais dessa tendência de ocupação espacial, quando nos deparamos com o crescimento desordenado da urbanização periférica, dos loteamentos irregulares e da intensificação do processo de favelização da cidade. O Instituto de Planejamento de Natal (IPLANAT) apud Mineiro (1998) registrou, em 1993, 70 favelas com uma população de 37.307 moradores distribuída em Natal, das quais 34,3 % na zona oeste, 29,8% na zona norte, a leste com 26,2% e a sul com 9,4%.

Essa transformação objetiva no espaço urbano de Natal, acompanhada pelo incremento da urbanização turística, acarretou mudanças profundas no modo de vida de seus habitantes e na utilização dos seus espaços públicos para as manifestações do lazer. Lopes Junior (1998, p.25) nos dá uma visão muito lúcida desse processo quando se refere à influência do turismo em Natal:

[...] Ela traduz na emergência de uma reorganização espacial da cidade, orientada para produção de lugares de consumo e o consumo de lugares, voltados para o prazer. Nessa nova urbanização, ao contrário da urbanização industrial, a criação de significados e identidades sociais desloca-se da produção para o consumo. E não qualquer consumo, mas o consumo individual cujo alvo é o corpo. Dai à centralidade dos balneários, parques temáticos e eventos tais como feiras, festivais de cidade, carnavais fora de época, dentre outros, na vida econômica das cidades neste final de século.

Seja pela vertente da questão da distribuição dos espaços urbanos de Natal, seja pelo enfoque da acessibilidade dos cidadãos aos bens culturais da humanidade, o direito ao lazer, contemplado na Constituição brasileira de 1988, encontra-se permeando toda esta discussão. Nesse sentido, faz-se necessário um olhar mais apurado na realidade para inferir até que ponto o lazer, enquanto direito social e conquista da luta dos trabalhadores, é valorizado pelo poder público e como ele se manifesta no tempo livre dos cidadãos natalenses.

Para Werneck (2000, p.25), o lazer enquanto direito social apresenta-se sob diferentes dimensões na sociedade:

Como um direito social, em princípio, proveniente das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado; e como meio da vivência lúdica de diferentes conteúdos, mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais coletivamente construídos.

As considerações anteriores apontam a necessidade de olhar com mais atenção a questão das áreas públicas disponibilizadas para a população, visto que elas são portadoras de importantes pistas para a reflexão sobre o lazer nas cidades. Por isso o estudo toma como referência básica o espaço urbano, ao considerá-lo como uma das dimensões materiais do lazer. Portanto, estudar a forma como a população natalense vivencia o seu tempo livre em manifestações para a prática do lazer está no centro das discussões deste trabalho.

Frente à problemática acima discutida, o presente estudo toma como objeto as políticas de lazer e os espaços públicos de Natal, a partir do estabelecimento de articulações dos dados levantados em diversas fontes: nos documentos norteadores das políticas da cidade, nas entrevistas com a comunidade e nas observações diretas dos espaços e manifestações de lazer. Nesse sentido, os trinta e seis bairros em que se divide a cidade do Natal, agrupados em 4 regiões administrativas (Leste, Oeste, Norte e Sul), foram objetos de investigação. A pesquisa foi desenvolvida pela Base de Pesquisa de Políticas Públicas de Lazer no CEFET-RN (2005-2006), vinculada à REDE-CEDES da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, pertencente ao Ministério do Esporte.

A possibilidade de vivência de lazer, no meio urbano, está diretamente relacionada com a forma com que as cidades se organizam espacialmente, apesar de a ludicidade estar presente nas diversas manifestações da cultura humana, e a criatividade e a imaginação propiciarem meios para ressignificação do lazer, conforme as condições sociais históricas e culturais do homem. Os limites à liberdade de ação, colocados pelas questões espaciais e temporais da cidade, são, em parte, referentes às condições físicas da habitação e às características do seu entorno. A liberdade e a espontaneidade quanto à maneira de desfrutar os momentos de tempo de lazer não deixam de tornar necessária, em muitas áreas da cidade, a intermediação do Estado, na medida em que existem limitações socioeconômicas ao exercício desse direito pelo cidadão.

Nos últimos anos, a iniciativa privada vem atuando fortemente na oferta de atividades de lazer, as mais variadas a serem consumidas pelos que dispõem de tempo e dinheiro, isto é, os que estão situados em determinada camada social, e com seus salários conseguem suprir todas as suas necessidades. Essas atividades, na sua quase totalidade, são ditadas pelas demandas do mercado, não se configurando como experiências que fortaleçam o vínculo identitário da comunidade, e que contribuam para a superação das desigualdades

sociais. Assim, fica para os órgãos governamentais construir possibilidades alternativas de vivências de lazer à lógica de consumo, por meio de políticas democráticas e participativas, que permitam empoderamento cultural e uma melhor qualidade de vida das pessoas.

Neste estudo, são destacadas algumas considerações importantes para o entendimento da utilização dos espaços públicos de lazer na cidade do Natal na atualidade, apontando uma relação direta entre as questões referentes ao direito à cidade, à segregação socioespacial existente na cidade e às desigualdades na distribuição da infra-estrutura urbana, pois as diferenciações de condições existentes nos diversos locais da cidade representam também diferentes possibilidades de vida nesses diversos espaços, onde os menos favorecidos necessitam de melhor qualidade tanto na habitação, quanto no seu entorno.

Como a escolha do local de residência não ocorre de forma autônoma por parte dos indivíduos enquanto consumidores e, sim apresenta-se como um meio de reprodução das relações de classe já existentes na sociedade, as restrições ou privilégios, em vários aspectos da vida existentes em certos locais da cidade, quanto ao transporte, à infra-estrutura, ao lazer etc, provocam menor possibilidade de mudanças nas suas condições de vida.

O Estado interfere nesse processo, ao atuar sobre o espaço como regulador do desenvolvimento do uso da terra e na distribuição da arrecadação tributária em forma de artefatos que, muitas vezes, beneficiam determinados locais em detrimento de outros. A má distribuição dos serviços coletivos privilegia, em geral, a dinâmica econômica em vez da vida social. Isso interfere na distribuição desigual dos investimentos em infra-estrutura. Nesse sentido, a segregação socioespacial reflete as diferentes condições encontradas pelas classes sociais para estabelecer moradia nas cidades.

A distribuição dos investimentos em infra-estrutura nas cidades obedece à lógica dos que comandam essa distribuição criando privilégios, enobrecendo bairros, modernizando e reservando os frutos da modernização a um circuito restrito dotado de renda. No oposto, ficam os bairros habitados por moradores de baixa renda, com pouco poder e mínima influência nas tomadas de decisão do Estado. O planejamento urbano atua como um elemento de organização de mercado, influenciando nos preços das moradias, reforçando a segregação socioespacial.

Assim, os grupos que atuam como forças estruturantes do capital na cidade reproduzem a segregação socioespacial nas suas atuações pela apropriação das vantagens do espaço construído e representam uma força poderosa que age sobre a estruturação urbana.

Ao abordar o direito ao entorno e à infra-estrutura disponível nos diversos bairros da cidade de Natal, são enfocados os direitos aos espaços públicos de lazer e suas possibilidades, destacando-se aquelas realizadas pelo cidadão no tempo de lazer, que se desenvolvem como ações políticas, lúdicas e culturais, e que trazem para esses espaços um papel relevante na resistência baseada na solidariedade, nas potencialidades e na coexistência do lugar frente às forças do capital na forma que se apresenta atualmente.

Enfatizar a importância social do lazer requer um entendimento dos espaços públicos como necessários ao convívio e ao encontro, e o despertar para a consciência de que o espaço urbano equipado e conservado para o lazer é indispensável para vencer diferenças pela solidariedade, o que possibilita uma vida melhor para todos.

A questão espacial do lazer nas cidades sofre interferência do poder público, na medida em que os instrumentos de políticas urbanas não podem deixar de garantir espaço público para esse fim. O valor dos espaços públicos de lazer nas cidades, parques, praças,

equipamentos comunitários deve ser premissa para o planejamento dito democrático, feito pelos órgãos responsáveis pelo urbanismo e com forte participação popular.

2 O PODER PÚBLICO E AS POSSIBILIDADES DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS DE LAZER

Do ponto de vista urbano, existem várias normas e procedimentos que podem influenciar na valorização dos espaços públicos, as leis de uso e ocupação do solo, os códigos de obras e as posturas municipais, que são parâmetros indispensáveis para regular a forma urbana.

Percebe-se, no entanto, uma crescente privatização dos espaços de convivência social que restringe sua utilização aos que detêm renda. Nas cidades, aos poucos, as casas unifamiliares vão sendo substituídas por condomínios fechados, os espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, e as ruas e calçadas por corredores para passagem de automóveis.

É necessário resgatar o papel do social e minimizar os aspectos privatizantes na construção da política urbana, resgatando direitos e princípios de universalidade, numa atuação estatal em prol da diminuição das desigualdades na distribuição da renda e riqueza. Nesse sentido o lazer, como política pública, requer a sua conexão com as outras políticas setoriais, em que as perspectivas vislumbradas carreguem uma visão político-ideológica atrelada a um projeto societário emancipatório.

Cabe ao poder público, em parceria com a sociedade civil, construir essas políticas sociais para satisfazer as necessidades individuais e coletivas existentes e desenvolver cidadãos ativos, capazes de desfrutar de uma vida saudável baseada no conhecimento, liberdade política, segurança social, participação e direitos humanos garantidos.

Nas cidades onde a população é participe na sua gestão, o tempo de lazer, atrelado à existência dos espaços públicos, permite maior possibilidade comunicativa entre os indivíduos, o que possibilita pensar e agir de forma mais efetiva em prol dos interesses da comunidade, gerando uma identidade de classe a partir da consciência e da percepção das diferenças e uma luta pela distribuição social da riqueza e do direito a usufruir todos os seus bens e prazeres, conseqüentemente, uma participação política mais ativa (MARCELLINO, 2001 d).

Nessa perspectiva, a proximidade física entre as classes causada pela concentração de pessoas nas cidades e as ações desenvolvidas no espaço público podem reduzir o distanciamento social, facilitar o contato humano, combater o isolamento e contribuir para o processo de socialização humana, rompendo com a individualização que predomina hoje.

Entretanto os espaços públicos de lazer urbanos parecem não gozar de valorização nem são entendidos como essenciais, não recebendo a atenção necessária por parte das políticas urbanas atuais. Assim, o que acontece, geralmente, é o descaso e o conformismo dos diversos segmentos da população, no que diz respeito à reivindicação e ao cuidado acerca desses espaços.

A valorização do espaço público de lazer é uma questão pertinente ao poder público, pois a iniciativa privada e o investimento privado segregam cada vez mais a população em guetos, onde os ricos têm todas as possibilidades que o capital pode proporcionar, e os pobres ficam apenas com alternativas de lazer nos espaços urbanos, restritas e muitas vezes inadequadas, dependendo na maioria das vezes de suas capacidades criativas para reinventar possibilidades de vivências lúdicas nos seus limitados espaços de convivência social.

Cabe, assim, aos vários níveis de atuação do Estado buscar soluções para criação, conservação e animação de espaços de lazer de acordo com as necessidades da população. Os governos locais não podem ficar reféns da política globalizante, que os coloca no insignificante papel de preparar a cidade para receber os novos padrões de produção do mundo global. A cidade deve ser colocada a serviço da sua população, e não representar um simples produto a serviço do desenvolvimento de atividades lucrativas.

As políticas públicas de lazer devem também procurar a participação popular na seleção de prioridades dos lazeres de acordo com suas características locais, o que permite um sentimento de identidade e pertencimento que gera uma solidariedade na ação do uso e, conseqüentemente, na conservação dos equipamentos disponíveis (GOMES, 2002).

É necessário, assim, pensar o planejamento da acessibilidade ao maior número de pessoas aos espaços públicos de lazer disponíveis, o que requer um diagnóstico que envolve o estudo do uso e ocupação dos espaços de moradia e seu entorno de como a população ocupa seu tempo livre e quais suas preferências frente a inúmeras possibilidades de lazer (RODRIGUES, 2002).

Esse diagnóstico da situação atual pode, desse modo, encaminhar um planejamento que trace seus princípios, prioridades e estratégias no sentido de possibilitar oportunidades de lazer de forma mais democrática para todas as camadas da população. Isso deve estar articulado às políticas de ocupação do solo que democratizem oportunidades, ressignifiquem funcionalidade e a qualidade dos logradouros públicos e melhorem a circulação de pessoas, em prol de favorecer o convívio, a interação e o encontro.

Os espaços planejados nessa perspectiva poderiam ser uma forma para facilitar a democratização das oportunidades de crescimento pessoal e coletivo, acesso a bens culturais e ao lazer. Esses espaços deveriam ser pensados partindo dos próprios bairros e proporcionariam aos moradores uma vida privada e uma vida pública no seu entorno, estimulando, assim, o convívio com os vizinhos.

Esse tipo de planejamento exige, necessariamente, a interação de órgãos governamentais e a formação de uma equipe interdisciplinar com a participação da população interessada. A simples execução de uma obra pública, como praças, quadras e ginásios, muitas vezes não representa o real desejo da população, que passa a não identificar esses espaços como úteis e desejáveis.

O que causa maior preocupação em relação ao planejamento dos espaços públicos urbanos de lazer refere-se exatamente ao fato da simples existência física desses espaços, sem o devido uso, conservação e animação, negando a sua própria razão de existir.

Nesse sentido, uma política urbana do lazer requer tanto o espaço físico quanto a animação sociocultural desse espaço, o que envolve o planejamento de recursos destinados para construir, manter, animar e garantir sua ocupação democrática. Cabe, ainda, ao poder público oferecer à maioria da população uma base ampliada de alternativas de lazer nos espaços construídos para esse fim (MARCELLINO, 2001).

Isso implica uma visão do desenvolvimento do lazer na qual o poder público e a comunidade devem construir coletivamente seu uso do tempo de lazer e onde são importantes as possibilidades oferecidas pelo poder público em forma de equipamento, bem como o agir comunitário e seu poder de gerir suas formas de organização no tempo livre.

Uma formulação de políticas que ofereçam espaços públicos de lazer adequados na cidade passa tanto pela capacidade coletiva de seus atores, a partir das suas potencialidades de

auto-organização e de sua identidade com o território, quanto pelo seu poder reivindicatório frente ao Estado, pois o lazer necessita integrar as discussões locais e regionais, traçando metas e objetivos para uma melhor qualidade de vida do cidadão (GOMES, 2002).

Nesse sentido, a análise da distribuição dos espaços de lazer na cidade de Natal implica a compreensão das peculiaridades do planejamento urbano existente nessa cidade, bem como das políticas públicas destinadas a esse fim.

3 O PLANEJAMENTO ESTATAL E AS INTERVENÇÕES URBANAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER NATALENSES.

Atualmente parece não existir uma definição clara a respeito de políticas públicas específicas de lazer para Natal, nem a articulação entre os diversos níveis de atuação do Estado – municipal, estadual e nacional para o planejamento das ações nesse sentido, o que agrava as questões referentes à utilização dos espaços públicos de lazer na cidade.

Em nível local, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer apresenta as seguintes competências, segundo a Lei Complementar n.º 20/99: promover a manutenção e construção dos prédios esportivos da rede municipal; promover a construção de estádios e quadras destinadas à prática de diferentes modalidades esportivas e assessorar, tecnicamente, os diversos órgãos e entidades ligadas ao esporte amador. Percebe-se um empobrecimento de diretrizes e princípios de políticas públicas para o segmento do lazer, na medida em que as ações estão voltadas exclusivamente para o esporte, e com o agravante de priorizar somente os aspectos de construção de quadras e equipamentos, sem atentar para uma política de animação. Uma exceção é a realização de torneios e campeonatos esporadicamente realizados nas comunidades, sem continuidade e sem uma efetiva democratização das diversas modalidades esportivas, restringindo-se à monocultura do futebol, predominantemente masculino.

No cronograma de atividades do órgão, constam reformas e urbanização de equipamentos já existentes. Constata-se, no entanto, que algumas obras foram executadas, como as reformas do Estádio de Futebol João Cláudio de Vasconcelos Machado (Machadão), porém são realizadas de forma pontual, sem estarem presentes no planejamento de médio e longo prazo e sem participação popular nas tomadas de decisões. Quanto à construção de praças e equipamentos, é evidente a carência dessas e a inadequação dos equipamentos construídos, bem como existe uma grande necessidade de manutenção e conservação das já existentes, exceto as praças integrantes dos corredores turísticos da cidade. Os projetos citados em parceria com a iniciativa privada ou outras secretarias não apresentam acompanhamento sistemático num caráter permanente, carecendo da divulgação dos resultados obtidos por eles mesmos (NATAL. SEL, 2005).

Importante faz se registrar o papel da Fundação Capitania das Artes, órgão responsável pela implementação da política cultural no município, desenvolvendo projetos voltados mas especificamente para a cultura e artes, com significativo enfoque nas manifestações da cultura popular e a realização de eventos em datas significativa para a cidade. Ressaltando que os projetos implementados são predominantemente realizados em espaços fechados (teatro), praticamente inexistindo projetos nas ruas, parques e praças da cidade.

Quanto à política de lazer em nível estadual, o lazer, de forma específica, tem sua política implementada pela Fundação José Augusto, órgão responsável pelo desenvolvimento das

ações no campo da cultura, e a partir de 2007 é criada a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer, que em grande parte assume as funções que vinham sendo realizadas pela Coordenadoria de Esportes (CODESP), exceto os Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERN'S) vinculado à Secretaria Estadual da Educação, da Cultura e dos Desportos, cuja ênfase é dada ao vínculo do lazer com a educação ou a programação de eventos culturais e esportivos articulados ao âmbito escolar (RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação da Cultura e dos Desportos, 2005).

Quanto aos programas de animação cultural, existe uma concentração em áreas caracterizadas pelo corredor-histórico-turístico-cultural, predominantemente nos bairros da Cidade Alta, Ribeira, bem como nas praias. As programações carnavalescas, juninas e festival de cinema, por exemplo, são organizados pela Fundação Capitania das Artes. São eventos desenvolvidos com interesses voltados principalmente para a atividade turística.

As quadrilhas juninas são importantes manifestações culturais que têm se destacado na cidade no mês de junho. O poder público municipal, em conjunto com a iniciativa privada, tem incentivado essas manifestações de cultura popular, que aos poucos vão ganhando característica de cultura de massa, principalmente pelos meios de comunicação local. Esses incentivos são dados às comunidades em forma de prêmios e em organização de festivais, que envolvem competição entre os diversos bairros da cidade.

Essas manifestações, no entanto, têm se descaracterizado como movimento de cultura popular, pois em vez de incentivar a proliferação de pequenas quadrilhas com maior número de participação de habitantes nos espaços das próprias comunidades, onde as danças e as brincadeiras sejam praticadas por todos, mesmo nos bairros mais carentes, ganham uma conotação consumista, visto que, geralmente, as roupas são compradas ou alugadas, e as músicas são contratadas, tudo em prol da aparência e da competição, como se fossem times – restringindo a participação a uma minoria.

Na Páscoa, Natal e Ano Novo, a prefeitura oferece alguns espetáculos voltados ao tema dessas festas religiosas, diante dos quais a participação popular se dá principalmente como espectador.

Os incentivos às festas carnavalescas têm se concentrado principalmente em Natal, em duas datas: com o “Carnatal – carnaval fora de época com forte apelo da indústria cultural e do lazer mercadológico” – em dezembro; e em fevereiro, o carnaval propriamente dito. Para o Carnatal, a prefeitura, junto com a iniciativa privada, promotores de eventos e empresários do turismo, promove a cidade em prol do entretenimento como atividade econômica. Durante esses festejos, as bandas são contratadas de fora do estado, geralmente da Bahia, e vendem-se abadás - uniformes de tecido barato - de alto preço, que representam o ingresso que dará direito à utilização de parte da via pública, assim “privatizada” em forma de corredor da folia - uma área restrita aos foliões que podem comprá-lo. Aos populares resta a “pipoca”, observar e pular atrás dos blocos fora da área restrita.

O carnaval, em fevereiro, apesar da tentativa de o poder municipal vir construindo uma retomada do carnaval de rua, com a criação de pólos multiculturais em diversas áreas da cidade, percebe-se que a participação nesses eventos concentra-se na classe média, privilegiada de um certo capital cultural. Já o incentivo às escolas de samba e às tribos de índios, com participação dos segmentos mais populares da cidade, ocorre de forma muito tímida. Verifica-se que o carnaval tem pouca participação da população local. A indústria cultural vem entrelaçando, aqui, o capital cultural com o capital econômico, agrava as diferenças sociais, na medida em que coloca esses eventos como se tivessem caráter universal. Porém, na realidade, para desenvolver essas atividades, necessita-se da

acessibilidade por meio de insumos financeiros. Essa indústria reforça as normas sociais engendradas pelas classes privilegiadas, promovendo o conformismo social, a degradação do gosto popular e transformando a cultura em mercadoria.

Alguns programas sazonais são implantados nos bairros, geralmente não se incorporando ao cotidiano das pessoas, pois são desenvolvidos em certas centralidades, muitas vezes distantes da moradia da maioria a que se destina e, como são transitórios, ocorrem em forma de eventos isolados, não permitindo um lazer cultural e, sim, resultando em momentos de entretenimento fugaz. Mesmo assim são poucos esses projetos que se concentram em áreas de maior visibilidade nas regiões e bairros.

Na Região Administrativa Norte, existiu um projeto que ocorreu com uma certa regularidade na área de lazer do conjunto Panatis I, no bairro Potengi. Esse projeto, denominado "Pão, Música e Poesia na Praça", era realizado no segundo domingo de cada mês e era promovido por uma parceria entre a prefeitura, a Associação das Indústrias de Panificação e Confeitarias do Rio Grande do Norte (AIPLAN-RN) e o Sindicato dos Panificadores do Rio Grande do Norte (SINDI-PAN). Esse projeto associava a oferta de cultura à destruição de alimentos (pão e iorgute), reproduzindo a política romana do pão e circo. Esse formato de projeto só ocorreu por estar localizado em uma região popular da cidade.

Existe ainda um projeto permanente nessa área, hoje denominada o Espaço Cultural Francisco das Chagas Bezerra de Araújo, o "Chico Miséria, que incentiva as artes plásticas e a música, por meio de cursos e oficinas, articulado à rede municipal de ensino. Esses projetos são pouquíssimo abrangentes, considerando que eles visam atender a região mais populosa da cidade.

Na Região Administrativa Leste, temos concentradas algumas atividades nos bairros Ribeira e Cidade Alta, áreas pertencentes ao Corredor Histórico-Cultural-Turístico da cidade. Entre elas temos o "Projeto Ribeira das Artes", que também ocorre uma vez por mês.

Constatam-se, ainda, apresentações no Teatro Alberto Maranhão, que tem condições excelentes para shows, musicais, peças teatrais, porém apresenta uma restrita programação gratuita, sendo a maioria dessas atividades de caráter empresarial - cobrando ingressos - o que impossibilita o acesso de grande parte da população. Além disso, há shows no largo da Rua Chile e outros eventos nos museus da cidade e centros culturais da Cidade Alta, como no Solar Bela Vista e Capitania das Artes, onde se realizam exposições, sarais etc.

O que se percebe nesses bairros da Zona Leste, mesmo concentrando esses projetos culturais de iniciativa pública (Ribeira das artes, Revitalização da Ribeira, ações desenvolvidas no teatro Alberto Maranhão, shows nas praias e atividades em museus), é que eles têm um enfoque de marketing da cidade, enquanto nos bairros periféricos falta uma política sistemática de animação dos espaços públicos no cotidiano, já que, nesses outros espaços, praticamente são inexistentes programas de lazer destinados à comunidade. Recentemente o bairro de Mãe Luiza, um dos mais populares da zona leste, perdeu o investimento para construção de uma grande área de lazer, em decorrência do embate do segmento turístico e hoteleiro da cidade.

Os dados coletados na pesquisa de campo, referentes à existência de atividades rotineiras planejadas, confirmam a insuficiência dessas atividades mesmas, propiciadas pelo poder público, o que aponta a carência de um melhor dimensionamento das necessidades dos moradores quanto à maneira de utilizar seu tempo disponível para o lazer e maior valorização do lazer de vizinhança. A grande maioria dos entrevistados apontou uma

ausência de atividades rotineiras desenvolvidas nos espaços públicos próximos às suas residências. Apenas 22,5% confirmaram que elas existem; 27,0% afirmaram que raramente ocorre, enquanto 50,5% apontaram não existir atividades nesses espaços.

Constata-se também que esses índices diferenciam-se por região administrativa dentro da própria cidade. Na Região Administrativa Norte, apenas 20,0% das respostas apontaram o uso freqüente dos espaços públicos de lazer nas proximidades de suas residências; na Região administrativa Sul, esse índice foi de 27,1%; na Região Administrativa Leste, foi de 30,5%, e na Região Administrativa Oeste, foi de 12,5%. Mesmo assim, em todos os bairros, a pesquisa aponta que a maioria dos espaços públicos destinados ao lazer não apresenta essas atividades como rotineiras (Gráfico 01).

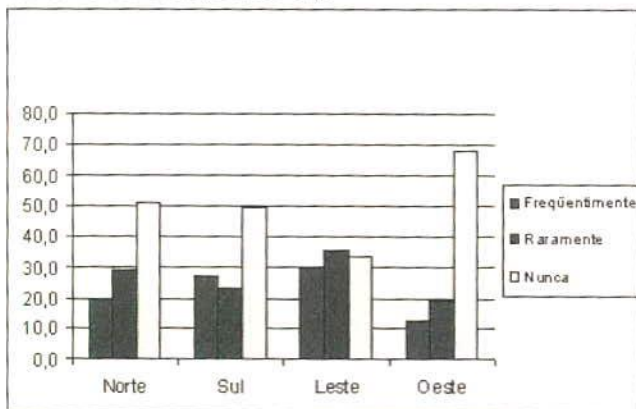


Gráfico 01 – Existência de atividades nos espaços públicos de lazer por Região Administrativa de Natal
Fonte: Dália Lima, pesquisa de campo, 2005.

Existe ainda uma análise importante a ser feita em relação à atuação do setor público no que se refere às áreas de lazer na cidade e do papel da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), da Secretaria Municipal de Serviços Urbano (SEMSUR) e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEL). Essas secretarias têm responsabilidades institucionais no que concerne à situação diagnosticada. A SEMURB, no que consta ao planejamento do uso e da distribuição dos espaços públicos na cidade, a SEMSUR, no que se refere à adequação da construção, conservação e recuperação dessas áreas e a SEL, na implantação e animação desses locais.

De acordo com as entrevistas feitas com os técnicos destes órgãos responsáveis pelos espaços de lazer da cidade, nota-se que as atribuições referentes a essas áreas estão divididas, e que nem todos os projetos são planejados em conjunto. A fala da arquiteta Walderez Garcia, da equipe da SENSUR (2006), é bastante significativa:

A articulação entre as secretarias existe quando há interesse das mesmas. Um exemplo foi à restauração da área de lazer da zona Norte. Com a SUMUB, fizemos a AV. Itapetinga, a área de lazer do conjunto Santa Catarina (em projeto), a praça das flores (em projeto), largo do Teatro Municipal (em projeto) dentre outros. Todos os nossos projetos passam pela análise da SEMURB (Secretaria

De acordo a entrevistada Vera Lúcia de Melo Rodrigues Figueira, chefe do Setor de Planejamento Urbanístico e Ambiental da SEMURB (2006), "parte dos projetos é feita através de reivindicações da comunidade, durante a participação na 'Prefeitura nos Bairros', onde estão presentes todas as secretarias, as quais a partir daí fazem o seu planejamento conforme a sua área de atuação específica, com objetivo de atender as principais necessidades apontadas pela população".

No que se refere aos principais parques da cidade, atualmente, existe um debate acerca da área do Parque das Dunas, parque de preservação ambiental situado na zona Leste, pois os setores imobiliário e turístico pretendem sua liberação para construções, enquanto outros segmentos se preocupam com a preservação do lugar. Quanto à área planejada para o lazer desse Parque, nota-se que o local necessita de maior democratização no seu uso, pois, por encontrar-se entre a Região Administrativa Leste e a Sul da cidade, é freqüentado geralmente por pessoas de alta renda. O acesso das camadas populares é dificultado tanto pela distância dos bairros mais pobres, quanto pela escassez de transportes até sua entrada, como, ainda, pela necessidade de pagar ingresso para sua utilização, sendo permitida a entrada gratuita apenas em eventos isolados.

Outro local de lazer urbano, também situado na Zona Sul e que apresenta problemas quanto ao uso é o Parque das Mangueiras, fruto de uma parceria público-privada. Essa é outra área verde importante para a cidade, que também é de difícil acesso ao público de baixa renda pelos mesmos motivos da área de lazer do Parque das Dunas, pois se apresenta distante dos bairros mais carentes, com pouca afluência de transportes públicos e o desenvolvimento de eventos isolados.

Na Zona Leste, encontra-se a Lagoa Manuel Felipe – Cidade da Criança – que é outro parque planejado para o lazer da população, e apesar de ter passado por inúmeras reformas desde sua implantação, atualmente necessita de conservação e animação permanentes, sendo oferecidos ali poucos eventos para a população da cidade. Para atividades de lazer nessa área é necessário o pagamento de ingressos.

Os espaços públicos de lazer em Natal ficam, assim, fortemente influenciados pela lógica do mercado, devido ao poder público não atuar com projetos e ações efetivas nessa área, fato que contribuirá, sem dúvida, para reforçar as desigualdades sociais, pois os empresários que investem nessas atividades procuram o lucro e criam entretenimentos onerosos, ficando as possibilidades dos menos abastados reduzidas pelas suas poucas condições financeiras.

4 AS DIFERENCIAÇÕES DE USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS AO LAZER PELAS DIVERSOS SEGMENTOS SOCIAIS NA CIDADE

Quando se fala das atividades de lazer desenvolvidas em determinado lugar, no espaço urbano, não fica difícil destacar um conjunto de fatores que limitam ou ampliam as possibilidades lúdicas dos indivíduos. Entre elas destacam-se: o nível de instrução, a localização da residência, as condições ambientais de seu entorno e a renda familiar. A escolha das atividades de lazer é determinada, assim, por múltiplos fatores: os de ordem socioeconômica, cultural, espacial, além do tempo livre disponível em cada área da cidade.

De alguma forma, essas variáveis, na sociedade capitalista, como se apresenta atualmente, têm como pano de fundo as possibilidades econômicas. Para Harvey (2003, p. 213):

a capacidade de influenciar a produção do espaço é um importante meio de aumento do poder social. Em termos materiais, isso significa que quem pode afetar a distribuição espacial de investimentos em transporte e comunicação e em infra-estrutura físicas e sociais, ou a distribuição territorial de forças administrativas, políticas e econômicas, pode muitas vezes obter recompensas materiais.

Nesse sentido o uso dos espaços públicos de lazer, no entorno das residências em Natal, apresenta forte relação com a segregação socioespacial aqui existente, pois algumas áreas concentram melhores e outras piores condições de vida, que se expressam nos índices de renda, educação e densidade populacional, fatores influenciadores nas possibilidades de lazer da população das diversas localidades.

Essa segregação se caracteriza, ainda, por pouca mobilidade social interna, com os bairros de elite continuando por muitas décadas como tais. A expansão dos bairros da cidade no sentido Leste-sul continua a ser feita por moradias de proprietários de maior renda, enquanto nas regiões Oeste e Norte cresce a população mais pobre. De acordo com Silva (2003, p. 82), ao se referir a Natal: "a cidade está fragmentada por classes sociais, distribuídas em bairros com rendas médias diferenciadas. Quando se utiliza a divisão administrativa, vê-se também uma divisão social com os bairros das Zonas Leste e Sul, ricos, se destacando dos das Zonas Oeste e Norte, pobres".

Ideologicamente, a cidade é construída igualmente para todos e os investimentos feitos pelo Estado são aparentemente neutros, beneficiando igualmente a todos os seus moradores. Percebe-se, no entanto, que nessa capital a participação do Estado contribui para a permanência da segregação socioespacial, evidentemente não natural, pois a educação, a saúde, os transportes, o saneamento, são serviços oferecidos diferenciadamente entre os bairros, priorizando os bairros em que a população exerce maior poder de pressão (Tabela 01).

Os dados apresentados apontam que as regiões Norte e Oeste, quando comparados aos dados referentes às regiões Sul e Leste de Natal, além do menor poder aquisitivo da população das primeiras, apresentam ainda índices desfavoráveis em relação ao nível educacional, ao tipo de moradia, à concentração de habitantes por residência, condições sanitárias e espaços públicos de lazer.

A segregação socioespacial em Natal se evidencia através de 70 favelas nela existentes, cuja maioria encontra-se nas zonas Norte e Oeste, o que representa uma concentração espacial de população de menor poder aquisitivo nessa área. Porém esses números ainda escondem uma maior segregação, pois os diversos espaços denominados de favelas na cidade não estão bem definidos, uma vez que os loteamentos irregulares – com grande concentração de pobres, com péssimas condições de moradia e infra-estrutura, quando registrados, não são considerados favelas e se encontram, principalmente, na Zona Norte e Oeste da cidade.

Tabela 01 - Características socioambientais e disponibilidade de espaços públicos de lazer por Região Administrativa de Natal

Características por Regiões Administrativas	População	Média de Moradores por Domicílio	Renda Média em Salário Mínimo	Número de Responsáveis por Domicílio com até 7 anos de escolaridade	Número de Moradores em Residências Subnormais	Número de habitações sem sanitário	Média Habitantes por Equipamentos de Lazer*
NORTE	244.743	4,08	2,92	36.266	29.848	797	2.185,80
SUL	155.682	3,81	11,62	10.306	3.308	121	1.367,30
LESTE	116.106	3,83	9	13.714	17.672	280	1.027,40
OESTE	195.584	4,12	2,92	33.426	23.700	796	3.621,90

Fonte: Dália Maria, 2005. Elaborada com base nos dados do Anuário Natal 2005, SEMURB. Natal, 2005.

* Nota: São considerados equipamentos públicos de lazer para essa pesquisa as praças e parques, campos e quadras, teatros e museus e sedes comunitárias mantidas pelo poder público.

Segundo Furtado (1993, p. 59), em Natal:

o agravamento da crise nacional, a falta de alternativas concretas de combate à miséria, no Brasil e no RN, têm transferido populações de bairros como Rocas, Alecrim, Quintas, Santos Reis, para áreas cada vez mais periféricas, cuja falta de infra-estrutura, de moradia, tem contribuído para o decréscimo da qualidade de vida dessa população, empurradas também pelo crescimento do índice de miséria, a criação de novas favelas, num processo de crescimento da pobreza urbana.

De acordo com Ferreira (1996, p. 206), a participação do Estado nas últimas décadas tem contribuído para o agravamento da segregação existente, pois, por meio de financiamentos, capitaliza o empresariado local, permitindo-lhe investir, prioritariamente, na construção de unidades destinadas aos estratos médios e altos da população local.

Outro fenômeno que está ocorrendo na Zona Norte e que também contribui para torná-la cada vez mais uma região concentradora de baixa renda é o fato da permissividade do poder municipal na comercialização de loteamentos irregulares. Esses loteamentos são vendidos geralmente aos excluídos do sistema (sem carteira assinada e desempregados), que não detêm as condições mínimas para entrar nos programas de financiamento oferecidos pelo governo.

Conforme a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SEMTAS), em 2002, os conjuntos habitacionais da Região Norte representavam apenas 37% do total das habitações, com 63% localizadas nos loteamentos. Constatou-se que a maioria da população, de baixíssima renda, encontra-se nesses loteamentos devido ao baixo preço dos lotes, evidenciando que, no interior dos próprios bairros segregados, existe uma diferenciação do nível de carências que se reflete na habitação e no seu entorno. Existe, também, uma diferenciação entre as diversas áreas desses bairros quanto ao padrão construtivo.

Percebe-se que a participação do Estado no sentido de valorizar algumas áreas em detrimento de outras tem sido constante também no que se refere à implantação do sistema viário, com abertura e duplicação das avenidas e em obras paisagísticas de embelezamento dos principais corredores da cidade, consolidando, dessa forma, o caráter seletivo dessas intervenções (COSTA, 2000).

A Região Norte da cidade é desvalorizada ainda devido ao difícil fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, que ocorre entre esta região, a que concentra grande contingente de população de baixa renda, e as outras regiões da cidade. Várias soluções paliativas foram

implementadas para minimizar esse problema, como o uso de balsas e a construção de um complexo viário nos bairros das Quintas e Igapó. Porém os transtornos persistem, pois a ponte continua sendo um gargalo para o trânsito da área, tornando-se indispensável a construção de uma nova ponte sobre o rio Potengi.

A desde o ano 2000, tem sido muito debatido um projeto apresentado pelo governo do Estado e desenvolvido por uma empresa CEJEM-Engenharia para a construção de uma ponte sobre o estuário do rio Potengi (Ponte Forte-Redinha). Esse projeto visa ligar a Zona Leste à Zona Norte da cidade, o que certamente vai alterar a dinâmica de expansão da cidade. Sobre ele têm-se levantado grandes polêmicas sobre seus impactos ambientais, sendo objeto de contestações judiciais acerca de vários aspectos de sua execução. Hoje (2007) essa obra está sendo finalizada aplicando outro projeto.

Relacionando, ainda, as diversas Regiões Administrativas da Cidade, a partir da renda média de seus moradores e o tipo de lazer por eles desenvolvido, foram percebidas as seguintes evidências quanto aos espaços públicos de lazer e seu uso.

As atividades de lazer apontadas pela população, em todos os bairros, são as mesmas, variando apenas quando se refere à assiduidade na sua execução, de acordo com as possibilidades de renda das respectivas populações. Entre essas atividades, as mais citadas foram televisão e rádio, os passeios e as atividades ao ar livre, predominando a praia, os shows, teatro e cinema e as atividades esportivas.

Isso mostra a dificuldade de participação em determinados tipos de lazer, pelos de menor poder aquisitivo, devido à ausência de espaços apropriados para tais em determinadas áreas da cidade, onde são poucos ou inexistentes os locais para cinema e/ou teatro, shows, passeios e outras.

Assim, a segregação por categoria social na cidade se reflete quanto às possibilidades de desenvolver maior variedade de tipos de lazer pelos moradores. As diferenças, assim, não se referem às preferências individuais ou coletivas, e, sim, à oferta dessas oportunidades, pois a concentração dos equipamentos e projetos em determinados bairros da própria cidade provoca a necessidade de deslocamento de moradores de certos bairros para desenvolver as atividades de sua preferência, o que vem corroborar com a questão da dificuldade de possibilidades do exercício desse direito nas proximidades das residências em determinadas regiões da cidade (Gráfico 02).

Os dados analisados em relação à quantidade de equipamentos disponibilizados pelo poder público, nas Regiões Administrativas de Natal, apontam que os bairros situados nas Regiões Norte e Oeste, as mais populosas da cidade e com menor poder aquisitivo – são as que apresentam maior proporção entre o número de habitantes e esses equipamentos. Isso demonstra que muitas pessoas disputam os mesmos espaços para o lazer, refletindo uma carência maior para a população que apresenta menor renda.

As Regiões Administrativas 4Sul e Leste exibem índices que representam mais que o dobro de equipamentos por habitante, o que aponta para maior possibilidade de exercício do lazer por habitante nessas áreas da cidade. Constata-se, ainda, uma escassez de eventos de lazer desenvolvidos pelo poder público em determinados bairros, enquanto existe concentração em outras, estando, assim, essa oferta, totalmente desarticulada com a demanda existente nas diversas áreas da cidade.

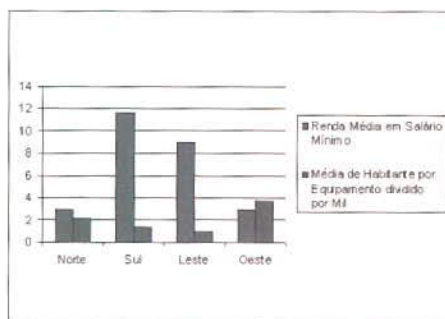


Gráfico 02 – Habitantes por Equipamentos Públicos de Lazer/ Renda Média por Habitantes
Fonte: NATAL. SEMURB, 2005.

Nas Regiões Administrativas Norte e Oeste da cidade, não existem teatros e projeções de cinemas, bem como outras atividades culturais distribuídas sistematicamente nos diversos bairros, o que dificulta a participação dos moradores por essas atividades, ficando suas opções restritas às quadras e campos de futebol (Tabela 02).

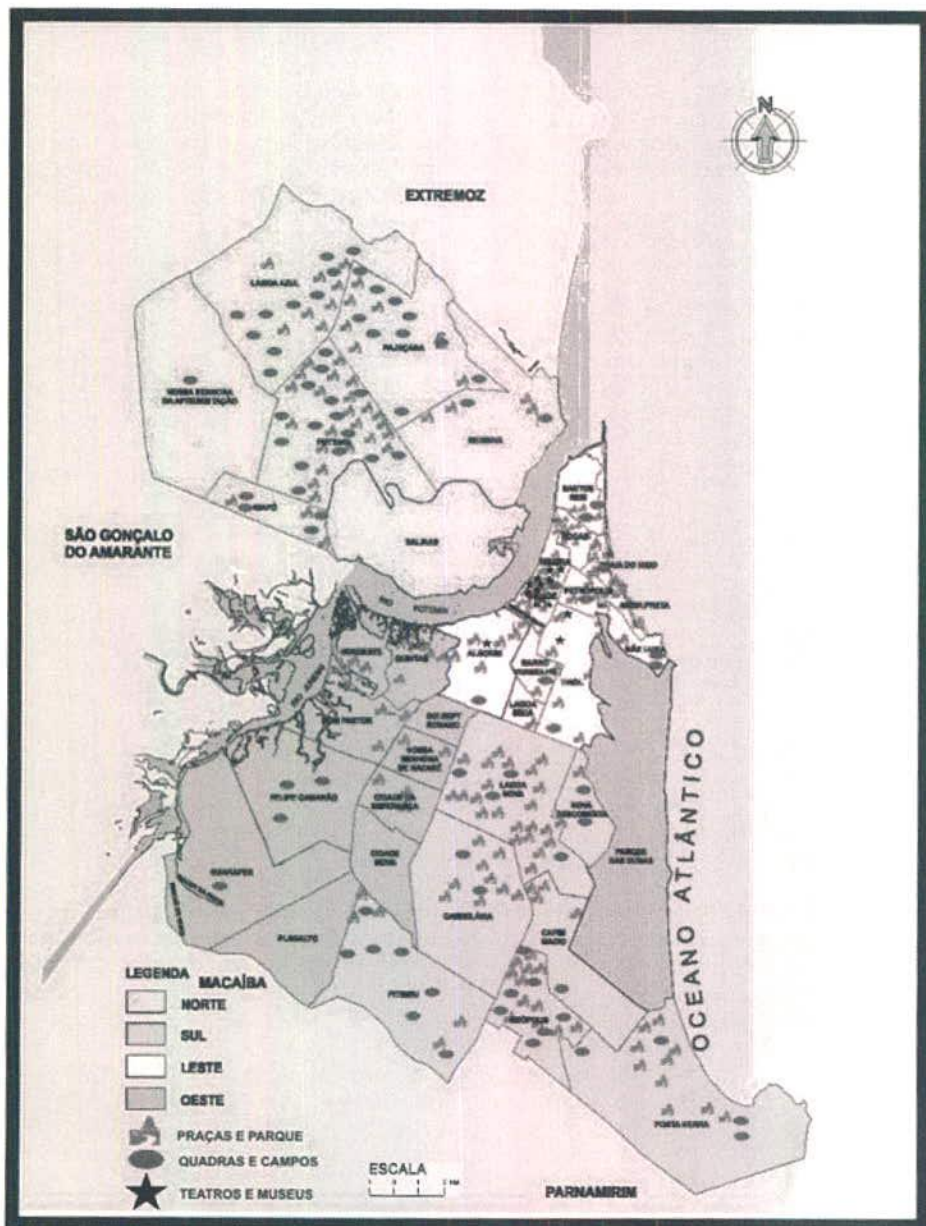
A má distribuição qualitativa e quantitativa dos espaços públicos de lazer, pelos diversos bairros da cidade de Natal, ficou evidenciada pelo mapeamento dos dados oficiais da SEMURB, que aponta o maior número de equipamentos em determinadas áreas, geralmente as que têm uma população de maior poder aquisitivo, e a ausência destes em outros, principalmente nas de menor renda (Mapa 01).

Tabela 02 – Tipos de espaços públicos de lazer por Bairro e Região Administrativa de Natal/ Renda Média / Média de habitantes por equipamentos

Região Administrativa	Bairro	População	Renda Média Salário Mínimo	Teatros Museus	Praças Parques	Quadras Campos	Sedes Associações Centros	Total
NORTE	Lagoa Azul	50.413	2,25	0	6	10	7	25
	Pajuçara	42.130	2,82	0	6	10	5	21
	Putangi	56.259	3,84	0	23	15	4	42
	N. S. Apresentação	56.522	2,62	0	0	1	3	4
	Rezinha	11.504	2,6	0	4	2	4	10
	Igaporã	27.032	2,93	0	3	4	3	10
	Sainhas	683	1,69	0	0	0	1	1
SUBTOTAL		117.698	2,92	0	44	42	27	113
SUL	Lagoa Nova	15.909	14,52	0	23	4	1	28
	Nova Descoberta	5.668	7,11	0	1	2	2	5
	Candelária	8.318	14,12	0	9	2	1	12
	Capim Macio	9.356	16,22	0	4	1	1	6
	Pitumbu	10.690	8,82	0	5	7	6	18
	Nrópolis	9.936	7,56	0	12	7	2	21
	Ponta Negra	11.073	9,43	0	10	4	10	24
SUBTOTAL		70.950	11,62	0	64	27	23	114
LESTE	Santos Reis	3.189	3,26	0	3	2	2	7
	Rocas	4.847	4,28	0	7	2	7	16
	Ribeira	955	11,29	2	5	0	0	7
	Praia do Meio	1.980	5,75	0	5	1	1	7
	Quade Alta	2.947	6,49	7	18	1	2	28
	Petrópolis	2.098	22,09	0	3	0	1	4
	Área Preta	1.181	11,26	0	4	0	0	4
	Mil e Luzia	7.742	2,05	0	1	2	2	5
	Alcôim	14.381	4,86	1	6	1	7	15
	Barro Vermelho	3.513	15,43	0	2	1	1	4
	Tiroi	6.371	21,63	2	7	1	3	13
	Lagoa seca	2.919	6,39	0	1	0	4	5
SUBTOTAL		52.123	9	12	62	11	30	115
CESTE	Quintas	13.784	2,93	0	4	0	0	4
	Nordeste	5.432	3,37	0	2	0	3	5
	Dx-Sipt-Rosado	7.653	3,5	0	0	0	5	5
	Bom Pastor	8.701	2,23	0	3	0	3	6
	N. S. de Nazaré	7.317	5,16	0	2	0	1	3
	Felipe Camarão	22.532	2,17	0	0	3	2	5
	Cidade da Esperança	9.315	3,95	0	3	2	3	18
	Cidade Nova	7.710	2,33	0	0	0	8	6
	Guarapes	4.118	1,63	0	0	1	3	4
	Parati	7.000	2,23	0	0	0	6	6
SUBTOTAL		93.583	2,93	0	14	6	34	54
TOTAL		334.354	6,09	10	184	86	114	396

Fonte: Dália Lima, 2006. Utilizando dados do Anuário Natal 2005. NATAL. SEMURB, 2005.

* Nota: São considerados equipamentos públicos de lazer para essa pesquisa as praças e parques, campos e quadras, teatros e museus e sedes comunitárias mantidas pelo poder público.



Mapa 01- Distribuição dos espaços públicos de Lazer em Natal por tipo.
 Fonte: Dália Lima. Utilizando mapa base da SEMURB. (NATAL. SEMURB, 2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta, a não existência de uma política pública de lazer que atue como guia dos programas, projetos e ações. Seus programas encontram-se desvinculados das demandas e não permitem a democratização dos diversos tipos de lazer por todos os moradores dos diversos bairros da cidade, provavelmente por não terem partido de um diagnóstico de necessidades que apontasse as diretrizes a serem seguidas em prol do lazer como componente do direito à cidade.

A construção de novos espaços de lazer deveria ser feita prioritariamente em bairros onde houvesse maior carência, como os bairros Planalto, Guarapes, Cidade Nova, Felipe Camarão, Dix-Sept-Rosado, Salinas e Nossa Senhora da Apresentação, onde não foram encontradas áreas públicas adequadas para o lazer. As praças e quadras situadas em áreas mais carentes necessitam ser melhor conservadas e animadas. A animação poderia constar de projetos que aproveitassem as potencialidades humanas locais, isso influenciaria o uso mais efetivo dos espaços existentes pela população.

Assim, constata-se que as características encontradas nos espaços públicos de lazer nos diversos bairros de Natal apontam para uma diferenciação quanto à qualidade e quantidade de acordo com a Região Administrativa e principalmente nos bairros da cidade.

As principais características encontradas foram a má distribuição dos equipamentos na cidade; a dificuldade de acesso devido à localização inadequada nos bairros; o seu tipo de equipamento, de construção e de manutenção precários; a segurança pública deficiente e a falta de planejamento de atividades lúdicas para esses espaços. Há, ainda, formas de uso impróprias e a pouca atuação da comunidade em prol da reivindicação por esse tipo de espaço, sua animação e sua conservação.

Confirma-se também que a fragmentação da sociedade em classes, que se expressa na configuração urbana de Natal, tem correspondido a uma dinâmica capitalista de valorização do solo urbano de forma diferenciada, intermediada pelo Estado. Evidencia-se que as camadas superiores na pirâmide social recebem uma parcela maior dos frutos do crescimento econômico, e as camadas inferiores, que representam grande parte da população da cidade, são excluídas desses benefícios. Assim fica a camada mais carente de recursos, excluída das possibilidades de saber e de poder, o que interfere em todos os aspectos de sua existência.

A distribuição irregular dos espaços públicos de lazer, portanto, fundamenta-se na segregação espacial por classe na cidade, que é fruto da dinâmica econômica e práticas sociais aqui existentes. Essa distribuição é consequência da concentração dos recursos financeiros postos à disposição do Estado pelo fisco, em obras que beneficiam determinadas camadas da sociedade em detrimento das possibilidades da maioria da população natalense, contribuindo para perpetuar a fragmentação da cidade.

Nesse sentido, se a camada desprovida não age espontaneamente, nem através de seus representantes e mandatários institucionais, em prol da distribuição de oportunidades nesses campos, a segregação continuará em círculos viciosos, pois a própria segregação dificulta o encontro, a percepção das diferenças e o conflito, que podem ser resgatados numa nova forma de organização do cotidiano.

Analisar os problemas encontrados na cidade de Natal é um desafio, pois suas belas paisagens, seu magnífico clima, sua aparente harmonia muitas vezes desencorajam a estudar suas mazelas. Essa capital apresentou um crescimento populacional surpreendente

nos últimos anos, tendo uma expansão urbana desordenada que se reflete na carência de infra-estrutura urbana e numa forte segregação espacial. Nesse sentido, a distribuição dos espaços de lazer na cidade do Natal tem relação com os processos econômicos que desencadearam a urbanização do país nos seus aspectos regionais e locais e das peculiaridades existentes nessa cidade.

Na análise da realidade encontrada, nos dados referentes às diversidades de infra-estrutura urbana para o lazer e as políticas públicas destinadas a esse fim na cidade do Natal, aponta-se o seguinte quadro: existe uma segregação socioespacial entre bairros e Regiões Administrativas da cidade que se reflete em necessidades variadas em relação à existência de espaços públicos de lazer por área da cidade. Os espaços públicos de lazer apresentam-se mais concentrados em determinadas áreas, com escassez em outras, bem como a conservação dessas áreas ocorre de forma diferenciada quanto à sua localização e visibilidade por toda a cidade. A constatação da ausência de participação da sociedade na manutenção e uso desses espaços de lazer remete-se a uma tendência atual de considerar os espaços públicos com estranheza e medo, por esses não se mostrarem agradáveis nem seguros.

Finalmente, é preciso implementar políticas públicas urbanas de lazer muito claras em Natal, que permita o encontro das pessoas em seus espaços públicos. As formas de intervir na cidade devem se basear numa política de anti-exclusão que vise diminuir a segregação e as distâncias sociais, desenvolvendo projetos que incentivem a comunicação entre interesses pessoais e coletivos.

CALÇADÕES DA CIDADE DO NATAL - RN: ESTUDO PRELIMINAR DO CALÇADÃO DA AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE – ZONA SUL.



Andréa Lúcia Vasconcellos de Aguiar
Luciana Gomes Pinheiro
Josefa Alexandra Lopes
Ângela Maria Clemente
Matilde Pereira Figueira
Orientação: Dália Maria Maia C. de Lima

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização da capital do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil acelerou-se principalmente a partir da década de 40, com a ocupação militar norte-americana, que utilizou a cidade como uma de suas bases na Segunda Guerra Mundial. A partir daí, o município e sua população aumentaram consideravelmente, e a cidade passou a ser pressionada a ter uma preocupação com a expansão de forma racional de seu espaço urbano. Isso levou o estado a criar Planos Diretores da Cidade, fator que influencia o sentido e a orientação de seu crescimento, muito embora possamos questionar a quem essa “racionalidade” beneficia.

O Plano Diretor da Cidade que se encontra em vigor atualmente é o Plano Diretor de 1994, aprovado pela Lei Complementar Nº 07, de cinco de agosto de 1994. Esse plano revê e modifica algumas disposições do Plano que estava em vigor até então, mas continua a beneficiar grupos economicamente influentes da cidade, como acontece também em outros estados da União. Atualmente estão sendo discutidas as aplicações do novo Plano aprovado pela Câmara Municipal em maio de 2007.

A cidade do Natal cresce principalmente em sentido horizontal, fazendo com que seus empreendimentos imobiliários e desenvolvimento urbano se confrontem com outros municípios, o que provoca a regionalização desses equipamentos e de sua infra-estrutura urbanística. As faixas litorâneas ao norte e ao sul da cidade vêm sendo urbanizadas de maneira crescente e desordenada, devido ao aumento das atividades turísticas. Natal tem uma área de 172 km² e uma população estimada em 750 mil habitantes. Apresenta um clima seco e agradavelmente ensolarado, com ventos que sopram constantemente do oceano.

A cidade continua a crescer e a se desenvolver. A implantação da Via Costeira permitiu que fosse instalada uma ampla rede de hotéis. O incremento do turismo elevou Natal à condição de Pólo Turístico Nacional. Assim como todas as grandes cidades brasileiras, sofre as consequências da expansão urbana em alta velocidade. O resultado desse crescimento pode ser visto diariamente nos noticiários e na vida cotidiana. A cada dia aumenta a exclusão e as desigualdades sociais. Sobre esse assunto, Corrêa (1969, p.29) relata:

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar

um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorrem isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado.

2 CAPIM MACIO: UM BAIRRO DA ZONA SUL DE NATAL

A Zona Sul da cidade do Natal é praticamente toda erígida em área dunar. As terras onde está situado o bairro de Capim Macio, até a década de 60, faziam parte de uma área de dunas utilizadas pelas forças armadas como campo de treinamento. A região era um matagal distante da cidade e dos bairros desenvolvidos até então, ficando assim fora dos limites da área urbana de Natal. Em 1973, grande parte dessas terras foram postas à venda. O empresário João Veríssimo da Nóbrega, dono de uma das maiores redes de supermercado da cidade, comprou parte das terras e loteou, instalando ali uma de suas primeiras lojas.

Até então o bairro não se caracterizava como residencial. Nas décadas de 60 e 70, existiram no bairro boates e bares que eram o "point" do momento, um minizoológico e o "barródromo" (pista de pouso de barro), onde havia corridas informais de carros. Esse espaço, na época conhecido pela alcunha de capim macio, deu origem ao nome do bairro. Após vinte anos, o bairro de Capim Macio foi oficializado como tal, através da lei municipal nº 4.328, de 5 de janeiro de 1993. Nos dias atuais, situa-se em uma área nobre da cidade, onde os terrenos e imóveis têm valor elevado. Na atualidade, o "barródromo" é utilizado como pista de aerodelismo. Os arredores comportam vários restaurantes, colégios particulares e shoppings. Esses pontos comerciais, além de serem freqüentados pelos habitantes locais e vizinhos, também o são por turistas, tendo em vista a proximidade com o bairro de Ponta Negra e a Via Costeira, onde se encontra a maior parte de hotéis e pousadas da cidade.

Entretanto, apesar de ter o IPTU mais caro do município de Natal, o bairro encontra-se em situação de abandono por parte da administração pública, grande parte de suas ruas não são pavimentadas, e quando a questão é alagamento, essa área é considerada hiper-problemática. Assim como 80% da cidade do Natal, o bairro de Capim Macio não tem estrutura de saneamento básico; a coleta de lixo e seu destino também deixam a desejar. Se não houver um forte investimento nesse aspecto, Natal em pouco tempo terá sérios problemas; seu lençol freático já é motivo de grandes preocupações por parte dos ambientalistas, pois a contaminação por nitrato alcança níveis alarmantes, que por enquanto são contornáveis, mas se essa situação permanecer, presenciaremos um quadro irreversível.

A Prefeitura de Natal e o Governo do Estado, devido à forte pressão dos moradores, uniram-se para a realização do saneamento do bairro, tendo por base estudos realizados em 2002. A ordem de serviço foi assinada em fevereiro de 2006 e agora, em meados de 2007, foi iniciada. Conclusão: mesmo a zona sul sofre a conseqüência da morosidade do estado, lógico que nem tanto quanto as zonas que concentram a população de baixa renda.

De acordo com Moreira (2002), na prática, a participação da população no planejamento e na execução de intervenções urbanas só se concretiza quando a pressão popular e a vontade dos governantes convergem nessa direção, visto que o planejamento das ações governamentais e sua execução demandam um processo composto de várias etapas. A

pressão popular de um dos bairros nobres da cidade de Natal demorou para fazer efeito, mas conseguiu que ao menos as obras fossem iniciadas.

3 A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O lazer é um direito de todos, garantido na Carta Magna de nosso País, e a construção, manutenção e ocupação dos espaços públicos viabilizam possibilidades para uma vida saudável, construindo e reconstruindo identidades. O poder público pode facilitar a proliferação dos espaços destinados à coletividade, construindo locais destinados ao lazer e recreação em vias públicas.

Analisando esse ponto – a existência de espaços públicos para lazer, percebe-se que a cidade do Natal, bem como as demais cidades do Brasil, tem defasagem nesse aspecto, devido principalmente à distribuição irregular desses espaços. Sendo esse um dos fatores que contribuem para a discrepância da qualidade de vida da população de uma mesma cidade, incluindo aí a qualidade e os tipos de lazer disponibilizado. Portanto o lazer também sofre as conseqüências da segregação sócio-espacial.

Destarte, não resta dúvida de que os espaços públicos são de suma importância para as práticas sociais. Aliás, segundo Leite (2001), os espaços públicos são espaços urbanos que detêm dimensão sócio-espacial, caracterizados pelas ações que atribuem sentidos à cidade e são por eles influenciados. As ações que ocorrem no espaço urbano é que o transformam em espaços públicos, que se caracterizam então como um lugar onde as diferenças se encontram, onde práticas sociais diversas se comungam.

Dessa forma, considerando que o Estado tem por obrigação arcar com as necessidades sociais básicas de todo cidadão, entendemos que deve também arcar com a preservação e manutenção de espaços de uso coletivo.

4 CALÇADÃO DA AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE

O calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire fica situado no bairro de Capim Macio, que pertence à região administrativa sul da cidade do Natal. De um lado, faz fronteira com área de proteção ambiental da Mata Atlântica, sob responsabilidade das forças armadas do Brasil. Do outro, com a avenida que o identifica e comporta diversos shoppings, instituições de educação e espaços gastronômicos. A oferta de transporte urbano coletivo na localidade é abundante, a conservação das paradas e dos próprios ônibus no momento estão a contento. As paradas são bem iluminadas, recebem manutenção constante. Os ônibus são bem conservados e fazem ligação com diversos bairros, tanto da zona sul, como de outras regiões.

No entanto ele não consta do levantamento disponibilizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo SEMURB, a respeito dos equipamentos de desporto do bairro Capim Macio, cujo objetivo descrito em sua apresentação é “reduzir carências informativas para a população local e embasar a elaboração de políticas e ações públicas” (SEMURB, 2005, p.15). O Calçadão surge neste levantamento, realçando mais a Avenida Engenheiro Roberto Freire como via de tráfego de automóveis, do que propriamente o Calçadão.

As observações feitas apontam que a utilização do Calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire pela população natalense restringe-se praticamente a caminhada, corrida e

contemplação. Não foi detectada a presença de equipamentos de ginástica nem de via específica para corredores ou ciclistas. Todos os transeuntes, independentemente do uso que façam do Calçadão caminhada, corrida ou passeio ciclístico, utilizam o mesmo espaço sem delimitação específica ou transferem-se para a pista destinada aos automóveis, o que representa um perigo tanto para os indivíduos que estão a passear, como para os que estão dedicando-se a atividades esportivas.

Quanto aos aspectos físicos, o revestimento do Calçadão em questão, que é de pedra portuguesa, como grande parte dos calçadões do Brasil, (Rio de Janeiro, Recife, Amazonas), é inadequado para a prática de esporte e para a locomoção de deficientes. A iluminação é suprida pelos postes do canteiro central da avenida em questão e supre a necessidade a qual se destina o espaço.

A respeito dessas constatações realizadas pelo grupo de pesquisadores *in loco*, podemos vê-las ratificadas pelo questionário respondido por 20 transeuntes, escolhidos aleatoriamente no referido local, no dia 23 de dezembro de 2006, entre 16 e 17 horas.

O questionário era subdividido em três partes. Na primeira buscou-se detectar as características urbanísticas do equipamento de lazer em questão – Calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire. A esse respeito foi questionada a conservação, iluminação e adequação do espaço para as atividades desenvolvidas no local. A segunda parte busca perceber os tipos de atividades desenvolvidas pela população no local. E a última diz respeito à população que utiliza o espaço e limita-se a questionar a faixa etária e o sexo dos usuários do local em questão.

Quanto à conservação, 70% dos entrevistados atestam o bom estado do equipamento, 20% a consideram ótima e 10%, ruim. Percebemos um pouco de lixo jogado à margem direita, do lado da mata, composto de dejetos deixados por transeuntes, e não lixo doméstico ou entulho. No entanto, em observação posterior, pós-período natalino, a quantidade de lixo era bem maior. Isso nos leva a crer que, apesar de haver manutenção periódica no espaço, há necessidade de maior conscientização da população acerca da preservação do meio ambiente, mesmo em bairros onde se supõe que o grau de instrução seja elevado.

Em relação à iluminação, mais de 50% dos entrevistados a consideram suficiente, 40% insuficiente e 5%, inexistente. Se for analisada a existência de postes de iluminação no calçadão propriamente dito, a percepção da minoria está correta. No entanto, como foi dito acima, os postes situados no canteiro central da Avenida Engenheiro Roberto Freire suprem a necessidade de iluminação para o referido calçadão, conseqüentemente para as atividades de lazer nele desenvolvidas. Portanto a percepção da maioria da população é a que melhor corresponde à realidade.

O último aspecto pesquisado na caracterização do espaço foi a adequação dele para as atividades desenvolvidas. Metade dos entrevistados não a consideram adequadas, 40% não aprovam a adequação e somente 10% dizem ser um espaço adequado para a realização de atividades que normalmente se desenvolvem num calçadão. Principalmente os ciclistas que entrevistamos falavam da falta de uma ciclovia, e corredores citaram a inadequação da pedra portuguesa como calçamento desejável para a prática desse esporte.

Quanto à ciclovia, ponderamos mais acima sobre a necessidade de uma, para poder haver uma prática desportiva segura e inclusive atrair mais adeptos dessa opção de lazer, bem como uma delimitação para os que optam pela corrida, pois às vezes incomodam os que estão a passear ou contemplar o espaço.

Quanto ao revestimento, existe a inadequação de calçamentos de pedra portuguesa para a prática de esporte e locomoção de deficientes físicos, dado o desnivelamento desse tipo de calçamento, além de ficar muito escorregadio quando molhado, o que pode causar “acidentes” a toda a população que por ele transita. No entanto, a maioria dos calçadões no Brasil utilizam esse revestimento (Rio de Janeiro, João Pessoa, Amazonas, etc).

Alguns entrevistados detectaram a falta de equipamentos para a prática de ginástica, como barra, prancha de abdominal, etc., o que é um fato.

Quanto ao uso, a pesquisa buscou detectar os tipos de atividades desenvolvidas no local. A maioria dos entrevistados utiliza o espaço para caminhada e corrida, o que está bem de acordo com as possibilidades oferecidas por ele, embora não sejam as ideais, conforme discussão acima. Um aspecto bem característico, dado o perfil socioeconômico do bairro Capim Macio, é o número de pessoas que utilizam o Calçadão como via de passagem. Do universo da população entrevistada, somente 1,5% dos entrevistados utilizam-no para deslocamento.

O último item do questionário detectou que a maioria dos usuários do Calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire são do sexo masculino, e mais da metade tem entre 30 e 59 anos de idade.

Quanto à faixa etária, consideramos que a grande possibilidade de outras atividades de lazer que o bairro oferece, por exemplo, praia e diversos shoppings, e o fato de o Calçadão oferecer possibilidade basicamente para corrida e caminhada, sejam a justificativa para a quase ausência de adolescentes e crianças e até mesmo de pessoas da terceira idade. Afinal um passeio na beira da praia parece-nos muito mais sedutor do que caminhar ao lado de uma pista de alta velocidade e tráfego intenso como é a Avenida Engenheiro Roberto Freire.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de nossa pesquisa, percebemos que mesmo situado num bairro de classe média alta e tendo sido planejado visando atender aos anseios da população local, o Calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire apresenta problemas que um olhar de seu idealizador sob a ótica do lazer resolveria facilmente.

Embora a pedra portuguesa seja utilizada em diversas capitais para o calçamento desse tipo de espaço público e ela seja realmente de um ótimo padrão estético, escorrega e apresenta desníveis, o que não é seguro para as práticas de lazer que o local suporta. Acreditamos que com o desenvolvimento tecnológico na área de materiais haja um tipo de calçamento que atenda aos anseios estéticos e práticos para áreas destinadas ao lazer urbano. Acreditamos também que incrementar esse espaço com equipamentos de ginástica, não onere demasiadamente o orçamento previsto para a construção desse espaço de lazer, e o torna mais eficaz e atraente para os seus usuários, bem como uma demarcação simbólica para os corredores.

A localização das paradas de transporte coletivo também chamou nossa atenção. Apesar de elas serem bem conservadas, iluminadas e esteticamente condizentes com o bairro, situa-se de tal forma, que apresentam risco para a população que está à espera de ônibus e também para os praticantes de atividades de lazer.

A falta de consciência acerca da preservação do meio ambiente e cuidado com o espaço público não é privilégio desta ou daquela classe social, é um mal que assola grande parte da população.

Enfim, mais uma vez, dado o relato acima, temos comprovado a necessidade de um olhar multidisciplinar na elaboração do planejamento dos espaços públicos de Natal. Esse planejamento deverá se basear numa política urbana que contemple, além de habitações, também os espaços de lazer para as comunidades locais.

O USO DO CALÇADÃO DA PRAIA DE PONTA NEGRA COMO EQUIPAMENTO DE LAZER EM NATAL/ RN



Giselle de Melo Medeiros
Marley de Abreu Medeiros
Orquineiva de Souza Barbosa
Rafael Coutinho Dionizio de Lima
Renia Leane César Santos
Tiago André Alves da Rocha
Orientadora: Dra. Dália Maria Maia

1 INTRODUÇÃO

Já dizia o sociólogo francês, Chombart De Lauwe, Paul-Henry (1913-1998): "Toda a cidade encontra as compensações para as suas tensões e as suas frustrações, no desenvolvimento de um imaginário", ou seja, todo lugar deve ter um espaço de lazer (para o desenvolvimento de um imaginário) para compensar o tempo de trabalho. Alguns autores ligados ao lazer defendem a importância dos espaços públicos. Para eles, da mesma forma que é necessário o tempo livre, é necessário também um espaço para o lazer. E nada melhor que os espaços públicos urbanos para a realização das atividades de lazer.

Segundo Lopes (2006), os espaços públicos urbanos devem essencialmente ser espaços de lazer, isto é, lugares de dinâmica cultural onde o lúdico faça ressaltar um conjunto de expressões ou rituais, sinônimos do direito à cidade e de usufruto de lugares agradáveis para viver. Lugares que ofereçam uma grande escolha de atividades e que, ao prolongarem a vida interior, sirvam de receptáculo de muitas aspirações por vezes contraditórias, mas onde os cidadãos procurem sempre, mais ou menos conscientemente, estar em osmose com a sua unidade de vizinhança, o seu bairro, a sua cidade. O seu ordenamento é atualmente um dos aspectos vitais para a revitalização e a qualidade de vida no meio urbano. Eles interessam a todas as pessoas, independentemente do tempo livre e do grau de acessibilidades de cada um.

Para Marcellino (2001d, p. 57), "democratizar o lazer implica democratizar o espaço". Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo livre enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível. E se a questão for colocada em termos da vida diária da maioria da população, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano.

A produção espacial, de acordo com Correia (1969), se dá por agentes sociais que produzem e consomem o espaço. Eles são representados pelos donos de empresas ou indústrias, donos de terras, promotores imobiliários, o estado e os grupos sociais excluídos. No bairro de Ponta Negra, a presença é demarcada por vários desses agentes. O texto que se segue, ao longo deste trabalho acadêmico, pretende dar base para a reflexão acerca da Ponta Negra que nasceu e se forma, transformando-se cotidianamente nesse espaço, fruto da relação intensa desses agentes, o que se reflete no uso dos espaços de lazer. Nesta pesquisa o foco principal é lançar dados que nos leve a uma conclusão sobre o uso para o lazer do calçadão da praia de Ponta Negra.

2 PONTA NEGRA

Uma das primeiras referências históricas a Ponta Negra é a descrição do período da ocupação holandesa, em 1633, na Cartografia do Rio Grande do Norte, Registros de 1877 dão conta de uma casa de oração na povoação de Ponta Negra e de uma escola pública para o sexo masculino. Estima-se que, até o século passado, a Vila de Ponta Negra era habitada por indivíduos ligados à atividade pesqueira. Havia, entretanto, roçados para ajudar na economia doméstica, além do trabalho de renda de almofadas feito por mulheres. Após a 2ª Guerra Mundial, com a influência norte-americana de banhos de mar, foram iniciadas construções de casas de veraneio. Segundo antigos moradores, antes de 1956, havia 500 hectares de terras cultivadas em sistema comunitário. Mas esse sistema prejudicou a legalização daquelas terras, permitindo casos de "grilagem". Para apaziguar os conflitos, parte das terras foi doada ao clero de Natal através de D. Eugênio Sales. Em 1964, outra parte que servia à população foi destinada ao Ministério da Aeronáutica para a construção da Barreira do Inferno. Após se verem expropriados de suas terras, parte da população passou a subsistir do artesanato, de barracas de praia e de biscates, além da pesca. Mais recentemente, a compra de 130 hectares de terras ao empresário Osmundo Faria possibilitou a construção de conjuntos habitacionais com casas e apartamentos. Em 1978, surgiu o conjunto Ponta Negra, em 1979, o Alagamar em 1989, o Serrambi e, em 1981, o Natal Sul. No ano 2000, foi executado o projeto Orla de Ponta Negra. Desse projeto de urbanização, fez parte a construção de um calçadão na orla marítima, com 3 quilômetros de extensão e a substituição das antigas barracas de praia por quiosques de fibra de vidro. Ponta Negra foi oficializado como bairro em 7 de setembro de 1994. (SEMURB, 2006)

2.1 Localização

Localizada a 14 quilômetros ao sul do centro urbano de Natal, a praia de Ponta Negra é formada por uma pequena baía de 3 quilômetros de extensão.

Ao norte, um trecho de mar aberto, com ondas fortes, é o local preferido pelos surfistas. No extremo sul, a presença de jangadas e o Morro do Careca (uma duna de 120 metros de altura, margeada por vegetação) formam um dos mais belos cartões postais do Brasil.

2.2 O calçadão

Como foi dito anteriormente, foi executado no ano 2000 o projeto Orla de Ponta Negra. Desse projeto de urbanização, fez parte a construção de um calçadão na orla marítima, com 3 quilômetros de extensão e a substituição das antigas barracas de praia por quiosques de fibra de vidro, como se pode ver (FIGURA 01).



Figura 01 – Calçadão de Ponta Negra.

2.3 As várias Pontas Negras e seu único calçadão

A bela Ponta Negra, cartão postal da cidade do Natal, vive na atualidade as marcas de um crescimento desencadeado, em parte pelo desenvolvimento turístico, em parte pela especulação comercial e imobiliária.

O projeto “O Uso dos Calçadões para o Lazer em Natal” analisou, entre outras coisas, a distribuição e o uso do calçadão que margeia a praia de Ponta Negra.

Para iniciar esta análise se fez necessário reconhecer quem produzia o espaço urbano do bairro estudado. Nesse bairro podemos reconhecer os proprietários dos meios de produção, que seriam os comerciantes da localidade, que obtêm seu lucro principalmente da prática turística e, em parte, pela presença de alguns moradores da cidade. Estes últimos são inseridos dentro de uma lógica de mercado de consumo dos mesmos produtos oferecidos aos turistas, pagando a mesma quantia que os estrangeiros pagam, o que demarca um consumo elitizado. Mesmo assim, há uma presença marcante dos ambulantes, o que forma um mercado paralelo de consumo.

Ainda sobre o contexto comercial, outro grupo, o dos promotores imobiliários, está fortemente presente nessa região. Ponta Negra é claramente reconhecido como um bairro em que a especulação imobiliária é intensa. Por ser uma localidade de praia, além da especulação local por parte de imobiliárias e construtoras que investem na valorização, é reconhecida também a atuação de estrangeiros que aqui investem suas economias; existe, hoje em dia, a oferta declarada de venda em dólar e euro.

Outro agente muito importante, que deveria organizar o espaço urbano levando a sério os estudos urbanísticos, a fim de fomentar o desenvolvimento urbano, assim como a qualidade de vida dos cidadãos, é o Estado. Segundo Correia (1969, p. 24) “[...] o Estado atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. [...] No entanto, é através da implantação de serviços públicos, como o sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz mais corrente e esperado”.

O Estado é, também, o responsável pela elaboração de leis e normas vinculadas do uso do solo, assim como as normas que cuidam do zoneamento e o código de obras.

Recentemente a questão do Plano Diretor que inclui a não edificação de prédios que impeçam a visibilidade da orla marítima, assim como do Morro do Careca, foi colocada em prova. No centro da questão estavam a construção de um prédio de muitos andares dentro de uma zona não edificável de Ponta Negra e a liberação vinda por parte da SEMURB, que legalizava a construção dessa obra. A mídia noticiou, e a população protestou: foi um clássico desrespeito à legislação que a própria prefeitura tinha o dever de resguardar, sendo ela gestora da própria norma.

Esse foi um exemplo clássico do poder dos promotores imobiliários. Estes não conseguiram dar continuidade a essa construção por causa da visibilidade e comoção que o fato tomou. Mas outras áreas, que estão envoltas por questões ambientais, foram liberadas e hoje dão espaço a condomínios em várias partes da cidade.

Outro grupo muito evidente no bairro é a dos menos favorecidos, que se estabelecem, principalmente, na Vila de Ponta Negra. A realidade das pessoas dessa parte contrasta com a do restante do bairro. A dinâmica de organização desse espaço se deu de forma diferente. A urbanização, a construção das habitações obedecem à ordem da ocupação e da necessidade num primeiro momento. Agregada a isso está a questão da nutrição, da falta de saneamento, o que acarreta o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego mal remunerado.

É na produção desse espaço, "em terrenos públicos ou privados, invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência". (CORREIA, 1969, p. 30).

Outra característica que vem se destacando na Vila de Ponta Negra é a ligação direta com o turismo. Atualmente, quem chega por lá se depara com cartazes com frases em inglês, o que representa o forte poder do capitalismo e da presença do estrangeiro como turista na região.

Outro fato relevante na nossa pesquisa é a presença da prostituição de uma forma muito intensa neste bairro. Por ser uma área reconhecidamente turística a localidade é tomada por esse mercado, o que acaba por afastar um pouco a população local, que passa a não vivenciar seu lazer completamente ou em determinados horários.

A ação destes agentes citados nos textos deriva da dinâmica cumulativa de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem. Isso inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização do espaço, densificação do uso do solo, deteriorização de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coerciva ou não, do conteúdo social e econômico dessa área estudada.

Ponta Negra, assim, é um espaço de conflitos. Urbanamente se formou desse conjunto em ebulição constante. E é justamente no calçadão da praia que tudo vai se encontrar. Desde o comércio, o banhista que passa, o morador da parte nobre, o da Vila até os cidadãos de outros bairros da cidade. No calçadão, que é único, o encontro é inevitável.

É devido a esse conflito desses agentes, à transformação e formação do restante do bairro, que obtivemos uma idéia sobre o uso do calçadão de Ponta Negra.

3 UM ESPAÇO APROPRIADO PARA O LAZER

A partir das pesquisas realizadas, pode-se considerar que o calçadão de Ponta Negra é, para a maioria dos entrevistados, apropriado para o lazer e se encontra em bom estado. Porém não se pode deixar de considerar o número de pessoas que acreditam que é preciso melhorar a iluminação do calçadão, a segurança, o estado de conservação, etc. Além disso, é visível a divisão do calçadão em duas partes: uma mais intensa, com ênfase comercial, na parte que poderíamos denominar de primeira metade, iniciando mais próximo ao Morro do Careca; e a segunda, na qual percebemos que as atividades de caminhada, corrida e ciclismo são evidentemente mais praticadas. Percebemos, também, a mudança de hábito nos horários das caminhadas. As mulheres têm preferido caminhar pela manhã e à tarde, enquanto os homens têm uma maior predileção pela noite, o que podemos relacionar com o ao crescimento da prostituição na área estudada.

Podemos afirmar, ainda, com a pesquisa, que a distribuição espacial do lazer em Ponta Negra apresenta-se como tema de grande importância para as sociedades contemporâneas. Esse tema se justifica pelo fato de essa região da cidade do Natal apresentar um crescimento populacional surpreendente nos últimos anos, com uma expansão urbana desordenada em parte, como podemos observar na própria Vila de Ponta Negra e na tentativa desenfreada de se construir prédios e condomínios, o que em última instância acaba por refletir na carência de infra-estrutura urbana e numa forte segregação espacial.

Foram verificadas as disponibilidades do calçadão como espaço público de lazer e a identificação dos fatores que interferem na utilização desse espaço, visando contribuir para a compreensão do fenômeno do lazer urbano e para uma discussão que possibilite montar estratégias para a utilização de forma democrática desses espaços, em especial na praia de Ponta Negra. Por exemplo, identificamos o problema do mercado informal: hoje, o tráfego pelo calçadão é muito dificultado, especialmente na parte da orla onde se encontra a maioria dos bares e restaurantes. Quem caminha por lá disputa lugar com quadros e outros objetos que são comercializados, como as peças de artesanato, além do fluxo constante de pessoas. Essa foi uma das maiores queixas que nossa pesquisa identificou nas entrevistas feitas com os usuários.

A despeito da relação entre público e privado, observamos que a praia - um espaço público - está cada vez mais tendo caráter privado. Isso porque uma considerável parte da praia está preenchida por barracas e cadeiras, sendo cobrada financeiramente a utilização dessas. Isso finda por contribuir para a segregação, tornando o espaço cada vez mais freqüentado por turistas do que por moradores, que aparecem mais significativamente no comércio, que no usufruto do espaço "público" como um espaço de lazer.

Nossa análise aponta para a existência de uma distribuição irregular desse espaço público de lazer, que apresenta relação com a segregação espacial por classe, existente nesta região, fruto da dinâmica econômica e práticas sociais existentes. O morador da Vila vai ao calçadão e à "Rua do Salsa" para trabalhar, quase sempre informalmente, e não para vivenciar um momento de ludicidade e lazer.

O futuro do calçadão vai depender, em última instância, da dinâmica sócio-espacial local e principalmente da força de representação local exercida pelas pessoas que habitam o bairro e que fazem uso do calçadão. É preciso implementar uma política de investimentos muito clara na retomada da qualidade do espaço público de lazer, na retomada da sua função, já que a idéia do passeio é proporcionar caminho e, mais que isso, lazer. Um espaço de lazer

eficiente supõe uma idéia de cidade mais justa, que permita o encontro das pessoas em segurança, com limpeza e um ordenamento mínimo de conservação desse espaço.



1 INTRODUÇÃO

Lazer e políticas públicas estão cada vez mais em evidência. A compreensão desses temas, no entanto, parece evocar preconceitos e contradições. Aquele, em virtude do estereótipo criado e mantido pela indústria do entretenimento. Este, pelo “mal-estar” com a política, herdado historicamente.

No entanto, fugir dessa discussão - feliz ou infelizmente - é inevitável, já que vivemos em um Estado Neoliberal fundamentado em políticas públicas e temos o lazer como direito constitucional. Assim, tais assuntos estarão sempre em pauta e o cidadão está constantemente tomando decisões nesses âmbitos, nem que seja no ato da omissão – o que representa voto em favor dos interesses dominantes.

Nesse sentido, se não há como se eximir, convido-lhes a um passeio por esses temas. Iniciaremos a caminhada com uma reflexão introdutória sobre as perspectivas teóricas do lazer, passando pela compreensão e histórico das políticas públicas, mais especificamente, das políticas públicas sociais de lazer. Uma vez familiarizados com o tema, tomaremos como recorte um Programa do governo federal denominado PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, para analisá-lo com foco nos princípios norteadores relacionados ao lazer.

A razão de escolher um programa para observação é a possibilidade de avaliar a sua proposta, dialogando-a com perspectivas teóricas da área, bem como de verificar se esta tem sido, de fato, colocada em prática. Essa experiência, além de complementar as abordagens puramente teóricas, contribui com a construção de indicativo para avaliação de políticas públicas.

O PETI será aqui apresentado, em caracterização, objetivos e diretrizes, sob a perspectiva do Manual Oficial de Orientação. Já a avaliação da prática pedagógica é consequência de uma pesquisa de caráter participativo e descritivo, viabilizada de condição de um estágio do Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida. A intervenção foi realizada no período de abril a junho de 2005 contemplando, principalmente, dois dos três núcleos do PETI de Ielmo Marinho/RN, município localizado a 54Km de Natal, no agreste potiguar.

No que se refere ao posicionamento teórico, deixa-se claro o compromisso com a perspectiva do lazer enquanto vivências de humanização e emancipação dos sujeitos. Adiante você compreenderá os significados e argumentos, mas antecipo a justificativa da escolha por ser essa linha de pensamento a mais adequada à essência das políticas públicas, apesar de – ou justamente por – ser contra-hegemônica.

2 O LAZER

Afirmar que o presente artigo toma por base a perspectiva teórica emancipatória e humanista do lazer, já pressupõe a existência de outras linhas conceituais sobre o tema. Não se trata de julgamento entre certo ou errado, mas de variações características das condições histórico-culturais em que cada definição foi sistematizada.

No Brasil, por exemplo, as primeiras formulações do lazer surgem no contexto da recreação e da disciplinarização do corpo imposta aos operários e suas famílias, já atrelado à trajetória da educação física e do esporte.

É mesmo a partir da década de 70 que o lazer ganha preocupações na sociologia, sendo concebido como componente imprescindível ao equilíbrio social por garantir condições adequadas ao trabalho e contribuir para a formação moral dos indivíduos. Uma das primeiras e mais importantes sistematizações de estudos nesse contexto é a do francês Joffre Dumazedier, conhecido por definir os três "D's" do lazer: Descanso, Divertimento e Desenvolvimento. Com base nesse pressuposto, ele define essa vivência como:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1979, p.34)

O lazer nesse sentido funcional, de modo estereotipado, é uma forma de preencher o tempo livre - considerado como todo o tempo de não-trabalho. Através da integração do ócio à ordem moral, racional e economicamente útil, os indivíduos não estando no trabalho ou nas atividades permitidas ao tempo livre - igreja, escola, família - deveriam "entregar-se" às atividades "lícitas" de lazer, cada vez mais oferecidas e controladas de acordo com os interesses da administração pública e da iniciativa privada.

Na década de 80, Marcellino (2003a) inicia discussões que vêm a contribuir de forma decisiva às novas perspectivas de estudos do lazer. Além de incentivar maiores projeções dos estudos, sobretudo nas universidades, o autor contrapõe-se à visão do lazer enquanto instrumento de dominação, tomando-o como um fenômeno gerado historicamente e do qual emergem valores questionadores da sociedade, logo, pode contribuir para mudanças de ordem moral e cultural.

A partir desse avanço conceitual, vários estudos vêm a reafirmar que o lazer já não pode mais ser uma vivência alienada, desconcertada da realidade social, ou utilizada como espaços de fuga. Em compensação, considera-se o lugar da educação, do desenvolvimento, da qualidade de vida individual e coletiva, e do questionamento da ordem social durante as vivências. É importante lembrar que é atribuído ao profissional da área o importante papel de desenvolver pedagogias de intervenção que não venham a ferir a expectativa, o prazer e, principalmente, a liberdade do seu público.

Mascarenhas (2003, p.13) corrobora com essa discussão ao caracterizar o lazer como "lugar de uma experimentação valorativa em que a estética, a ética e a política articulam-se como dimensões que acabam por tornar impossível qualquer iniciativa de dissociá-lo da educação". E ainda nesse sentido, associado à educação, o autor pontua interseções do

lazer com a Educação Popular, sistematizada por Paulo Freire como espaço de construção coletiva do conhecimento a partir das próprias experiências.

Unindo, então, a perspectiva da intervenção por meio do lazer à idéia da Educação Popular, Mascarenhas conceitua o "lazer-educação", concepção considerada mais adequada pela presente pesquisa e que infere:

[...] uma posição política e político-pedagógica de compromisso com os grupos e movimentos sociais mediante sua resistência e luta cotidiana por sobrevivência, por emancipação e pela conquista de um mundo mais justo e melhor pra se viver [...] agregando o debate pedagógico aos conteúdos do lazer. (MASCARENHAS, 2003, p. 22)

Dessa forma o lazer se desvinculada da concepção funcionalista e de instrumento de manipulação de massas, sendo vivenciado em prol do bem-estar, da humanização, da criatividade, da qualidade de vida e do crescimento pessoal e coletivo.

É importante salientar que a evolução teórica aqui apresentada é, sobretudo, conceitual. As linhas de pensamento não se excluem. Cada uma apresenta suas vantagens, contradições e desafios e, por vezes, se complementam e co-existem. O presente estudo, no entanto, como já explicitado, assume predominância pela última perspectiva apresentada, considerada a mais adequada para o exercício do lazer enquanto direito social, assegurado na Constituição Federal de 1988, capítulo II, Art.6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC nº 20/2000)".

3 AS POLITICAS PUBLICAS

Uma vez assegurado na Constituição de 1988, espera-se a concretização do direito ao lazer por meio de políticas públicas, entendidas aqui como "respostas do Estado às demanda que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão de compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo". (CUNHA, 2002, p.12)

Essa proposição, no entanto, não funciona tão logicamente como parece. No Brasil, em especial, as conquistas da Constituição coincidiram com o desmonte do Estado do Bem-Estar Social - caracterizado por prover aparatos públicos de proteção social - para ceder lugar à implementação de medidas neoliberais, principalmente, a partir da década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Estado Neoliberal ou do "Mal-Estar Social" negligenciou os direitos adquiridos, razão pela qual Oliveira (2002) denomina essa época a das "políticas sociais sem direito social". Prevaleceu o sucateamento do setor público por meio do esvaziamento orçamentário, da descentralização, da privatização e da focalização dos serviços sociais.

Deveria a política mediar o constante fazer histórico da ordem social, onde os atores políticos disputam entre si a hegemonia da sociedade, cada um com sua utopia, num processo intrinsecamente conflituoso. Essa "natureza" da política é desfeita uma vez que, ao invés de mediar os interesses, elas passaram a realimentar o personalismo, as relações de clientelismo e dádiva e, principalmente, deslocaram a articulação dos termos "cidadãos"

e “direitos” para “consumidor” e “serviços”, contribuindo para manutenção da cultura política brasileira de dominação social. (COSTA, 2001).

Essa nova relação entre “consumidor” e “serviço” é resultado da extensão da racionalidade do mercado ao campo político, o que promoveu significativas mudanças na política institucionalizada. Segundo as sistematizações de Lechner (2004), a criação de estruturas comunicativas e de normas éticas balizadoras dos processos sociais tem sido cada vez mais ignorada. Enquanto isso, a política tem sido reduzida a um mecanismo de regulação exclusivamente econômica tentado lidar – sem sucesso – com o manejo de contingências.

Essa situação tem como pretexto justificativo a sociedade auto-regulada, a qual questiona diretamente a centralidade da política. Sabe-se, no entanto, que a abdicação da política em benefício de uma auto-regulação social, ao invés de fortalecer a sociedade civil, favorece ao desdobramento da sociedade de mercado. Essa situação tem incentivado ao individualismo baseado no cálculo custo-benefício utilitarista, mas, ao mesmo tempo, crescem as demandas por instâncias coletivas e referências comuns. E à da política que as pessoas esperam as respostas.

Isso porque, herdou-se da política institucionalizada a imagem de instância máxima de condução e proteção. Espera-se da política o atendimento tanto ao imediatismo do presente – típico da lógica do mercado - quanto propostas de projetos e horizonte futuros que garantam integridade física, certa segurança econômica e referencial de certeza. A incompatibilidade entre essa compreensão herdada sobre a política e as ações que figuram a realidade atual gera o mal – estar com os assuntos políticos.

A falta de previsão de seguridades e de objetivos coletivos por um futuro melhor soma-se de fracasso da política expresso na falta de controle social sobre a realidade. Diante dessa angústia e da sensação de traição pela instância que, supostamente, deveria lhe proteger e conduzir, os indivíduos se afastam e abominam os assuntos políticos que lhe provocam “mal-estar”.

É certo que as mudanças estruturais impossibilitam que muitas das expectativas herdadas sejam atendidas. Mas é certo que pouco tem sido feito para reverter essa cultura histórica de descrença e descrédito que tem prevalecido nas políticas públicas em geral.

Analisando, por exemplo, os contextos em que as políticas públicas de lazer têm sido desenvolvidas, predomina a perspectiva do “vício assistencialista” que, para Marcellino (2003), tem raízes históricas, uma vez que as “políticas embrionárias de lazer” vieram dos gabinetes das primeiras-damas, ainda na época da ditadura militar e, quase sempre, tinham esse cunho assistencialista.

Outro viés comum são as propostas de lazer como idéia de “vacina” ou “remédio” contra outros sérios problemas, como é o caso da promoção da saúde. Bramante (2004) faz críticas consideráveis a esse respeito salientando que “Todo cuidado será pouco para não haver uma inversão de finalidades, correndo-se o risco de adoecer o esporte e lazer ao invés de tornar a saúde menos doente”. As propostas de “lazer e” acaba desviando a atenção dos indivíduos dos termos agregados (violência, segurança, saúde etc), problemas esses que se tornam cada vez menos resolvidos e mais sérios.

Como mais corriqueiro registram-se, ainda, reducionismo das políticas públicas de lazer à prática de esportes. Isso acontece porque, apesar do lazer absorver um quadro profissional multidisciplinar, ainda predomina a atuação de graduados em educação física. Nessas circunstâncias, durante as vivências de lazer são priorizadas atividades físicas e esportivas.

Nesse contexto, cheios de outras intenções, as políticas públicas de lazer acabam por fugir do seu foco, que deveria ser proporcionar um contexto de usufruto do lazer enquanto um direito social, indicativo de qualidade de vida, da criatividade, e do desenvolvimento individual e coletivo.

Exceções devem ser registradas. Essa perspectiva é contemplada nas propostas de alguns programas e projetos de lazer. Exemplo disso é Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), implementado pelo Ministério do Esporte. Acontece que, mesmo nesses casos, por desinteresse dos gestores, falta de recursos e, principalmente, falta de qualificação dos profissionais que conduzem a prática, a noção de direito social permanece só nas propostas e não é desenvolvida e construída com o usuário final, que termina por usufruir das vivências na mesma perspectiva de clientelismo de sempre.

A construção e amadurecimento de processos participativos é uma alternativa para saltos qualitativos dessa realidade. Falta aos usuários se apropriarem das propostas, no sentido de compreender a intenção e a importância dos programas aos quais estão tendo acesso e, principalmente, conscientizar-se do papel deles, enquanto cidadãos, nos processos de condução, participação e avaliação.

Isso pressupõe consciência política e social, conhecimento dos seus direitos, e compreensão mínima das questões públicas. Obviamente, pelo viés mais coerente, esse processo de educação deveria já fazer parte dos objetivos e ações dos programas. Não só oferecer serviços e atividades, mas respeitar a construção da cidadania tão importante e tão característica da "natureza" das políticas públicas.

Nesse sentido, o lazer tem um contexto particularmente favorável. Isso porque tais vivências, caracteristicamente, podem permitir a aproximação e apropriação dos sujeitos com sua realidade. Possibilita a tomada de consciência do direito e da importância da participação no fazer comunitário, no fazer político. É exatamente nesse sentido que a perspectiva emancipatória do lazer deve se estabelecer nas políticas públicas.

Para isso, são necessários pressupostos básicos como uma boa proposta e uma coerente prática pedagógica que, por sua vez, dependem dos profissionais, da compreensão do lazer e das atividades que estão sendo desenvolvidas. Tomando esses indicativos teóricos como contraponto é possível agora realizar uma análise de uma proposta na prática. Como já apresentado, tomaremos como recorte o Programa PETI desenvolvido no município de Ielmo Marinho/RN.

4 O ESCRITO E O VISTO: A REALIDADE SOBRE O LAZER NO PETI DE IEMO MARINHO

O PETI é coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, tendo gestão e co-financiamento nos âmbitos estaduais e municipais.

O objetivo do programa é retirar crianças e adolescentes do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, todo aquele que coloca em risco sua saúde e sua segurança. Para isso, as crianças e adolescentes participantes - que atendem aos critérios de idade entre 07 e 15 anos, situação de extrema pobreza e renda per capita até meio salário mínimo - recebem uma bolsa mensal no valor de R\$ 25,00 na área rural e R\$ 40,00 na área urbana, e têm o prazo máximo de quatro anos para permanência.

A inscrição no programa pressupõe ao beneficiado o atendimento com ações no âmbito escolar, individual e familiar. Todas essas propostas deverão seguir como eixos norteadores: os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica de Assistência Social; a interdisciplinaridade das atividades; a multiprofissionalidade do atendimento; a integração de Políticas e Programas; o fortalecimento da Cultura Local e o intercâmbio com outras realidades; o protagonismo dos usuários; a participação das Famílias Assistidas; o nível de desenvolvimento físico, o psíquico e social dos usuários; a alteração da realidade dos usuários, buscando-se a promoção de melhorias, e a avaliação e monitoramento.

As demais especificações e características do programa serão apresentadas a seguir baseadas no Manual de Orientação do PETI, e comparadas à realidade de Ielmo Marinho/RN. O referido município, que atende 200 crianças, dispõe de três núcleos que funcionam nos dois turnos – “Sopão”, “Umarí” e “Canto de Moça”. A pesquisadora, considerando a frequência com que aconteceram visitas, observações e atividades da pesquisadora, contemplou apenas os turnos matutinos do núcleo de Ielmo Marinho, denominado de “Sopão”; e do núcleo localizado no distrito de Umarí, cada um representando 50% da amostra total.

Para apreensão da realidade do PETI no referido município foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação participativa assistemática, anotações de campo, o documento oficial de diretrizes do PETI, o relatório de atividades desenvolvidas durante o período da pesquisa e questionários.

Na aplicação desses últimos, participaram 30 das crianças e adolescentes do PETI, representando 25% do total de participantes do programa. A escolha da amostra foi feita aleatoriamente resultando na composição de um quadro 60% feminino e 40% masculino. Com relação às idades, 40% tinham 11 e 12 anos; 33,3 % eram crianças com 9 e 10 anos, 20% eram adolescentes de 13 e 15 anos e, em menor representação, 6,6% da amostra foi representada pelas crianças de 7 e 8 anos.

4.1 Das atividades de lazer

As crianças e adolescentes, uma vez inscritas no PETI, dedicam um turno à escola e outro à Jornada Ampliada, ação educativa que acontece de segunda a sexta-feira, inclusive no período de recesso escolar, quando costumadamente são realizadas colônias de férias. Das quatro horas diárias que estão na Jornada Ampliada, são dedicadas 20% a 30% ao reforço escolar e 70% a 80% é dividido para as atividades do núcleo básico e específico.

O núcleo básico, como o nome suscita, é comum a todos os participantes. São dois os seus objetivos principais: o primeiro, é enriquecer o universo de informações, cultural e lúdico das crianças e adolescentes, por meio de atividades complementares e articuladas entre si, destacando aquelas voltadas para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e as atividades lúdicas. O segundo objetivo é apoiar a criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua auto-estima em estreita relação com a família, a escola e a comunidade.

No núcleo específico, por sua vez, o participante escolhe uma ou mais atividades para desenvolver. São as chamadas “oficinas”, com opções divididas por eixos temáticos: atividades de arte (favorece a sociabilidade, a expressão e as trocas culturais); práticas desportivas (favorece o auto-conhecimento corporal, convivência grupal e o acesso ao

lúdico); atividades de apoio ao processo de aprendizagem (reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental e outros); e inclui ainda ações de educação para a saúde (acesso a informações sobre os riscos do trabalho precoce, a sexualidade, gravidez na adolescência, malefícios do uso de drogas, DST/AIDS).

As diretrizes para as atividades da Jornada Ampliada assumem, assim, o lazer em diálogo com o aprendizado, a criação, o convívio social e a manifestação lúdica, comprometido com o crescimento e a emancipação do sujeito. Pode-se avaliar, conseqüentemente, que está de acordo com as intenções defendidas pela presente pesquisa sobre a política pública de intervenção através do lazer e, mais ainda, em prol da erradicação do trabalho infantil:

[...] deve ter a finalidade educativa na perspectiva humanista e emancipatória, particularmente numa sociedade desigual como a nossa, em que ainda se sobrevaloriza o trabalho, as obrigações, a produtividade e o consumo, independente do *locus* em que essa experiência lúdica é vivenciada. (BRAMANTE, 2004, p. 186)

A diversidade da proposta também merece destaque, já as atividades sugeridas pelo programa contemplam os diferentes interesses culturais do lazer: social, artístico, físico, intelectual e manual.

Um aspecto que poderia ser repensado é forma de funcionamento do núcleo específico. No momento de decisão sobre qual atividade praticar as crianças e adolescentes tendem a optar pelas que já conhecem, seja para buscar aperfeiçoamento, seja por vergonha de submeter-se a novas experiências e serem ridicularizadas pelos que já dominam as técnicas. Uma forma de superar essa realidade é conduzir as crianças e adolescentes a vivenciarem todas as oficinas, mesmo que seja apenas para obter real repertório antes da escolha final. Essa experiência favorece à ampliação do leque cultural, à desmistificação de preconceitos com determinadas atividades, e à vivência desinteressada do lazer, exatamente como se propõe o PETI.

No caso do município de Ilmo Marinho, no entanto, o núcleo específico não funciona nem no sistema de "rodízio", nem no sistema de oficinas fixas. Lá todas as crianças e adolescentes permanecem em uma só turma, onde participam das atividades propostas pelos dois monitores. O fato de construir diariamente atividade para um grupo numeroso e heterogêneo (principalmente com relação às idades) compromete de certo modo às atividades, fator agravado diante das tímidas habilidades e versatilidade dos monitores.

Nessas condições, as atividades frequentemente desenvolvidas nos núcleos do referido município são desenho e pintura, leitura e escrita, e jogos com bola. Realidade essa que, por sinal, não corresponde às sugestões das crianças e adolescentes que manifestaram desejo, por ordem de preferência, às práticas esportivas, shows de talentos e oficinas de artes.

Essa lacuna entre as atividades preferidas e as atividades realizadas é um elemento que deve ser considerado. Sabe-se que os interesses são diversos - entre sexo, faixas etárias, gostos e personalidades - e que não é possível, nem recomendado, atender a cada um e em todos os momentos. Faz-se indispensável, então, desenvolver estratégias que busquem o maior número envolvimento, tanto em número quanto em intensidade. Objetiva-se, assim, superar a frustração - quase sempre refletida em resistência-, permitir a experimentação de outros valores e habilidades, e conquistar a possibilidade de inserir vivências como o

resgate de brincadeiras populares, os jogos cooperativos e a modificação de regras dos jogos tradicionais.

No tocante à ampliação do leque de atividades, a maior dificuldade mencionada pelos monitores é a carência de recursos físicos e materiais. Essa constatação contradiz o manual de orientação do programa que prevê padrão mínimo de instalações com espaços apropriados para refeições, estudos, recreação ao ar livre, dinâmicas em grupos, atividades artísticas, culturais e desportivas; tudo respeitando padrões adequados de segurança, boa iluminação, ventilação e condições higiênicas e sanitárias adequadas. Além disso, prevê a aquisição de materiais pedagógicos ou lúdicos e jogos do uso comum.

É importante salientar que recurso material é apenas um componente das atividades. Outro de igual ou maior importância é a metodologia pedagógica utilizada. É ela quem determina se as atividades oferecidas vão apenas ser consumidas, seguindo a perspectiva assistencialismo; ou desempenhada enquanto uma vivência socialmente situada, favoráveis à emancipação do sujeito.

Adotar metodologias de intervenção, no entanto, não é apenas aplicar métodos, regras e postulados de acordo com determinada disciplina de aplicação. É preciso considerar componentes mais subjetivos como a concepção de homem e sociedade, e identificar as variáveis e os determinantes que agem sobre esse processo. É o que sintetiza Mascarenhas ao pensar sobre a prática pedagógica do lazer:

[...] conceber o lazer como prática social e pedagógica é ver no conjunto de suas atividades a possibilidades de produção e construção de um conhecimento que, em seu caráter crítico e emancipador, guarda uma estreita ligação com o real, extraindo dados e elementos, desvelando suas origens, identificando as contradições e localizando o lugar que ocupa na totalidade de um determinado contexto. A ação educativa do lazer passa então a ser vista como um constante teorizar a prática. (MASCARENHAS, 2003, p.33).

O amadurecimento dessa realidade pressupõe um duplo processo de educação *para* o lazer e educação *pelo* lazer, defendidos por autores Vitor Andrade de Melo, Nelson Carvalho Marcellino e Fernando Mascarenhas e compreendido como:

[...] tentativa de situar (o indivíduo) em seu estar no e com o mundo, possibilitando-lhe a apropriação e o desenvolvimento de determinadas habilidades e valores necessários à sua autodeterminação como indivíduo coletivo, mediante a tematização e reflexão sobre os diversificados conteúdos do lazer e das condições de sua própria existência histórica". (MASCARENHAS, 2003, p. 29)

De modo simplificado, a "educação para o lazer" consiste em proporcionar uma apreensão crítica e criativa dos conteúdos do lazer, através dos processos de difusão, esclarecimento e reflexão sobre o lazer na perspectiva de direito, qualidade de vida e cidadania.

Já a "educação pelo lazer" se propõe a "aproveitar" o potencial das atividades para trabalhar valores, condutas, comportamentos e, principalmente, possibilitar ao grupo a descoberta das contradições e determinações presentes na sua realidade. Esse processo

não deve significar imposição de moralismo e postura, nem pretender adequação desses indivíduos à sociedade, mas provocar questionamentos e propor as atividades de lazer como espaços onde, a partir de problematizações, os indivíduos possam mobilizar-se com intenções de mudanças.

Percebe-se, pois, que a educação para o lazer e educação pelo lazer, possibilitam que o sujeito encaminhe um processo de emancipação. Relacionar o lazer à emancipação, significa considerar o aspecto mobilizador, social, cultural, crítico e criativo dessa vivência. Dessa forma, a inserção dos sujeitos coletivos no processo de construção da sua realidade, incrementando a construção de novos projetos de sociedade, transforma o lazer em veículo e objeto de cidadania, permitindo-lhes condições de superar a visão de produto de consumo, que atuaria com conformismo e alienação.

Esses aspectos acima sugeridos foram mais facilmente contemplados nas atividades de lazer propostas pelas estagiárias no PETI em virtude da formação acadêmica desenvolvida no Curso Superior de Lazer e Qualidade de Vida do CEFET-RN, e da ânsia em colocar em prática os desafios que permeiam a seguridade do direito ao lazer.

O planejamento das atividades foi desenvolvido semanalmente com base na observação de comportamento das crianças e dos adolescentes, e de ocorrências e fatos específicos, com o intuito de contemplar a realidade daquele público durante as atividades. Mas muito ficou a desejar, tanto por inexperiência, quanto pela pouca interação construída na relação com os grupos, decorrência do curto período de intervenção.

Mesmo com todas as dificuldades, as atividades contemplaram diferentes conteúdos culturais do lazer, valorizou o resgate de brincadeiras da cultura popular; a alternância entre jogos cooperativos e competitivos; a vivência de jogos tradicionais, acrescentando novas modificações; os brinquedos cantados e atividades lúdicas diversas. Tudo com o objetivo de favorecer ao desenvolvimento pessoal e coletivo, à criatividade, ao relacionamento em equipe, à imaginação, à expressão oral e corporal, à lógica, ao raciocínio, às diferentes habilidades, à noção espacial e à sensibilidade.

Essas diretrizes foram utilizadas tanto nas vivências desenvolvidas nos núcleos, quanto no planejamento de eventos em datas comemorativas, que incluíam, dentre outras coisas, apresentações e produções construídas com as crianças. Além de forma de confraternização entre os alunos, esses eventos esclareciam o significado e importância de tais datas representando, ainda, uma forma "concreta" de mostrar parte dos trabalhos desenvolvidos nos núcleos. Foram propostos "Dia das Mães", "Colônia de Férias", "I Gincana Estudantil do PETI" e "Passeio ao Parque das Dunas".

O planejamento, entretanto, na maioria dos casos, não correspondeu necessariamente à realização. As vivências nos núcleos do PETI, por exemplo, aconteceram durante três meses (abril a junho/2005), basicamente em dois núcleos, e foram comprometidas por fatores como constante falta de energia e por dificuldade de transporte. Dos eventos foi realizado apenas a I Gincana Estudantil do PETI, no Ginásio Poliesportivo de Ielmo Marinho, que reuniu os três núcleos. Foi uma experiência marcada por contratempos e trabalho excessivo às estagiárias, em virtude do não cumprimento das solicitações de pessoal e de material, por parte da Secretaria de Ação Social.

Considerando as atividades tanto dos monitores, quanto das estagiárias, pode-se avaliar que, de um modo geral, as propostas de lazer desenvolvida no PETI de Ielmo Marinho tiveram reflexos e resultado insatisfatórios. Tanto no reconhecimento por parte dos beneficiados direta e indiretamente, quanto pelos objetivos da intervenção que não foram alcançados.

As dificuldades e barreiras foram de ordem social, estrutural a burocrática. Dentre essas, o entendimento do lazer enquanto supérfluo e brincadeira, e não como interventor social; o quadro profissional do PETI, marcado pela ausência de profissionais que são exigidos pelo programa; a falta de formação continuada com os monitores; estrutura física a desejar; problemas com transporte das estagiárias; e burocracia com calendários e aquisição de materiais, dentro da secretaria de Ação Social, especificamente, e na relação com as outras secretarias. Diante desse contexto, o lazer, considerando sua abrangência e complexidade, não teve condições propícias a ser desenvolvido enquanto um interventor social.

4.2 Do perfil dos profissionais que desenvolvem o lazer

A análise dos objetivos, metodologias e recursos materiais e humanos que envolvem as atividades de lazer no PETI, conforme explorado no capítulo anterior, deixa em aberto um importante questionamento: quais os profissionais que estão - e os que devem estar - inseridos nesse processo?

De acordo com o manual de orientação do PETI, é sugerida a formação da equipes técnicas multidisciplinares compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais do lazer e outros, com o objetivo de apoiar, orientar e assegurar a melhoria de atendimento aos participantes, individual e/ou coletivamente.

Essa não é a realidade do PETI de Ielmo Marinho. Trabalham como funcionários fixos e contratados pela prefeitura apenas dois monitores, um zelador e uma merendeira. Indiretamente, o programa recebe orientação das duas assistentes sociais e teve, em período de seis meses, a colaboração de duas estagiárias do Curso Superior de Lazer e Qualidade de Vida, do Centro Federal de Educação Tecnológica do RN.

Dentre todos esses profissionais, os monitores são os principais responsáveis pelo desenvolvimento do programa. Isto porque conduzem a Jornada Ampliada diariamente, em carga de quatro horas, nos turnos vespertino e matutino. Nesse período, eles devem auxiliar no reforço escolar e propor atividades de lazer a fim de desenvolver criatividade, socialização, habilidades e auto-estima, além de ampliar o universo cultural das crianças e adolescentes participantes do programa.

No desenvolvimento dessas atividades diárias de auxílio escolar e de lazer, os monitores desempenham o importante papel de estabelecer vínculos com as crianças e adolescentes, de forma a instigar o seu auto-conhecimento como sujeito social, estimular sua auto-estima, e vê-las como seres em particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares. Na prática, por conhecer a realidade do grupo onde atuam, supõe-se que os monitores são capazes de, durante as atividades de lazer, criar espaços pedagógicos de reflexão e problematização que encaminhem à apreensão e superação daquela realidade.

Essa perspectiva dialoga com o perfil do chamado "animador cultural". Entende-se a animação como construção de uma democracia cultural, pois, através da realidade complexa, dialética e global, se investe na mediação para desvelar, problematizar e recriar realidades que resultem na transformação. Essa perspectiva acredita na transformação social pelo desenvolvimento de consciência e responsabilidade, em emancipação social e coletivamente construída. (MELO, 2003)

Alguns autores caracterizam também esse profissional como "educador", uma vez que, ao olhar e compreender os fenômenos pela lógica dos protagonistas, é capaz de ampliar a esfera pública no âmbito do lazer. Mediante práticas participativas e reflexivas, transforma o

processo decisório acerca das políticas de esporte e lazer num espaço pedagógico capaz de se contrapor à redução da sociedade civil à sociedade de mercado, e à do cidadão à figura de consumidor. (STIGGER, 2003)

Pinto acrescenta ao debate a definição do "militante cultural", compreendido como aquele que "busca realizar desejos e aspirações pessoais e coletivas, que conhece a realidade, sabe verbalizar e congrega outras pessoas para concretizar uma proposta coletiva e transformadora da realidade". (PINTO, 2003, p.202)

O fato dos monitores de Ielmo Marinho pertencerem à comunidade é uma característica ainda mais favorável ao exercício da profissão nas perspectivas teóricas acima abordadas. Mas esse é um aspecto pouco considerado nas intervenções. Apesar de conhecerem e até fazerem parte da realidade dos assistidos, desenvolvem propostas deslocadas dessa realidade, determinada apenas por seu repertório de habilidades – por sinal, notavelmente restrito. Além disso, têm uma relação marcada por pouco entusiasmo e difícil diálogo com as crianças.

Os aspectos como interesse e compromisso para com o desenvolvimento e bem-estar dos participantes do programa variam de monitor para monitor. Mas é possível perceber que, de modo geral, não é consequência apenas de características pessoais, mas da ausência de formação e estímulo por parte de uma coordenação superior do programa no município, praticamente inexistente.

A formação continuada, inclusive, seria outro pressuposto do Manual de Orientação do PETI que não tem sido atendido. A proposta inicial é que sejam oferecidos processos de capacitação, reciclagem, supervisão técnica e produção teórica, que iniciam com um treinamento mínimo e é estendido a momentos mensais formativos que objetivam favorecer ao planejamento e à reflexão sobre temáticas do cotidiano.

Essa formação, segundo Isayama (2003) deve compreender saberes e competências que devem estar relacionados: ao comprometimento com os valores alicerçados em uma sociedade democrática, à compreensão de nosso papel social na educação para o lazer; ao domínio de conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares; e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação que auxiliem no aperfeiçoamento da prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas.

Todas essas lacunas que comprometem, em certo grau, o trabalho dos monitores são agravadas pela ausência de outros profissionais que muito teriam a contribuir no alcance dos objetivos gerais do programa, que transcendem as práticas diárias.

Um desses é o assistente social. Eles são essenciais ao desenvolvimento das propostas do PETI, uma vez que são capazes de valorizar o contato direto com o usuário, grupalizar, coletivizar, organizar e potencializar demandas, incentivando os processos de formação e saltos de qualidade na consciência (BEHRING, 2002).

As duas assistentes de Ielmo Marinho em exercício na época da pesquisa, inclusive, compartilham dessa visão de atuação e demonstram-se competentes, mas, por terem a responsabilidade de assistência social de todo o município, pouco puderam se dedicar ao PETI. As responsabilidades delas com relação ao programa se resumiram, basicamente, ao cadastro das crianças e adolescentes participantes do programa, de acordo com as normas pré-estabelecidas; ou à realização de eventuais atendimentos, quando solicitado por parte dos monitores, do assistido ou da sua família, em ocasiões como um pedido de revisão no número de faltas e desentendimentos ou desobediências no ambiente do núcleo.

Já as estagiárias do Curso Superior de Lazer e Qualidade de Vida do CEFET-RN, foram responsáveis por realizar, durante 3 meses, uma intervenção semanal em cada núcleo. Podem estar em fase de formação, podem ser caracterizadas, principalmente, pelo objetivo de desenvolver, na prática, a perspectiva teórica que considera o lazer como campo de estudos capaz de promover, através das metodologias adotadas, significativas transformações sociais. No entanto, como característico dos que se comprometem com o lazer, e conforme já esclarecido no capítulo anterior, enfrentaram várias dificuldades agravadas pela inexperiência, curto período de intervenção e falta de vontade por parte de alguns gestores do município.

4.3 Da concepção de lazer dos profissionais e dos beneficiados

As expectativas de respostas e reflexos esperados pelas estagiárias, ao realizar intervenções no PETI de Ilmo Marinho, está diretamente ligada à concepção de lazer assumida por estas. Por considerá-lo um fenômeno histórico-social capaz de "alertar" os sujeitos, não só à sua condição dentro da realidade que o cerca, mas ao poder de mudança que ele pode desempenhar, gera uma ansiedade para que o lazer seja assim compreendido e colocado em prática. Esse, no entanto, é um processo longo e que exige muita persistência, experiência e educação.

Educação essa que começa pela própria concepção de lazer que ainda é, predominantemente, estereotipada e funcionalista. Os monitores e as crianças do PETI, por exemplo, mesmo inseridos em uma excelente proposta, também compartilham das opiniões de senso comum sobre o lazer.

A compreensão dos monitores é diretamente ligada ao que realizam, considerando o lazer como atividades de ocupação e diversão no tempo livre. No entanto, para que correspondam aos objetivos propostos pelas diretrizes de lazer do PETI, precisarão ser conduzidos a um questionamento desse viés funcionalista e apenas recreativo do lazer, incrementando ao diálogo a dimensão reflexiva, criadora e, principalmente, pedagógica de educação para e pelo lazer.

Já as crianças e adolescentes têm uma conceitualização de lazer mais ligada ao que vivenciam, o compreendo como o leque de atividades que gostam de fazer para se divertir, de modo que, muitas vezes, resistem à experimentação de novas experiências. Conseqüentemente, aspectos que não remetem à pura diversão, como o descanso e o desenvolvimento, ainda são pouco reconhecidos enquanto lazer, mesmo sendo componentes típicos dessa vivência.

Essas concepções, conseqüentemente, são refletidas tanto na rotulação do profissional de lazer, visto e avaliado na perspectiva de recreador; quanto nas atividades que praticam no tempo livre fora do PETI, marcadas pela pré-determinação por idades e sexo, e pela tendência em diminuir a dimensão criativa e da imaginação do lazer.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro geral de observações apresentado, incluindo objetivos, diretrizes de atividades, profissionais e recursos humanos, apontaram uma avaliação positiva das propostas do manual de orientação oficial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A prática pedagógica dessas diretrizes em Ielmo Marinho-RN, no entanto, ainda deixa muito a desejar em praticamente todos os quesitos. É importante salientar que o recorte do programa PETI, mais especificamente de Ielmo Marinho, não pode ser tomado como avaliação genérica dos programas e projetos de lazer, mas não deixa de apresentar indicativos que têm sido predominante nas realidades das políticas públicas: boas propostas em condições operacionais esvaziadas.

O PETI, assim como outros programas que contemplam direta ou indiretamente o lazer, tem intenções capazes de promover mudanças na realidade do país. Essa afirmação se justifica na própria dimensão crítica-criativa do lazer, na sua capacidade de liberdade e criação individual e, ao mesmo tempo, de articulação no âmbito coletivo. Parecendo e sendo insistente, uma evidência salta aos olhos durante a realização e, sobretudo, "conclusão" dessa pesquisa: é necessário oferecer a estrutura operacional necessária e, principalmente, investir e acompanhar, de forma continuada, na formação profissional. Formação essa que discuta, além da competência técnica, a sensibilidade social e o compromisso em reverter a descrença, a desvalorização e o afastamento dos cidadãos em relação às políticas públicas, buscando, com isso, a concretização de ações qualitativas, participativas e, conseqüentemente, revolucionárias.

A UTILIZAÇÃO DO CALÇADÃO DA ITAPETINGA PARA O LAZER

Aline Costa Viana Neves

Francisco Cláudio Moura

Janaina da Silva Gomes

Rosana Ferreira da Silva

Suany Tallita Alves de Sousa

Orientadora: Dra. Dália Maria Maia C. de Lima

1 INTRODUÇÃO

O espaço urbano está em um processo constante de reorganização. A complexa ação dos agentes modeladores, através do tempo, é fator indispensável para que isso aconteça.

A Zona Norte de Natal, uma área formada até os anos 80 por sítios agrícolas, predominantemente, vem sendo, ao longo dos anos, reorganizada. O RN assumiu um papel de destaque nessa urbanização, atuando como promotor imobiliário. Construiu, nessa época, vários conjuntos habitacionais populares, para trabalhadores de baixa renda, contribuindo, dessa forma, para alavancar o desenvolvimento urbano da região.

Os grandes proprietários industriais encontraram na Zona Norte terrenos amplos e baratos, como também uma oferta considerável de mão-de-obra. Através de uma ação conjunta destes com o estado agregaram ao espaço urbano as áreas que antes eram rurais. Os proprietários, por meio da construção industrial no entorno da região, e o estado, através da construção da infra-estrutura necessária facilitaram o desenvolvimento econômico do espaço urbano e sua possibilidade para habitação popular.

Aos poucos, os proprietários fundiários interessados na conversão da terra rural para a terra urbana, devido à sua valorização, foram vendendo suas terras. O que antes eram apenas sítios, vacarias e pastos, foi aos poucos desaparecendo e dando lugar a novos bairros. Já os promotores imobiliários, visando atrair trabalhadores de baixa renda, lançaram no mercado imóveis que se encaixavam no orçamento desses trabalhadores.

Os grupos sociais excluídos estavam presentes na Zona Norte de uma forma significativa, com moradias improvisadas, como forma de resistência e estratégia de sobrevivência às adversidades impostas aos mesmos, recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas a operações de renovação.

O calçadão da Av. Itapetinga, localizado na Zona Norte de Natal, que é objeto de estudo desta pesquisa, foi construído em 2004, às vésperas das eleições para prefeito, o que motivou o estado a investir na região na época, visto ser um local onde se encontrava um grande número de eleitores. Foi feito, em 2004, além da urbanização da Av. Itapetinga, o calçamento de várias ruas paralelas e transversais à avenida.

Dessa maneira, o calçadão da Itapetinga foi o escolhido como tema de análise, tanto pela afinidade dos autores com o local, quanto pelo interesse de todos em conhecer um pouco mais acerca da história da região, de seu desenvolvimento econômico e urbanização, principalmente nos últimos anos, devido aos grandes investimentos na área. Ele tornou-se um importante equipamento de lazer para a população, principalmente das redondezas, por considerá-lo imprescindível para lazer, saúde e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

2 A CIDADE E A URBANIZAÇÃO

A cidade surge, primeiramente, como ponto de encontro entre mercadores e suas trocas comerciais e financeiras, o que faz com que se delinee em amplos espaços de circulação. Com o advento da industrialização, começa-se a absorver um contingente advindo do meio rural para trabalhar na indústria, fazendo com que a cidade extrapole a sua capacidade de espaço, infra-estrutura e serviços. Portanto, parte daí a necessidade de atingir o equilíbrio, de harmonizar os diversos espaços que a compõem.

A busca desse equilíbrio tem início no ano de 1910, com a grande Exposição Internacional de Planos de Cidades, em que aparece, pela primeira vez, o termo urbanismo. Nesse momento, a cidade começa a ser estudada para atender às necessidades da população, das áreas industriais, espaços verdes, distribuição de água e esgoto, utilização do solo e zoneamento da cidade, a fim de ser dividido em áreas de funções específicas, nas quais o interesse social prevaleça sobre o privado.

Somente a partir da década de 50, o Brasil começa a aplicar em várias cidades esses planos de divisão e vias de circulação, ligando os pontos da cidade, tendo como visão que o desenvolvimento só segue quando se utiliza o modelo dos países desenvolvidos e os implanta nos subdesenvolvidos.

Inicia-se, portanto, um forte processo de construção de conjuntos habitacionais para a massa, ponto de partida para este estudo. Essa população acaba não sendo contemplada com a moradia, pois o preço e a valorização do espaço urbano a obrigam a fazer a opção pela periferia. Diante disso, esses conjuntos habitacionais acabam não atendendo a essa população, e sim a uma classe média emergente, fazendo com que poucos tenham acesso e melhoria de qualidade de vida, e os demais, que é a maioria populacional, continuam sem acessibilidade à infra-estrutura, serviços e moradia. Conclui-se, diante disso, que o espaço urbano do sistema capitalista é um produto social.

Segundo Corrêa (1969), em consequência das ações realizadas no tempo pelos agentes sociais, são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o estado e, por incrível que pareça, os grupos sociais excluídos que constroem e reconstruem o espaço urbano. Esses agentes atuam de maneira bastante complexa e decorrem tanto da dinâmica do sistema em vigor, das necessidades de reprodução e produção das relações, quanto dos conflitos de classes. São essas ações que fazem com que a cidade tenha um constante reordenamento espacial, isto é, expansão de áreas antes inabitadas, densificação dos solos, transformação de bairros antigos em "novos", dentre outros.

Portanto o espaço urbanizado que é registrado neste estudo encontra-se em modificação contínua, porém preserva caracteres comuns, como a fragmentação e articulação, reflexo e condicionante social e, ainda, perseverante desigualdade social.

3 A CIDADE DE NATAL E SUA EXPANSÃO PARA A ZONA NORTE

Nos últimos 50 anos, Natal segue o ocorrido em todo o Brasil, ou seja, apresenta uma forte e rápida urbanização que acarreta, devido à falta de planejamento no crescimento da cidade, diversas problemáticas. Destacam-se dentre estas a questão da moradia para a população mais carente e a infra-estrutura e serviços ofertados a essa população. O

crescimento desenfreado da periferia, decorrente do aumento do preço do solo e especulação imobiliária que expulsa a população para cada vez mais longe, faz com que o espaço urbano seja segregado. Apresenta como atenuante na explosão demográfica a migração de contingente advindo do interior para a capital. Esse processo na periferia denomina-se horizontalização do espaço, isto é, crescimento horizontal na direção dos limites do município. Em contrapartida, nas faixas centrais se dá o processo inverso, a verticalização.

Para atender a essa expansão da cidade e à nova configuração de conjuntos habitacionais, difundidos pelo Governo Federal e seu representante, o BNH (Banco Nacional de Habitação), o Plano Geral do município, de 1967, incorpora a Zona Norte, antes área rural, à cidade do Natal, que, decorrente desse fato, transformou-se em totalmente urbana, ainda fazendo a conurbação com outros municípios que formam a grande Natal, nos dias atuais, em área metropolitana.

A Zona Norte, portanto, segue o caminho do mercado de terras, parcelado e segregado, decorrente dessa expansão da cidade para a periferia, deslocando boa parte da população para o outro lado do Rio Potengi. Isso devido à construção de conjuntos habitacionais financiados pelo BNH, em parceria com agentes imobiliários, exclusivos para pessoas de baixa renda. Esses conjuntos são carentes em infra-estrutura e serviços, loteamentos irregulares, ilegais e sem titularidade e acomodam a população advinda do interior do estado e a parcela expulsa das áreas equipadas, devido à falta de condições de habitar em locais com melhor infra-estrutura.

Essa zona acabou se tornando uma cidade-dormitório, por se encontrar bastante longe da "cidade". Configurou-se como região de pobres, que concentra, devido ao interesse do estado, pessoas com a mesma faixa de renda. Foi então que na década de 60 a Zona Norte começou a se consolidar pela compra de terras, venda de lotes e, principalmente, pela construção de conjuntos habitacionais. A região era composta por moradores de baixa renda, diferentemente da Zona Sul, que acomodava pessoas com maior poder aquisitivo. Para consolidar mais ainda essa separação, existe também uma barreira física: o Rio Potengi, que divide a Zona Norte de toda a "cidade", acirrando a segregação habitacional, dificuldades de serviços e sua qualidade, tornando-se, assim, uma outra cidade dentro da cidade do Natal. Apesar de ser a região com maior concentração de habitantes, é a que menos possui, juntamente com a Zona Oeste, praças públicas e áreas de lazer.

Com o passar dos anos, a Zona Norte foi crescendo, melhorando sua infra-estrutura (escolas, hospitais, ruas pavimentadas) e serviços, que fizeram segregar esse espaço, ou seja, os que habitavam nos conjuntos careciam dessas melhorias, enquanto que os demais continuavam na falta desses investimentos.

Esse crescimento trouxe também aspectos modificadores. De acordo com o Censo de 2000, constatou-se que a renda dos chefes de família melhorou, aumentando, assim, o nível de renda da população e fazendo com que o bairro deixasse de ser uma cidade-dormitório. A Zona Norte torna-se, portanto, uma nova periferia; deixa de abrigar a população que carece de recursos para abrigar, cada vez mais, pessoas da classe média, que fogem dos elevados custos das zonas centrais. A título de exemplo, podem-se destacar os investimentos que foram implementados nessa área: o Shopping da Zona Norte; Carrefour; ampliação de áreas de lazer, como a área de lazer do Panatis; demolição de parte do Complexo Penal Dr. João Chaves, para construção de um espaço cultural; o calçadão da Itapetinga; dentre outros. É claro que não se pode desconsiderar o fato de que eles são efetuados, também, por contemplar o maior colégio eleitoral da cidade.

4 CALÇADÃO DA ITAPETINGA

O calçadão é uma forma de pavimentação de praças ou ruas pedonais, destinadas exclusivamente para pedestres. Como espaço público, pode ser, também, utilizado para atividades de lazer pela população da localidade.

O calçadão da Avenida Itapetinga está localizado na Zona Norte de Natal, região que se limita, conforme dados da SEMURB, ao norte com o município de Extremoz, ao sul com o Rio Potengi, a leste com o Rio Potengi e Oceano Atlântico e a oeste com o município de Extremoz. O bairro possui 244.743 habitantes, de acordo com o Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondendo a 34% da população de Natal, que ocupa 59.721 domicílios e percebem uma renda média mensal de 2,92 salários mínimos. Situa-se mais precisamente no bairro Potengi, que emerge, apesar de sua ocupação ter início em 1960, mais significativamente na década de 1970 e 1980, com a oficialização de bairro, na administração do prefeito Vauban Bezerra de Faria. A oficialização aconteceu por meio do Decreto de nº. 1.713, de 02 de setembro de 1975, devido à construção de conjuntos habitacionais, tendo seus limites redefinidos pela Lei nº. 4.330 de 05 de abril de 1993. Hoje, é um dos bairros mais populosos do município, caracterizando-se pela aglomeração de conjuntos habitacionais de implantação totalmente planejada, em sua totalidade, composto por quinze conjuntos de traçados regulares e bem definidos. Um deles é o Conjunto Santarém, construído em 1983, local onde se encontra o calçadão.



Figura 1: Calçadão da Itapetinga

Fonte: Cláudio Moura

Para uma melhor apreciação acerca dessa avenida e de seu calçadão, partiu-se para uma pesquisa de campo, realizada em 21 de dezembro de 2006, com usuários do local (20 entrevistas). O estudo indicou que seu público-alvo é, em sua maioria, composto por mulheres (95%), e homens (5%). A faixa etária das pessoas que freqüentam o local gira em torno de 30 a 59 anos (45%), seguida de pessoas com 60 anos em diante (20%).

Quanto à conservação do calçadão da Avenida Itapetinga, 65% dos entrevistados creditam estar em bom estado de conservação, seguido pela consideração de ruim (20%) e ótimo (15%). Em relação à sua iluminação, cerca de 80% dos entrevistados afirmaram que é eficiente para as atividades que lá se praticam. É também adequado para caminhadas e passeios, ou seja, atividades pedonais. Porém a estatística demonstra que uma parcela de 35% dos entrevistados acredita que ele é adequado em parte. Assim, a diferença entre quem o acha adequado (45%) e quem acha em parte (35%) é razoavelmente próxima.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Natal, assim como as demais cidades brasileiras, é um produto social resultado das ações realizadas ao longo do tempo por agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano. Essas ações têm como base a dinâmica do sistema em vigor, as necessidades de reprodução e produção das relações e os conflitos de classes.

Como consequência desse constante reordenamento espacial, originou-se a Zona Norte de Natal. Obedecendo a uma dinâmica de criação de espaços urbanos, essa região que surgiu a partir da segregação sócio-espacial, hoje se configura como o maior colégio eleitoral da cidade, o que vem justificar certas "preocupações e ações" do poder público em relação a essa sociedade. Entretanto o grande crescimento populacional dessa localidade, bem como sua expansão urbana desordenada, resulta em deficiência de infra-estrutura. Haja vista a demanda ser maior que a oferta, essa população crescente passa a cobrar do poder público a implementação de políticas que atendam as suas necessidades básicas. Necessidades essas que perpassam pela questão do planejamento e implementação de espaços públicos de lazer.

O estado, nesse sentido, viabilizará ações seguindo toda uma lógica de interesses. Contudo essas ações do poder público acontecem de forma diferenciada, tanto em quantidade quanto em qualidade, dado o fator socioeconômico da população a que se destina. Diante dessa lógica, o calçadão da Avenida Itapetinga foi construído visando atender à necessidade de lazer da população do Conjunto Santarém. No entanto esse equipamento público de lazer difere quanto ao planejamento, à conservação, à localização e à visibilidade dos demais calçadões da cidade.

Constatou-se que a iluminação do Calçadão da Itapetinga foi bem planejada, principalmente no tocante à quantidade, ou seja, todo o calçadão é bem iluminado. A estrutura desse equipamento não é contínua, o que exige do usuário a máxima atenção ao atravessar o cruzamento do calçadão com as ruas, pois o local não dispõe de placas educativas para o pedestre nem tampouco para o condutor de veículos. Outra questão a ser citada em relação à estrutura desse equipamento público de lazer é que o subir e descer calçadas algumas vezes pode se configurar como fatores de exclusão para idosos e cadeirantes (constatação reafirmada no depoimento de uma das idosas). Outra observação importante é quanto à existência de ciclistas usando o calçadão, que acontece por dois fatores: primeiro por questões educativas e segundo porque a ciclovia não atende às necessidades desses usuários, devido à forma como foi projetada.

Percebe-se, ainda, que não existem informações a respeito da quilometragem do calçadão, dicas de saúde, "profissionais de saúde" prestando atendimento ao usuário do calçadão (uma das reivindicações dos entrevistados), estacionamento planejado no próprio calçadão, bem como frequência de viaturas fazendo a segurança do local.

Quanto à conservação, o piso do Calçadão da Avenida Itapetinga encontra-se em bom estado, entretanto a manutenção da limpeza e da jardinagem do local não está sendo suficiente (problemas citados também pelos entrevistados). Percebe-se um certo descaso tanto por parte do poder público quanto por parte do usuário, conforme relato de um dos responsáveis pela jardinagem: "Dá gosto plantar na Zona Sul, o povo conserva os canteiros, aqui o povo arranca as plantas".

A localização desse equipamento pode ser considerada satisfatória, haja vista estar situado numa avenida que permite o acesso a vários conjuntos residenciais dessa região e onde o fluxo de ônibus é constante.

No quesito visibilidade, o Calçadão da Itapetinga, mais uma vez, fica em desvantagem em relação aos demais da cidade. Por ser um calçadão estritamente urbano, não foi contemplado quanto às belezas naturais da Cidade do Sol, deixando de oportunizar aos seus usuários uma visão privilegiada.

Enfim, os espaços públicos de lazer da nossa cidade são planejados de maneira a reafirmar a segregação sócio-espacial. Na sua maioria não contemplam a comunidade nas suas necessidades nem tampouco nos seus interesses culturais de lazer. Desse modo, o usuário não se sente "dono" do espaço, justificando, de certa forma, a frieza e apatia dos mesmos em relação a esses equipamentos.

Pensar em espaço público de lazer é pensar em possibilidades, em facilitadores de vivências, em relações interpessoais, na mobilidade das pessoas, no uso do tempo, na criatividade dos usuários. Nesse sentido, o poder público precisa entender que a questão não se limita apenas a garantir ao indivíduo o seu direito constitucional de ir e vir e do lazer, é preciso garantir também o seu exercício pleno de cidadania.

UM NOVO OLHAR SOBRE O CALÇADÃO DA PRAIA DO MEIO / SANTOS REIS

Carlos Jean Castelo da Silva
Joacileia Priscila Marques de Mendonça
Jamilly Lidianne Freire de Mendonça
Juliana de Souza Mata
Manuela Paula de Sousa Silva
Shirlane Patricia da A. Pimenta
Dra. Dália Maria Maia C. de Lima.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se deterá a falar do calçadão da Praia do Meio, os bairros que o cercam – Praia do Meio, em maior extensão, e Santos Reis – e as influências dos agentes sociais que produzem esse espaço urbano. Para perceber melhor a utilização do espaço, foram aplicados questionários com as pessoas que freqüentam o calçadão.

O bairro Praia do Meio está situado na Zona Leste de Natal, há quatro quilômetros da cidade (Figura 1). O total da população do bairro é de 4.193, sendo 1.980 homens e 2.213 mulheres.

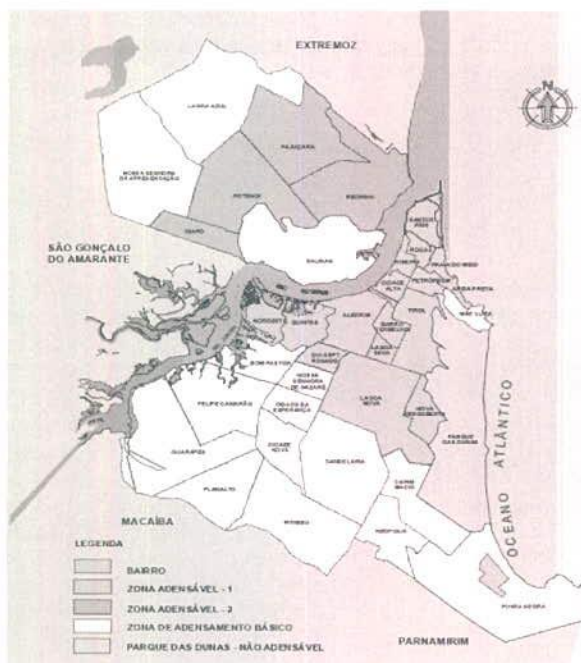


Figura 2: Mapa da região Leste de Natal
Fonte: SEMURB

Segundo dados do site da SEMURB, 29% da população do bairro recebe até um salário mínimo, e apenas 10,09% tem renda acima de 10 salários mínimos, o que deixa claro que o bairro é, em sua maioria, formado pela classe média baixa.

Em relação à distribuição de renda, pode-se observar hoje, no bairro, uma grande contradição: prédios muito luxuosos à beira-mar, entre casas humildes da maioria da população. Mas esse é um processo que vem sendo construído ao longo da história do bairro, junto com o processo de urbanização que vem a cada dia se tornando mais intenso devido à especulação imobiliária.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA LOCALIDADE¹

Sabe-se que foi o topógrafo Manoel Joaquim de Oliveira quem construiu a primeira casa na Avenida Beira-Mar, atual Avenida Presidente Café Filho. Na inauguração da referida residência, foi sugerido o nome atual do bairro, Praia do Meio, pois a casa ficava entre a Ponta do Morcego e a Praia do Forte.

O avanço da população vindo das Rocas transpôs as areias dos morros, atingindo a antiga Ponta do Morcego e se espalhando até Petrópolis. Para se chegar à praia, era preciso descer pela balaustrada, construída por volta de 1939, até a Praia do Morcego (Praia do Meio). A antiga Praia do Morcego era palco de folias carnavalescas e piqueniques, juntamente com Areia Preta e Redinha. Além das festas de carnaval, a Praia do Meio também foi o *point* dos principais eventos ao ar livre da cidade e onde funcionou, desde a década de 60, o Hotel dos Reis Magos, marco na história da hotelaria da cidade do Natal.

Além dele, muitos outros empreendimentos se instalaram no local, como bares, restaurantes, boates, etc., que, com o passar do tempo, foram se transferindo para outro local, tendo, inclusive, ocorrido o fechamento do hotel e a perda de investimentos na área.

Por décadas, a Praia do Meio recebeu grande movimento de banhistas durante o dia. À noite, não se verificavam os agitos de tempos atrás. Em 1991, o poder público dotou a praia de uma área de lazer, com módulos de ginástica, de brinquedos infantis, passeio público e padronização de 50 barracas, instaladas ao longo do calçadão.

Na década de 90, o governo do estado investiu alto no intuito de revitalizar a praia e com isso trazer novos investidores para aquela área. A urbanização da orla marítima foi iniciada no ano 2000. A remoção de barracas existentes na orla e a instalação de quiosques foi parte desse projeto de urbanização, que abrange, ainda, arborização e paisagismo de canteiros.

No final do ano 2001, a revitalização dessa área da cidade, realizada pela Prefeitura da Cidade do Natal, com recursos do PRODETUR, executou a reurbanização da praia com obras constituídas pela ampliação do calçadão da Avenida Presidente Café Filho, reestruturação do sistema viário, através de um binário que tornou a avenida mão única em direção à Fortaleza dos Reis Magos, com retorno pela Avenida 25 de Dezembro. A abertura do acesso mais fácil às praias pelo prolongamento da Avenida Floriano Peixoto facilitou a circulação de veículos e conseqüentemente melhorou e aumentou as atividades turísticas daquela área, ainda pouco exploradas naquela época. Houve, ainda, a implantação de um

¹ Todos os dados históricos foram retirados do site da SEMURB.

complexo esportivo e de lazer, com a instalação de equipamentos e incorporação de área antes pertencente ao Ministério da Aeronáutica.

Apesar de todo esse investimento, a Praia do Meio encontra-se hoje, parcialmente, abandonada pelo poder público. Apenas algumas áreas possuem uma melhor organização quanto à estrutura, iluminação e segurança. Essa parte compreende a área mais visitada pelos turistas e com maior investimento de empresários. A outra parte que abrange a comunidade de Brasília Teimosa e o bairro de Santos Reis, contemplados com o fácil acesso ao calçadão e área de lazer, está com sua estrutura totalmente depredada, com falta de iluminação e segurança.

O estado intervém nesse espaço, a fim de reorganizá-lo, à medida que há interesse da classe empresarial em trazer investimentos nacionais e principalmente internacionais para aquela área, trazendo melhorias para o bairro que estão direcionadas para o mercado e não para a população local. Essa área periférica do Bairro da Praia do Meio teve nos últimos anos uma significativa reorganização, como asfaltamento das principais vias, mas tudo isso visando atrair novos investidores da especulação imobiliária.

Atualmente a discrepância social é absurda. Uma significativa parcela dos moradores do local estudado vive em situação precária, em meio a uma desorganização espacial, enquanto há prédios enormes à beira-mar. Isso aconteceu porque, junto com a revitalização em 2001, houve uma tendência de verticalização das construções, e a Praia do Meio passou a ser foco de interesse da iniciativa privada para investimentos no local. Para a realização desses empreendimentos, muitos dos empresários compram áreas que pertenciam a proprietários locais, muitas vezes por um custo abaixo do mercado, recebendo também isenções fiscais do poder público.

Essa desordem espacial passa a contribuir para o não-cumprimento da lei. Por se tratar de um bairro de classe média baixa, uma significativa parcela de moradores vive em situação precária em meio a uma desorganização espacial. Como o recurso financeiro dessas pessoas é baixo, submetem-se a habitar moradias precárias, muitas vezes sem a mínima condição, e com isso ainda vem junto a subnutrição, a falta de saneamento, saúde, educação, entre outros. Reafirmando a realidade de moradia da classe média baixa, assim como o bairro estudado, Corrêa (1969, p.29) afirma que "A habitação é um bem cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel decente e, muito menos comprar um imóvel".

Outro fator que determina o cumprimento da lei às avessas é a segurança. Há reclamações constantes da violência e do envolvimento dos jovens com drogas. Sempre há notícias em telejornais e jornais locais de violência no bairro Praia do Meio e bairros vizinhos. Esses problemas afetam o cotidiano do bairro e refletem na dinâmica urbana dos espaços públicos de lazer.

3 CALÇADÃO DA PRAIA DO MEIO/ SANTOS REIS

Os equipamentos públicos de lazer nos bairros estudados são, na maioria das vezes, a única alternativa da população, que, devido à baixa situação econômica, vê reduzidas as suas opções de lazer, ocupando esses espaços criados na maioria das vezes sem consulta da opinião de seus usuários, deixando de lado as políticas de animação e uma educação de apropriação desses equipamentos.

Essa realidade contrapõe a idéia de política de lazer de Marcelino (2001), porque para ele, falar numa política de lazer significa não só falar de uma política de atividades, que na maioria das vezes acaba por se constituir em eventos isolados, e não em políticas de animação como processo. Significa falar em redução da jornada de trabalho – sem redução de salário, e, portanto, uma política de reordenamento do solo urbano, que abranja os espaços e os equipamentos de lazer, incluindo moradias e seu entorno; e, finalmente, numa política de formação de quadros profissionais e voluntários, para trabalharem de forma eficiente e atualizada.

Na Praia do Meio, o espaço mais utilizado pela população do bairro é o calçadão, que está situado desde a Ponta do Morcego até a Praia do Forte, contornando os Bairros Praia do Meio, Santos Reis e comunidade de Brasília Teimosa. Esse espaço é freqüentado constantemente pelas pessoas não só do bairro, como também por pessoas de toda a cidade e turistas. Nas suas proximidades, existe um complexo público de lazer conhecido pelos moradores como "Coliseu", composto por quadras, espaço para eventos, equipamentos para atividades físicas e parque infantil padronizado. Ainda existe no calçadão um número razoável de bares, boates, lanchonetes, feiras de artesanato, hotéis e pousadas.

Os bares existentes oferecem serviços para um público diversificado, porém a maioria desse público não é moradora do bairro, já que esses espaços possuem uma certa sofisticação. Essa situação limita os moradores do bairro, por questões culturais e socioeconômicas – a consumação, vestimentas, entre outras – de freqüentar esses ambientes.

Existe também um número expressivo de hotéis e pousadas à beira-mar. Dentre tantos, o Hotel Reis Magos se destaca como sendo o mais antigo de Natal, sendo "inaugurado em 1965 pelo governador Aluizio Alves e opção de lazer das décadas de 60 e 70" (JORNAL TRIBUNA DO NORTE, 2007). As feiras de artesanato promovem um aumento significativo do fluxo turístico, trazendo benefícios econômicos para o bairro.

Apesar de todo potencial para lazer do calçadão, existem problemas que impedem o desenvolvimento e reduzem o turismo do bairro. Muitos desses problemas são reflexos da situação do Bairro da Praia do Meio: falta de segurança, prostituição, drogas, falta de iluminação, dentre outros.

De acordo com os dados coletados através das entrevistas, percebeu-se que existe por parte dos freqüentadores uma insatisfação quanto a alguns aspectos estruturais do calçadão. Foi perguntado sobre a conservação do calçadão e 60% dos entrevistados responderam que está boa. Em relação às atividades desenvolvidas nele, foi observado que a maioria das pessoas vai ao calçadão para fazer caminhada e/ou corrida e que ele está adequado às suas respectivas atividades.

Na análise dos resultados, um dos grandes problemas observados e apontados pelos entrevistados foi a ineficiência da iluminação. Grande parte dos entrevistados freqüenta o calçadão à noite e afirma que na parte onde se encontra o "Coliseu" não existe iluminação, o que foi confirmado através da pesquisa.

Apesar de não estar presente na entrevista o item segurança, a maioria dos entrevistados disse que um dos problemas mais graves da praia é a falta de segurança. Isso compromete o lazer dos usuários do calçadão, que é freqüentado por muitos durante a noite. Então é visto que com a preservação desses espaços e o investimento real na iluminação, segurança e animação do espaço, esse quadro de subutilização dos equipamentos públicos de lazer poderá se modificar.

4 CONCLUSÃO

De acordo com o observado, podemos afirmar que o calçadão da Praia do Meio/ Santos Reis, como todo espaço urbano de lazer, não costuma merecer a atenção necessária nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana em Natal. Falta intervenção municipal adequada, cujo papel é de grande importância para a manutenção do espaço público, viabilizando e reorganizando esse espaço na medida em que se preocupa com sua conservação.

A violência, prostituição, a falta de iluminação, o preconceito com a Praia do Meio e bairros adjacentes (Comunidade de Brasília Teimosa, Rocas, Ribeira, Mãe Luiza, Santos Reis, Comunidade do Vietnã, etc.) são elementos que em conjunto ocasionam um afastamento dos visitantes.

Para melhorar o espaço público há necessidade de uma política anti-exclusão, o que significa organizar a heterogeneidade, não fugir dela. Significa organizar, defender, e fomentar a convivência entre pessoas diferentes, diminuindo a segregação e as distâncias sociais, suprimindo os guetos, atuando com solidariedade, como uma coletividade que amplie, incentive e aumente a comunicação entre os projetos de vida pessoais e coletivos (ROLNIK, 2000).

Para concluir, percebe-se que no Calçadão Praia do Meio/ Santos Reis tem que haver intervenção do poder público para a melhoria desse espaço. Para isso acontecer cabe à prefeitura, secretaria e aos órgãos públicos de administração em geral buscar soluções para realizar as transformações e as adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a relação de apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de lazer. Acreditamos que com a atuação do poder público e conscientização das pessoas para conservação e utilização do calçadão haverá uma otimização desse espaço.



1 SOBREVENDO O ALVO: UMA VISÃO DO CONTEXTO

O fenômeno político/ideológico denominado de neoliberalismo, disseminado mundo afora a partir dos fins dos anos 70 de forma fulminante, tornou-se, em apenas duas décadas, um guia teórico e prático para partidos e governos de quase todos os países ocidentais.

Os seus princípios passaram a ser aceitos, consciente ou inconscientemente, pela maior parte da população, evidenciando-se, assim, a constituição de uma hegemonia na forma de se pensar a vida em sociedade, com influência crucial nas ações cotidianas dos indivíduos.

Neste mundo dominado pela lógica de um capital que segue suas próprias prioridades baseadas na lógica do maior lucro no menor tempo, os indivíduos e os povos são subordinados às exigências de alguns grandes operadores mundiais. O cidadão é negligenciado por uma classe política que cedeu parte do seu poder a um mercado cada vez mais livre e alienante.

Como uma das conseqüências da própria lógica do capital, caracterizada pela falta de consideração para com as relações sociais, o aumento das desigualdades faz valer a máxima em que "os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres".

Indispensáveis assim, se tornam as lutas dos movimentos sociais das organizações comunitárias, das associações e grupos pró-defesa de direitos sociais e dos sindicatos, com o claro e nítido apoio de organizações articuladoras (ONGs, instituições de promoção, partidos políticos), quando pensamos, em curto prazo, no enfrentamento ao processo neoliberal de reestruturação social, e em médio e longo prazo, na transformação da ordem. (MONTAÑO, 2005).

Perseguir estes ideais e lutar para a construção de uma nova realidade são os principais desafios dos movimentos sociais. No entanto, a realidade das lutas sociais atuais, tem sido perpassada pelo surgimento de novas formas de organizações da sociedade (terceiro setor e organizações não-governamentais).

Neste sentido, e, considerando o lazer como um conjunto de atividades com uma pluralidade de ações e interações capazes de proporcionar uma experiência cidadã e de constituir caminhos de resistência, mobilização e engajamento político. Temos que:

a prática do lazer pode ser um importante instrumento de intervenção social para gerar mudanças com objetivo de considerar o conjunto de condições básicas para a melhoria da qualidade de vida, destacando-se o processo educativo conscientizador, a valorização e o fortalecimento das iniciativas comunitárias e a formação de agentes de mobilização social.(PEREIRA, 2004, p. 225).

Dessa maneira, considerando a realidade política-ideológica-social atual, vivenciada pela sociedade, bem como a emergência de uma força social organizada pela luta contra os abusos cometidos pela ordem neoliberal, e ainda o lazer como um poderoso instrumento de intervenção e transformação social; o presente artigo pretende, então, analisar de que forma as organizações não-governamentais da cidade do Natal/RN vem desenvolvendo ações (intervensões) ligadas às vivências do lazer.

Tendo em vista esta ser uma temática que ainda há pouco conhecimento acumulado e sistematizado no meio acadêmico dos estudos do lazer, a pesquisa justificou-se, por contribuir para a reflexão que vem se operando no terreno em que confluem a atuação das ONGs, a prática de vivências de lazer e a prática profissional em Lazer e Qualidade de vida, fornecendo subsídios de modo mais direto aos estudiosos e profissionais que atuam nessas áreas.

O presente artigo tem, então, como objetivo relatar a pesquisa realizada, durante o ano de 2005 em organizações não-governamentais da cidade de Natal/RN. O objetivo desta pesquisa coincide, dessa forma, com a aspiração de colaborar para uma maior divulgação do lazer como uma prática contra-hegemônica e um fenômeno libertador, na esfera das organizações não governamentais; bem como do tecnólogo em lazer e qualidade de vida como um profissional dinâmico e capacitado para uma multiplicidade de atividades. Para tanto, procurou-se debater as concepções de lazer adotadas por algumas dessas organizações de Natal, discutindo o papel dessas instituições no cenário atual, relacionando com o lazer como instrumento de intervenção social.

2 ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO NA SOCIEDADE CIVIL

As debilidades do paradigma dominante fundado no mercado e o retrocesso do Estado paternalista/assistencialista são as principais alavancas para a expansão do espaço ocupado pela chamada sociedade civil, como também, a difusão de seus valores, a identificação simbólica e as manifestações antiinstitucionais produzidas pelos movimentos sociais e suas organizações autônomas.

À percepção de que o desenvolvimento do terceiro setor é expressão de uma sociedade mais justa e democrática se opõe a visão de que esse desenvolvimento expressa um avanço do neoliberalismo.

Desse último ponto de vista, as ONGs correm o risco de se transformar num instrumento privilegiado para breca reivindicações sociais e de desresponsabilizar o Estado de seus deveres, fragmentando as comunidades pobres e transformando-as em grupos setoriais e sub-setoriais incapazes de ver seus problemas como problemas sociais (DEBERT, 1999, p.90).

Esse raciocínio justifica a segmentação, segundo Gohn (1997, p.60), dos estudos sobre o "terceiro setor" em duas linhas de pesquisa coexistentes. Na qual uma vê neste setor, uma forma de contribuição para o desenvolvimento de novas formas de associativismo, em que o "terceiro setor", ou as Organizações Não governamentais (ONGs) funcionariam como mediadores das ações das políticas públicas. O principal argumento deste grupo é que o Estado deve se ocupar das questões macros e, como não consegue penetrar nas

microesferas da sociedade, este espaço seria então, ocupado pelas entidades que o compõem. Nisso residiria a novidade do “terceiro setor”.

A segunda linha, de estudos e pesquisas, aponta os efeitos nefastos deste setor na organização dos trabalhadores. Destacando-se, principalmente, o fato dele se apresentar como uma forma de exploração da força de trabalho, uma resposta das elites à organização popular e sindical dos anos 80. Tal linha de estudos coincide com os conceitos e questionamentos do presente trabalho.

No entanto, segundo Houtart e Polet (2002, p.171), antes de qualquer coisa, se faz necessário retomar o conceito de sociedade civil como um conjunto diversificado e contraditório de entidades encobertas por um termo genérico e ambivalente, abandonando a idéia de uma sociedade civil unida e homogênea em suas visões e posições.

O que acontece, na realidade, é que a sociedade presencia uma crise letal provocada pela ordem do capital, que traz como conseqüências a degradação social, a precarização do trabalho e a exclusão do homem. Portanto, se a crise é uma conseqüência da lógica hegemônica vigente, o raciocínio lógico que se segue é o da necessidade de iniciativas de combate à ordem do capital e não o de iniciativas de ações assistencialistas, que venham a se tornar apenas paliativas à crise. “Com efeito, parece que uma parte das ONGs acomodase em maravilhar-se com o sistema neoliberal, suas instituições, suas multinacionais, e sobretudo suas fundações.” (HOUTART; POLET, 2002, p.171).

Neste sentido, um Terceiro Setor, realmente comprometido com a busca de alternativas que venham solucionar o problema das desigualdades sociais, caminhando para a constituição de uma sociedade justa; deve ser constituído por organizações de base implicadas em um processo de transformação social global. Para Houtart e Polet essas organizações estão convencidas de que a perseguição de seus objetivos de justiça social e de democracia é inseparável da luta contra essas estruturas dominantes, portanto elas atuam “Adotando um perfil resolutamente libertador, elas se recusam a se desviar e ocultar as profundas e verdadeiras causas dos males contra os quais lutam, que residem na lógica implacável de um sistema que coloca o lucro como critério de qualquer atividade”.(Houtart; Polet, 2002, p.172).

3 PERSPECTIVA CRÍTICA: UMA VISÃO DO REAL FENÔMENO

Até agora foram mostrados alguns conceitos hegemônicos sobre o fenômeno do terceiro setor e as organizações não-governamentais, efetuados pelos próprios teóricos dedicados a esses fenômenos.

Porém, encarando tais definições numa perspectiva mais crítica e de totalidade pode-se perceber como tais conceitos, por vezes corriqueiros, resultam como ideológicos e inadequados ao real.

Aprofundando esta crítica Montaño (2005, p. 182) afirma que “A realidade social não se divide em ‘primeiro’, ‘segundo’ e ‘terceiro’ setor — divisão que, consiste num artifício positivista, institucionalista ou estruturalista.”

Entretanto, o autor supracitado continua chamando atenção para algo que acontece na atualidade; o desenvolvimento de atividades, antes atribuídas ao Estado, por parte da sociedade civil. Negar a existência desse fenômeno – terceiro setor - seria não considerar as significativas mudanças que ocorrem no trato da “questão social”. Mas, aceitar

facilmente o terceiro setor, da forma como seus teóricos o impõe, como sendo as organizações de uma sociedade civil, independente do Estado e do mercado e deslocada do processo histórico de reforma do capital (neoliberalismo), nas palavras do próprio autor, "nos levaria a uma esquizofrênica visão romântica da realidade: 'O neoliberalismo está reformando o Estado, mas os setores progressistas estariam dando a resposta na sociedade civil'" (MONTAÑO, 2005, p.183).

Tendo como pressuposto a aceitação da existência do fenômeno, como sendo um elemento presente nas relações sociais atuais, e também não concordando com suas ideológicas e mitificadas definições propostas por seus principais autores, há que se desvendar o que na realidade permeia o conceito de terceiro setor.

O termo 'terceiro setor' carrega uma "clara falta de rigor teórico e distância ideológica da realidade social" (MONTAÑO, 2005, p.54). Tais problemas conceituais do termo podem ser constatados com facilidade, pela própria discordância de seus teóricos em alguns aspectos como: uma forte aproximação do terceiro setor com o primeiro setor (Estado), uma vez que é a sociedade civil – identificada pelos autores como 'terceiro setor' – quem, historicamente, produz suas instituições como o Estado, o mercado, etc., logo o 'terceiro setor' seria na realidade o primeiro. Outro aspecto em que não existe muito acordo por parte dos teóricos e pesquisadores é quanto as entidades que o compõem; cada autor se sente livre para incluir ou excluir organizações e instituições aos seus conceitos. Uma grande debilidade do conceito é também o fato de confundir antes mesmo de esclarecer, pois reúne sob uma mesma ótica diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, porém com interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios. Por último temos outro grande problema que é o caráter não-governamental e não-lucrativo, uma vez que atualmente muitas ONGs passam a ser financiadas por entidades, por vezes governamentais, por meio de parcerias. Este caráter compõem um problema também porque abriga sob um mesmo conceito algumas fundações assistenciais de empresas, que não podem negar seus interesses econômicos. "Assim, o termo terceiro setor não reúne um mínimo consenso sobre sua *origem*, nem sobre sua *composição* ou suas *características*." (MONTAÑO, 2005, p.58).

Dessa maneira, tal equivocado conceito não deveria se referir a organizações em determinado setor, mas a uma *função social* que passa a ser desenvolvida, agora sim, por organizações da sociedade civil e empresariais, e não mais pelo Estado.

Segundo Montaño (2005, p. 186) então,

o que é chamado de 'terceiro setor', numa *perspectiva crítica e de totalidade*, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta à 'questão social', seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua.*

4 ONG'S NO BRASIL: DA MILITÂNCIA AO ASSOCIATIVISMO

Desde sua constituição, com maior expressão a partir dos anos 70, as organizações não-governamentais assumiram um claro papel articulador do lado dos movimentos sociais e captador de recursos para eles. Segundo relata Montaño (2005) nesses anos e nas

décadas seguintes, não eram ONGs, mas os movimentos sociais os que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos, os que defendiam os direitos da mulher, da criança, do adolescente, do trabalhador e etc. Ou seja, a população para além de seus eventuais vínculos partidários e/ou sindical, formava parte de movimentos sociais, constituídos para dar resposta a necessidades específicas, ou para lutar por ou contra situações mais estruturais. Dessa maneira as ONGs surgidas no Brasil tinham como missão tanto contribuir para melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros.

E nas palavras do próprio autor (MONTAÑO, 2005, p. 271), "o ator principal, nesta relação, era o movimento social; a ONG, um importantíssimo ator coadjuvante." Porém, é perceptível que, desde a última década do século que terminou, tem ocorrido uma extraordinária mudança nesta relação entre os movimentos sociais e as ONGs. Progressivamente as ONGs caminharam para uma inversão completa de papéis, passando a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-os de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular.

De acordo com Petras (1999 apud MONTAÑO, 2005) existe uma relação estreita entre o crescimento dos movimentos sociais que desafiavam o modelo neoliberal e o esforço, por parte das agências do capital, para subvertê-los a partir da criação de formas alternativas de ação social, através da ONGs. O autor continua afirmando que "à medida que cresceu à oposição ao Neoliberalismo, no início dos anos 1980, os governos europeus e norte-americanos. Juntamente com o Banco Mundial aumentaram a destinação de verbas para as ONGs." (PETRAS apud MONTAÑO, 2005, p.272).

Montaño (2005) elucida melhor essa relação entre ONGs e o Estado neoliberal estabelecendo três pressupostos. Em primeiro lugar, as ONGs, que agora possuem maiores possibilidades de obtenção de recursos e apoio do que o movimento social, passam a conquistar maior credibilidade e adesão da população. As pessoas passam a colaborar financeiramente mais com as ONGs do que com os movimentos sociais; elas se incorporam, aderem muito mais às ONGs do que aos movimentos; as ONGs passam a ter mais espaço na mídia, maior respaldo e credibilidade social. Assim, nos anos 90 as ONGs crescem em quantidade e em número de membros, enquanto os movimentos sociais seguem o caminho inverso.

Em segundo lugar, afirma o autor, que as ONGs passam a ter uma relação diferente com o Estado e com as empresas. Passando a manter um relacionamento de parceria de forma despolitizada e despolitizadora, completamente funcional ao projeto neoliberal de reestruturação sistêmica. A luta, então, cede lugar à negociação.

Montaño (2005) continua explicando que, em terceiro lugar, e devido aos motivos acima explicados, ocorre uma significativa alteração na relação movimento social/Estado. Esta relação que ate a década de 80 foi direta, com o apoio das ONGs, nos anos 90 passa a ser intermediada pela ONG, não mais numa relação direta.

Como resultado dessa nova relação tem-se a drástica "mudança na forma e conteúdo das lutas sociais neste âmbito; mais dócil relação (não conflitiva, mas negociada) com o capital e com o Estado, despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais agora intermediadas pela ONG." (MONTAÑO, 2005, p. 274).

Tais mudanças contribuem para o agravamento da crise social, provocada pela resposta do capital, através do projeto neoliberal. Tarefa essencial para lutar contra os efeitos nefasto dessa crise é "revitalizar os movimentos sociais articulados – e não a sociedade civil — e

ressituar ONG como sua 'parceira' — e não do Estado ou da empresa/fundação capitalista" (idem).

5 FOCALIZANDO O LAZER: GÊNESE E CONSTITUIÇÃO

Situar o lazer no mundo de hoje significa identificar mudanças, decifrar continuidades, reconhecer diversidades e desvelar desigualdades, o que torna tal tarefa por demais ambiciosa e difícil, principalmente levando em consideração a realidade social vivida.

A realidade social é constituída por um conjunto complexo de relações dinâmicas e em constante transformação. Inserido neste conjunto, no qual nenhum aspecto conserva-se inalterado, o lazer não poderia ser tomado como algo estático. Pois, concordando aqui com Werneck (2003), que o lazer é um fenômeno cultural, social e historicamente constituído em nosso meio; entende-se que, para compreender de forma mais aprofundada a crescente importância a ele dada na sociedade contemporânea se faz necessário, primeiramente, compreender tal fenômeno em sua totalidade, para que se possam identificar as relações estabelecidas e também, dessa forma, demonstrar todo o seu potencial de transformação.

A compreensão da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos deve partir da compreensão de que nada, nenhuma relação, fenômeno ou idéia tem caráter de imutável. Ao se fazer um resgate histórico do lazer é possível perceber tal característica.

Segundo Chauí (1999) a definição de lazer se confunde com o conceito de ócio — *skholé*¹ — no pensamento clássico, este último era percebido como uma forma de vida cujas ações humanas orientavam-se pela contemplação e reflexão de supremos valores da época. Levando em consideração que a base do modo de produção da época era a escravidão, e que os valores implicados ao ócio derivavam-se de um modo social economicamente estratificado, assim a noção que se tinha de ócio era como um tempo social do não trabalho.

Munné 1980 apud Mascarenhas (2005) continua analisando os sentidos atribuídos ao ócio durante a história. No período Romano, uma nova concepção de ócio é introduzida em oposição ao negócio, passando o ócio a ser reconhecido, então, como tempo de descanso do corpo e de recreação do espírito. Em função das diferenças no contexto sócio econômico neste período, o ócio passa a ter outra função e através da política do "pão e circo" que surge a "recreação das massas". Em oposição ao ócio das classes dirigentes, este adquire um caráter de mecanismo de despolitização das massas e de controle do Estado sobre estas.

Já na Idade Média o ócio passa a ser entendido e utilizado como um aspecto distintivo de classes e acaba sendo remetido à esfera do consumo. Deixando de ser uma experiência interior e subjetiva, ao contrário, devendo agora ser exteriorizada, demonstrando ostentação de poder econômico manifestada pela utilização do tempo livre.

Aproximando-se mais da Idade Moderna, com o puritanismo religioso e a reforma protestante, um novo valor irá se sobrepor ao ócio, fazendo com que a conduta medieval

¹ A palavra ócio deriva do grego *skholé*, o que indica os atos de parar ou cessar. Significa também uma condição ou estado de isenção da atividade produtiva ou, especificamente, ter tempo para si mesmo. (MASCARENHAS, 2005, p. 208)

seja extremamente criticada, tal valor é de *exaltação ao trabalho*. Este último deixa de ser considerado castigo divino e passa a ser virtude, regra moral; já o ócio, torna-se o próprio anti-trabalho, improdutivo, sinônimo de degradação e tempo perdido.

Seguindo o curso da história que caminhou para a consolidação do modo de vida fundamentado nos princípios capitalistas, na modernidade, desenvolve-se o *ócio burguês* que, posteriormente à Revolução Industrial e ante a conquista do tempo livre pela classe trabalhadora, apresenta-se como uma estratégia de controle, definindo a correta e adequada forma para os usos deste mesmo tempo. A Igreja, a Escola e a família são as instituições que contribuíram e contribuem para o controle do tempo livre, legitimando as práticas burguesas.

É nesse contexto que o lazer surge como novo instrumento de comando da burguesia, pois

[...] caso não fossem 'bem empregadas', as horas de lazer poderiam contribuir com a degradação da sociedade, sustentando vícios, promiscuidade, ociosidade. [...] Inevitavelmente, as regras que imperavam na sociedade acabavam sendo reproduzidas, com vistas a aliviar problemas e sanar males sociais, dentre os quais a ociosidade e a delinquência. (WERNECK, 2003, p.72).

Como afirmou-se anteriormente, percebe-se, portanto, que com o desenvolvimento histórico, um dado fenômeno vai se modificando. Contudo, as modificações que o lazer sofreu foram tamanhas que seria um absurdo considerá-lo na mesma perspectiva de sua gênese.

Mascarenhas (2005, p.227) explicita bem tal mutação.

Inserido num quadro contraditório e dinâmico de transformação, não como um fenômeno que se desenvolve e se movimenta por si mesmo, mas em cada época como produto de determinadas condições, o ócio foi adquirindo novos e diferentes sentidos, conservando antigas significações e abandonando outras, até ter sua configuração radicalmente transformada, desdobrando-se no lazer. Ocorre que se o lazer, numa relação de ruptura e continuidade, nega e em certa medida incorpora o ócio, como a forma mais desenvolvida e atualmente dominante é, também, a mais complexa.

Sendo assim para que se opere um entendimento real do lazer se faz necessário abrir perspectivas para alternativas, ampliando as análises que buscam entender o lazer no conjunto das relações e lutas sociais, na busca pela emancipação do homem.

6 VIVENCIANDO O LAZER: LIBERDADE, SUBJETIVIDADE E TRANSFORMAÇÃO

O fenômeno do lazer com esfera própria e concreta dá-se a partir da revolução industrial, com o processo de automação que acentuou a divisão do trabalho e a alienação. O lazer é resultado desse processo histórico que permitiu uma maior produtividade em menos tempo e surgiram com isso reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado do trabalho.

Ao expor sua perspectiva sobre o contexto em que se origina o lazer Mascarenhas (2003, p.10) afirma que:

O lazer é um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia.

De acordo com o autor supracitado, o lazer é entendido como um fenômeno que compete ao capitalismo, todavia por ser perpassado por relações de hegemonia, pode ser posto a serviço da revolução e da superação da ordem burguesa.

Uma opinião mais pessimista em relação ao lazer e sua função social aparece na análise de Antunes (2002, p.175), pois este julga que:

[...] não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e alienado com tempo (verdadeiramente livre). E que uma vida desprovida do sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Ainda segundo Antunes (2002), a concepção de lazer na ordem burguesa está em relação ao trabalho, e, nessa organização social, o lazer como forma de humanização só está disponível para aqueles que se apropriaram do capital cultural. Não há como se pensar o lazer, como possibilidade de emancipação, a todo gênero humano nas circunstâncias da ordem burguesa, já que nela o trabalho é alienado. Somente numa ordem social emancipada isso seria possível, uma vez que:

[...] se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da arte, da poesia, da literatura, do tempo livre, do ócio que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. (ANTUNES, 2002, p. 177)

Gomes (2004) concorda com Antunes quando expõem que em nosso contexto o lazer é freqüentemente relacionado ao consumo alienado de produtos da indústria cultural. O lazer ao contrário desta associação não tem relação com o consumo e sim, segundo Gomes (2004, p125) por essência é

[...] uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Montaño (2005, p.260) também concorda com Antunes quando apresenta sua visão sobre a manipulação da sociedade civil e a conseqüente criação de uma indústria do consumo alienado.

O projeto neoliberal quer uma sociedade civil dócil, sem confronto, cuja cotidianidade, alienada, reificada, seja a da "preocupação" e "ocupação" (não a do trabalho e lutas sociais) em atividades não criadoras nem transformadoras, mas voltadas para as (auto-) respostas imediatas às necessidades localizadas.

Essa errônea relação do lazer com a atividade consumista, se deve principalmente, ao fato do surgimento de uma indústria cultural baseada na produção e no consumo padronizado. Esta indústria, também uma das instituições adotadas pelo mundo globalizado, cria necessidades através da standartização e do chamado mundo do entretenimento, fazendo com que os consumidores aceitem meros produtos como se fossem indispensáveis para sua satisfação pessoal. Segundo Werneck essa indústria homogeneiza não só o consumo, mas também

[...] acaba nos subjugando às estratégias de modismo e homogeneização cultural em diferentes perspectivas: em termos de linguagem; de gestos; de comidas e bebidas; de músicas; de roupas, de atitudes e valores, dentre outras. (WERNECK, 2000, p. 70).

Por um lado na medida em que o projeto de hegemonia capitalista se expressa sob a produção cultural o lazer reforça a alienação e contribui para o funcionamento das mesmas relações de poder e dominação. Essas formas de lazer autonomizadas, massificadas e manipuladas são indicadas, principalmente nos países pobres, como soluções para problemas de qualquer natureza, funcionando como pontes para o modelo da globalização. Contudo essas formas de lazer são muito mais eficientes para acentuar a degradação da pobreza e da exclusão social das maiorias.

Uma transformação desta concepção, predominante, de lazer é possível através de ações e inserções comprometidas com a construção de uma nova sociedade mais justa e humanizada. Para concretizar este projeto é necessário que o lazer seja visto como promissor não somente com base na lógica do mercado, mas, sobretudo considerando-se uma perspectiva cidadã.

Assim sendo:

O lazer pode colaborar com a construção de uma nova realidade, desde que não seja considerado como um fenômeno isolado. Ao ser concebido como um dos elementos que integram uma complexa trama de interações de naturezas diversas, as chances de que o lazer constitua um canal de resistência, mobilização e engajamento político podem ser ampliadas. Neste âmbito, todas as pessoas, grupos e instituições passam a ter a responsabilidade de pensar em novas fórmulas mais humanas, solidárias e incluídas para todas as dimensões de nossa vida social e cultural, e não apenas para o lazer." (WERNECK; ISAYAMA, 2001, p. 106).

Para aqueles que almejam a emancipação humana, então, o que compete é pensar o lazer como uma prática educativa contra-hegemônica a qual:

[...] diante da dominação social, política, econômica e cultural de uma classe sobre a outra, utilizam-se do lazer e de sua inter-relação com

as demais esferas sociais como um meio de possibilitar a reflexão e a transformação da realidade, contribuindo assim para a efetivação da crítica ao sistema e para o desenvolvimento de sujeitos ativos no processo de construção de um novo projeto hegemônico. (POLATO, 2004, p.73)

Atrelando educação e consciência política à prática de intervenção no lazer, Mascarenhas (2001, p.22) conceitua lazer da forma considerada mais apropriada pela presente pesquisa:

[...] uma posição política e político-pedagógica de compromisso com os grupos e movimentos sociais mediante sua resistência e luta cotidiana por sobrevivência, por emancipação e pela conquista de um mundo mais justo e melhor pra se viver [...] um tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade.

Pensar o lazer, como um campo da interação humana, através da perspectiva da educação e da conscientização, torna real a possibilidade de constituir sujeitos co-participantes do processo educativo, capazes de expressar sua subjetividade e de se transformar na medida em que modificam também suas circunstâncias de vida.

7 CONHECENDO AS ONGs

7.1 Ações realizadas: um panorama da atuação das ongs

Através da pesquisa na constatou-se que nenhuma das ONGs pesquisadas atuava diretamente com vivências de lazer. Todas elas se utilizavam do lazer como forma de se aproximar de seu público alvo e buscar assim concretizar seus objetivos. No entanto, muitas das atividades realizadas com intenção sócio-educativa se apropriavam do elemento lúdico da cultura, pra propor uma vivência transformadora e libertadora.

Na Casa Renascer, percebe-se que a preocupação maior é com relação à integridade Física, Psíquica e Social das crianças e adolescentes atendidos, sendo o lazer abordado de forma indireta. Desde o seu surgimento pode-se constatar tal preocupação.

As motivações para a criação da ONG foram descritas por Felizardo em entrevista a um jornal local. "Nossa primeira atividade foi realizar visitas às casas de prostituição e abordagens junto às meninas que se prostituíam nas ruas, as primeiras garotas que atendemos foram desses dois meios. Com o tempo percebemos a importância da prevenção para impedir que as garotas chegassem a se prostituir. Nessa época também veiculamos um dossiê que acabou subsidiando a CPI da Prostituição Infantil em Brasília. Esse período foi muito difícil, as denúncias mexeram com interesses locais muito fortes, sofreremos tantas ameaças que a Polícia Federal teve que garantir nossa segurança. Lamentavelmente, as investigações não se aprofundaram e ninguém foi preso. Num segundo momento passamos a atuar mais com a proposição de políticas públicas e pesquisas. Também organizamos a 'Campanha Nacional pelo Fim da Exploração Sexual Infanto-Juvenil', da qual participei como Secretária Executiva. A campanha durou quatro anos e despertou outros atores, foram mais de mil adesões, para um problema muito restrito às organizações especializadas. Com isso acabamos conseguindo a constituição de Comissões de Direito da Criança por todo o Brasil.

Atualmente a Casa Renascer é uma Unidade de Atendimento Sociopsicoeducativa, um espaço destinado ao atendimento às crianças e adolescentes com idade de 07 à 18 anos, que estão submetidos à situações de violência: física, psicológica e sexual (abuso, incesto, estupro, exploração) e/ou maus tratos intra e extra familiar (negligência, rejeição, abandono, discriminação e humilhação). Essas experiências provocam a baixa auto-estima, o afastamento do convívio social e o comprometimento para o saudável desenvolvimento dos aspectos emocionais, cognitivos, orgânicos e psicomotores.

A entrevistada 1 da pesquisa, coordenadora pedagógica da ONG, explica que para ingressar na Unidade de Atendimento da Casa Renascer, é indispensável que as crianças e adolescentes estejam freqüentando a escola. O atendimento é realizado por uma equipe técnica multidisciplinar de segunda a sexta-feira, no horário das 8 às 12 e das 14 às 18 horas. A equipe é composta por Assistentes Sociais, Psicólogos, Psicopedagogas, Nutricionistas e Pedagogas, que atuam de forma interdisciplinar.

O atendimento é realizado em duas propostas:

- a) o atendimento sócio-psicoterapêutico às crianças e adolescentes em situação de violência sexual;
- b) o atendimento sócio-psicoeducativo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Cabe a equipe técnica, de acordo com o diagnóstico de cada caso, organizar os planos de atendimento, que são apresentados e discutidos com cada criança/adolescente e familiar, objetivando o compromisso de ambas as partes, possibilitando favoráveis condições de êxito no atendimento.

No caso da ONG Canto Jovem o lazer também não foi um fenômeno motivador da fundação da ONG, mas encontrava-se inserido indiretamente nas ações posteriores à fundação. A entrevistada 2 da pesquisa, Coordenadora Pedagógica da ONG, relata que "o Canto Jovem surgiu como resultado da mobilização social com adolescentes e jovens, através da educação comunitária, os quais resultaram na realização dos 05 (cinco) Encontros Potiguar de Adolescentes – EPA, anuais, e 12 (doze) Encontros Municipais de Adolescentes – EMA's."

Ela continua relatando que depois do I EPA, foi proposta a criação de um espaço que sugerisse um lugar de expressão e acolhimento das juventudes. Nasce assim o Canto Jovem. Nesse espaço organizado os integrantes da entidade atuam na função de mediadores das ações educativas em Direitos Humanos, os quais buscam a renovação de enfoques, de estratégias e práticas de intervenção pedagógica na promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, educação e participação.

A estruturação do Canto jovem está em consonância com deliberações nacionais asseguradas mediante: o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento/1994, os Parâmetros Curriculares Nacionais, as diretrizes do Sistema Único de Saúde, o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A ONG Tem como base os seguintes princípios:

- Participação social;
- Combate à violência e construção de uma cultura de paz;
- Promoção da cidadania com igualdade de gênero;
- Garantia e respeito aos Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Reprodutivos;

- Desenvolvimento humano sustentável.

O referencial metodológico que norteia as ações da instituição baseia-se no Construtivismo Social "através de uma proposta artístico-pedagógico, utilizando como linguagem o lúdico, a arte, a reflexão e a construção dos saberes no trato de suas questões, possibilitando a formação de uma juventude saudável e cooperativa."

A Associação Companhia TerrAmar, assim como a Casa Renascer e o Canto Jovem, também tem como público alvo de suas ações crianças e adolescentes da cidade de Natal. Mas, no entanto, possui um diferencial de atuação que são as ações na área de comunicação, além de ações relacionadas à cultura, arte e educação. "Acreditamos que, através da potencialidade da arte e cultura e da educação pela comunicação, crianças e jovens podem resgatar sua cidadania. Este é o sentido de existir da TerrAmar." (SANTANA, 2005)

Classificada entre os seis vencedores do 1º Concurso de Projetos de Comunicação promovido pela Rede ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, a TerrAmar também está executando o projeto *Infância na Mídia no RN*, uma pesquisa que aponta o comportamento quantitativo e qualitativo da mídia impressa potiguar, no que se refere à cobertura da pauta da infância e adolescência. O trabalho resultou na revista *A criança e o Adolescente na Mídia Potiguar*, publicada em abril de 2003.

Outro projeto atual da ONG é o "Conexão Felipe Camarão" que funciona a partir da idéia de integrar ações sociais e possibilidades de construção da cidadania para que jovens busquem seu entendimento de vida. O projeto realiza oficinas culturais que permitem que crianças e jovens trabalhem a cultura, a partir de referências vividas e praticadas pelos "mestres" do próprio bairro. Elas aprendem música a partir do entendimento da música do Boi de Reis, percebendo a identidade do bairro de Felipe Camarão como parte da diversidade cultural.

Após conhecer um pouco mais das áreas de atuação das ONGs percebeu-se então, que nenhuma das organizações pesquisadas tinha o lazer como impulsionador direto de suas ações. No entanto todas elas realizavam ações que re-significavam, através do lazer, intenções educativas e emancipadoras. O próximo tópico trata de esclarecer qual o entendimento de lazer das próprias organizações e quais as perspectivas de intervenção de lazer no campo das organizações não-governamentais.

7.2 Concepções de lazer e perspectivas de atuação das ONGs

Apesar de todas as ONG's empregarem vivências de lazer em suas intervenções mesmo que de forma indireta, algumas concepções do fenômeno diferem entre si, merecendo assim um tratamento individual a cada uma.

Segundo entendimento dos que fazem parte da Casa Renascer, o lazer está relacionado à educação.

É uma atividade sócio-educativa, o lazer, na verdade, como algumas pessoas [...] como o senso comum diz que é passatempo e tal, eu entendo que não é por aí, que não é uma ocupação enfim sem sentido, mas eu acho que passa pelo sócio-educação, mesmo que seja o lúdico mas eu acho que passa por essa sócio-educação, leva

a construção de limites das pessoas que estão envolvidas nas atividades, eu acho que propicia a socialização, a integração, eu acho que são componentes que está intrinsecamente relacionado a esta atividade. (ENTREVISTADA 1).

No caso das crianças vítimas de violência as quais são o público alvo das ações da casa entende-se que o lazer pode ser um meio de contribuir para a superação dos traumas.

A entrevistada 1, afirma que o lazer

com certeza é algo que vem ajudar justamente nesse processo que a gente chama aqui de ressignificação, né, ou seja, se a criança sofreu uma violência é claro que o trauma não sai assim. Então a criança tem que dar um novo significado àquela situação que ela vivenciou. Então eu entendo que o lazer possibilita, ajuda. É claro não o lazer de forma isolada, mas junto com outras atividades, junto com acompanhamento psicoterapêutico, acho que todo esse conjunto de coisas contribui né? Ou propicia a essa criança ou esse adolescente a darem um novo significado à situação vivenciada.

Na apreciação da ONG Canto Jovem o lazer está relacionado principalmente à vivência de experiências transformadoras no meio artístico e cultural.

A entrevistada 2, coordenadora pedagógica explica:

Os nossos esforços aqui são relacionados aos direitos humanos em especial aos direitos reprodutivos. Então baseado nessa questão dos direitos reprodutivos, a gente trabalha a arte-educação como instrumento, para divulgar o nosso trabalho. Por exemplo, o teatro, que os meninos encaram como um lazer, ele tem um objetivo, um objetivo assim: todas as peças, todas as esquetes são trabalhadas em cima da saúde sexual e reprodutiva, em cima das temáticas que a gente tem enfoque aqui na instituição.

Percebe-se na compreensão mencionada anteriormente que a vivência do lazer, e a utilização do teatro como instrumento da experiência, apresenta uma das possibilidades sugeridas por Marcellino (2000), quanto o autor situa que as experiências de lazer deveriam também priorizar a criação cultural e não somente a reprodução da cultura.

Dando continuidade a sua resposta a entrevistada 2, descreve que "O lazer nosso é assim voltado para a questão de um resgate pedagógico, de um resgate histórico, um resgate de informações." Reafirma assim, que o tempo de lazer representa efetivamente um espaço-tempo de transformação da realidade.

O lazer faz parte do meio artístico cultural, a gente promove isso estimula, mesmo que não seja o foco principal aqui dentro. Além das oficinas que nós oferecemos, a gente tem essa preocupação de fazer com que eles participem, se interessem por atividades fora do âmbito de atuação do Canto.

Uma outra atividade da ONG, segundo o relato da entrevistada é o Musicanto:

nós temos uns grupos vocais e as músicas são todas voltadas para a questão da sexualidade, dos direitos, enfim da questão da cidadania, da diversidade, da integridade.

Todo o nosso repertório é voltado para isso, em cima dessas músicas existe toda uma discussão temática, em cima de uma peça sobre gravidez na adolescência, por exemplo, existe toda uma discussão [...] E, em cima disso tudo existe também a questão do lazer, porque o teatro pra mim, a música, a dança são formas de lazer, mas tendo este foco, este objetivo maior que é a discussão das temáticas trabalhadas pela instituição.

Segundo a conceituação de lazer da ONG TerrAmar, esse fenômeno não difere muito do entretenimento. De acordo com a entrevistada 3, coordenadora do núcleo de arte e cultura, o lazer é entendido

como uma forma de diversão pela diversão, sem envolvimento, sem profundidade. Na realidade o trabalho que realizamos aqui é relacionado com cultura, arte e educação. A cultura é contextualizada, é historicamente situada e pertence a uma sociedade. A partir da referência dos mestres da cultura, é possível desenvolver uma ação educativa com jovens, adolescentes e crianças para a transformação do Bairro de Felipe Camarão. Esse é o objetivo.

7.3 ONGs e o seu papel no cenário atual

Entender qual é o papel das organizações não-governamentais no cenário político, econômico e social da atualidade se torna imprescindível para que se possa entender e prever as possíveis relações do profissional de lazer com tais organizações.

A Casa Renascer é uma ONG com 15 anos de atuação e na opinião da entrevistada 1, as organizações não-governamentais, no cenário atual, possuem “Um papel bastante desafiador. Porque hoje há uma espécie de crescimento muito grande de ONGs, e isso traz uma implicação direta uma certa confusão na mente das pessoas na sociedade como um todo.

A ONG Canto Jovem possui uma atuação firmada há seis anos no mercado e na pessoa de sua coordenadora a entrevistada 2 acredita que no panorama atual “as ONGs e os movimentos sociais eles tem assim uma importância enorme no contexto sócio econômico cultural do país.”

Também com seis anos de atuação na cidade de Natal a ONG TerrAmar, segundo a entrevistada 3, acredita que as organizações não-governamentais possuem um papel importante para um aumento na auto-estima e melhoria da qualidade de vida da população como um todo. Os projetos comunitários e os movimentos sociais são responsáveis por mudanças que vem acontecendo na mentalidade e consciência das classes sociais menos privilegiadas, principalmente com relação a um maior conhecimento dos direitos individuais e coletivos.

Com relação à infância e a juventude, cada vez mais a sociedade civil organizada tem se mostrado mobilizada principalmente para buscar melhores condições e oportunidades de desenvolvimento das potencialidades inerentes e individuais dos seres humanos.

Nesse cenário atual as ONG's cada vez mais possuem uma função mobilizadora e transformadora. O Projeto Conexão Felipe Camarão surgiu justamente consciência da necessidade de trabalhos educacionais que atinjam a população de forma efetiva. Então se pensou em “fazer uma proposta educacional em que a cultura desses meninos de Felipe

Camarão seja respeitada e colocada em primeiro plano para, a partir daí, ampliar as idéias e o conhecimento vir se agregando a essas idéias" (SANTANA, 2005).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ONGs, POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO CAMPO DO LAZER

À luz das discussões travadas até aqui, mostra-se evidente e enfática a necessidade de transformação do mundo. Mas a questão que ainda permanece é como pensar tal assunto na especificidade das discussões sobre o lazer? Como pensar um lazer com possibilidades transformadoras?

Compreendendo as tramas do neoliberalismo, entendendo o lazer como um fenômeno socialmente constituído e percebendo os movimentos sociais, dos quais as organizações não-governamentais fazem parte, como um espaço de articulações e transformações; a presente pesquisa procurou investigar qual o tratamento dado pelas organizações não-governamentais de Natal/RN às questões relativas às vivências de lazer.

Durante o decorrer da pesquisa algumas dificuldades conceituais surgiram devido, principalmente, à disseminação de conceitos de lazer os quais incentivam à manutenção das práticas hegemônicas vigentes. Consequentemente, tais abordagens conceituais não condiziam com o entendimento de lazer da pesquisadora, nem contribuíam para uma real articulação com o objeto de pesquisa (ONGs). Alguns emergentes teóricos do lazer (MASCARENHAS e POLATO) colaboraram elaborando alguns conceitos, os quais concordavam com a visão da autora e vieram para somar o corpo teórico da presente pesquisa.

Quanto à conceituação de um dos temas fundamentais, o Lazer, a presente pesquisa define-se em uma categoria contra-hegemônica, focalizando o Lazer como sendo um fenômeno com caráter crítico e emancipador, que contribui para evidenciar o extraordinário e decisivo valor que a luta cultural e ideológica tem para a afirmação das classes dominadas no processo de luta contra o projeto neoliberal.

Quanto às organizações não-governamentais, objeto da pesquisa, pôde-se perceber em Natal uma diversa gama de ONGs com trabalhos segmentados e com interesses diversificados. Contudo a amostra colhida representava instituições cujos interesses concordavam com o entendimento, por parte da pesquisadora, de ONGs e de suas funções junto à sociedade.

Conscientes de seus papéis no cenário atual, as ONGs pesquisadas possuem uma atuação comprometida com a emancipação de suas populações alvo. Mas, no que diz respeito ao entendimento de lazer, algumas diferenças se evidenciam. A compreensão de lazer como sendo uma experiência funcionalista e alienadora, ainda se mostra presente em alguns discursos. Tal compreensão se deve à grande disseminação de conceitos distorcidos do fenômeno do lazer.

Dessa forma alerta-se para a necessidade de uma preocupação e um cuidado com a produção de um conhecimento crítico sobre o lazer na atividade daqueles que pesquisam e intervêm neste campo, sem perder a dimensão de que a mudança no lazer e na sociedade como um todo só acontece por meio de um fenômeno que será gerado pelos sujeitos históricos.

Somente dessa maneira as organizações não-governamentais, assim como, a sociedade em geral poderá modificar seu conceito de lazer e realmente entender suas possibilidades transformadoras e libertadoras.

Assim, mais do que resistir à opressão e degradação da vida visível no atual modelo societário, as práticas do lazer, aliadas à atuação das organizações não-governamentais, contribuirão para o desenvolvimento de autonomia – nas classes dominadas –, bem como, para a efetivação da busca de novas formas para sair da submissão e prosseguir na construção de uma nova sociedade, tornando-os sujeitos protagonistas de sua própria história.

LAZER, POLÍTICA PÚBLICA E INCLUSÃO SOCIAL; UM POSSÍVEL AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE: O CASO DO PELC

Talita Nara Campos Fernandes
Lerson Fernando dos Santos Maia

1 INTRODUÇÃO

É sabido que mesmo diante de vários impedimentos, as atividades de lazer estão cada vez mais presentes na vida das pessoas; e este lazer, fruto da sociedade moderna, incide sobre ela como elemento que apregoa novos valores. Sendo assim, o lazer merece tratamento sério diante de suas possibilidades de utilização e mediante as suas implicações. O lazer é analisado como algo que todos têm direito, mas sofre influência direta e indireta do meio e dos fatores sociais. O lazer se define, de acordo com Dumazedier (1999), como um tempo 'livre' em oposição às obrigações das mais diversas naturezas.

Ou ainda, o lazer é considerado uma atividade muito mais ampla, porém não deve ser restringida ao imediatismo de práticas restritas aos finais de semana, nem muito menos estarem ligadas unicamente ao prazer, uma vez que também promove o desenvolvimento pessoal, social e o descanso.

O lazer é um elemento que se encontra diretamente inserido na vida da sociedade e nesta pode desempenhar uma gama de papéis sendo necessário refletir e compreender a sua existência, uma vez que este possivelmente é visto como elemento que integra, socializa, liberta e inclui.

Falando acerca da esfera social, necessário se faz relatar acerca das políticas públicas, uma vez que elas representam, ou deveriam pelo menos, a expressão de compromisso do Estado com a sociedade, no que se refere aos atendimentos às demandas e condições básicas pressupostas ao exercício da cidadania. Dessa maneira, o lazer aparece então reconhecido como um desses pressupostos à cidadania, já que foi instituído com direito social assegurado em Constituição, conquistando espaços nos discursos políticos.

A escassez de políticas sociais agrava-se ainda mais quando nos referimos as políticas públicas de Lazer, o que incita a discursão acerca da atuação do programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Implantado e gerenciado pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, o programa visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.

Para o Ministério do Esporte, o papel ocupado pelo Esporte e o Lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. Imperioso se faz, portanto, formular políticas públicas esportivas e de lazer que propiciem as condições necessárias para que tais objetivos sejam impreterivelmente alcançados. Este é o compromisso do Programa Esporte e Lazer da Cidade, visando a superação dos problemas anteriormente mencionados. O

programa é uma proposta social para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade, de âmbito nacional, é coordenado no Rio Grande do Norte pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN), por intermédio do Departamento Acadêmico da Gestão, Comércio e Serviços/Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida, através de seu Centro de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer/Rede CEDES, tendo à frente os professores Lerson Fernando dos Santos Maia e Marcus Vinícius de Faria Oliveira. Ao todo, foram atendidos cinco municípios em todo o Estado e mais quatro pólos instalados em bairros de Natal.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade implantado em 2006 no estado do Rio Grande do Norte surge assim, como uma fonte interessante de estudo acerca da atuação das políticas públicas de lazer, e do lazer inserido em programas sociais. Sendo assim, é importante perceber que as atividades de lazer constituem um dos canais possíveis de transformação cultural e moral da sociedade, sendo um importante instrumento de mudanças.

As políticas públicas, enquanto ações direcionadas para a amenização de problemas sociais, principalmente nas comunidades mais carentes, devem construir uma dinâmica social capaz de incrementar possibilidades de através das atividades culturais de lazer, fortalecer o sentimento de coletividade, proporcionando assim, uma vivência cidadã que desperte o gosto pela participação.

Dessa maneira, o programa citado anteriormente está se destinando justamente a promover essa dinamização, através das múltiplas atividades de lazer, as quais se inserem nos seus diferentes interesses culturais, e visa principalmente tratar o lazer como um bem comum a todos; enfocando sempre o combate à exclusão social.

Entendendo que o lazer pode colaborar com a construção de uma nova realidade, desde que seja encarado na sua totalidade, como um elemento que integra uma trama de interações diversas, levantou-se o seguinte questionamento: de que maneira o lazer no Programa Esporte e Lazer da Cidade implementado no bairro de Pajuçara pode ser encarado como elemento facilitador da inclusão social?

Para responder a esse questionamento, foi necessário definir os seguintes objetivos: Compreender como se deu a implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), no núcleo de Pajuçara. Para isso, buscou-se, também, compreender a presença do lazer no cotidiano da comunidade, ou seja, como o lazer é observado pela comunidade de Pajuçara, isto de forma rápida, sem necessidade de reflexões mais profundas. Além de revelar a importância das políticas públicas de Lazer como elementos facilitadores da inclusão das comunidades e identificar os princípios metodológicos norteadores de uma intervenções de lazer quando as implementação do PELC. Almejando dar conta dos objetivos explicitados, foi desenvolvida uma pesquisa de campo do tipo exploratória-descritiva.

Para responder aos objetivos deste estudo, foram adotados como metodologia um conjunto de meios e técnicas que permitissem um diagnóstico eficiente da realidade do bairro. Assim, todos os dados foram disponibilizados com base no diagnóstico inicial que foi feito pelos

agentes sociais de esporte e lazer¹, no início do projeto, mapeando os principais equipamentos disponíveis para a prática do lazer no bairro, assim como a partir dos questionários com questões abertas e fechadas que foram aplicados à algumas lideranças comunitárias e entrevistas com o público investigado; além das observações participantes nas vivências de lazer disponibilizadas pelo programa, da análise de discurso, da observação do cotidiano e do próprio projeto dessa intervenção que serviram como suporte para a sistematização dessa pesquisa.

Essa pesquisa realizou-se no período de julho de 2006 a janeiro de 2007. Assim, as informações articuladas foram de significativa importância para o campo social, que vai desde a discussão até o relato das experiências vividas no desenrolar desse projeto. Nessa perspectiva, defende-se que ele precisa ser continuamente investigado e avaliado, para que os resultados consolidem um patamar emancipatório tanto para a comunidade de Pajuçara, objeto de estudo, quanto para todas as instituições envolvidas.

Para tanto, elucidou-se as múltiplas possibilidades do lazer, enquanto instrumento de mobilização social da e na comunidade; procurando-se embasar em pesquisadores que têm contribuições nessa área do lazer, a exemplo de Nelson Carvalho Marcellino, Silvia Amaral e Fernando Mascarenhas, entre outros, a fim de propiciar novos olhares e abordagens teóricas e metodológicas permeadas por uma intervenção no campo do lazer em seu sentido completo, entendendo-o como uma prática pedagógica educativa e social em grupos e minorias.

2 LAZER, UM MESMO FENÔMENO E SUAS MÚLTIPLAS DEFINIÇÕES

O lazer possui um potencial “revolucionário” pois é no tempo de lazer onde ocorre a vivência de algumas coisas pela escolha e satisfação, encontro com pessoas, com o “novo” e o “diferente”, é o lugar onde se encontram possibilidades de questionamento dos valores da estrutura social e das relações entre sociedades e espaço.

O lazer é um fenômeno moderno, surgido com a artificialização do tempo de trabalho, advindo do modelo de produção fabril e desenvolvido a partir da Revolução Industrial. Esse lazer tem se mostrado um campo de tensões, já que a conquista por um maior tempo livre surgiu do mérito apenas das classes trabalhadoras a partir do confronto com os detentores dos meios de produção.

O lazer não é o momento do não fazer, do ficar parado, nem muito menos do ócio ou do tempo que sobra do trabalho. Dizemos então que o lazer não está relacionado ao tempo livre, livre do trabalho, mas ao tempo disponível, uma vez que o ser humano realiza uma gama de atividades neste tempo do não-trabalho. Tarefas como cursos de capacitação profissional e atividades domésticas, consumindo este tempo até mesmo para suprir suas necessidades fisiológicas como almoçar e dormir.

Diante do exposto é fácil concluir que o tempo disponível, ou seja, o tempo livre de todas as obrigações sejam elas profissionais, religiosas, domésticas ou decorrentes das necessidades fisiológicas, ou seja, o tempo destinado ao lazer, se reduz bastante.

¹ Agentes sociais de esporte e lazer é a denominação concedida pelo Ministério do esporte para designar os monitores envolvidos com as ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC

Outra idéia que necessita ser esclarecida é desmistificar que o prazer encontra-se unicamente aliado ao lazer. O lazer proporciona ao ser humano não unicamente o gozo, a alegria, mas principalmente o descanso e o desenvolvimento pessoal.

Mas, as atividades de lazer além de prazer promovem também a educação. E a exemplo disto o programa Esporte e Lazer da Cidade surge, objetivando através do lazer, proporcionar a inclusão social, o desenvolvimento das comunidades e até mesmo o acesso ao lazer, fato justificado desde a escolha dos bairros para implantação do projeto até a livre adequação para a comunidade específica de atuação.

As atividades de lazer estão cada vez mais presentes na vida do homem, no entanto, é bastante sutil, ainda, a contribuição efetiva, no sentido da interferência direta destas propostas e perspectivas, na mudança dos valores da sociedade que envolvem um repensar sobre as temáticas do lazer e do tempo livre, numa dimensão de incorporação permanente, uma vez que estes são cercados por inúmeros contra-sensos.

Diante do exposto é possível perceber que o lazer é ainda desvalorizado. Tudo o que se relaciona ao lúdico, ao tempo livre e ao lazer desde tempos remotos ficou restrito a planos secundários. Na verdade é preciso entender o lazer como um tempo é um espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade. Pois somente assim fica evidente o seu potencial transformador na reorganização da vida social, colaborando para a construção de novas normas e valores de convívio entre as pessoas, questionando a ordem e o modo de produção vigente.

As atividades de lazer revelam uma possibilidade de inserção crítica na realidade de um grupo, onde os sujeitos se percebem tanto como agentes como pacientes da ação, "fazedores" e "refazedores" do próprio mundo. Necessário se faz conceber o lazer como prática social e pedagógica, uma vez que este pode proporcionar a difusão de um saber crítico e emancipador, que possibilite a compreensão da realidade individual, bem como coletiva e, sobretudo, que permita o "localizar-se" no mundo.

O lazer pode colaborar com a construção de uma realidade nova, desde que seja encarado na sua totalidade, como um elemento que integra uma trama de interações diversas. Dessa forma, passa a ser originado de uma experiência cidadã, ampliando as chances de que as práticas de lazer constituam canais de resistência, mobilização e engajamento político. Assim pode-se conceber um lazer real, presente e ativo no cotidiano da comunidade, aquele capaz de potencializar e transformar.

Para a realização de um lazer realmente transformador da sociedade, é preciso que o lazer cotidiano se mova automaticamente com relação às repressões introjetadas através da reprodução de valores falsos, construídos socialmente.

3 A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS DE LAZER

As necessidades do lazer, ou melhor, dos valores do lazer, sempre esteve presente na vida do ser humano e desde o advento do modo de produção fabril este lazer tem se apresentado com significados próprios interferindo na sociedade. .

De maneira geral, ao longo do processo histórico, ele vem se configurando como um instrumento indispensável à qualidade de vida do ser humano, principalmente, no que se refere ao fortalecimento da cidadania; já que é no tempo livre, que se estabelecem as

trocas de conhecimentos e são debatidos os questionamentos relacionados aos valores da estrutura social e das relações entre sociedades e espaços.

Neste início de século muito tem se discutido sobre lazer. Contudo, no que se refere ao papel do Estado na implementação de políticas de lazer pouco temos avançado. Percebendo-se que, os executivos federal, estadual e municipal, quando da formulação de suas políticas ainda estão permeados por visões estreitas do lazer.

Concebendo o lazer como um direito social inalienável, pode-se afirmar que pensar numa verdadeira democracia significa aceitar não ser possível com a não universalização de direitos sociais. Na verdade precisa-se entender que o Estado deve investir em políticas públicas.

Diante do exposto, é importante frisar a verdadeira significância da implementação de programas de lazer. Programas estes, que enfoquem em sua filosofia real, não somente a busca do prazer, ou compensação; mas que sejam também, instrumento de transformação social, sem restringi-lo a nenhuma função específica.

A implementação de um programa de Lazer eficaz acarretaria às diversas esferas da sociedade uma série de benefícios ao estado e/ou município interventor, além de conscientizar este quanto a sua verdadeira função de gestor.

Sendo assim, necessário se faz relatar acerca das políticas públicas, uma vez que elas representam, a expressão de compromisso do Estado com a sociedade, no que se refere aos atendimentos às demandas e condições básicas pressupostas ao exercício da cidadania. Uma política pública se caracteriza como sendo uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sócios declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos, ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual.

E assim, as políticas públicas direcionadas ao Lazer, enquanto ações que propiciem a amenização de problemas sociais, devem construir uma dinâmica social capaz de incrementar possibilidades de, através das atividades culturais de lazer, fortalecer o sentimento de coletividade, contribuindo assim, para uma vivência mais cidadã, que desperte o gosto pela participação. Desmistificado assim, o antigo esteriótipo do Estado enquanto mediador e não mais regulador da sociedade.

Com o acirramento das questões sociais, muitos dos problemas agravaram-se drasticamente, como é o caso do crescimento da marginalização nas cidades, o desemprego, o crescente uso de drogas, levando os indivíduos a utilizarem o seu tempo livre de maneira negativa. Nesse contexto polêmico, é que o lazer se configura como um direito social, como é assegurado à todos os cidadãos pela própria Constituição Federal de 1988 no artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2002, p.12).

E é através dele que essas pessoas têm a capacidade de refletirem sobre as possibilidades de intervenção nesse âmbito; além de serem estimuladas para a conscientização. Para tanto, o lazer concebido com um direito social, deve ser instrumento propiciador para a elaboração de conceitos formados pelos próprios integrantes dos projetos, a partir da contestação dos valores vigentes.

Admitir a importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo também como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural.

Nessa perspectiva, deve-se pensá-lo como um elemento de importante significância na vida em sociedade, já que é compreendido como um momento em que os indivíduos, além de vivenciarem experiências lúdicas, também constroem a sua própria história, a sociedade e a cultura; pelo seu conteúdo, pelos valores que são experimentados, pelas atitudes vividas e fundamentalmente, pela relação cidadã que pode ser estabelecida nesse tempo.

Levando-se em consideração essa essência do lazer, é importante ressaltar que, para que as vivências lúdicas sejam realizadas, necessitam de espaços apropriados, a fim de que se tenha uma verdadeira democratização cultural. Pois, quando isso não acontece, a cidade se transforma em um lugar absolutamente inóspito, sem qualquer possibilidade de prazer, na qual os indivíduos são abrigados a se restringirem a espaços privados e tempos limitados.

É preciso salientar a importância social do espaço de lazer uma vez que ele se apresenta como sendo um lugar de encontro entre as diferenças e conflitos, podendo suscitar questionamentos e mudanças. Dessa maneira, são nesses espaços disponíveis a socialização, que pode haver a conscientização e a descoberta da importância dos equipamentos públicos, conservados e, principalmente animados para a vivência lúdica.

Para tanto, cabe às prefeituras, secretarias e órgãos públicos da administração em geral, buscar soluções para que ocorram transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida nesse processo. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população.

Faz-se necessário, portanto, que o governo implemente uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da idéia de uma cidade que conecte usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Pois, melhorando o espaço, com essa política anti-exclusão, organiza-se a heterogeneidade.

Tendo como referência a Constituição da República Federativa do Brasil, os programas de lazer devem ser construídos não só pelo governo mais em parceria com a sociedade civil, buscando, intrinsecamente o fortalecimento dos mecanismos de participação popular no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações voltadas para ao desenvolvimento da política de lazer dos municípios, assim como deve apresentar a possibilidade de inserção dos agentes sociais, e dos gestores, baseando-se no princípio de gestão democrática para a administração da política pública de lazer.

Além disso, deve almejar, sobretudo, a educação da sociedade quanto a utilização do seu tempo livre, demonstrando, dessa forma, as potencialidades de lazer que o município oferece para a sua prática.

Portanto os programas de lazer se apresentam como um possível instrumento de transformação social, já que com a sua implementação, a ociosidade dos indivíduos pode ser substituída pela educação desse tempo livre, agora preenchido com atividades que venham a promover a troca de experiências e o próprio desenvolvimento pessoal.

Sendo assim, espera-se implicitamente, que eles venham a possibilitar uma amenização das questões sociais, oriundas do crescimento exacerbado das cidades e do aumento da população urbana, que não acompanhou o desenvolvimento da infra-estrutura, ocasionando desníveis na ocupação do solo, bem como a estratificação da população; e, conseqüentemente, causando uma restrição quantitativa e, sobretudo, qualitativa no acesso às práticas lúdicas na cidade.

Baseando-se em toda essa conjuntura, o lazer começa a ganhar espaço dentro das políticas sociais, levando o Estado a tomar consciência quanto ao seu papel de

implementador dessas práticas mediante a sociedade. Como visto no título VII, capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção III, no qual o lazer é tratado no art. 217, inciso 3º, da seguinte forma: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um observado: [...] o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social." (BRASIL, 2002, p.132).

No entanto, é preciso verificar a atuação do mesmo para que as práticas de lazer elaboradas por ele, não assumam caráter paternalista, muito menos assistencialista, fato que acabaria restringindo o lazer mediante a esfera social.

Portanto, a partir dessa atenção às práticas de lazer, deve-se haver uma maior preocupação por parte dos governos, no que se refere a essa temática, já que o que se vivencia hoje é a não garantia nem mesmo dos direitos primários, como o direito a vida; direito a integridade física (secundário); quanto mais dos direitos terciários que correspondem ao direito ao trabalho, moradia, alimentação, e somente aqui localizado lazer.

Implantar um programa de lazer é, sobretudo, permitir, educar e emancipar uma localidade, uma vez que o lazer é concebido como componente imprescindível ao equilíbrio social, garantindo condições adequadas ao trabalho e contribuindo para o crescimento dos indivíduos.

Assim, ele se apresenta como uma experimentação valorativa onde a estética e a política articulam-se como dimensões que acabam por tornar impossível qualquer iniciativa de dissociá-lo do conceito de educação, daí a relevância deste elemento como agente de transformação social, uma vez que é por meio da educação que alcançamos as mudanças tão necessárias.

Dizemos ainda que as atividades de lazer revelam uma possibilidade de inserção crítica na realidade contextual e histórica de um grupo, onde os sujeitos se percebem tanto como agentes como pacientes da ação. Necessário se faz conceber o lazer como prática social e pedagógica, já que ele pode possibilitar a compreensão da realidade, propiciar a aprendizagem e proporcionar a difusão de um saber crítico e emancipador.

Portanto, um programa de lazer pode colaborar com a construção de uma realidade nova, como um elemento que integra uma trama de interações diversas. E é aqui mais uma vez frisada a importância de sua implantação e re-significação para os municípios. Dessa forma, o lazer passa a ser originado de uma experiência cidadã, ampliando as chances de que as práticas de lazer constituam canais de resistência, mobilização e engajamento político. Assim pode-se relatar um lazer real, presente e ativo no cotidiano da comunidade.

Um programa para a consolidação do esporte e lazer como direitos sociais é, portanto, uma forma de política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais), a ações contínuas de esporte e lazer que respondam às necessidades localizadas nesse campo da vida social.

Portanto, cabe aos municípios, em suas políticas públicas, promover a criação de espaços e de programas de lazer a serem disponibilizados à comunidade, como também estimular a iniciativa privada a criação de espaços onde a vivência lúdica aconteça. Para concluir, repete-se que o lazer é um fator fundamental na qualidade de vida das pessoas e é um compromisso dos gestores públicos encarregados de conduzir o processo de formulação de políticas que venham ao encontro das aspirações da população.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER, ANÁLISE DO LAZER NA COMUNIDADE DE PAJUÇARA E IMPLANTAÇÃO DO PELC.

Falar de políticas públicas sempre foi um desafio. A dificuldade é ainda maior quando o assunto dentro das políticas públicas refere-se ao lazer. Esse desafio é ainda acentuado mediante às caracterizações da sociedade contemporânea, permeada por inúmeros problemas sociais, como o alto índice de desempregados, miseráveis e famintos, frutos agravados das políticas neoliberais que vêm desconstruindo as conquistas sociais historicamente constituídas através das lutas dos trabalhadores brasileiros e mundiais. Contrariando o senso comum que sempre localiza o lazer em último plano, visto que às exigências primárias precisam ser supridas, ressalta-se aqui a necessidade da presença do lazer para as comunidades, visto que este é o "nutriente" que sacia outro tipo de "fome", a fome por cultura, ou por que não dizer, a fome social, a desnutrição de lazer. Como já dizia a música Comida, dos Titãs, o ser humano não precisa somente de comida, mas também de diversão, descanso e desenvolvimento.

Na verdade é preciso entender que o lazer permite o desenvolvimento humano e social, uma vez que suas atividades são percebidas como um momento de intervenção pedagógica, uma possibilidade de contraponto ao que está posto no momento atual, uma rica oportunidade de participar dos movimentos sociais organizados, e, principalmente, um instrumento de conscientização das massas oprimidas.

O lazer é visto como uma esfera de importante significação da vida em sociedade, um momento em que os trabalhadores também constroem histórica, social e culturalmente, pelo seu conteúdo, pelos valores que são experimentados, pelas atitudes vividas e, fundamentalmente, pela relação cidadã que pode ser estabelecida com esse tempo (STIGGER 2003). Percebe-se então que as atividades de lazer são vistas como uma oportunidade de desenvolvimento de valores contestados da sociedade atual, que caminha na atualidade como promotora da exclusão e das desigualdades.

Ao que tudo indica o lazer do brasileiro é inexistente enquanto política pública, pelo menos para aqueles que compõem a grande maioria. As políticas públicas, não são apenas políticas concebidas e propostas pelo setor governamental. As políticas públicas envolvem esforços significativos de amplos setores da população que lutam pela melhoria de suas condições de vida. Assim agindo, a população está exercendo o seu poder de participação política, logo de democracia. Democracia esta que passa pela questão cada vez mais essencial na sociedade contemporânea, como acredita a autora: a discussão entre o público e o privado.

Diante dessa realidade é preciso aqui uma aproximação maior com o objeto de estudo: a implantação do PELC no núcleo de Pajuçara. E para se compreender o lazer neste bairro necessário se faz revelar um pouco sobre o lazer na cidade do Natal. O lazer na cidade do Natal ainda é resumido à contemplação das praias, lagoas e outras belezas naturais, ou ainda restrito ao consumo e ao valor de mercado.

Em Natal, os espaços específicos destinados ao lazer encontram-se concentrados a determinadas zonas administrativas da cidade. Isto porque, no Brasil, e particularmente no Rio Grande do Norte, o crescimento das cidades não é acompanhado por uma adequada infra-estrutura, urbana, principalmente nos bairros pobres onde a população não pode prescindir dos serviços oferecidos pelo poder público.

A cidade do Natal devido ao seu crescimento desordenado sofre muitos problemas de cunho urbano, sendo a carência de espaços de lazer, um deles. Analisando Natal, observa-se pequenos espaços - praias, *shopping-centers*, campos de futebol, estádio, ginásios de esportes e clubes - situados, principalmente, no entorno central e, mesmo esses, sem uma política pública de utilização. Na verdade, falta também equipamentos que levem a população de uma forma geral, à prática de atividades recreativas e de lazer alternativas, pois os poucos equipamentos e espaços existentes não deixam escolha quanto à utilização do tempo disponível da população. E nesse sentido, mostra-se a manutenção de campos e quadras poli-esportivas nos bairros da cidade, levando a população a praticar apenas um tipo de modalidade esportiva, que em muitos casos é o futebol, como no bairro Pajuçara. Além disso, muitos bairros são desprovidos desses materiais, levando a comunidade a se deslocar de um local para o outro.

Este trato com as questões ligadas ao lazer é praticado pelos chamados “especialistas tradicionais” muitos deles presentes nas prefeituras e órgãos responsáveis pela promoção das atividades de lazer, reforçando o conceito de lazer relacionado apenas ao divertimento e ao descanso, tão presente na visão senso-comum, renegando desta forma, a possibilidade do desenvolvimento pessoal e social que podem ser proporcionados pelo lazer. É esta visão estreita que o Programa Esporte e Lazer da Cidade tenta aniquilar.

Compreendendo um pouco a abordagem e os empecilhos que permeiam a ocorrência do lazer na cidade do Natal, é facilitado o entendimento do lazer no bairro Pajuçara uma vez que este não foge à regra da cidade. A ocupação das atividades de lazer pela comunidade do bairro Pajuçara, especificamente ao conjunto Pajuçara II muitas vezes encontra-se restrita aos jovens, adolescentes e crianças que dispõem de menos obrigações e conseqüentemente maior tempo dedicado às práticas do lazer.

No bairro, não é difícil encontrar crianças brincando. E as brincadeiras se manifestam das mais variadas maneiras. Observa-se com frequência as famosas “peladas” nos descampados, nas ruas de areia ou até mesmo asfaltadas. Por mais estranho que pareça, as crianças ainda visitam as praças, sobem em árvores, jogam “biloca” e até mesmo descem os precários escorregas que existem.

Assim também, a juventude aproveita. É possível encontrar jovens nos fins de tarde utilizando as quadras, ou andando de bicicleta, mesmo que nestes casos a finalidade principal não seja o lazer, ainda assim ele se manifesta. Alguns também se reúnem em grupos de dança, ou nas quadrilhas que ali existe, vão as festas com uma certa frequência, ou as casas dos amigos “bater um papo”.

Para os adultos o lazer aparece restrito ao final de semana, as saídas à praia, a televisão e ao descanso semanal. Algumas mulheres se reúnem nos clubes de mães e participam ativamente das atividades e cursos oferecidos por estes, outras preferem continuar na calmaria do nada fazer, ou na agonia da falta de tempo. Já os homens participam de esporádicas “peladas”, no tempo que lhes é permitido e algumas vezes se apresentam de forma um pouco mais organizada e realizam torneios esportivos. Alguns idosos se reúnem nos clubes de idosos, e participam das atividades promovidas por este. Outros tantos permanecem a margem do lazer.

Apesar do caráter primordial do lazer: sua subjetividade, pode-se dizer que foi possível “mesurar” o lazer realizado pela comunidade moradora do bairro Pajuçara, especificamente do conjunto Pajuçara II, e a partir daí desenvolver possíveis métodos de bem implantar o PELC nesta comunidade.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), instalou-se no Bairro Pajuçara, especificamente no conjunto Pajuçara II no início do mês de Julho de 2006, com a função de permitir a inclusão social, o desmistificar da visão ainda estreita do lazer e principalmente de permitir a mobilização social no que diz respeito às práticas do mesmo.

Para a sua inicialização efetiva tornou-se necessário desenvolver alguns métodos de abordagem, ou seja, desenvolver e cumprir algumas etapas. A primeira etapa compreendeu a visita ao bairro, diagnóstico dos equipamentos e coleta de dados. Durante o mês de julho do ano de 2006, visitou-se o bairro para observar a sua estrutura física e o comportamento de seus moradores. Nesta aproximação inicial, constatou-se que o bairro possui uma razoável infra-estrutura comercial, principalmente mercearias e comércios varejistas.

O bairro Pajuçara conta com aproximadamente 43 mil habitantes, e tem nas associações de moradores e conselhos comunitários os principais núcleos organizacionais, que tentam apesar das dificuldades, envolver os seu moradores nos problemas que afetam o bairro.

Na verdade o bairro encontra-se dividido em 16 conjuntos habitacionais e 10 loteamentos, deste total o objeto de estudo ficou restrito ao conjunto Pajuçara II.

Neste conjunto observou-se a existência de 2 quadras poli-esportivas, 1 largo, 2 campos de futebol, 1 campo de areia descampado e alguns canteiros arborizados além de 2 escolas, uma estadual e outra municipal.

A etapa seguinte ao diagnóstico inicial e primeiras coletas de dados foi a busca do diálogo. Esta etapa permitiu investigar de que maneira os moradores ocupavam o seu tempo disponível nas atividades de lazer permitiu também entender de que maneira o lazer se manifestava no bairro e ressaltar o entendimento de ações voltadas para o lazer com enfoque na participação comunitária. Para isso buscou-se o apoio do conselho comunitário, na intenção de fazer uma reunião para esclarecimento da presença do Programa no bairro e iniciar algumas entrevistas que subsidiassem o desenvolvimento desta reflexão.

Depois de estabelecidos os contatos, levantados os dados e preferências, chegara a hora de iniciar as oficinas. O diálogo de forma bastante informal com os moradores da região a fim de captar as atividades desenvolvidas por eles em seu tempo disponível, foi a tônica dos primeiros encontros, porque somente assim poder-se-ia criar oficinas em que a participação fosse completa. E assim, respeitar uma das regras do lazer: o livre arbítrio.

A princípio procurou-se realizar uma reunião com os principais líderes da comunidade a fim de obter um maior contato e esclarecer alguns tópicos importantes à realização do programa naquele lugar. Nessa, ficou transparente os objetivos, pelo menos iniciais; como iria vir a ser desenvolvido e como foi estruturado esse projeto. Posteriormente à reunião inicial, a etapa seguinte foi a divulgação, esta ocorreu para que, de fato, as próprias pessoas da comunidade tivessem um maior conhecimento e participassem do projeto. Os primeiros contatos, apesar de rápidos, permitiram perceber que aquela comunidade já era de alguma maneira articulada, mesmo mediante o apelo político assistencialista de uma parcela das suas lideranças.

Acrescida a essa apresentação do projeto, a população daquela região teve a oportunidade de ser convidada para participar de um curso de capacitação, realizado no CEFET-RN pelas coordenadoras dos núcleos implantados na cidade do Natal. Neste foram discutidos as principais perspectivas que almejava o projeto, que a priori eram de democratizar o acesso e educar as pessoas quanto à utilização do seu tempo livre. Posterior à capacitação, outra etapa seria o conhecimento dos interesses locais, no que diz respeito ao

lazer. Assim, almejou-se conhecer melhor a comunidade e coletar dados sobre a mesma através da aplicação de questionários. Depois de aplicados os questionários à uma amostra de 200 pessoas, tendo como objetivo analisar quais atividades de lazer deveriam ser implementadas a partir da preferência delas, assim como também, avaliar o que o lazer significava para a comunidade, iniciaram-se as oficinas culturais. De fato, a concepção de lazer não passou da do senso comum, que é a diversão, o divertimento, e em alguns casos o descanso. No entanto o mais importante acontece: sua realização. Quanto às atividades de lazer preferidas, observa-se que as manifestações culturais, físico-desportivas e as manuais ficaram divididas.

Foi, portanto, a partir dessa análise que, de fato, realizou-se o planejamento das atividades que representariam o interesse e necessidade popular. Assim, foram elaboradas 23 oficinas culturais, distribuídas em dois ciclos, em virtude da não procura e de alguns problemas no que tange aos recursos materiais e humanos. O Primeiro ciclo aconteceu no período de julho/outubro e segundo ciclo de outubro/dezembro.

As oficinas se diferenciam quanto aos interesses culturais e quanto ao seu público. Dentre as oficinas escolhidas foram oferecidas para as crianças a oficina de "ballet", a oficina esportiva e a de "Inglês lúdico". Já a oficina de dança, na modalidade de forró; de capoeira e também a esportiva, teve os jovens como público-alvo. Atingindo um público um pouco mais diferenciado e respeitando a intergeracionalidade do PELC, ofereceu-se aquelas de interesse manual, denominadas de "Criarte". Essas acabaram se subdividindo quanto ao seu material utilizado, que podem ser jornais (Criarte Jornais), papel, papelão, fitas, papel de presente e outros apropriados, (Criarte caixa de presentes), cartões personalizados (Criarte Killing) e seda, arame, fita, dentre outras matérias (Criarte Rosas de Meia de Seda). Desenvolveram-se também intervenções semanais com o grupo de idosos, estas contemplavam muitas vezes o diálogo e atividades manuais. Infelizmente, por motivos variados, algumas oficinas não ocorreram como é o caso do "Taekwondo", do "Karatê" e da "Contação de Estórias".

A implantação/realização das oficinas apresentou inicialmente algumas dificuldades. A rotatividade de alunos, a difícil aceitação inicial, o receio do envolvimento político no PELC, a resistência, o Machismo e o sexismo ainda existente foram algumas das quais pode-se revelar. Obedecer aos princípios norteadores do PELC de fato não foi fácil uma vez que difícil é manter a intergeracionalidade, difícil é atender a todas as faixas etárias sem privilegiar alguma e, principalmente, difícil é em um curto espaço de tempo mudar a concepção no que diz respeito ao lazer da comunidade.

Entretanto, mesmo mediante as dificuldades todas as oficinas foram montadas com o objetivo de mostrar para a comunidade de Pajuçara que o lazer é um direito social, que deve ser praticado em qualquer horário e lugar, permitindo a emancipação, o desenvolvimento de valores pessoais, sociais e morais, além incitar a conscientização, a educação, e conseqüentemente, a transformação social. No entanto esses benefícios são obtidos como conseqüência, apresentados de forma espontânea e implícita, uma vez que o carro chefe do Programa é o acesso, a conquista de direitos, e o lazer democratizado.

De fato, o diálogo com a comunidade foi válido e a criação das oficinas realmente atendeu as expectativas dos moradores daquele lugar, embora tendo o início propriamente dito das oficinas um pouco demorado, outubro de 2006, a parcela da população que participou mostrou-se bastante satisfeita.

Na verdade, percebe-se que mesmo com todas as dificuldades encontradas pela comunidade, de alguma maneira ela consegue formas de burlar a lógica da exclusão,

utilizando formas alternativas de convivência e fortalecendo suas redes e laços sociais. Fato evidenciado pela formação dos clubes de mães, idosos e pelas parcerias existentes com outras instituições.

A dinâmica social da comunidade demonstra-nos possibilidades de através das atividades culturais fortalecer o sentimento de grupo, proporcionar vivências sócio-culturais e associativas diferenciadas. Em suma, proporcionar uma vivência cidadã que desperte o gosto pela participação nas diversas esferas sociais é isto que busca o PELC. Além de educar com o lazer, educar através dele, estimular, incluir e valorizar.

Portanto, diante da realidade analisada, propõe-se ao poder municipal, programas como o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, e com este, projetos de formação de animadores e multiplicadores pelas lideranças do bairro, a fim de promover a democratização das atividades de lazer como possibilidade de desenvolvimento social e cultural, onde se respeite as características dos diferentes espaços de vivências e dos atores sociais que participam delas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o lazer, em posturas e prática pedagógica, no Programa Esporte e Lazer da cidade bem como revelar como ocorreu a sua implantação no núcleo de Pajuçara, Natal/RN foi o objetivo da presente pesquisa.

Os aspectos referentes às diretrizes de lazer do PELC foram analisados através do Manual de Orientação do programa, considerando os aspectos: conceitos de Esporte, Lazer, Cultura Corporal e Cultura Lúdica, as relações Lazer e Saúde, a abordagem dos projetos sociais e dos núcleos, bem como a livre adequação das atividades desenvolvidas nestes. As conclusões apontam que, frente às teorias do lazer na perspectiva de humanização, desenvolvimento e emancipação, os elementos relacionados às propostas de lazer do PELC não deixam a desejar.

Colocar em prática de forma efetiva essas diretrizes, no entanto, é de responsabilidade de cada núcleo e principalmente do envolvimento dos agentes sociais de esporte e lazer e da comunidade, ou seja, das lideranças da comunidade. Assim, fez-se importante analisar a prática metodológica desse programa enquanto política pública de lazer em Natal e especificamente no núcleo de Pajuçara, para que a partir dessa experiência, propor intervenções de lazer eficientes. A implantação do PELC na comunidade de Pajuçara apresentou algumas dificuldades em relação a estrutura física ou até mesmo de recursos humanos, no entanto, procurou cumprir com os objetivos propostos e principalmente atender os anseios da comunidade. Na verdade as dificuldades surgidas não se tornaram empecilho para desenvolver as ações delineadas pelo programa.

Analisar que princípios e elementos deveriam conter uma intervenção de lazer eficiente não foi de fato um trabalho fácil. No entanto prazeroso de revelar, uma vez analisando e comparando as atividades propostas por um programa tão bem elaborado como o Esporte e Lazer da Cidade.

Na verdade refletir sobre e a partir das vivências das atividades de lazer, permite que o grupo participante conheça as suas reais necessidades, além de fortalecer sua participação na criação e execução de propostas para a mudança de suas atuais condições de existência.

As atividades de lazer revelam uma possibilidade de inserção crítica na realidade do grupo, onde cada membro assume o papel do todo e se encontra como participante e construtor da sua história. Desta feita afirma-se que necessário se faz pensar o lazer enquanto prática social e pedagógica que permite a produção, difusão e sistematização de um saber.

O lazer realmente eficiente é aquele que devem permitir à comunidade compreender suas capacidades e competências, atuar como instrumento político e de ligação social, sirva como elemento de educação, permita a autonomia intelectual e o compromisso político. Sejam também instrumentos que possam captar a realidade do grupo, que permita a participação popular, a minimização das barreiras e que produza, difunda e estimule o crescimento da comunidade.

Sendo assim é necessário a implantação de intervenções de lazer realmente eficientes que permitam o questionamento, o constante polemizar/ problematizar as situações cotidianas enfrentadas por determinado grupo e principalmente que indique a conscientização, superação e emancipação da realidade vivida. Assim, revela-se que a implantação do PELC no bairro de Pajuçara aconteceu de forma correta, procurando, mesmo diante de falhas, respeitar a essência do lazer, a democracia, e a livre escolha da comunidade. Incitando ao questionar, ao saber e conseqüentemente ao desenvolver.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O LAZER: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DO PROGRAMA "PETI"

Juliana Ferreira de Sousa
Lerson Fernando dos Santos Maia

1 APRESENTAÇÃO

Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo, fazendo com que, as idéias neoliberais passassem a ganhar terreno.

A concepção de políticas públicas balizadoras na concepção neoliberal termina por influenciar as políticas sociais, neste contexto inclui-se as políticas públicas de lazer que ao serem influenciadas pelo neoliberalismo continuam apresentando um viés meramente assistencialista, sendo responsável como apaziguador das distorções sociais ampliadas pela idéia do Estado Mínimo.

Estado Mínimo esse que no Brasil teve início a partir do final da década de oitenta. Começa a ser efetivado no governo Fernando Collor de Mello e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contraditoriamente, o país vivencia o processo de democratização, com eleição direta e os direitos políticos plenos. Esse fato conduz vários municípios a elegerem governos com perspectivas mais ao campo democrático - popular. Como exemplo pode-se mencionar Porto Alegre, Campinas, São Paulo, Santo André, entre outros, mas apesar do país está vivenciando o neoliberalismo no plano federal, os governos populares começam a desenvolver experiências significativas nas políticas públicas sociais e principalmente no segmento de controle social, concretizado no orçamento participativo. No campo do lazer, esses governos realizam exitosas experiências.

O acúmulo de políticas públicas no campo social, contraditoriamente, construídas nos governos de princípios neoliberais alcança um importante segmento social com a criação no final do governo FHC do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Programa que na sua essência procura articular uma ação social, com forte apoio das atividades de lazer, cultura e esporte.

No entanto, tais ações precisam constantemente de um olhar externo, visando uma melhor atuação e intervenção do poder público. Nessas condições, é necessário ampliar os conhecimentos acerca do lazer e principalmente sobre as políticas públicas, visto que estas são instrumentos que o Estado tem para intervir na sociedade, ou seja, são possibilidades que o mesmo utiliza para atingir determinados objetivos a serem supridos em certas classes ou comunidades.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa de política pública de âmbito federal de assistência social, sendo a gestão municipal coordenada em Natal pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, com recursos financeiros oriundos do

Fundo Nacional de Assistência Social e com co-financiamento de estados e municípios que tem como objetivo principal do programa retirar crianças e adolescentes, na faixa etária entre 07 e 15 anos, do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança.

Portanto, postecipado a explanação realizada sobre as dúvidas referentes às concretizações dos projetos de políticas públicas e do entendimento do lazer como uma política de esfera interdependente de outras esferas sociais é que se interrogou: como se caracteriza a adequação, o funcionamento e a abrangência do lazer no programa de política pública PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) viabilizado pelo órgão gestor? Buscando dessa forma, diagnosticar e avaliar o PETI analisando a coerência entre o projeto escrito e a sua execução, dando ênfase nos aspectos relacionados ao lazer, sendo este o objetivo principal do estudo que baseou este artigo.

Contudo, o interesse pela temática é decorrente da reivindicação de que o lazer deve ser visto como direito da população, sendo tomado acima do lucro, além do cenário mercadológico, e também sendo avaliado sob a característica inclusiva. Portanto, a reivindicação por esse direito deve existir, mas ela necessita de uma sociedade educada para o lazer para, então, ser efetivada, onde o melhor caminho para essa educação ainda é o desenvolvimento de estudos nessa área, tanto para esclarecer e incitar os indivíduos à aceitação, desejo e exigência do lazer, quanto para avaliar as políticas públicas de lazer que estão em atuação. Em vista disso, as políticas públicas de lazer surgem com o objetivo de promover a democratização do lazer à todos os segmentos da sociedade.

2 LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE SIGNIFICADOS E CONCEPÇÕES

O lazer tem como origem as reivindicações sociais estabelecidas pelos assalariados europeus no contexto da Revolução Industrial, na Inglaterra, em fins do século XIX, como resultado de um tempo de "folga" conquistado sobre o trabalho (MARCELLINO, 2002). Sendo este, considerado um importante objeto de inserção e intervenção social, capaz de promover vivências significativas e comprometidas com a mudança de nossa sociedade.

Considerando o lazer como um conjunto de atividades com uma pluralidade de ações e interações capazes de proporcionar uma experiência cidadã e de constituir caminhos de resistência, mobilização e engajamento político, aliado a outros fatores como o acesso a moradia, a educação e a saúde, acredita-se que a prática do lazer pode ser um importante instrumento de intervenção social para gerar mudanças com objetivo de considerar o conjunto de condições básicas para a melhoria da qualidade de vida, destacando-se o processo educativo conscientizador, a valorização e o fortalecimento das iniciativas comunitárias e a formação de agentes de mobilização social.

Sabe-se que, o lazer é essencial para a qualidade de vida de todo ser humano, sendo este, um dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo citado no capítulo II, Art. 6º, juntamente com outros direitos como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 2002, p. 12). O Estatuto da Criança e do Adolescente também destina um capítulo para assegurar o lazer: "Capítulo IV - do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer". A ênfase é dada, principalmente, no Art. 59: "Os Municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de

recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude". No entanto, esse direito é constantemente relegado dentro de uma hierarquia de necessidades, em que os outros aspectos da vida são considerados de maior importância. O lazer, enquanto política pública, não recebe valorização adequada no mundo capitalista da sociedade contemporânea, "tornando-se, até mesmo, motivo de associações em forma de chacotas, com tom pejorativo" (SCHWARTZ, 2000, p. 90).

Atualmente, a palavra "lazer" vem aparecendo com uma frequência bem maior do que a que se via antigamente. Isso faz com que seja inevitável a discussão da temática do lazer, devido ao fato de que cada vez mais a população toma consciência e reivindica seus direitos. Contudo, não se pode deixar de lembrar que o tema lazer, vem acompanhado de preconceitos, movidos por um caráter pretensioso, supérfluo dessas atividades.

Adentrando nos diversos significados do lazer, Dumazedier (1973) aponta que o lazer está intimamente ligado à ideia de ócio, ou seja, do tempo "liberado", tempo este, que não deve ser ocupado por nenhuma atividade de trabalho, de família ou do social. Neste sentido, é preciso que o indivíduo aprenda a usufruir com inteligência o seu tempo livre, quer seja para descansar, recrear-se ou divertir-se.

Na década de 80, Marcellino (1987) trouxe contribuições e novas perspectivas aos estudos do lazer. Além de incentivar maiores projeções dos estudos, sobretudo, nas universidades, o autor contrapõe-se à visão do lazer enquanto instrumento de dominação, o entendendo como um fenômeno gerado historicamente, do qual emergem valores questionadores da sociedade, contribuindo, assim, para mudanças de ordem moral e cultural.

Por outro lado, Melo (2003) define o lazer como atividades culturais, englobando diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações, tendo como características a vivência em tempo livre, das obrigações e a busca pelo prazer. A esse conceito, seguindo a perspectiva de Marcellino, o autor acrescenta que essa não pode ser uma vivência alienada, desconcertada da realidade social, ou como espaços de fuga. O lazer deve ser permeado pela educação, pelo desenvolvimento, contribuindo ao questionamento da ordem social e à qualidade de vida individual e coletiva, características que devem ser incrementadas pelo animador, através de uma responsável pedagogia de intervenção, sem ferir a expectativa, o prazer e, principalmente, a liberdade do seu público.

Dessa forma, permeando o campo na intervenção através do lazer, dialoga-se com autores como Mascarenhas (2003) que considera o lazer como "lugar de uma experimentação valorativa em que a estética, a ética e a política articulam-se como dimensões que acabam por tornar impossível qualquer iniciativa de dissociá-lo da educação". (MASCARENHAS, 2003, p. 13)

Segundo Marcellino (2002) apesar da polêmica sobre o conceito de lazer, a tendência que se verifica na atualidade entre os estudiosos da área, é no sentido de considerá-lo tendo em vista dois aspectos – tempo e atitude, mas essa consideração não deve ficar isolada em apenas um desses aspectos, e sim, combiná-los, uma vez que, o simples isolamento de cada um pode provocar uma série de equívocos, decorrentes de situações nebulosas.

O lazer considerado como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente, a satisfação provocada pela atividade. Enquanto que, o lazer ligado ao aspecto tempo considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no "tempo disponível", não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas.

Ainda de acordo com Marcellino (2002) o fator econômico é apenas um dos determinantes da distribuição do tempo disponível entre as classes sociais até as oportunidades de acesso à Escola, o que contribui para uma apropriação desigual do lazer.

Sempre atribuindo ao fator econômico, mas não exclusivamente a esse, podem-se distinguir inúmeros fatores que inibem e dificultam a prática do lazer, fazendo com que ela se constitua em privilégio, isto é, as barreiras intraclasses sociais. Um desses fatores é o sexo, e nesse aspecto, as mulheres são desfavorecidas comparativamente aos homens; outro aspecto a ser considerado é a faixa etária, onde aqui as crianças e os idosos são esquecidos. Por outro lado, o aspecto tempo é fundamental na caracterização do lazer e, além disso, no plano cultural, uma série de preconceitos restringe a prática do lazer aos mais habilitados, aos mais jovens, e aos que se enquadram dentro dos padrões estabelecidos de "normalidade". Sendo assim, indicadores indesejáveis e que necessitam ser atacados por ações ou políticas que objetivem a democratização cultural, ou seja, é nesse ponto que deve entrar as políticas públicas de lazer.

O entendimento sobre a questão das políticas públicas, só é possível na medida em que se analisa a origem do neoliberalismo e suas consequências sociais. Se antes, o Estado era intervencionista, como no simples liberalismo clássico, após a II Guerra Mundial, surgem as idéias neoliberais, como reação teórica a esse Estado de Bem-Estar Social.

O neoliberalismo conquistou terreno com a chegada das graves crises econômicas oriundas do pós-guerra, onde a recessão culminou em baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. Os defensores do Neoliberalismo, durante um longo período, dedicaram-se a criticar a atuação do Estado Social, na Europa, como também o *New Deal* norte americano; paralelamente, construindo um conjunto de teses bem elaboradas, para fundamentar e enriquecer o corpo teórico da nova política.

No entanto, a partir da grande crise das economias capitalistas desenvolvidas em 1974, surgiu a oportunidade para que as idéias neoliberais começassem a ganhar terreno. Segundo os partidários do neoliberalismo, as origens da crise imergiam do poder dos sindicatos e do movimento operário, que com suas reivindicações salariais fizeram com que o Estado aumentasse as despesas sociais.

Em resumo, em todas as instâncias – econômica, social e política -, o pensamento neoliberal tem como referência maior os indivíduos, sendo a própria sociedade concebida como um mero somatório dos mesmos. A democracia também perde seu sentido e sua credibilidade, uma vez que, não possibilita o progresso social. A implementação do programa neoliberal coincide igualmente com o desenvolvimento de uma crise estrutural do capitalismo em proporções gigantescas, uma vez que, é evidente que o único sucesso dessa política foi aprofundar o desastre social.

Sendo assim, pode-se entender o Neoliberalismo como uma prática político-econômico, norteada, fundamentalmente, pela idéia do Estado Mínimo, o que significa intervenção estatal mínima sobre a atividade econômica. Esta deve ser regulada pelo mercado e suas leis, segundo uma revisão não muito sutil da "doutrina liberal da mão invisível", cuja referência central é a obra de Adam Smith.

As políticas públicas são respostas do Estado ao surgimento das demandas que vão surgindo naquela sociedade e devem pressupor compromisso e seriedade. Portanto, pode-se compreender a política pública como sendo:

[...] linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. (PEREIRA, citada por DEGENNSZAJH, 2000, p. 59)

Cabe saber que as políticas públicas devem ser atividades que assegurem através do Estado, o funcionamento da sociedade de forma harmônica. O tema que ainda gera polêmica e dualidades quanto de sua discussão, mas, é importante perceber que cada país, cada governo tem sua forma de administrar e priorizar essas ações, colocando-as sempre em conformidade com os outros aspectos políticos.

As metas contidas em uma política pública carregam consigo o desejo por mudança de uma ou mais classes e devem favorecer que as ações aconteçam de forma embasada, apropriada e eficiente, no que se propõem a ser. Portanto, Estado, entidades e sociedade civil devem sempre caminhar juntos para o desenvolvimento social, de acordo com a nova lógica que rege as políticas públicas sociais no Brasil.

O assistencialismo pode conduzir às várias análises. As políticas públicas sociais, enfocando o Brasil, diante das práticas neoliberais, ganharam esse cunho, dando o caráter de favor e de troca que carregaram ao longo dos anos. A população socialmente marginalizada, passa a acreditar que as medidas pressupõem obrigação de voto nas eleições posteriores ou até mesmo um “caráter bondoso” de quem as propõem. A idéia que prevalece, hoje, é a de quem possui poder aquisitivo bom ou razoável vai à busca dos serviços privados, enquanto que os serviços públicos (carregando a imagem de que não funcionam ou não são bons) ficam relegados aos pobres, que vivem em situação de risco social.

O papel do Estado na organização dos serviços sociais é de suma importância para a garantia do suprimento das necessidades da maior parte da população, principalmente, numa sociedade como a brasileira, com altíssimos índices de exclusão e marginalização sociais, culminando em disparidades regionais sócio-econômicas. As políticas públicas sociais têm suas especificidades, e suas conseqüências que devem ser levadas em consideração desde o planejamento até sua avaliação propriamente dita.

Diante desse quadro de desigualdade, considera-se que as ações de enfrentamento à pobreza e à desigualdade sociais não se limitam à política de assistência social, diante do crescimento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, considera-se importante o debate em torno dessas políticas públicas de assistência social na perspectiva de sua afirmação como política social orientada por padrões de universalidade e justiça, capaz de devolver dignidade, autonomia, e liberdade às pessoas que se encontram em situação de exclusão, abrindo possibilidades para que estas pessoas estejam em condições de existir, enquanto cidadãos e para a incorporação de uma cultura de direitos pela sociedade civil, vendo, portanto, a necessidade, do governo e da população em geral, de se criar políticas públicas para reinserção das pessoas na sociedade, resguardando seus direitos sociais e democratizando o acesso as vivências de lazer, mas não só ao lazer.

Para chegar ao conceito de política pública é necessário primeiramente refletir sobre o conceito e significado dado à política. Geralmente, é comum associar política ao exercício de alguma forma de poder, com suas múltiplas conseqüências. No entanto, relacionar a palavra política apenas ao exercício do poder não designa a totalidade de sua abrangência.

É preciso, entender política como um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são, a princípio, divergentes, tomam decisões coletivas que se tornam regras obrigatórias para o grupo e que executam de comum acordo.

Muitos teóricos, afirmam que a autoridade mais capaz no mundo contemporâneo para atuar diretamente com as políticas é o Estado, visto que, política significa a ação do Estado. Dessa maneira, as políticas públicas são consideradas ações intencionais do Estado junto a sociedade.

Pereira chama a atenção para o termo “público”, associado a “política”, onde afirma que:

[...] não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas às decisões privadas podendo (e devendo) ser controladas pelos cidadãos. A política pública expressa, assim, a conversão de decisões privadas e ações públicas, que afetam a todos (PEREIRA, citado por CUNHA, 2002).

Assim, entende-se por políticas públicas, ações que o governo implementa para todos os segmentos sociais nas diversas áreas como: educação, saúde, habitação, lazer, dentre outras. Estas políticas, surgem através da união da sociedade civil organizada com o governo, que pensam e planejam juntos como os recursos do país vão ser utilizados, como será a atuação governamental e da sociedade em áreas específicas, e como os serviços serão prestados à população, ou melhor, “as políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em longo prazo”. (CUNHA, 2002, p. 12)

No sentido da gestão, Maia (2003) acrescenta importantes considerações:

Não existe, em políticas públicas, uma receita pronta e acabada que caberia em qualquer comunidade. É preciso levar em consideração as diferenças regionais, a diversidade cultural, a vontade política dos gestores públicos, a capacidade de envolvimento de recursos humanos do setor, os recursos financeiros, materiais e os equipamentos disponíveis e a capacidade do gestor coordenar as ações, em que saber-fazer implica fazer um político pedagógico coerente com a construção da cidadania individual e coletiva. (MAIA, 2003, p.91)

De modo geral, considerando as políticas públicas como compromisso do governo perante a sociedade, elas devem acontecer contemplando diversos setores e, por essa razão, existem as políticas públicas econômicas, ambientais, das ciências e tecnologias, sociais, dentre outras. Para tanto, a política social é um tipo de política pública cuja expressão se dá pelas concessões do Estado, visando a diminuição das desigualdades sociais, “corrigindo” os efeitos negativos do capitalismo.

No campo do lazer, as políticas são concebidas no intuito de estabelecer padrões de

decisões, aplicando-os aos tipos de situações que se assemelham ou mesmo orientando outras situações consideradas singulares. Ela é fruto do entendimento e ascensão de determinada filosofia, que estabelece princípios com a finalidade de determinar diretrizes orientadoras expressas através do regulamento para atingir objetivos e metas pré-estabelecidas.

Portanto, pode-se considerar que políticas podem ser guias para a ação e não a ação em si, gerando dessa forma, caminhos para atingir determinados objetivos. Logo, segundo Jucius et al (apud BRAMANTE, 2004, p. 186) "políticas são maneiras de agir, baseadas em princípios para a tomada de decisões que resultam em ações que conduziram com maior êxito aos objetivos em vista". Para o entendimento das políticas públicas voltadas para o campo do lazer é relevante ter o conhecimento que, muitas vezes, a base teórica que sustenta a ação não condiz com a prática em questão.

É importante lembrar que, para analisar as políticas públicas, de lazer em especial, duas questões essenciais devem ser consideradas: o contexto em que as atividades de lazer estão sendo proporcionadas e a "responsabilidade de elaboração" dentro da estrutura do governo.

Aprofundando-se primeiramente, na questão dos contextos em que as políticas públicas de lazer têm sido aplicadas, uma das ocorrências mais significativas é a de "vício assistencialista". Maia (2003, p.90), se aprofunda nessa questão:

Tradicionalmente, as políticas públicas no Brasil apresentam um cunho clientelista e assistencialista, salvo honrosas exceções de governos democráticos e populares. No esporte e lazer, a história não é diferente: a tradição com base no clientelismo e no assistencialismo transforma um direito social de cidadania (o lazer) em uma ajuda ou doação, retribuída com votos no momento da eleição.

As políticas públicas de lazer, também são propostas como idéia de "vacina" ou "remédio" contra outros sérios problemas, por exemplo, lazer para promover saúde. Bramante (2004) faz críticas consideráveis a esse respeito. É certo que o esporte e demais experiências de lazer podem auxiliar na prevenção da saúde. Mas, o que acontece é que as coisas são colocadas de tal modo, que acaba por se transferir para o lazer uma responsabilidade que relega a um plano inferior a carência do atendimento básico na saúde curativa do Brasil. "Todo cuidado será pouco para não haver uma inversão de finalidades, correndo-se o risco de adoecer o esporte e lazer ao invés de tornar a saúde menos doente", afirma o autor.

Entretanto, para que as políticas públicas de lazer venham a propor essas "verdadeiras" vivências do lazer e a qualificar os profissionais que estarão em atuação é preciso, primeiramente, que sejam feitas reflexões a respeito da situação atual:

Pensar políticas públicas, efetivamente democráticas e participativas pressupõe questionar as políticas que são geradas nos guetos dos gabinetes das secretarias estaduais e/ou municipais, geralmente alicerçadas no lazer como binômio de descanso e divertimento, na lógica da antiga, porém atualíssima, filosofia de pão e circo. Por isso, a mobilização de entidades representativas, dos movimentos sociais, dos sindicatos, são princípios norteadores de uma formulação que procura expressar os interesses e as necessidades dos segmentos

sociais diretamente interessados em alcançar uma efetiva atuação do poder público em consonância com as expectativas da sociedade. (MAIA, 2003, p.89).

E o lazer não é usado só como promoção da saúde. As propostas sempre são de lazer e promoção social, lazer e violência, lazer e segurança, lazer e etc. Essa questão "lazer e" acaba desviando a atenção dos indivíduos dos termos agregados (violência, segurança, saúde etc.) transformando-os em problemas cada vez mais sérios e menos resolvidos.

E, por fim e principalmente, é fácil perceber reduções de políticas públicas de lazer à prática de esporte. Que acontecem porque, apesar do lazer absorver um quadro profissional multidisciplinar, ainda predomina a atuação de graduados em educação física. Nessas circunstâncias, durante as vivências de lazer são priorizadas atividades físicas e esportivas.

Observando também, as questões relacionadas à "elaboração" das políticas públicas de lazer, não é fácil identificar a quem está delegada a "responsabilidade de promover lazer" dentro dos órgãos públicos. Usando as palavras de Marcellino "o lazer ora é serviço, ora departamento, ora setor, ora secretaria etc., dividindo espaço, ou melhor, sobrepondo espaço, o que é muito mais grave, ora com Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Recreação etc.". (MARCELLINO, 2001b, p. 8). Um dos impasses mais comuns dessa confusão é a não diferenciação entre a setorização de políticas públicas para lazer, e o seu isolamento puro e simples. Uma vez sendo tratado de forma isolada, o lazer é trabalhado à parte da totalidade de relações sociais, de onde ele nunca pode se desvincular.

Observando essas políticas em níveis mais específicos, como na esfera municipal, permanece a mesma realidade: quadros de atuação frágeis e muitas vezes hostis a qualquer tipo de mudança de orientação das ações desenvolvidas; dificuldades de imposições dos setores, e da administração como um todo; e dificuldades relativas a orçamento. (MARCELLINO, 2001b). Nesse contexto de conflitos, as políticas de lazer ficam, em termos de efetividade, restritas à elaboração de documentos, muitos deles até com "boas intenções" na fixação de princípios, mas que acabam se transformando em discursos vazios.

3 O ESCRITO SOBRE O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI E A REALIDADE

O público-alvo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) são famílias com crianças e adolescentes na faixa etária dos 07 (sete) aos 15 (quinze) anos envolvidos em atividades consideradas como as piores formas de trabalho infantil, por serem penosas, insalubres, perigosas e degradantes. Essas atividades foram regulamentadas pela Portaria nº 20, de 13 de setembro de 2001, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre elas, podem ser citadas as atividades em carvoarias, olarias, no corte de cana-de-açúcar, nas plantações de fumo e lixões.

Os Estados, por intermédio dos seus órgãos gestores de Assistência Social, realizam levantamento dos casos de trabalho infantil que ocorrem em seus municípios. Esse levantamento é apresentado às Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil para validação e estabelecimento de critérios de prioridade para atendimento às situações de trabalho infantil identificadas - como, por exemplo, o atendimento preferencial dos municípios em pior situação econômica, ou das atividades mais prejudiciais à saúde e

segurança da criança e do adolescente.

Em troca da bolsa-auxílio, as famílias têm que assumir compromisso com o governo federal, garantindo frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na Jornada Ampliada equivalente a 75% do período total; afastamento definitivo das crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho; e participação das famílias nas ações sócio-educativas e de ampliação e geração de renda que lhes forem oferecidas.

A Jornada Ampliada é um tempo oposto ao da escola. Compreende todos os dias da semana, exceto sábados, domingos e feriados. Não pode ser interrompida durante as férias escolares, sendo sugerida a realização de colônia de férias ou atividades diferenciadas de lazer. A Jornada consiste em reforço educacional, principalmente com atividades lúdicas, esportes, arte e cultura. Voltadas para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e do lazer, as atividades realizadas no Programa devem desenvolver e fortalecer a auto-estima das crianças e adolescentes participantes, favorecendo um maior e melhor convívio social. O resgate à infância perdida deve ser a principal meta das bases do Programa.

O PETI surgiu, pela primeira vez, em 1996, no estado do Mato Grosso do Sul, constituindo uma ação governamental juntamente com outros segmentos políticos. No RN, o PETI veio em 1999, numa tentativa de retirar crianças e adolescentes do antigo Lixão de Cidade Nova, localizado na capital do Estado.

De acordo com o Manual de Orientação do PETI, a Jornada Ampliada deve manter sintonia com a escola, devendo ser elaborada uma proposta pedagógica com bases pautadas em dados concretos sobre a realidade de seus destinatários, inclusive com a dimensão adequada de necessidades e interesses do público-alvo. Os eixos principais para elaboração da proposta são: princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica de Assistência Social; interdisciplinaridade das atividades; multiprofissionalidade do atendimento; integração de Políticas e Programas; fortalecimento da Cultura Local e intercâmbio com outras realidades; protagonismo dos usuários; participação das Famílias Assistidas; nível de desenvolvimento físico, psíquico e social dos usuários; alteração da realidade dos usuários, buscando-se a promoção de melhorias, e a avaliação e monitoramento.

Para que a proposta da jornada ampliada seja desenvolvida, são necessários monitores com formação continuada, incluindo processos de capacitação, reciclagem, supervisão técnica e produção teórica. Primeiramente, é previsto um treinamento mínimo, além de momentos mensais formativos, para favorecer o planejamento e a reflexão sobre temáticas do cotidiano. Além das atividades ligadas ao cotidiano comum, os monitores devem ver as crianças e adolescentes do PETI como seres em particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares, pois, as mais vulneráveis podem precisar de atendimento específico como assistência à saúde e terapias. É importante, pois, que ele estabeleça vínculos com as crianças e adolescentes de forma a instigar o seu auto-conhecimento como sujeito social, além de estimular sua auto-estima.

Além dos monitores, o PETI deve contar com equipes técnicas multidisciplinares compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais do lazer e outros, para apoiar, orientar e assegurar a melhoria de atendimento aos participantes, atendendo - individual ou coletivamente - as crianças ou os adolescentes que necessitem de atendimento específico.

Quanto aos equipamentos e materiais da jornada ampliada, dentre tantos, são necessários: um espaço razoável para que possam se mover tranqüilamente, cadeiras e mesas que atendam a todos os inscritos, bem como, materiais pedagógicos ou lúdicos e os jogos de

uso comum, sendo discutido com as crianças e os adolescentes critérios pra seu uso e recolhimento.

Por fim, o padrão mínimo de instalações físicas exige espaços apropriados para refeições, estudos, recreação ao ar livre, dinâmicas em grupos, atividades artísticas, culturais e desportivas. A instalação deve oferecer segurança, apresentar boa iluminação, ventilação e condições higiênicas e sanitárias adequadas. Contudo, essa explanação servirá como subsídio para perfilar o diagnóstico da realidade dos núcleos visitados.

Diante disso, o que pôde ser diagnosticado quanto à qualidade e quantidade do material destinado para a realização das atividades nos núcleos, é que se caracterizam como regular, já que muitas vezes não é suficiente para todas as crianças e adolescentes atendidas pelos núcleos, pois, como foi visto nas visitas poucas atividades são realizadas com materiais que não sejam bolas, tendo em vista que o esporte é supervalorizado, deixando o ócio criativo e o lazer reduzido.

Em relação à qualidade do espaço em que se realiza o projeto nos quesitos higiene, tamanho, manutenção e adequação para o número de crianças atendidas esta pode ser considerada muito boa, já que nas visitas realizadas todos os núcleos estavam muito bem organizados, limpos, e mais, o tamanho do espaço é razoável em alguns núcleos, pois, em outros poderia ser aumentado para poder atender melhor e mais confortavelmente essas crianças e adolescentes.

Tendo em vista a participação da população no desenvolvimento das atividades pode-se perceber o grande interesse da comunidade. No entanto, quanto ao diagnóstico da realidade da população antes da implementação dos núcleos na comunidade é percebido que, em alguns núcleos o programa apresenta não ter sido moldado às necessidades daquela comunidade em um primeiro momento, mas pode-se perceber que aos poucos, as pessoas que atuam nos núcleos, estão tentando moldar os núcleos às necessidades das comunidades.

À priori, pode-se ver que a maioria dos agentes sociais tem o interesse em buscar qualificação no trabalho que desenvolvem em seus núcleos, já que muitas vezes não são totalmente capacitados para a realização das atividades. É possível perceber, que apesar das dificuldades existe uma relação muito próxima entre os gestores, os agentes sociais e a comunidade, mostrando que todos são muito envolvidos com o programa, apesar de não haver um monitoramento contínuo do programa.

Outro ponto que deve ser olhado com mais atenção é a falta de adaptação dos núcleos para pessoas com necessidades especiais (PNE's), tendo em vista que todos os núcleos são tomados de escadarias e obstáculos, além de não terem pessoas capacitadas para lidar com essas necessidades.

Acredito que, as metas contidas em uma política pública carregam consigo o desejo por mudança de uma ou mais classes e devem favorecer que as ações aconteçam de forma embasada, apropriada e eficiente, no que se propõem a ser. Em vista disso, é percebido que todas as pessoas envolvidas no PETI, possuem esse desejo de mudar a realidade dessas crianças e adolescentes das comunidades atendidas, embora, não tenham muito estímulo por parte da secretaria, já que não possuem seus trabalhos reconhecidos, muitos menos valorizados.

Dentre as mais diversas políticas públicas, tais como, na área de economia, de ciência, a ambiental e de tecnologia, entre outras, a política social é um tipo de política pública cuja expressão se dá pelas concessões do Estado, visando a diminuição das desigualdades

sociais, "corrigindo" os efeitos negativos do capitalismo. Assim, caracteriza-se o PETI, onde o programa surgiu com a finalidade de retirar crianças e adolescentes do trabalho nas ruas permitindo que essas crianças tenham mais chance perante a sociedade.

Quanto às atividades exercidas nos núcleos, que constituem a Jornada Ampliada, é possível perceber que as atividades sugeridas pelo programa contemplam os diversos interesses culturais do lazer, como o social, artístico, físico, intelectual e manual. No entanto, esse "leque" de vivência é reduzido em alguns núcleos, uma vez que, o projeto propõe a escolha de apenas uma ou mais atividades - dentre as artísticas, desportivas e de aprendizagem -, tendo em vista que, os núcleos não têm entre si uma uniformidade no que diz respeito às atividades oferecidas e também porque, apesar do lazer absorver um quadro profissional multidisciplinar, nos núcleos ainda predomina a atuação de graduados em educação física que acabam reduzindo o lazer somente ao esporte. Nessas circunstâncias, durante as vivências de lazer são priorizadas atividades físicas e esportivas. Seria, portanto, necessário que o órgão gestor adequasse uma proposta unificada de atividades para serem desenvolvidas pelos núcleos, deixando também autonomia para serem implementadas outras, de acordo com a necessidade da comunidade e também que diversificasse a contratação dos monitores de diversas áreas.

Para tanto, se faz importante ressaltar que, além do trabalho com diversos interesses, as propostas de vivências da Jornada Ampliada contemplam o lazer em diálogo com o aprendizado, a criação, o convívio social e a manifestação lúdica, refletindo, conseqüentemente, no crescimento e na emancipação do sujeito. Nessa perspectiva, a proposta de lazer a ser desenvolvida na Jornada Ampliada do PETI dialoga com a idéia defendida pela pesquisa embasadora sobre a política pública de intervenção através do lazer e, mais ainda, em prol da erradicação do trabalho infantil:

[...] deve ter a finalidade educativa na perspectiva humanista e emancipatória, particularmente numa sociedade desigual como a nossa, em que ainda se sobrevaloriza o trabalho, as obrigações, a produtividade e o consumo, independente do *locus* em que essa experiência lúdica é vivenciada. (BRAMANTE, 2004, p. 186)

Trabalhar o lazer nessa perspectiva, no entanto, depende da metodologia de intervenção adotada, o que está diretamente ligado ao perfil e formação do profissional em atuação. Sobre isso, o programa deveria propor aos monitores formação continuada, incluindo processos de capacitação, atualização, reciclagem, supervisão técnica e produção teórica de relatórios regulares. Na prática, isso não acontece, pois, como foi visto e relatado pelos entrevistados, raramente acontecem cursos de capacitação.

Além dos monitores, segundo o manual de orientação, o PETI deve ser desenvolvido por equipes técnicas multidisciplinares, compostas por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, profissionais do lazer e outros, para apoiar, orientar e assegurar a melhoria de atendimento aos participantes, individual e/ou coletivamente. No caso das visitas realizadas aos núcleos do PETI, foi constatado que eles não dispõem de psicólogo, muito menos de pedagogo. Não há, também, assistente social em todos os núcleos, sendo que em muitos dos núcleos quando os coordenadores são formados em serviço social, eles acabam exercendo também esta função. E, quanto ao profissional de lazer, não existe nenhum profissional deste, contratado para trabalhar nos núcleos, muito menos na secretaria. Diante

desse quadro profissional, a intervenção social através do lazer não dispõe de um contexto favorável na cidade.

Além desse quadro de funcionários qualificado e multidisciplinar, a Jornada Ampliada deve acontecer em um padrão mínimo de instalações com espaços apropriados para refeições, estudos, recreação ao ar livre, dinâmicas em grupos, atividades artísticas, culturais e desportivas, dispondo, ainda, de segurança, boa iluminação, ventilação e condições higiênicas e sanitárias adequadas. Além disso, as diretrizes prevêem a aquisição de materiais pedagógicos ou lúdicos e jogos do uso comum. Nesse aspecto, as estruturas dos núcleos do PETI visitados não atendem a todos os requisitos pressupostos, principalmente, no que se refere aos espaços ao ar livres e de jogos desportivos, assim como, à quantidade de material lúdico.

Esse quadro geral de observações, desde objetivos até estrutura física e de pessoal dos núcleos, apontam, pois, para uma avaliação positiva das diretrizes propostas pelo manual de orientação oficial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em nível federal. A prática pedagógica dessas diretrizes dos núcleos visitados, no entanto, ainda deixa muito a desejar em, praticamente, todos os quesitos, por causas e justificativas que extrapolam o objetivo da presente pesquisa.

Em todo caso, para o entendimento das políticas públicas voltadas para o campo do lazer é relevante ter o conhecimento que muitas vezes, a base teórica que sustenta a ação não condiz com a prática em questão. Portanto, nesse contexto de conflitos, as políticas de lazer ficam, em termos de efetividade, restritas à elaboração de documentos, muitos deles até com "boas intenções" na fixação de princípios, mas que acabam se transformando em discursos vazios. Como é o caso do PETI, que em muitas diretrizes a realidade vivenciada pelos núcleos não condiz com a realidade que deveria ser instituída segundo a Cartilha do PETI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Em relação ao papel do poder público, quando da construção e concepções norteadoras das políticas públicas e quanto a função que exerce o lazer na sua implementação, antes de qualquer coisa, é preciso lembrar que como o lazer é subsidiário de geração, conservação e garantia de bem-estar para os cidadãos, o Estado deveria interessar-se por eles, pelo menos no que concerne aos aspectos de educação e cultura, saúde e assistência. Por consequência, tem em sua responsabilidade o ordenamento social que deve propiciar bons encaminhamentos aos recursos das ofertas e à satisfação das demandas. (MELO, 2003).

O lazer, enquanto política pública, não é um meio de beneficiar os políticos e seus eleitores, nem recurso para manter afastada dos bons pontos das cidades pessoas que pertencem a grupos marginalizados, em virtude de sua pobreza ou de suas aparências. O lazer social não é atributo de segurança pública e deve ser utilizado como meio que viabilize o acesso social das pessoas que o merecem.

Na realidade, a missão do poder público deve realizar-se sempre nos limites do legal e do ético. Cabendo-lhe, direcionar as agências de educação e cultura a formarem os indivíduos no entendimento do que lazer, recreação e o repouso, são indispensáveis à cidadania e devem integrar-se à vida cotidiana de todas as pessoas.

Com relação a dinâmica de funcionamento do PETI, na cidade do Natal, pode-se perceber que ela se dá através de etapas, isto é, o órgão gestor realiza um planejamento prévio entre os setores, depois realiza reuniões com os coordenadores dos núcleos pra socializar as idéias, e por fim, a pauta dessa reunião chega aos núcleos e é debatida com a equipe de agentes sociais, revelando que o projeto poderia ser melhor estruturado se houvesse um diálogo entre essas etapas.

O que defendo em relação ao órgão gestor, é que se crie um conselho gestor que promova um planejamento institucional para envolver todos os setores, fazendo com que esses se empenhem cada qual a seu modo, em trabalhar em seus segmentos específicos de lazer para que se possa realizar todas as diretrizes e princípios norteadores do PETI.

Tendo em vista as respostas do público-alvo, dos agentes sociais e dos gestores pode-se perceber que elas pouquíssimas vezes divergem, isto é, em mais de 90 % as opiniões sobre os núcleos são iguais. Em relação à quantidade de funcionários existentes em cada núcleo, eles não atendem aos princípios colocados na Cartilha do PETI, sendo na maioria das vezes, insuficiente em relação ao número de crianças e adolescentes atendidos, como pode ser visto no caso do núcleo de Santos Reis, onde, são atendidas em média, 260 crianças por apenas 05 educadores, além das instalações, que em alguns núcleos não permitem a diversificação das atividades.

Outro ponto que acredito precisar de mudanças, é o fato de que, muitas vezes antes da criação de um núcleo em determinadas comunidades, não existe um diagnóstico prévio do perfil e necessidade daquela área, ou seja, os núcleos são impostos muitas vezes, não se adequando à realidade da comunidade beneficiada.

Diante das questões já abordadas e analisadas aqui, se pode inferir também que o profissional de Lazer e Qualidade de Vida é extremamente importante para essa área, em virtude dos conhecimentos teóricos que possuem decorrente da formação acadêmica voltada para o lazer, caracterizando-se, principalmente, pela consideração do lazer, enquanto um campo de estudos científicos que, através de significativas vivências, é capaz de modificar desde o indivíduo em particular, até uma sociedade em sua coletividade.

Os monitores, por sua vez, são os responsáveis por conduzir a Jornada Ampliada, diariamente, em carga de quatro horas, nos turnos vespertino e matutino. Nesse período, eles devem auxiliar no reforço escolar e propor atividades de lazer, a fim, de desenvolver a criatividade, a socialização, habilidades e auto-estima, além de ampliar o universo cultural das crianças e adolescentes participantes do projeto. Em sua maioria, os monitores possuem alguma habilidade manual ou artística, e não são extrovertidos, muitas vezes porque deixam transparecer a sua insatisfação quanto a valorização do profissional. Quanto ao interesse e compromisso com o desenvolvimento e bem estar dos participantes do programa, varia de monitor para monitor. No entanto, é possível perceber que esse desinteresse não é fruto somente de uma característica pessoal, mas de ausência de formação e estímulo por parte de uma coordenação superior do programa no município - praticamente inexistente. Diante disso, é possível atribuir um perfil aos profissionais que atuam no programa, considerando as habilidades e competências para o desenvolvimento da programação de lazer; ou seja, eles devem ter comprometimento com a causa das crianças e dos adolescentes, ser uma pessoa capaz de fazer as coisas acontecerem, ser criativo, ser pontual, ter afinidade com o trabalho para crianças e adolescentes, saber lidar com as diferenças, com os diversos contextos familiares e realidades, ter formação acadêmica concluída ou que esteja em andamento, ser dinâmico, flexível e conhecer a fundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Com relação às atividades propostas nos núcleos, acredito que seja indispensável o uso de estratégias que envolvam todas as crianças e adolescentes durante a proposta das vivências independente de faixa etária ou sexo, e ainda, fazendo com que todos eles se sintam - e sejam - participantes nas atividades, mesmo não sendo a sua preferida. Nessa perspectiva, se torna possível acrescentar propostas que ainda não são feitas na Jornada Ampliada, por problemas, dentre outros, de aceitação, como o resgate de brincadeiras populares, os jogos cooperativos e as modificações de regras dos jogos tradicionais, permitindo a experimentação de outros valores e habilidades.

A adoção de metodologias adequadas, torna possível ainda, além da inclusão de novas vivências, que os monitores trabalhem na perspectiva de animação cultural, não oferecendo lazer como oferta ou serviço, mas sim, uma vez considerando os sujeitos ativos, fomentar encaminhamentos para autogestão e emancipação, através de atitudes abertas e orientadas para a participação, reflexão e construção dos processos sociais e culturais do qual são parte (ISAYAMA, 2003). Essas seriam, inclusive, as vivências de lazer em real consonância com as diretrizes do projeto.

E por fim, e não menos importante é necessário que ocorra um monitoramento desses programas sociais, já que um dos fatores que desfavorece as políticas sociais frente ao núcleo central dos governos é a falta de informações mais precisas sobre resultados e impactos das políticas e programas e, principalmente, sobre seu custo/impacto ou seu custo/efetividade. Segundo Carvalho (2002), outras áreas, como as de infra-estrutura, financeira e monetária ou mesmo a industrial, levam larga vantagem sobre a área social, o que lhes dá muito mais argumentos no momento de disputar recursos, além de contar também com aliados poderosos fora do governo. Enquanto isso, geralmente só resta à área social se defender com um discurso mais exortativo, tentando sensibilizar mais a opinião pública que o próprio governo.



EXPRESSIONES CORPORAIS DE AGRICULTORES NO TRABALHO E NO LAZER, NO ASSENTAMENTO JOSÉ COELHO DA SILVA

Izabelle Cristina de Medeiros Primo
Maria Isabel Brandão de Souza Mendes

1 INTRODUÇÃO

No decorrer do curso de graduação de Lazer e Qualidade de Vida, do Centro Federal de Educação Tecnológica do RN (CEFET/RN), o interesse pelos estudos do corpo veio a partir da disciplina "Lazer, corpo e sociedade"; enquanto o interesse pelos estudos do tema "Trabalho" surgiu a partir da disciplina "Evolução Histórica do Trabalho". Sendo assim, e tendo o lazer como essência do processo de formação, veio o pensamento de como relacionar-se os estudos do corpo e do trabalho com o tema central do curso, que é o lazer.

Desse modo, surgiu a possibilidade de fazer-se a pesquisa em assentamentos agrícolas vinculados ao Incra. Então, dentre os municípios em que há assentamentos, o de Macaíba foi escolhido devido a maior proximidade da capital do RN e o melhor acesso. Escolhido o município, o Assentamento José Coelho da Silva foi selecionado em virtude do acesso, da existência de uma única associação no assentamento e, em especial, devido à receptividade e ao interesse demonstrado pela pesquisa por parte da comunidade.

Considerando-se o estudo da arte realizado no curso e no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sabe-se de pesquisas que tratam da questão do corpo, bem como do trabalho e do lazer. Todavia, não se tem conhecimento de pesquisas que relacione corpo, trabalho e lazer com foco em trabalhadores agrícolas assentados, o que demonstra a carência de estudos sobre essa temática.

Sendo assim, no intuito de contribuir com a reflexão sobre a relação entre corpo, trabalho e lazer, e considerando-se agricultores assentados como foco do estudo, escolheu-se a seguinte questão para nortear a pesquisa: "Como o corpo se expressa nos momentos de trabalho e nas vivências relacionadas ao lazer no Assentamento José Coelho da Silva?"

O objetivo geral da pesquisa foi compreender as expressões corporais dos agricultores nos seus momentos de labor e de lazer. Já os objetivos específicos foram: perceber a compreensão que os agricultores têm do trabalho e do lazer; e identificar a percepção corporal dos agricultores nas vivências relacionadas ao lazer e ao trabalho.

Com relação à expressão corporal, Porpino; Tibúrcio (2005) ressaltam que, em toda gestualidade do corpo que se movimenta, estão implícitas formas de expressão que dão sentido ao ser, na cultura em que se insere. Nesse contexto, ressalta-se que, no desenvolvimento do trabalho, a expressão corporal vai ser tratada considerando a percepção que o ser tem de si e do mundo, o que pode ser expresso por meio da linguagem verbal e não verbal – como os movimentos e até mesmo o silêncio, considerando-se inclusive que o ser humano, além dos seus aspectos biológicos, é também produto e produtor da cultura. Desse modo, o ser humano – a partir de suas expressões –

comunica-se e relaciona-se consigo mesmo, com outro e com o restante da natureza; enfim, com o mundo.

Espera-se que a pesquisa – impulsionada pelo desejo pessoal de aprofundar o conhecimento sobre as relações entre as expressões corporais desses trabalhadores, nos seus momentos laborais e de lazer – possa contribuir com intervenções e estudos acadêmicos relacionados ao tema, investigado e despertando socialmente a importância da consciência do corpo no desempenho das atividades laborais e de lazer em assentamentos.

No que se refere à metodologia utilizada, fez-se a pesquisa foi realizada “*in locu*” por meio da observação, do levantamento de informações – com o qual “[...] busca-se investigar as pessoas diretamente com perguntas diretas a respeito dos dados que se deseja obter” (MAIA; OLIVEIRA, 2006, p. 131); e do estudo de caso, o qual “[...] busca focar os estudos em um objeto restrito com o objetivo de aprofundar os seus aspectos característicos” (Idem). A pesquisa caracterizou-se ainda como descritiva, por buscar expor as vivências corporais dos trabalhadores no labor e no lazer, para então, interpretá-las a partir do referencial teórico adotado.

A população da pesquisa foi composta pelos trabalhadores do referido assentamento, que desenvolvem atividades de lazer; e a amostra foi de 16 participantes das atividades de capoeira e futebol, bem como o presidente da associação do assentamento e um engenheiro agrônomo do Incra.

A pesquisa de campo ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2006. Em relação aos instrumentos de pesquisa, utilizou-se o registro fotográfico e a observação não participante; bem como a entrevista semi-estruturada com os agricultores participantes das atividades de lazer, e a não-estruturada com o presidente da associação e com um engenheiro agrônomo do Incra. Desenvolveu-se a análise dos dados com base numa abordagem qualitativa. Utilizou-se das relações entre o referencial teórico adotado e os registros feitos a partir das entrevistas, das observações e das fotografias.

Ressalta-se inclusive que, no decorrer do trabalho, os nomes dos entrevistados são expostos atrelados às suas falas; e em, alguns casos, as suas imagens, por considerar-se os entrevistados como sujeitos da pesquisa. Destaca-se ainda, no decorrer do trabalho a interação entre pesquisadora e pesquisados, fazendo-se relevante valorizar a participação deles ao dar vida às suas falas e imagens visto que concordaram com tal exposição, ao assinarem o termo de autorização.

Por fim, em relação à organização deste artigo, o mesmo está dividido em três partes. Na primeira, contextualiza-se o Assentamento José Coelho da Silva, por meio de sua localização, seu histórico, assim como de algumas situações atuais, perpassando pelas atividades produtivas e de lazer do Assentamento. Na segunda, aborda-se as relações entre corpo, trabalho e lazer, considerando-se as percepções dos entrevistados e o diálogo com o referencial teórico adotado. Nas considerações finais, aponta-se algumas sugestões ao poder público, no sentido de propiciar melhores condições de vida aos moradores do referido assentamento.

2 O ASSENTAMENTO JOSÉ COELHO DA SILVA

A formação do Assentamento José Coelho da Silva foi baseada na reforma agrária. O Assentamento está localizado no município de Macaíba/RN, na Reta Tabajara, a 35 Km (quilômetros) da capital do estado, e tem como via de acesso a BR 226.

A história desse assentamento inicia-se no ano de 1998, quando a Fazenda Tabajara foi desapropriada junto ao Sindicato da Lavoura. Sendo assim, a formação desse assentamento não foi realizada por meio da invasão de terras. Na verdade, o sindicato uniu-se ao Incra para o processo de formação, o qual se fez pelo cadastramento e seleção de famílias carentes interessadas em morar na comunidade.

Em relação à oficialização desse assentamento, o decreto de desapropriação foi concedido em 22/07/1998 – pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso – e a data de emissão da posse foi 16/12/1998.

Quanto à Associação do assentamento, releva-se que, no José Coelho da Silva, diferente de outros da própria área, há apenas uma associação e, conseqüentemente, um presidente. Enquanto que em outros, apesar de terem menos moradores, tem mais de uma associação. Contudo, vê-se a existência de uma única associação como um fator positivo, em virtude de não haver conflitos tão destoantes, e a comunidade viver em maior harmonia e união, procurando, apesar das adversidades, colocar em prática o verdadeiro sentido de viver em comunidade, pensando no todo e não em interesses particulares, como destaca Ribeiro Filho (2005, p. 79):

Fato concreto ocorrido nos assentamentos implantados, incluindo os de Macaíba/RN, é a divisão dos assentamentos em 2 associações, e em alguns casos em 3 associações, prejudicando sobremaneira o trabalho de acompanhamento das ações governamentais nos P.As [Programas de Assentamentos], cada uma ligada a movimentos de ideologias diferenciadas.

No que tange à realidade da comunidade, apesar de algumas famílias terem morado em barracas antes das construções das casas, atualmente cada uma possui uma casa de alvenaria, coberta de telha e piso de cimento, casas estas que foram construídas por empresa contratada pelo Incra. Ainda em relação à infra-estrutura, apesar de não ser objetivo da pesquisa, notou-se problemas, por exemplo, relacionados ao lixo, visto que não há um local apropriado para o seu depósito, o que pode causar problemas de saúde à comunidade.

2.1 Atividades produtivas no assentamento

O tipo da agricultura desenvolvida no Assentamento José Coelho da Silva é considerado familiar, no sentido de não haver a industrialização da produção em todas as suas etapas. Ressalta-se, de acordo com Freitas; Teixeira (2003), a partir de uma pesquisa realizada no estado de São Paulo, que o meio rural do referido estado recebeu transformações tecnológicas que interferiram significativamente no cotidiano dos trabalhadores por meio da expulsão do homem do campo para as cidades, já que o trabalho humano foi substituído por máquinas. No entanto, tem-se outra realidade no Assentamento José Coelho da Silva. Primeiramente, porque o agricultor é deixado em seu meio – o campo – em condições de trabalho para o seu sustento. Ressalta-se que as famílias sobrevivem a partir de sua produção, sem estarem submetidas a carga horária excessiva e precárias condições de trabalho. Além disso, esses agricultores não utilizam equipamentos de tecnologia avançada, e nem todos têm acesso a facilitadores, como o trator, devido ao aluguel que é cobrado pela associação do Assentamento.

Desse modo, a produção da comunidade baseia-se na agropecuária, com atividades como aviário, casa de farinha e mini-fábrica de caju, além de área particular – com 10 hectares por família; e coletiva – para o cultivo das plantações. As culturas trabalhadas são caju, feijão, milho, mandioca e macaxeira.

Em relação à participação da mulher no trabalho agrícola, o presidente da associação afirma que as mulheres têm quase a mesma participação dos homens: elas colhem castanhas, ajudam na época do milho e do feijão; exceto da mandioca, que é um trabalho mais pesado e fica prioritariamente para o homem. Em contrapartida, a mulher tem papel fundamental na colheita e seleção dos cajus.



Figura 01: Mulher na agricultura
Fonte: Izabelle Primo, 2006

A partir da figura 01 e da fala do referido presidente, considera-se que a colheita do caju pode até ser mais leve em relação à produção de mandioca. Entretanto, não se considera o trabalho que envolve a produção de caju uma atividade de fácil realização, como se pode ver na imagem, em que os trabalhadores carregam nos seus corpos baldes pesados, com o auxílio dos braços e do ombro. Destaca-se ainda a fisionomia cansada e contraída dos trabalhadores, que expressam o incômodo causado pelos raios solares, atrelado ao desconforto da realização da atividade. Desse modo, o trabalho de colher cajus e carregar baldes por um longo percurso, sacrificando o corpo e causando desconforto a ele, não pode ser considerado leve.

2 ATIVIDADES DE LAZER NO ASSENTAMENTO

Em relação ao lazer, o Assentamento oferece a capoeira e o futebol, e ainda momentos lúdicos proporcionados a partir da rádio difusora e do jornal “Espalha Fatos”.

A capoeira é realizada durante a semana, no horário das 19 horas às 21 horas, às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras; e aos domingos, das 8 horas às 11 horas. O futebol ocorre aos finais de tarde, todos os dias, exceto aos domingos, dia em que o time joga em comunidades próximas.

A rádio difusora tem alcance em quase todo o Assentamento. E, apesar de ter o caráter prioritário de informar a comunidade sobre os fatos que ocorrem no Assentamento, também dedica parte de sua programação a momentos lúdicos, como oferecimento de músicas e “recados do coração”.

O jornal “Espalha Fatos” é distribuído todas as quartas-feiras, antes de iniciar um curso de capacitação oferecido à comunidade pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN (Sebrae-RN). Por bilhetes, as reportagens chegam aos apresentadores – integrantes do curso – as quais passam por uma seleção, são reformuladas e, então, divulgadas oralmente. Nesse jornal, são publicadas as ocorrências da semana, como quedas ocorridas no futebol do Assentamento e namoros iniciados, bem como os almejados. Na verdade, são momentos de descontração e integração dentro do curso.

Os assentados jovens ainda têm acesso a aulas de músicas, no centro da cidade de Macaíba, vinculadas a programas da prefeitura.

Ressalta-se ainda que os moradores da comunidade são responsáveis diretos pelo desenvolvimento do Assentamento. Então, a partir das entrevistas e observações realizadas – as quais discute-se na parte seguinte –, percebe-se que as expressões corporais dos agricultores contribuem para a construção e reconstrução do Assentamento.

3 CORPO, TRABALHO E LAZER

O trabalho é tão antigo quanto a existência do homem. Primeiramente extrativista, complementa o trabalho da natureza, não havendo excedentes nem acumulação de riquezas. Em seguida, a agricultura propicia a fixação do homem ao seu meio – o campo –, eliminando o hábito nômade e fomentando o surgimento de excedentes e da noção de propriedade; logo, o surgimento de uma classe social ociosa. Com o desenvolvimento industrial, ocorreu uma maior transformação da natureza, e a inserção da máquina no ambiente produtivo.

De acordo com Kamper (1998, p. 12),

Na língua alemã, a palavra que designa trabalho passou por uma evolução muito peculiar. Numa forma mais antiga, essa palavra designa as duras penas, a miséria da vida. Numa etapa posterior da evolução dessa palavra e do seu sentido, trabalho passou a designar o esforço que os homens fazem para superar essas dificuldades, para superar esse esforço do próprio trabalho. Nas sociedades antigas, trabalho era algo de que não se gostava. Tinha uma mácula, era para os escravos. Depois, na Idade Média, era para os artesãos. Só a sociedade burguesa colocou o trabalho num pedestal.

Em relação aos agricultores entrevistados, quando questionados sobre o que é trabalho, observa-se que o reconhecem como um meio de sobrevivência, de “ser alguém na vida”, de comprar os bens materiais necessários, de ocupar o tempo de forma útil; bem como uma forma de aquisição de liberdade e responsabilidade, como afirma Josenildo Araújo, que trabalha na construção civil e ajuda seus familiares na agricultura nas horas vagas:

Pra mim, liberdade. Liberdade. Conquisto o que posso dentro do possível. Agora, pra especificar o que o trabalho significa pra mim, acho que responsabilidade (ARAÚJO, 2006. Informação verbal¹).

A partir dessa relação entre trabalho e liberdade, estabelecida pelo entrevistado, é inevitável associar-se às idéias de Marx e Hegel, que consideravam o trabalho como um meio de alcançar a liberdade, como interpreta Kamper (1998, p. 12-13), ao referir-se ao pensamento desses autores:

Marx e Hegel apregoaram que o trabalho traz a liberdade aos homens, possibilitando o nascimento do homem. Havia no passado uma esperança de que, com esse renascimento do homem, o trabalho acabaria sendo supérfluo. Esta esperança, entretanto, não se concretizou; o trabalho acabou se estendendo a todas as áreas [...] O trabalho não se circunscreveu naquela área onde ele costuma ser identificado, isto é, a atividade remunerada, e acabou se apoderando da própria vitalidade da vida.

O que se percebe, na verdade, é uma relativa liberdade, pois se é a partir do trabalho que o ser humano pode manter sua vida, comprar alimentos e suprir suas necessidades. Por outro lado, é o trabalho que rege a vida em todas as instâncias. É depois do trabalho que se tem tempo disponível; e que, muitas vezes, esse tempo é dedicado ao aperfeiçoamento no mercado de trabalho. A vida profissional, via de regra, é prioridade em relação à vida pessoal, como se o ser não fosse único, como se um mesmo indivíduo se fragmentasse em dois: um durante o trabalho e outro após o trabalho.

Talvez essa fragmentação sofra influência da visão cartesiana de corpo, muito presente na cultura ocidental, pela qual a utilidade – o trabalho e seus frutos – tem por base o racional, enquanto o restante é relegado ao emocional, ao corpo, ao carnal como destaca Nóbrega (1999, p. 157):

Os saberes do corpo foram considerados demasiado imprecisos para garantir o conhecimento da verdade universal. A racionalidade produziu um saber fragmentado sobre o corpo, muitas camadas superpostas em forma de discursos variados que tentaram silenciar a sabedoria do corpo e sua linguagem sensível. Porém, esses saberes permaneceram, de modo silencioso e ativo, nas sombras do inconsciente, do irracionalismo, ou qualquer outro nome que tenham inventado para deixá-lo longe dos caminhos da racionalidade. Não poderia ser diferente, pois o corpo é nossa condição existencial.

Em outras palavras, só há vida enquanto há corpo – não o corpo como conjunto de órgãos – mas um corpo que preza a unidade corpo-mente, a unidade sensível-racional. Afinal, não há racionalidade sem a sensibilidade nem sensibilidade sem a racionalidade. Logo, não há

¹ Entrevista concedida por Josenildo Araújo, em 18/11/2006.

dois seres em uma mesma vida, não há uma vida fragmentada, mas uma unidade de vida trabalho-não trabalho.

Quando interrogados se gostam do trabalho que desenvolvem – apesar de alguns agricultores afirmarem que gostam –, é perceptível que a maioria não gosta do trabalho agrícola. E, dentre os motivos explicitados, destacam-se as afirmações de que o serviço é pesado, que limpar mato é ruim e que o trabalho não é lucrativo.

Por outro lado, em relação à importância do trabalho agrícola, ressaltam que o trabalho que desenvolvem é a alimentação de cada dia, a sobrevivência, a renda familiar, o sustento da família. Assim como o essencial que abastece a cidade grande, como fala Ediberto Oliveira:

É importante porque se não fosse a agricultura, eu digo assim, os poderosos não comia feijão, nem arroz, esses tipo de alimento que a gente tira da terra, devido a isso eu acho a agricultura importante com certeza (Oliveira, 2006. Informação verbal²).

Apesar de ressaltada a importância da agricultura, pode-se perceber a marginalização do trabalho dito corporal, já que o trabalho agrícola parece ter a função de alimentar a mente, os poderosos, o intelecto. Percebe-se, assim, que a agricultura é tida como um meio de sobrevivência, de sustento da família, como afirma Erasmo Araújo (2006):

É uma forma de sobreviver, tem que trabalhar [...] não vou dizer que é uma coisa boa trabalhar principalmente na agricultura, mas é o jeito (Informação verbal³).

Aparece, dessa maneira, uma contradição que envolve o trabalhar, simultaneamente necessário e incômodo. De acordo com Kurz (1992) apud Antunes (2003, p.85),

[...] a sociedade do trabalho como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que sejam suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluisse o trabalho. Somente as idéias ingênuas do paraíso e do conto do país das maravilhas fantasiavam uma sociedade sem trabalho.

Pelo exposto, considera-se a necessidade do trabalho e também sua relevância para o homem. É então preocupante o fato de a maioria dos trabalhadores investigados não se identificar com a agricultura, visto que é relevante que o trabalhador desenvolva uma função com a qual se identifique, pela qual ele possa desenvolver-se, expressar-se e sentir-se importante.

Com relação às transformações do corpo durante o trabalho, apesar de alguns dizerem que não ocorre nenhuma, a maioria fala que tanto eles quanto seus companheiros de trabalho

² Entrevista concedida por Ediberto Oliveira, em 18/11/2006.

³ Entrevista concedida por Erasmo Araújo, em 15/11/2006.

percebem, em alguns, casos dores na coluna e cansaço, o que pode ser identificado na fala de Edeilson Cruz (2006):

No começo assim tudo é ligeiro, aí depois de 2 horas assim começa cansar, o braço vai inchando, aí a pessoa tem que parar e ir mais devagar; vai inchando até abrir umas, nos músculos, distensão. Assim, nos músculos causa porque é direto puxando areia assim. [...] Às vezes sente [dores] sabe porque a pessoa tá naquela posição ali direto a pessoa sente, mas é coisa besta, mas passa. [...] A pessoa não agüenta ficar direto e pára assim, a pessoa bebe água e volta e fica nisso o dia todinho, o calor tá grande também maltrata muito o sol quente na cabeça, mas vai vivendo do jeito, do jeito que dar, pra frente (Informação verbal⁴).

Essa persistência em trabalhar em condições adversas mostra a necessidade de sobrevivência, e pode relacionar-se, inclusive, com a diferenciação entre o trabalho manual e o intelectual na sociedade ocidental. Retoma-se, assim, a questão da visão cartesiana do corpo e a conseqüente supervalorização da racionalidade, que de acordo com Nóbrega (1999), produziu um saber fragmentado sobre o corpo e sua linguagem sensível. É como se a condição para a expressão do intelecto fosse o aprisionamento do corpo, sendo então concedida uma maior importância aos trabalhos ditos intelectuais em relação aos ditos corporais.

No intuito de problematizar a compreensão dicotômica de corpo, Mendes (2006) destaca a necessidade de uma reaproximação do ser humano com sua animalidade, a fim de contribuir com a quebra de preconceitos e com o reconhecimento de que o corpo humano tem semelhanças com o dos outros seres vivos, mas também possui particularidades. Isto poderia colaborar para a superação da hierarquização entre os seres vivos, da dominação do restante da natureza e do corpo humano. Afinal, o ser humano se expressa não só pelas palavras mas também pelos movimentos corporais e até pelo silêncio:

O corpo humano é vivo, intersubjetivo, orgânico, histórico, sexuado, capaz de criar, de imaginar, de pensar, de sentir dor e prazer, de trabalhar, festejar e ficar ocioso, provocar encontros e desencontros, capaz de comunicar até mesmo pelo que silencia, de atribuir sentido às suas experiências vividas, de construir e reconstruir valores. (MENDES, 2006, p.125)

O corpo humano também está suscetível a acidentes e a doenças relacionadas ao trabalho. Freitas; Teixeira (2003) ressaltam que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o trabalho rural significativamente mais perigoso em relação a outras atividades, e afirmam que os agricultores sofrem sérios problemas de saúde devido, por exemplo, à postura física e às ferramentas utilizadas, bem como à ausência de proteção durante o trabalho.

Nos dias em que se observou as atividades no Assentamento, os trabalhos realizados foram arrancar mato ao redor dos cajueiros ou na produção de macaxeira e mandioca. Na

⁴ Entrevista concedida por Edeilson Cruz em 15/11/2006.

figura 02, pode-se notar que, de certa forma, ocorre uma troca entre o trabalhador e a terra. O corpo curva-se à terra e ao trabalho para que, em seguida, a terra retribua tal esforço. O trabalhador aparece curvado com os músculos dos seus braços evidentes, em virtude do esforço despendido para sustentar seu instrumento de trabalho, e a partir dele, com movimentos rápidos e agilidade, arrancar o mato.



Figura 02: Trabalhador arranca mato
Fonte: Izabelle Primo, 2006

Nos momentos de intervalo no trabalho, momentos de cansaço, os trabalhadores lancharam e beberam água, conversaram sobre o sol, que é forte e despela; o gado, que está magro; os investimentos feitos no Assentamento; bem como sobre o aproveitamento da macaxeira.

Outros momentos em que se observou, quando os agricultores não estão trabalhando, foram momentos em que estão vivenciando a capoeira e o futebol, considerados momentos de lazer. Antes de partir para a análise dessas atividades, ressalta-se que a visão do jogo, assim como a do trabalho, mudou ao longo da história.

De acordo com Dumazadier (1979, p. 26), "O tempo fora-do-trabalho é, evidentemente, tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial". O autor expõe que a partir da Revolução Industrial, foi possível a separação entre trabalho e lazer nos ritos coletivos de uma comunidade, assim como uma maior independência em relação a fatores da natureza, além da maior valorização do trabalho em relação às demais instâncias da vida.

Na sociedade industrial, tem-se a ascensão burguesa e a condenação dos jogos, atrelada à valorização excessiva do trabalho e à banalização do lúdico. O corpo humano também é relegado, e perde a dignidade, transformando-se em objeto isolado do conhecimento, como destaca Bruhns (1993, p. 78-79):

O homem transforma-se com o sistema de trabalho emergente, num ser divisível e fragmentado, um aparelho desmontável em suas peças constituintes. [...] Essa divisão acentuada corpo e alma apresenta duas fases na ideologia ocidental. Primeiro, o desequilíbrio provindo da separação corpo/alma, proporcionando o desprezo pelo primeiro, a ponto de sua extrema exploração que serviria para abrir caminhos à riqueza, através da acumulação, e ao mesmo tempo

proporcionando o desenvolvimento da alma. Segundo, numa etapa industrial mais avançada, o corpo começa a se libertar como meio fundamental de produção, para se tornar eternamente consumidor, medicalizado, o símbolo da própria acumulação, cuja morte é a sua contradição. Se antes via-se o corpo ser tratado com indignidade, agora vê-se a perda da dignidade da vida.

Já na sociedade pós-industrial, ainda de acordo com a autora, surge a automação e “[...] o homem é simbolizado por números ou cifras inseridos em cartões perfurados para algum programa” (BRUHNS, 1993, p. 93), de modo que nem o esporte é liberado desse automatismo, sendo as “marcas” perseguidas com afinco.

Em relação às vivências de lazer analisadas no Assentamento, a capoeira ocorre na sede da associação, nos horários e dias já mencionados. O local de treino é pequeno, e os participantes, às vezes, batem e/ou chutam na parede. Por outro lado, apesar da limitação espacial, pode-se notar a liberdade dos movimentos dos capoeiristas que, de cabeça para baixo, desafiam a estrutura considerada padrão, e tentam ver o mundo com outros olhos.

Na roda de capoeira (Figura 03), pode-se notar um diálogo não só entre os corpos que estão jogando, mas também entre os corpos ao seu redor que, embalados pela música contagiante e pelo ambiente festivo, batem palmas e cantam enquanto aguardam o momento de jogarem. Percebe-se assim um forte caráter lúdico na capoeira. Segundo Falcão (1998), a ludicidade constitui-se num dos elementos preponderantes da capoeira, na qual jogo, luta e dança, se interpenetram. O autor ressalta que



Figura 03: Roda de capoeira
Fonte: Izabelle Primo, 2006

Importante, ainda, para caracterizar o lúdico na capoeira, é o caráter de festa que sua vivência pode proporcionar. Alertamos, entretanto, que se o festivo for explorado a partir da lógica do consumo, ele pode trair um dos mais exaltados segredos da capoeira, expresso pela produção e fruição de vivências corporais interativas e prazerosas (FALCÃO, 1998, p. 66)

Na maior parte do tempo, há o jogo corporal e, apesar de haver a simulação de luta entre os mais graduados, ressalta-se a presença do respeito entre os mesmos. Falcão (1998)

ressalta que a capoeira enquanto luta remonta ao tempo em que os negros escravizados tentavam resistir à dominação. Desse modo, “[...] a luta do capoeira, nos dias de hoje, deve ser contra a qualquer tipo de opressão, discriminação, e pela construção de uma sociedade mais justa, livre e democrática” (FALCÃO, 1998, p. 68).

Para os praticantes da capoeira são exigidos requisitos como disciplina, educação, respeito e paciência tanto dentro da academia quanto fora. José Júnior expõe que:

No caso, de você tá aqui é tipo uma aula. Você não tá se prostituindo, provando drogas, bebendo, fazendo bagunça porque você na capoeira, o seu professor ensina a você praticar sua arte só onde você está porque se você for treinar capoeira aqui e fazer lá fora, no mundo, aí o pessoal vai ficar desorganizado fica assim: Ah! Não tem respeito, a capoeira tal, aí o professor ensina a gente como uma defesa, como uma arte, como um esporte e viver bem, né, servir bem, ser uma pessoa de bem (JOSÉ JÚNIOR, 2006. Informação verbal⁵).

Nota-se assim que há uma preocupação para com a coletividade, visto que a capoeira é praticada como uma arte e não como uma forma de ataque. Por outro lado, há o adestramento do corpo para que seja aceito pela ordem vigente.

Percebe-se que a visão dualista ainda é muito forte na cultura ocidental, e que a capoeira tem sido reconhecida como esporte, contribuindo com o adestramento do corpo. Entretanto, apesar de a visão cartesiana ser presente na cultura ocidental, a qual prega o trabalho como dignificante do homem, e o lazer como inútil e perda de tempo, é possível oferecer resistência ao corpo objeto e valorizar também o corpo sujeito, pois

A justificativa de que o “trabalho dignifica o homem”, vantajosa para o aumento da produção, mas talvez pouco para o desenvolvimento equilibrado do homem, como para a vida de relação mais intensa, levou, durante muito tempo, ao desprestígio em relação às atividades de lazer, colocando-se num pólo extremo e contrário ao trabalho. Como consequência, isso fez reforçar o fator compensação, o lazer como reposição das forças para o trabalho e a radicalização da separação entre o lúdico e o trabalho, afastando a possibilidade do trabalho lúdico ou do lúdico engajado (BRUHNS, 1993, p. 49)

Ressalta-se então o lazer como um relevante fator de desenvolvimento em todas as etapas da vida dos indivíduos. As vivências de lazer ainda podem refletir na auto-estima do indivíduo, no seu desenvolvimento pessoal, na formação de opinião e no comportamento social, além de poderem oportunizar a valorização e o respeito das diferenças do outro, de forma lúdica e prazerosa, a partir da característica de socialização, intrínseca às atividades de lazer.

Quando se questionou os trabalhadores do Assentamento se eles treinam a capoeira como luta ou jogo corporal, José Lucas (2006) relata que

⁵ Entrevista concedida por José Lima em 08/11/2006.

A capoeira ela depende do praticante dela, eu mesmo treino a capoeira como uma luta de defesa, cultura brasileira. [...] Nós aqui treinamos e todos tentamos fazer dela de uma forma como luta, defesa, ataque, cultura [...] a maior virtude da capoeira é a humildade, então, o capoeirista ele, o mestre, ensina o valor de uma vida: a pessoa tem que ter calma, ser tranqüilo, não andar com a mente de querer fazer o mal (Informação verbal⁶).

Falcão (1998, p. 71) aponta que:

Não basta que o ensino-aprendizagem da capoeira se realize apenas pelo viés da técnica, do espetáculo, do rendimento. [...] A capoeira deve ser vivenciada e analisada a partir de suas próprias mudanças, de sua leitura histórica, de seus condicionamentos, de modo a permitir o desvelamento de suas contradições [...] sem perder de vista a questão da dinâmica do poder.

Já em relação ao jogo de futebol, o mesmo ocorre aos fins de tarde, no campo de futebol do Assentamento, o qual, inclusive, não está em boas condições. A partir das observações realizadas, notou-se que os times são constituídos principalmente por jovens, havendo também pessoas de meia idade.

Apesar da existência de momentos de descontração durante os jogos, observa-se uma certa violência, por exemplo, no lançamento de bolas fortes e no término dos jogos, quando os jogadores apresentam caráter irritado e expressam-se por meio de palavras grosseiras e agressivas. Isso demonstra uma maior valorização da competitividade em detrimento do lúdico, questão que é comentada em Huizinga (1990) apud Nóbrega (2005, p. 49):

Na competição, a idéia de ganhar significa demonstrar superioridade e, muitas vezes, a finalidade em si, o ganhar, destrói o caráter lúdico, a satisfação do jogo em si, para torna-se uma disputa nem sempre leal.

Desse modo, considera-se que a competição do sistema capitalista tão presente no mercado de trabalho invade também o jogo, o esporte, o caráter lúdico, e os jogadores são impulsionados a sempre quererem ganhar, perdendo assim, o verdadeiro valor do jogo: o prazer de socializar-se, de interagir, de desenvolver-se.

Para esses agricultores que participam da capoeira e do futebol no Assentamento, o lazer é compreendido de diferentes maneiras. Lazer é ler livros, jogar *video game*, ir a pique niques, lagoas e festas, tocar instrumentos musicais, jogar capoeira e futebol. É tentar viver o momento e esquecer os problemas, bem como uma forma de relaxar, de descansar. Para José Adriano (2006):

lazer acho que é pra você se divertir, relaxar porque você passa a semana trabalhando se você não tiver alguma coisa pra fazer, um

⁶ Entrevista concedida por José Lucas em 08/11/2006.

lazer, você fica muito cansado, abatido acho que o lazer é uma forma de relaxamento (informação verbal⁷).

Percebe-se, assim, a oposição entre o tempo de lazer e o tempo de trabalho. Marcellino (1987, p. 2) afirma que "O lazer ligado ao aspecto tempo, considera as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho, ou no 'tempo livre', não só das obrigações profissionais, mas também das familiares, sociais e religiosas". Além disso, Marcellino (1996) apud Nóbrega (2001, p. 5), diz que "[...] o lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais."

Desse modo, o lazer não pode ser visto como compensador do trabalho. Apesar da separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer, este deve ser vivenciado de forma prazerosa, verdadeiramente livre, com espontaneidade e descontração. Todavia, não se desconsidera a importância do caráter lúdico no trabalho, visto que o desenvolvimento de um trabalho prazeroso no qual o ser possa expressar-se e sentir-se sujeito da ação, refletirá uma maior harmonia na sua vida como um todo. Afinal – considerando a visão fenomenológica do corpo, que considera a unidade do ser situado no mundo em que vive –, uma atuação profissional prazerosa contribui para uma vida com sentido. Assim como uma vida pessoal equilibrada contribui para uma boa atuação no mercado de trabalho. De modo que não há um ser nos momentos de trabalho e outro ser nos momentos de lazer. Mas um único ser que, em momentos diferentes, trabalha e vivencia o lazer.

Além da capoeira e do futebol, eles vivenciam outras atividades de lazer. Passeiam pelos locais próximos à comunidade, vão às festas em Macaiba e nas comunidades vizinhas, por exemplo.

Os agricultores consideram então que o lazer é importante porque é um tempo que é dedicado para si mesmo, no qual a distração e o divertimento estão presentes, assim como é importante praticar esporte e exercitar o corpo. Evandro Dantas destaca ainda a importância de conciliar o tempo do trabalho e do lazer:

Porque se for só trabalhar, trabalhar demais mata, tem que botar outra coisa na cabeça, às vezes quando num dá tempo, as pessoa só indo pro roçado, só se preocupando com as coisas que tem pra fazer isso endoidece, eu acho é assim: pra tudo tem seu tempo é só a pessoa dividir o tempo e tem que ter lazer também a pessoa só trabalhar, nada de se divertir também num dá certo não tem que tirar um tempinho pra agradecer a Deus, um tempinho pra se divertir e o tempo de trabalhar também (2006. Informação verbal⁸).

Em relação à dimensão que o trabalho possui na vida, Kamper expõe que "[...] o trabalho apresenta uma tendência à desmesura, uma tendência à ultrapassagem das fronteiras [...] que o trabalho está se expandindo cada vez mais e que isso acaba interferindo nas relações sociais" (1998, p. 31-32).

⁷ Entrevista concedida por José Adriano em 08/11/2006.

⁸ Entrevista concedida por Evandro Dantas em 25/11/2006.

No entanto, é importante reforçar a necessidade de superar a visão cartesiana, que valoriza a racionalização do corpo e a supremacia do trabalho. Desse modo, destaca-se a importância de restringir a função do trabalho na vida e, conseqüentemente, de conciliar melhor o tempo do trabalho e do lazer atentando-se às necessidades do corpo.

Quanto às transformações corporais a partir das atividades de lazer, os trabalhadores relataram que, em geral, o corpo sente-se mais à vontade e torna-se mais solto, mais ágil, ganhando massa muscular e resistência.

Segundo Nóbrega (1999), os usos do corpo no lazer devem considerar, ao invés da robotização, a possibilidade de se criar novas relações com o corpo, num espaço de diversão e conhecimento de si mesmo. Em outras palavras, o corpo deve sentir-se liberto, flexível para novas experiências e para seu desenvolvimento, bem como disponível ao conhecer-se, ao sentir-se, ao permitir-se.

Em relação às atividades de lazer que gostariam de vivenciar e não têm oportunidade, ou ainda, que vivenciaram e gostariam de repetir, os agricultores expressaram que gostariam de fazer natação, musculação, de praticar lutas como o caratê e *jiu-jitsu*, de ter uma quadra poliesportiva; assim como de ter uma área de lazer com piscina, espaço para teatro e salão de dança, além de um espaço para manobras radicais com bicicleta e *skate*. Gostariam ainda, de ter acesso a parque de diversões e circo.

Na realidade, percebe-se que os agricultores do Assentamento José Coelho da Silva não têm muita opção de lazer, bem como uma educação voltada para e pelo lazer; e o tempo disponível é desperdiçado, como afirma Leandro Silva, que não se sente bem por não ter como aproveitar seu tempo disponível:

Péssimo, num tem o que fazer, o cara fica só em casa sentado [...] Pra se divertir, num tem o que fazer aqui dentro (2006. Informação verbal⁹).

Evandro Dantas também expõe o desejo de ter outras oportunidades de lazer no próprio assentamento:

Se aqui tivesse uma academia eu gostaria de fazer, é um lazer [...] mas pra isso tinha que ter academia aí; pra nós ir pra Macaíba, digamos, todo dia da semana malhar fica chato né porque tanto nós paga passagem pra ir quanto empalha nós no nosso serviço e como também parece que é trinta, quarenta conto por mês sabe, a aula lá; é melhor aqui, quem fazia o tempo era a gente mesmo. Lazer né? O parque né também se tivesse aqui por perto eu também gosto parque, circo, assim pra se divertir (2006. Informação verbal¹⁰).

Por fim, além da reduzida diversidade de vivências de lazer oferecidas no Assentamento, percebeu-se também que essas estão relacionadas apenas às atividades físico-desportivas. Assim como a participação das mulheres é restrita, havendo apenas algumas adolescentes no futebol e na capoeira.

⁹ Entrevista concedida por Leandro Silva em 25/11/2006.

¹⁰ Entrevista concedida por Evandro Dantas em 25/11/2006.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se que foi possível identificar diferentes formas de expressões corporais dos agricultores nos momentos de trabalho e de lazer, torna-se relevante ressaltar alguns aspectos encontrados no decorrer da pesquisa.

Em relação ao trabalho, apesar da existência de alguns momentos lúdicos durante as conversas e os intervalos, foi possível perceber que, via de regra, não há uma identificação com o trabalho realizado que, conseqüentemente, não é desenvolvido com prazer, mas como forma de sobrevivência e por falta de outra opção de trabalho.

Quanto aos momentos de lazer, nota-se que são vivenciados com maior prazer, alegria e espontaneidade. Entretanto, destaca-se a diferença entre o caráter lúdico da capoeira e do futebol.

Na capoeira, os jogadores convivem em uma maior harmonia com seus corpos, havendo também um maior respeito pelo corpo do outro. Por outro lado, os jogadores do futebol sentem-se mais retraídos, por temerem machucar-se. Percebe-se, então, que o caráter lúdico é deixado em segundo plano, juntamente com o respeito pelo outro, em virtude do caráter competitivo.

Ainda em relação ao lazer, nota-se que as opções de vivências no Assentamento são restritas e se limitam às atividades físico-desportivas, além de não possuírem a participação significativa da mulher.

É inegável que vivenciar atividades esportivas é de suma importância na vida desses indivíduos, por poder estimular o desenvolvimento da auto-estima, o relacionamento interpessoal, bem como o espírito de equipe.

Todavia, além dessas atividades, o lazer também envolve, por exemplo, apresentações teatrais, musicais, viagens, festas e exposições artísticas. Sendo assim, necessita-se valorizar outras vivências, considerando que há indivíduos que não se identificam, por exemplo, com as atividades físico-desportivas e que, constitucionalmente, têm direito a vivenciar o lazer.

Destaca-se ainda que o lazer tem relevante função para o Estado, visto que ele pode colaborar para evitar problemas sociais, como a marginalização de pessoas. É então responsabilidade pública ocupar o tempo livre dos cidadãos, de forma gratuita e lúdica.

Com base no que se observou na pesquisa, sugere-se então a instauração de políticas públicas que proporcionem à comunidade do Assentamento José Coelho da Silva uma educação para e pelo lazer. Ressalta-se inclusive a importância da construção de equipamentos de lazer, como uma praça que tenha espaço para caminhada, ciclismo e atividades físicas; além de quadra poliesportiva, e rampas para ciclismo e *skate*. Sugere-se também que a prefeitura municipal promova ainda a locomoção e o custeio desses trabalhadores, por exemplo, a eventos como circos e parques, quando a cidade receber as visitas desses equipamentos de lazer. No entanto, é importante destacar a necessidade da existência de equipamentos de lazer no próprio assentamento, em virtude do melhor acesso e aproveitamento desses por parte dos moradores.

Indica-se também, que os agricultores do Assentamento possuam melhores condições de trabalho em relação à melhor exploração da terra, visto que cada família possui 10 hectares de terra. Contudo, nem todas as famílias exploram a área disponível, por não possuírem equipamentos. Desse modo, políticas públicas devem orientar a comunidade de como obter

mais lucros e, conseqüentemente, de como se desenvolver a partir do que pode ser explorado, não deixando de considerar o desenvolvimento sustentável.

Além disso, é importante orientar os agricultores quanto à relevância de cuidar do corpo, inclusive, durante o trabalho. Sugere-se, então, que eles recebam – através de palestras, seminários e/ ou cursos – orientações de segurança no trabalho, a fim de evitarem acidentes e doenças relacionadas ao labor.

Releva-se ainda que, não só a população urbana, mas também a população rural deve receber ao menos os serviços básicos, como o tratamento do lixo, já que no Assentamento não há um local adequado para depositá-lo.

Por fim, espera-se que a pesquisa possa contribuir com reflexões sobre a importância do trabalhador agrícola para a sociedade, e também que os governantes voltem seus olhares para esses trabalhadores, oferecendo-lhes condições para que eles possam ter melhores condições de vida.

O PROFISSIONAL DE LAZER NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: UMA PESQUISA-AÇÃO NO HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO

Cláudia Larissa Coutinho Marques
Gêrda Lúcia Pinheiro Câmelo
Waleska Patrícia de Lima Santos

1 INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Norte, de acordo com informações da Assessoria de Comunicação do Governo - ASSECOM/RN - O que tem ocorrido nos 23 hospitais da rede estadual de saúde é que o trabalho de humanização está em processo de implementação inserido dentro do Programa Nacional de Humanização e Atenção Hospitalar (PNHAH). Também se observa a presença do trabalho voluntário sendo realizado em algumas unidades hospitalares.

Entende-se que as ações de humanização é um tema transversal à prática organizacional e que contribui para uma melhor assistência ao público. Dessa forma, acredita-se ser mais eficiente quando o processo inicia com o colaborador tornando-o agente criador e promotor da humanização dentro do seu ambiente de trabalho.

No mercado de trabalho atual predomina a visão de que o lazer é uma possibilidade para aliviar as tensões e divertir, desviando a atenção de seu público da realidade social. No entanto, o profissional de lazer tem como formação promover nos grupos e nas comunidades uma atitude de participação ativa, não somente das atividades de lazer, mas na vida social, promovendo a construção da autonomia do sujeito.

Pensando na importância do papel que cada colaborador desempenha no processo de humanização, na formação do conhecimento coletivo a partir das capacidades individuais e que por meio do lazer pode-se promover não só uma melhoria na qualidade de vida, mas também despertar um comportamento de sujeito ativo inserido nos programas de QVT – fez-se uso de um modelo de intervenção e por meio de uma pesquisa-ação, indagou-se: quais as contribuições do lazer para a qualidade de vida no trabalho e qual a interferência dessa pesquisa no processo de humanização hospitalar?

Objetivando-se analisar as contribuições do profissional de lazer para a qualidade de vida no trabalho e no processo de humanização hospitalar, a pesquisa identificou na estrutura hospitalar as interfaces existentes em determinados cargos; implementou junto aos integrantes dos cargos uma pesquisa-ação considerando: a Qualidade de Vida no Trabalho(QVT), aplicação e mensuração de círculos de vivências ;desenvolveu atividades de lazer; verificou entre os integrantes da pesquisa-ação as contribuições do profissional e das atividades de lazer para a QVT; assim como, aferiu as contribuições do lazer para o processo de humanização hospitalar.

2. PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO A INTERVENÇÃO

2.1 Caracterização da pesquisa

Na pesquisa-ação há como o próprio nome aponta uma ação por parte do pesquisador, ação esta, problemática, que mereça investigação para ser elaborada e conduzida.

Contudo, pesquisador e participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Assim, o pesquisador tem papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e avaliação das ações, organizando assim sua ação.

Essa pesquisa-ação de cunho quali-quantitativa teve como campo empírico um hospital público. Foi dividida em cinco etapas, descritas a seguir. Usou-se dois modelos de questionários como ferramenta de coleta de dados, ambos semi-estruturados. Além disso, a pesquisa também usou fotos, filmagens e diário de campo como ferramentas de registro e o programa excel para tabular os dados dos questionários.

- ETAPAS DA PESQUISA-AÇÃO

1º estudo da estrutura funcional e operacional da empresa;

Por meio do setor de Recursos Humanos (RH), buscou-se tomar conhecimento das interfaces existentes entre os cargos. Dessa forma, foram obtidas informações quanto ao organograma, fluxograma, programa interno de humanização, quais eram as dificuldades quanto às intervenções que já são realizadas e à história do hospital.

Para selecionar os participantes usamos transparências que descreviam os objetivos da pesquisa, a importância e os benefícios para o hospital, para a qualidade de vida do participante e os critérios de inclusão na pesquisa. Usou-se as oficinas desenvolvidas no hospital e o organograma para selecionar setores que estabelecessem uma relação operacional dentro do fluxograma, juntamente com um representante do RH, a pesquisadora foi até os setores e selecionou alguns participantes voluntários.



Figura 01: Exposição da pesquisa para o setor de nutrição
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Por fim, foi marcada uma reunião com todos aqueles que se prontificaram em participar da pesquisa para formar o cronograma com a previsão das intervenções, explicar detalhes, minimizar dúvidas sobre a pesquisa e assinar o termo de consentimento livre e esclarecido. Firmando assim 14 participantes, de setores e hierarquias diferentes e que executam atividades co-relacionadas entre si.

2º aplicação de questionários;

No primeiro dia do círculo de vivências foi aplicado um questionário com o objetivo de avaliar a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e as atividades de lazer já desenvolvidas. a

fim de fazer um levantamento das novas necessidades e também das expectativas a cerca da pesquisa.

3º círculo de vivências;

Iniciado concomitantemente a 2ª fase, essa etapa corresponde a um trabalho de desenvolvimento de grupo que permite aos participantes um encontro dele com ele mesmo, dele como o outro e dele com a sociedade "organização". Buscou-se fazer com que o participante amplie seu conhecimento intrapessoal e interpessoal e compreenda a interferência deste na construção do seu bem-estar. O círculo de vivências foi criado a fim de promover um momento de trocas de experiências e competências iniciando a construção de um conhecimento coletivo a partir das experiências individuais e entendendo a importância da contribuição de cada um para o todo seja na organização ou na sociedade.

4º Avaliação do Círculo de vivências;

Realizou-se a aplicação de um segundo questionário, entrevista em forma de documentário (filmagem) e um diário que foi entregue a cada integrante para aferir o desenvolvimento do grupo durante essa fase da pesquisa, das influências das vivências nas suas ações do cotidiano e se as expectativas em relação à pesquisa foram alcançadas. Nessa fase final é mantida uma imparcialidade (ausência) da pesquisadora para que sua presença não causasse interferência nas respostas. Esses instrumentos serviram para responder o objetivo geral da pesquisa, pois se pretende avaliar os pontos positivos e negativos da pesquisa, suas contribuições e influências do lazer na qualidade de vida do indivíduo.

5º elaboração e implantação da proposta de lazer

Foi criado pela pesquisadora e participantes um plano de atividades envolvendo os interesses do lazer¹ e que busque atender as necessidades do grupo tendo em vista que esses são representantes dos colaboradores do hospital.

A proposta dessa metodologia é entender como o profissional de lazer pode inserir-se na estrutura operacional do hospital e comprovar os benefícios do lazer para o processo de humanização e desenvolvimento do social e individual.

2.2 O Hospital Giselda Trigueiro

O Hospital Giselda Trigueiro foi o campo de estudo desse trabalho; localizado no bairro das Quintas e referência estadual em infectologia oferece muitos serviços à população, destacando alguns como: Hospital Dia com atendimento diário aos doentes da AIDS, Ambulatório especializado em dermatologia com atendimento específico ao portador de hanseníase, ambulatório especializado em pneumologia com atendimento específico ao portador de tuberculose pulmonar, serviço de referência para portadores do vírus da hepatite B e C, urgência na área de doenças infecto-contagiosas, atendimento profilático anti-rábico, antitetânico e anti-peçonhento, o CRI- Centro de Referência de Imunobiológicos especiais, farmácia básica e de manipulação com fornecimento diário de medicamentos para pacientes internos e externos, além de funcionar também como hospital escola.

¹ Interesses do lazer: (físico-desportivo, artístico-cultural, manual, social, intelectual e turístico)

Essa instituição formada por 615 profissionais é norteada pela política Estadual e Nacional de humanização hospitalar, a entidade possui um programa que é coordenado por um Grupo de Trabalho de Humanização (GTH) formado por profissionais das diversas áreas e cargos.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO LAZER E SEU ENTENDIMENTO: APROXIMAÇÕES PRELIMINARES.

O lazer sempre esteve muito interligado as questões sociais e trabalhistas e a própria conquista de uma maior disponibilidade para o tempo disponível que possibilita a vivência do lazer nasceu com as reivindicações na época da revolução industrial. No entanto, a análise do estilo de vida contemporâneo nos leva a pensar que a história da relação trabalho e lazer iniciam um processo de inversão. O tempo livre reivindicado foi garantido pela legislação, entretanto, apesar de toda a tecnologia criada para agilizar a nossa vida as pessoas continuam a argumentar a ausência de tempo para dedicar-se ao lazer.

Por conseguinte, o novo comportamento que vem sendo desenhado pela sociedade, a "ausência do tempo disponível", está propiciando que cada vez mais o lazer ganhe espaço dentro das organizações e se constitua ao lado da saúde num dos principais pilares que sustentam os programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

Algumas teorias do lazer embasaram essa pesquisa como os *interesses do lazer*, as variáveis: *tempo e atitude*, o *caráter libertatório* -como resultado da livre escolha, o *caráter desinteressado*- não possuindo fins lucrativos, utilitários e etc., e o *caráter de finalidade* - como compensação do trabalho alienado.

Quando se debate sobre lazer para empresas logo se remete ao caráter de finalidade. Este está atrelado à sociedade de consumo onde o "Ter" conduz as pessoas a trabalhar cada vez mais para possuí-lo, levando o indivíduo a alienação, a exaustão e até mesmo a superação dos limites físicos. Entretanto, o lazer organizacional pode ser um instrumento de transformação dessa visão distorcida de que o tempo disponível é apenas de renovação das energias recuperando ai um de seus fundamentos dos 3 "D" da função do lazer que é citado por Marcellino (1983, p.25) o de promover um *Desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade*. É nesse ponto que o lazer tangencia as mudanças de valores e passa a contribuir para a qualidade de vida do indivíduo.

É preciso compreender as funções, as variáveis e as interfaces do lazer com os demais aspectos da vida do homem. É entendendo as relações e a dinâmica que se estabelece entre o lazer, a sociedade e o indivíduo que o profissional dessa área poderá contribuir efetivamente para o aprimoramento dos programas de qualidade de vida no que desrespeito a essa vertente.

4. O PROFISSIONAL DE LAZER E O PROCESSO MOTIVACIONAL

Para a psicologia segundo Bock (2002, p.121) o estudo da motivação considera três tipos de variáveis: 1. *o ambiente*; 2. *as forças internas ao indivíduo*, como necessidade, desejo, vontade, interesse, impulso e instinto; 3. *o objeto*, que atrai o indivíduo por ser fonte de satisfação da força interna que o mobiliza.

O lazer dialoga com a motivação quando ele se insere como um estimulador das forças internas citadas por Bock, podendo o mesmo despertar o indivíduo para aspectos como uma melhor socialização, auto-conhecimento, enfrentar desafios, mudanças de valores e correr riscos. Dessa forma, na medida em que o lazer interfere em aspectos intrapessoais como esses de forma positiva contribui para que os relacionamentos inter-pessoais se desenvolvam de forma mais saudável, colaborando também para que outra variável citada por Bock, o ambiente, seja trabalhada.

5 HUMANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

5.1 Pensando em qualidade de vida

Preocupar-se com a saúde, fazer atividade física, ter uma boa alimentação é imprescindível para a qualidade de vida. Mas é preciso transcender essa visão e enxergar o corpo sobre uma nova ótica e entender que ele é agente passivo e ativo de tudo que se faz, pensa e sente. E que muitas das doenças oriundas desse estilo de vida pós-industrial como o estresse, ansiedade e até mesmo as psicossomáticas² estão relacionadas com essa falta de compreensão da complexidade do corpo.

Entender essa complexidade do ser, os vários fatores que contribuem para a condição do existir, o quanto somos influenciadores e influenciados pela cultura e a sociedade, nos dá uma perspectiva do quanto é abrangente falar sobre qualidade de vida e dos fatores que podem nela interferir.

Contudo, esse trabalho vem destacar um fator o qual considera fundamental para esse tema, apreciar as coisas simples da vida. Na sociedade consumista em que vivemos tendemos a atribuir a nossa felicidade a tudo que temos: os títulos, os cargos, a casa na praia, o carro do ano, a roupa da moda, o cabelo na chapinha, a lipo e etc. E esquecemos o quanto pode ser importante para a construção da personalidade do seu filho ou sobrinho aquele tempo que você dedica brincar com ele; como pode ser gostoso aquele papo com seu pai no carro enquanto ele te deixava na escola; como pode ser bom saber que temos amigos para compartilhar as alegrias, conquistas, tristezas, amores e decepções; reencontrar-los e compartilhar de uma nostalgia de bons tempos vividos; Pensar no quanto pode ser significativo para aquele motorista do ônibus, o menino da limpeza ou o segurança da portaria, que você enxerga todo dia, mas nunca vê, um "olá! Tudo bem? Bom dia!"; tomar um banho de chuva e recordar da infância fase em que somos mais espontâneos e nos damos o direito de experimentar o novo sem medo; poder sentir-se feliz em ajudar o próximo seja com uma palavra ou com uma ação. Fazer essas coisas não por obrigação, convenção ou demonstração de educação, mas por encontrar prazer num sorriso, num abraço, num olhar. Isso é qualidade de vida, pois humanizar sejam as relações ou os espaços é um processo que necessita da predisposição de cada indivíduo a se doar e a entender essas ações como um caminho a ser trilhado para que a saúde não se reduza a ausência de doença, mas a uma vida com qualidade.

² Alterações biológicas desencadeadas por mecanismos psicológicos.

5.2 Reflexões sobre qualidade de vida no trabalho (QVT)

Dentro das organizações as relações informais exercem uma forte influência sobre o trabalhador. Parafraseando Patrício (1999), a produção do saber coletivo é um conhecimento bem mais amplo, no qual as pessoas, interagindo no processo de vivenciar-se podem desenvolver outras formas de pensar, sentir e viver, gerando novos saberes. Saberes estes diferentes daqueles que são produzidos através dos "discursos de verdade" e das "relações de poder".

É não só nas contribuições do lazer para construção do conhecimento coletivo que podemos entendê-lo como promotor de uma transformação, seja ela individual ou social, mas também por que é por meio dele que as diferenças sociais são estreitadas, que o indivíduo e o grupo constrói sua identidade, transcende a suas barreiras psicossociais na vivência do lúdico e que por isso permeia por caminhos nas relações interpessoais que a rotina, as preocupações e a formalidade das organizações acabam bloqueando durante o cotidiano.

Construir relações de amizade no trabalho é fundamental para qualidade de vida por que "só sabemos quem somos por intermédio do outro, e o outro nos faz ver quem somos pela forma como reage à nossa afetividade" (MOREIRA, 2006, p.93).

A administração contemporânea deve buscar analisar esse tema (QVT) com profundidade e preocupar-se em não criar uma visão alienada e superficial por que muito tem a evoluir nos seus aspectos mais específicos de planejamento e estratégias na medida em que passar a valorizar e desenvolver as potencialidades humanas existentes na sua organização.

6 O DIÁRIO DA MINHA EXPERIENCIA COM O LAZER HOSPITALAR:

Aqui relatarei os principais momentos, pessoas e sentimentos que fizeram parte da construção desse caminho, em busca de um aprofundamento profissional. Os nomes dos participantes são fictícios para preservar a sua identidade.

Participar das atividades desenvolvidas me fez observar um baixo nível de motivação e participação masculina. Isso me levou a pensar em alguns aspectos o primeiro: quais estratégias devo criar para motivar essas pessoas a participar de minha pesquisa? Segundo, como vou fazer para que elas se comprometam em participar de todos os 8 encontros? E por último, como vou fazer para convencer aos homens que naturalmente já não participam do que acontece no hospital a integrar na pesquisa?

Cada setor tem sua forma de escala e uma rotina de funcionamento diferente, achar um horário compatível e motivar um grupo de mais de 10 pessoas de setores diferentes e que passam dias sem dormir trabalhando está sendo um novo desafio.

O 1º Encontro: QUEM SOU EU?

O objetivo desse encontro é promover um auto-conhecimento dos participantes, levá-los a refletir sobre a sua qualidade de vida iniciando por reflexões a cerca da administração do tempo e a importância dele para o seu bem-estar, os seus relacionamentos, bem como, levar eles a pensar no que hoje é prioridade na vida deles, o que eles entendem que seja qualidade de vida e lazer?

Após aplicação do 1º questionário, iniciei a 3ª fase do trabalho “círculo de convivência” com um acordo psicológico:

Cada um de nós que estamos aqui trazemos as nossas dores, alegrias, experiências, cada um tem a sua história e sentimento; cada um tem sua importância para esse grupo. Nós nos vemos nos corredores, mas aqui iremos nos conhecer como pessoas e que seja respeitado o momento de cada um, assim, tudo que de mais íntimo for colocado ao grupo fique aqui como experiência para as nossas vidas.

Depois prossegui com uma metodologia que acho muito importante e que irei realizar todos os dias antes de qualquer atividade, perguntar a cada um *como esta sendo o seu dia hoje?* Nesse momento já identificamos, a correria, pessoas sem almoçar, há 36h sem dormir, o cansaço físico, outros mais dispostos, as expectativas para aquele dia, valorizamos a importância do ouvir o outro e demarcamos a existência de cada um dentro daquele grupo. E uma frase simples como essa nos dá a dimensão do quanto existem pessoas dentro das organizações que estão como Ramon “Estou sobrevivendo”.

Apliquei algumas dinâmicas que despertassem reflexões que contribuíssem para o objetivo do dia. Assim, quando cada atividade terminava eu perguntava: *O que foi que vocês sentiram?* E fui observando e anotando cada sentimento expressado. Ao final, depois de todos comentarem sobre cada experiência eu improvisava um texto com a fala deles para fechar a reflexão da atividade:



Figura 02: Dinâmica :grupo de enfermagem e nutrição.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006

“Às vezes precisamos de alguém e nem sempre a ajuda não é o que a gente espera por que muitas vezes as pessoas não têm paciência, não tem a noção do nosso limite. Quantas vezes no nosso dia a dia pensamos que não iremos conseguir, nos sentimos impotente, não sabemos em quem confiar, ou até mesmo sentimos vontade de desamarrar as mãos e fazer, tomar uma atitude! Quantas vezes fazemos as coisas mecanicamente ou até mesmo quebramos as regras. Penso que no dia a dia as coisas seriam muito mais fáceis se diante de nossas fraquezas e necessidades percebêssemos que ninguém é melhor que ninguém e um ajuda o outro.

É muito importante isso que vocês colocaram por que realmente a nossa qualidade de vida depende desses fatores que vocês citaram moradia, educação, emprego, alimentação, paz, sossego, saúde, comunicação e locomoção. No entanto, não devemos esquecer que desempenhamos vários papéis no nosso dia a dia pai, mãe, profissional, irmão, filho, esposa, marido, amigo e que apesar disso somos um só individuo. Assim, precisamos ter a consciência de que tudo que nos rodeia interfere também na nossa qualidade de vida e que

o sentimento despertado numa simples dinâmica que vivenciamos é por diversas vezes experimentado por nós no cotidiano, que possamos hoje refletir sobre esses aspectos e avaliar realmente o que está sendo fundamental e prioritário em nossas vidas!”

Para fechar o 1º encontro li uma parábola chamada “quanto você vale?”, fiz uma reflexão deixando algumas indagações baseado no que eles mesmos disseram:

“É engraçado como nos dias de hoje tudo se cria para facilitar e tornar a nossa vida mais prática e ágil e mesmo assim ainda dizemos que não temos tempo! Mas quais são as prioridades dentro desse tempo? Por que as pessoas sobrevivem e não vivem? Crescemos buscando ganhar conhecimento e ser pessoas inteligentes e esquecemos de ganhar sabedoria, ser inteligente às vezes nos limita, ser sábio nos faz enxergar aquilo que é invisível aos olhos, mas é essencial a nossa vida! E às vezes o que é essencial é bem simples, nada muito sofisticado, nem caro, mas extremamente valioso. Qual a essência que você precisa resgatar hoje?”

Em seguida, pedi para terminarmos o encontro de mãos dadas escutando a letra de uma música epítáfio tocado pelo grupo Titãs.

O 2º Encontro: Atividade de lazer no Parque das Dunas



Figura 03: Bosque dos namorados
Fonte: Pesquisa de campo, 2006.

Baseado no encontro anterior preferi deixar eles mais a vontade para relaxar, sentir a paz da sombra das árvores, passear, conhecer e recordar, apenas vivenciar as reflexões do encontro passado; escrevi um texto para fazer uma viagem no tempo com eles. Comprei algumas coisas de lanche para ensaiarmos um piquenique antes de retornar para o hospital.

Chegando ao Parque eu percebia o encantamento no olhar deles por estar ali um lugar que para alguns tão recheado de recordações e para outros o desbravamento do desconhecido, pessoas que há 20 anos não iam mais aquele lugar parecia estar revivendo exatamente a última vez em que estive ali. Passeamos um pouco, tiramos fotos e compartilhamos histórias. Escolhemos a sombra de uma árvore e sentamos em círculo.

Disse a eles que o propósito de estarmos ali era vivenciar um pouco do que refletimos no último encontro e se permitir conhecer uns aos outros além do corredor. Passei uma faixa preta para cada um e pedi que eles vendassem os olhos. Comecei a despertar eles para perceber o que estava ao seu redor através dos outros sentidos o cheiro do mato, o barulho das crianças brincando no parque, das árvores e dos pássaros, o sentir o seu corpo e a sua

respiração. Comentei sobre o texto que tinha escrito para eles e li em forma de reflexão. Depois, cada um fez uma analogia do texto e da vivência daquele momento com a sua vida.

Fechei a reflexão unindo algumas coisas que eles disseram:

***Liberdade** foi à primeira palavra dita hoje, mas vamos pensá-la não só na vida conjugal, mas liberdade para com a gente mesmo de se permitir **sentar no chão para brincar**, algo que recordamos hoje com tanta saudade e carinho, que nos fez sentir tão bem, por que o tempo roubou de nós essa espontaneidade? Se foi tão bom **relembrar de antigos amores** aqui vividos por que não vivenciar aqui ou em outro lugar momentos de amor com quem está ao nosso lado hoje? **Paz, carinho, atenção, prioridades!** Quais tem sido as suas? **O tempo passa e ele não volta** e a única coisa que fica na vida foi aquilo que nos permitimos experimentar dela.*

O 3º Encontro: Eu e o Outro

O objetivo desse encontro de hoje é despertar os participantes para como ele vê o trabalho do outro, desenvolver o sentido de equipe, cooperação, respeito e união.

Após aplicar a primeira atividade senti o grupo muito focado na questão da idade, do envelhecer, então puxei uma reflexão sobre a educação para o lazer:

Nós nos preocupamos tanto em trabalhar que esquecemos de nos conhecer; Crescemos sendo educados para trabalhar, passamos anos estudando adquirindo conhecimento para ser alguém na vida, mas não nos educamos para o lazer momento onde compartilhamos um pouco do que somos, vivenciamos a vida com prazer, trocamos experiências, experimentamos outras culturas, conhecemos pessoas com percepções e realidades diferentes da nossa; daí a gente evolui tanto em alguns aspectos como conhecimento e tecnologia e regredimos em outros que são tão essenciais para o nosso convívio como o olhar, a sinceridade, a gentileza e espontaneidade. Penso que se as pessoas aprendessem a educar-se para o lazer teríamos menos doenças psicossomáticas, menos enfartos, menos sensação de invalidez por aposentar-se. Muitas pessoas não conseguem se desgarrar do trabalho quando se aposenta por que não aprendeu durante a vida a se permitir ao lazer e tê-lo como um momento tão importante para o seu crescimento quanto o trabalho. E você já penso nisso?

Em seguida, os convidei para brincar de escravos de Jó só que numa versão mais cooperativa, quem erra não pode sair, coloquei uma situação imaginária de um paciente que dependia do trabalho em equipe deles para sobreviver e dei 5 chances para eles acertarem.

Ao fim da atividade repeti as frases que eles disseram durante a atividade só que tentando levar para o dia a dia deles:

*Nós sabemos que no nosso trabalho **É uma caixa só e cada um tem a sua**, mas tem dia que nos deparamos com **Que foi que aconteceu aqui? To com duas caixas!** E aí será que realmente estamos **trabalhando em cooperação?** Temos que compreender que **tem gente que é mais lento!** E nem todo mundo tem o mesmo **ritmo** precisamos então entrar num **consenso** para encontrar uma **harmonia, sintonia** e aprendermos a **trabalhar em equipe** ao invés de sermos, o que foi dito aqui outro dia, **nós somos arestas que operacionalizam**. Como é importante que na nossa equipe em meio ao caos alguém chegue pra gente e diga **Home relaxa!, Vamos tentar mais uma vez!, Não importa qual caixa é a sua, o que importa é a música e que a gente consiga**. Exercitem a **união, atenção, compartilhem** idéias, dúvidas, não esqueçam que **Um dos objetivos era não***

*cair e não deixem isso acontecer por que **Eu tava longe dela**, só assim as 40 horas semanais que vocês passam aqui podem se tornar **gostoso**.*

Terminando essa atividade, para fechar o encontro li uma parábola chamada "O homem que comprou o filho".

O 4º encontro: A Confraternização de Natal do Hospital Giselda Trigueiro

Nesse dia o hospital desenvolveu várias atividades para seus funcionários então, combinei com os participantes da pesquisa que iria deixar livre para que a gente pudesse participar das festividades do HGT, a final não havia lógica falarmos de lazer e qualidade de vida no trabalho e não participar daquilo que o hospital oferece na área.

Outra coisa que me deixou bastante contente foi de ver na festa algumas pessoas que estão participando da pesquisa que tinham me relatado "não participo de nenhuma atividade nesse contexto". Fico feliz por que em pouco tempo de trabalho isso pode ser o indicio de que essa pessoa já esta se permitindo rever alguns conceitos, também percebi que os participantes da pesquisa estavam muito integrados entre eles como se estivessem estabelecendo novos vínculos de amizade.

O 5º encontro: "Eu e a Organização"

O objetivo desse encontro é fazer com que o participante reconheça a importância do papel dele dentro da instituição; que ele se compreenda como multiplicador dessa idéia semeada por essa pesquisa. Para isso discutiremos a necessidade da comunicação e do planejamento e iniciaremos juntos a construção de um quadro de sugestões de melhorias na qualidade de vida do trabalho deles.

Vendi todos do grupo, dei um pedaço de barbante a cada um, brinquei um pouco com eles e depois lancei um desafio: formar um quadrado usando o barbante. Depois de observar o comportamento, a fala durante a atividade e o relato da experiência; fechei a atividade:

*Quantas vezes no nosso dia nos sentimos **sem saber a direção que estava seguindo, Quería acertar, mas não sabia como fazer**, por isso é necessário antes de tudo **discutir, planejar para poder agir por que Tudo na vida é um processo e todo processo exige Paciência, mesmo quando chega uma hora que eu já estava cansada, pensava: vamos terminar esse negócio!** Às vezes lhe damos com o desejo de quebrar as regras **Tive vontade de tirar as vendas ou com o medo de invadir o espaço do outro, ou de pegar onde não poderia pegar e percebemos o quanto a ética é importante para o nosso trabalho. Penso também o quanto deve ser importante para alguém ser escutado O ângulo que eu estava querendo abrange ia dar certo, mesmo que ninguém tenha aceitado!** . Eu sei que para participar desse trabalho vocês devem ter enfrentado algumas resistências e dificuldade dentro dos setores de vocês para estarem aqui por que **Tudo que é novo causa resistência, é Confuso e causa dificuldade** sei também que vocês estão aqui por que são diferentes da maioria que é **condicionado a acreditar e valorizar o que vemos e não despertamos para aquilo que não vemos que muitas vezes exige um raciocínio e reflexão, mas sim por que como eu vocês acreditam que o essencial é invisível aos olhos e pode fazer um diferencial nas nossas vidas e no nosso trabalho.***

Entreguei ao grupo dois cartazes um verde e um rosa e pedi para em conjunto eles responderem de acordo com o que estava fixado no quadro. Assim, no quadro fixei dois cartazes com as mesmas cores e com perguntas voltadas para questões da qualidade de vida no trabalho deles, o cartaz verde estava relacionado com as questões operacionais: o que mais me desgasta no trabalho?; Fatores da rotina que dificulta a minha participação no lazer do HGT; o que podemos fazer para inovar?. No cartaz rosa estavam perguntas com

relação ao fator Humano: Pontos fortes da minha equipe; o que precisa melhorar?; Como meu trabalho pode contribuir para humanizar o HGT? Como podemos inovar?

Essa atividade gerou divergência de opiniões e alguns conflitos para saber como iriam ser expostas as idéias, mas foi um momento muito importante para o grupo se entender quanto unidade (hospital) e não somente quanto setor e para a pesquisa por que esse conflito gerou discussões que me ajudaram a entender um pouco mais das necessidades deles e dos fatores que os motivam.

O 6º Encontro: Sessão Cinema

O 6º e 7º encontro tiveram que ser realizados no mesmo dia, para não alterar o cronograma, por que no dia 29 de dezembro data marcada para a sessão cinema foi decretado ponto facultativo pela governadora o que inviabilizo o nosso encontro.

Então, no 6º encontro foi desenvolvido com eles uma sessão cinema com o filme "Pact adms o amor é contagioso". Levei milho de pipoca e refrigerante e combinei com o setor da Nutrição para eles fazerem. Assistimos ao filme na sala da diretora do hospital achei interessante por que ela disse "faço questão que assistam na minha sala para eles saberem que isso aqui também é deles". Alguns problemas com o aparelho de DVD fizeram com que atrasássemos quase duas horas a programação.

Nesse dia tinha convidado alguns amigos para tocar violão e cantar durante a atividade que iria propor a eles após o filme. Assim, combinei previamente com eles de ficarem no corredor entre a sala do cinema e a sala de nossas reuniões, esperando os participantes saírem. Quando o filme termino pedi que eles fossem para a sala dos nossos encontros para que pudéssemos finalizar a atividade, e os meninos começaram a cantar a música "Como vai".

O 7º Encontro: Humanização

Após o filme na sala de convivência, percebi-os muito emocionados com a recepção musical, li para eles um texto chamado "uma lição para derrotar o desânimo" e em seguida falei:

Sei que devido aos problemas que tivemos hoje já estamos com o nosso tempo estourado, queria agradecer a vocês a paciência e compreensão que tiveram hoje e dizer que para o tema do 7º encontro eu tinha pensado em propor algo diferente para você, sei que talvez não possam ficar por que tem outras obrigações, mas aqueles que acharem que deve e puderem ficar eu agradeço. Bem! O que eu tenho como proposta para vocês esta nesse baú, Ramon você pode abri-lo para mim? Ai está escrito o tesouro da vida, o tesouro da vida não são esses objetos que estão ai dentro, mas os sentimentos que eles podem despertar nas pessoas as quais vamos visitar e até mesmo em nós, não estou aqui querendo propor a vocês fazer palhaças no hospital como Patc Adms fazia, mas levar o amor e alegria que ele transmitia; seja para os nossos pacientes ou colegas de trabalho, o que nós vamos fazer? quais locais vamos visitar? como iremos abordar? isso são vocês que vão decidir.

Visitamos então os setores de farmácia, Tisiologia (problemas pulmonares), misto II pacientes com HIV, Misto I clínica médica pacientes com patologias infecciosas como meningite e endocardite e o pronto socorro. Terminamos às 18h30min uma hora e trinta além dos nossos encontros normais, porém nunca vi esses profissionais tão felizes, motivados e realizados, descobri que os tímidos como seu Antônio podem revelar-se um homem alegre e palhaço, nos profundos e reflexivos como Ramon um homem de fé que é capaz de levar a palavra de Deus para aqueles que se encontram cansados nas

enfermarias, nas mulheres como Lirio do campo que ainda existem enfermeiras delicada, alegre e forte, que trabalha por amor sendo capaz de deixar seu grupo para ir entregar uma flor para aquele paciente que ta no fim do corredor acamado.

Hoje sem dúvida foi um dia muito especial para todos nós, para mim quanto profissional e acredito que para o pessoal também foi extremamente gratificante poder perceber o quanto podemos fazer a diferença na vida dessas pessoas, o quanto na verdade recebemos mais do que nos doamos numa atividade como essa. Percebi que quando entramos naqueles corredores frios e melancólicos conseguimos transformá-los em ambientes onde a vida pode ter esperança, que conseguir tirar um sorriso daquele rosto que estava desconsolado e abatido é a maior sensação de gratidão por um trabalho, levar amor através de uma flor e receber naquele olhar “que Deus te abençõe por isso” nos faz sentir realmente humano.



Figura 04: Atividade de humanização no HGT
Fonte: Pesquisa de campo, 2007.

O 8º encontro: A confraternização.

Hoje é o nosso último dia de encontro, preparei certificado para cada um deles e uma mensagem para o grupo. Algumas das meninas se reuniram e fizeram questão de mobilizar o grupo para organizar o lanche desse dia para que eu não me preocupasse e prepararam também algumas mensagens para o grupo.

Depois da entrega dos certificados alguns dos participantes deram o depoimento da importância para a vida pessoal e profissional de ter participado de um trabalho como esse. Em seguida, passei algumas fotos dos nossos encontros, li uma mensagem para o grupo e passei o vídeo que fizemos no dia que visitamos as enfermarias.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CONSTRUINDO CAMINHOS PARA O LAZER

Percebe-se que o trabalho apresentou três estágios de desenvolvimento: 1º a identificação inicial; 2º a intervenção e 3º as contribuições das vivências.

Os encontros realizados com colaboradores de cargos diferentes contribuíram para melhorar a integração da equipe multiprofissional no desenvolvimento dos serviços e relacionamentos. Sendo avaliado por 69% dos participantes como muito importante e por 31% como importante.

Nota-se ainda, no discurso de Fernanda, uma certa motivação com a oportunidade de interagir com os colegas além dos trâmites operacionais. *"A participação desse pequeno grupo foi importante, isso implica dizer que já foi dado o primeiro passo para que haja harmonização entre os que exercem atribuições nos mais diferentes cargos."* Contudo, percebe-se a importância da participação de outros setores do hospital que não fizeram parte da amostragem.

Um outro ponto diagnosticado no 1º estágio da pesquisa foi o desgaste físico oriundo da própria rotina de trabalho e das adaptações sofridas em prol da reforma do hospital. Tais fatores, frequentemente são estímulos de situação de estresse para esses colaboradores. Buscou-se então, trabalhar nas vivências a consciência corporal e alguns momentos de relaxamento. Verificou-se que essas atividades de lazer podem interferir de forma positiva tanto na qualidade de vida do funcionário, como comenta Fernanda, *"se houvesse um tempo para descanso, uma terapia de lazer, mesmo que fosse por alguns minutos, já evitaria tanto desgaste físico"*, quanto na qualidade de seu atendimento ao público, como discursa Sol, *"quando retornei da atividade tinha um caso complicado, as minhas colegas de trabalho estavam preocupadas! Mas com a energia que recebi no período que estive fora foi suficiente para resolução do problema e tudo ficou resolvido. Acho que se antes não tivesse relaxado não teria resolvido o problema com sucesso, em outra situação acho que não teria tido a mesma paciência"*.

Acredito que um dos pontos fundamentais desse trabalho incide na questão da motivação. No 1º estágio da pesquisa identifiquei algumas atividades de lazer desenvolvidas no hospital, no entanto, ainda não possuíam a assiduidade esperada. Algumas variáveis já haviam sido identificadas pelo próprio Recursos Humanos do hospital. Entretanto, além de motivar esses colaboradores a participar das atividades de lazer precisava que eles fossem multiplicadores das ações vivenciadas buscando humanizar as relações e os ambientes.

Dessa forma, os círculos de vivências foram trabalhados como atividades experienciais, ou seja, o indivíduo é conduzido a reflexões após ter vivenciado sensações, emoções e experiências que possam despertar nele outras percepções, buscando assim contribuir para mudanças de alguns paradigmas. Percebe-se ainda que as atividades de lazer desenvolvidas estão inseridas dentro das necessidades higiênicas citadas na pirâmide de Maslow (necessidades sociais, relações interpessoais, colegas e subordinados). Contudo, o despertar para novos olhares sobre seus relacionamentos e ambiente de trabalho como observado no discurso de Fernanda, conduz o funcionário a atitudes que vem a colaborar também com o primeiro nível dos fatores motivacionais da pirâmide (Necessidades do ego - estima reconhecimento e realização.) *"Já havia desistido de tentar fazer algo no setor de trabalho, para reverter o quadro de apatia, estresse, até mesmo o prazer pelo trabalho ao qual exercemos, devido ao clima de desarmonia, falta de incentivo, de reconhecimento. Agora muda tudo. Temos que ajudar dar uma repaginada, dar uma sacudida para levantar o astral."* Percebe-se então, a necessidade de não só oferecer as atividades de lazer, mas que a fim de obter uma maior participação e um real envolvimento com as atividades verifica-se a importância de anteriormente sensibilizar e escutar os funcionários.

Acredito que as maiores contribuições do profissional de lazer para a qualidade de vida no trabalho nesse momento esteve focada no despertar de forma prática novos olhares sobre a rotina de trabalho, relacionamentos, auto conhecimento, reflexões a cerca da qualidade de vida e dos momentos de lazer.

Assim, percebe-se no discurso de Nena as contribuições das atividades de lazer para o despertar do olhar mais humanizado. *"Aprendi muito a valorizar cada ação, cada palavra"*

dita, cada olhar. Coisas que no nosso dia-a-dia a pressa não nos permite enxergar. Como é importante um sorriso, um bom dia, um olhar, um aperto de mão. Como podemos esquecer isso é vital na nossa vida. Os colegas de trabalho que vemos todos os dias e sabemos tão pouco a respeito deles e só agora passamos a nos conhecer melhor".

Verifica-se também que o lazer organizacional contribui não só para a melhoria da qualidade de vida no trabalho como também interfere nas atividades de lazer fora do ambiente de trabalho. Nos primeiros encontros Ramon disse "*nunca participei de nada nesse contexto no hospital, o que me conduziu aqui foi à curiosidade pelo assunto e a presunção da instrutora*". Em entrevista realizada após as intervenções ele revelou "*desde dos 7 anos que trabalho e nunca soube o que é ter um mês inteiro de férias, depois do seu curso eu me permiti isso e a primeira coisa que fiz foi levar o meu filho ao parque das dunas, ele adora! vivenciei muitas coisas com ele que a muito tempo tinha desejo de fazer, mas não tinha colocado como prioridade, consegui sentar no chão e brincar como se fosse outra criança.*"

Assim, para fechar a 5ª fase das etapas da metodologia desse trabalho baseado nos interesses do lazer, nas colocações dos participantes e na observação da pesquisadora foi sugerido ao RH do Hospital um quadro de atividades e eventos de lazer para o ano de 2007.

Por fim, a humanização seja no relacionamento com o colega de trabalho ou na prestação do serviço é um reflexo das contribuições do bem-estar proporcionado pelas atividades de lazer. "*quando retornei a atividade já senti a diferença no meu olhar. Conheci um casal que tomava vacina antitetânica, moravam em uma favela, mas o que me chamou a atenção maior foram duas coisas: o sorriso e a humildade. Mesmo vivendo em condições muito precárias eles demonstravam muita felicidade. E felicidade maior eu pude perceber quando dirigiram-se ao bebedouro e tomaram água gelada, pareciam crianças quando ganha seu primeiro brinquedo. Nunca pensei que um copo de água gelado trouxesse tanta felicidade. Quantas pessoas tem tanto e não são felizes! Quantas vezes ficamos tristes quando temos tanto?!*" Depoimento de Sol.

Conclui-se então, que o profissional de lazer pode trazer grandes contribuições para os programas de qualidade de vida no trabalho, e que estas podem transcender os limites da organização e contribuir para um bem-estar não só do indivíduo, mas também da sociedade. Verifica-se também que na vivência do lazer pode-se despertar um grupo para valores que deveriam ser essenciais para os nossos relacionamentos e fundamentais na construção da nossa história como seres humanos, que cada vez mais se desumaniza com as pressões do estilo de vida moderno. Quanto profissional da área aprendi no exercício da prática a importância da nossa atuação para a mudança de paradigmas, das transformações que podemos causar na qualidade de vida das pessoas e vivenciei o lazer humanizando vidas.

Escrever é sempre um desafio. Transpor em frases a ordenação de meus pensamentos e devaneios, não é uma tarefa fácil, mas algo imensamente prazeroso, sobretudo quando tenho a oportunidade de abordar assuntos de minha predileção. No caso desse artigo, a temática é bastante específica e aborda um meio de comunicação do poder público que versa sobre as produções culturais do Estado do Rio Grande do Norte.

A personagem principal é a *Preá, revista de cultura*, que esteve presente, em muitos de meus momentos despreocupados. Como nas peças em que a vida costuma nos pregar, a revista se transmutou de opção literária de lazer, para instrumento de pesquisa e veio a se tornar, fundamental para minha formação acadêmica. O seu estudo nasceu da vontade de analisar uma ação de política pública cultural.

Por esse motivo, antes de adentrar nas questões referentes à revista, cabe aqui, fazer considerações sobre o órgão ao qual a *Preá* está ligada: a Fundação José Augusto.

1 PONTO DE PARTIDA

Pela Constituição brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), o apoio, incentivo e a difusão das manifestações culturais é competência do Estado, o qual deve propiciar aos cidadãos, o pleno exercício dos direitos culturais e o ingresso às fontes da cultura nacional. Voltando quatro décadas, temos a Constituição de 1946 (artigos 121, inciso VI e 123) pela qual, cabe ao Estado promover a criação de organismos e instituições de caráter público ou em regime de cooperação com particulares, estimulando o desenvolvimento das ciências, das artes e das letras.

Compartilhando desse ideário, a UNESCO (2005) – setor da ONU encarregado e responsável pela defesa dos direitos humanos nas áreas de educação e cultura – considera que cada Estado deve definir sua política da cultura e aplicá-la garantindo a livre circulação de idéias e obras e criando condições para a produção e difusão de bens e serviços culturais diversificados.

Nesse viés, eis que surge a Fundação José Augusto (FJA). Criada há quarenta e quatro anos, em oito de abril de 1963, é órgão de administração indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A Fundação viabiliza e administra a política cultural do RN; é responsável pela defesa do seu patrimônio histórico, arqueológico, científico, artístico e cultural, além de desenvolver, estimular, difundir e documentar a produção cultural estadual.

Pela sua ligação com o Governo, suas ações oscilam ao acaso de variáveis, estando subordinada aos fatores político e econômico, acarretando por diversas vezes alteração na sua estrutura organizacional de sorte a adaptá-la às diferentes situações. Em seus

primórdios, a FJA participou ativamente do processo educacional potiguar, tomando para si as funções básicas de aglutinar e manter outras organizações, a exemplo das faculdades de Filosofia e de Jornalismo, bem como o Instituto Juvenal Lamartine. Contudo, estando bastante modificada, perdeu seu caráter educacional dos primeiros tempos e vem enfatizando, em contrapartida, o projeto de ação cultural.

Oriunda da insatisfação da comunidade com as limitadas alternativas artístico-culturais existentes no Estado do RN na década de 1960, a Fundação não possui a intenção de produzir cultura, sendo um instrumento de articulação das forças que fazem a cultura do Rio Grande do Norte.

Estão entre suas atribuições, o desenvolvimento de um plano editorial visando à promoção do autor potiguar e nordestino; e a realização de pesquisa sócio-econômico-cultural, visando ao conhecimento da realidade estadual.

Além disso, é de sua competência a coordenação e apoio às atividades do Sistema Estadual de Bibliotecas; a promoção de ações voltadas para a preservação do patrimônio estadual, que incluem restauração, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis; bem como a coordenação das atividades do Teatro Alberto Maranhão, Instituto de Música Waldemar de Almeida, Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte e Cidade da Criança;

Tomando exclusivamente a área cultural, a literatura é a mais antiga das manifestações exploradas pelos planos e programas da Fundação José Augusto. Desde 1965, quando se iniciou o processo de editoração, as publicações têm sido uma constante, com a criação, em 1995, do *Núcleo de literatura*, atualmente responsável pela Revista Preá.

2 DIREÇÃO

Lançada em maio de 2003, a revista é a mídia imprensa da Fundação José Augusto. Sobre seu nome e ideário, François Silvestre esclarece: "Quando comentei com um amigo da intenção de publicar uma revista de cultura que não fosse limitada a pequenos círculos de leitores, que fosse ao mesmo tempo leve e bonita, que chegasse aos grotões e de lá trouxesse informações, que divulgasse por lá o que se faz por aqui e carregasse daqui notícias pra lá, ele então me sugeriu um nome. "Chame de Fênix essa revista". E explicou as razões do seu nome. A ave mitológica que ressurge das cinzas, assim como é a cultura popular, que a elite teima em queimá-la e ela renasce das cinzas como uma Fênix, bela e imortal. Gostei da idéia, mas não queria dar à revista um nome tão distante da nossa cultura popular. E que bicho se parece mais com uma Fênix quanto o Apereá, sincopado para Preá, que desaparece do sertão nas estiagens mais longas, nas secas mais cruas, retornando nas invernadas e fazendo paragem nas margens dos córregos e riachos? Reanima a espingarda de pederneira e alimenta com carne de franca riqueza protéica as famílias de agricultores e caçadores. A revista Preá vai cumprir seu papel. [...]. Nela são proibidos o preconceito e a censura. Quem quiser participar terá espaço"(ALENCAR, 2004).

Com objetivo de disseminar a cultura do Estado do Rio Grande do Norte para além de seus habitantes residentes, levando informação cultural de qualidade; o periódico visa noticiar atividades culturais, divulgar a cultura potiguar e educar o leitor através de textos sobre formas de expressão artística e cultural, a exemplo da literatura, música, teatro, dança e artes plásticas. Prima por um público amplo, o qual normalmente não leria uma revista de cultura, mas que pode passar a se interessar por literatura ao ler um bom conto, um belo

poema ou um ensaio bem escrito, pondera Costa (2005), editor da revista. Com a Preá, procura-se mostrar que há uma criação artística rica também no interior do RN.

A revista está sob a responsabilidade do Núcleo de Literatura da Fundação José Augusto, sendo a impressão realizada na gráfica Moura Ramos, no Estado da Paraíba. Seu projeto gráfico e logomarca são assinados por Lúcio Masaaki, tendo a diagramação esmero gráfico e editorial sido referidos positivamente pelos leitores desde a estréia, conforme se observa na seção “Cartas”.

Consolidada como instrumento absolutamente integrado ao espírito da Fundação e aos propósitos da administração geral, o seu surgimento suscitou certo alvoroço nos círculos intelectuais da Cidade do Natal. Afinal, seria a Preá uma forma de prevenção da administração recém-empossada contra o periódico anterior da Fundação, o jornal “O Galo”?

A informação oficial é que a Preá não é substituta de “O Galo”. Mas, a falta de condições de gerir os dois veículos, motivou a FJA a priorizar a revista pela sua característica de maior durabilidade e facilidade quanto à distribuição nos municípios do RN. Sendo assim, espera-se que a Preá rompa o ciclo pertinente do passado – que não oferta continuidade às políticas de cultura – e funcione como instrumento catalisador entre as comunidades produtoras de cultura em nível estadual.

Tem enquanto editor – cargo de confiança –, desde seus primórdios, em maio de 2003, o jornalista Tácito Costa, que também integra o conselho editorial da Revista, formado também pelo diagramador (Lucio Masaaki), o revisor (José Albano da Silveira) e o presidente da Fundação (François Silvestre de Alencar).

É contemplada desde a quarta edição com o ISSN (International Standard Serial Number – Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas), um código padronizado adotado internacionalmente.

Focando municípios, a revista possui uma história pioneira, não se baseando em nenhum outro veículo de comunicação, e promove matérias que contemplam, desde a quarta edição, dois municípios do Estado. Desse modo, a Preá faz o trabalho de “publicidade” desses lugares, incentiva o turismo cultural e apresenta o considerado “relevante” à produção de cultura do RN, evidenciando-se que “o objeto da Preá é a cultura do nosso povo” (ALENCAR, 2004).

Inicialmente sem periodicidade definida, com sua primeira edição correspondendo ao mês de maio de 2003, é desde o ano de 2005 publicada bimestralmente. Ao longo de seus doze números (maio de 2003 a junho de 2005), já contemplou vinte e um municípios do Rio Grande do Norte: Martins; Janduí; Pendências; Patu; Cruzeta; Grossos; Santa Cruz; Macau; Santana do Matos; São Miguel; Sítio Novo; Marcelino Vieira; Acari; Portalegre; Carnaúba dos Dantas; Jardim de Angicos; Apodi; Pedro Velho; Pau dos Ferros; Lagoa de Velhos e Timbaúba dos Batistas.

Vem alcançando outros continentes, particularmente as universidades possuidoras de centros de estudo de literatura portuguesa, encerrando uma tiragem de cinco mil exemplares impressos, com um modo de distribuição gratuito que atinge as Casas de Cultura e contempla mala-direta, serviço dos Correios, repasse direto na Fundação José Augusto, bem como entrega executada na Cidade do Natal por um funcionário da Fundação em locais pré-cadastrados à exemplo de bibliotecas, citam-se: Câmara Cascudo, Américo de Oliveira Costa (Zona Norte), Farn, UnP, Zila Mamede (UFRN), Facex, Biblioteca da Escola Estadual Rotary (Quintas), Biblioteca da Assembléia Legislativa, Biblioteca da

Justiça Federal, Biblioteca da Câmara Municipal, entre outras que costumam buscar os exemplares na própria FJA. Algumas bibliotecas públicas de fora do Estado também recebem a Preá (Cora Coralina, em Goiânia, algumas de Recife, Campina Grande, Belém-PA, Fortaleza, João Pessoa, Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Florianópolis...), além de bibliotecas do interior do Estado administradas por prefeituras municipais.

No mais, chega às principais livrarias de Natal (AS Livros, Cooperativa UFRN, Potylivros, Sparta, Bueno e Siciliano), ao stand da Fundação José Augusto, na Central do Cidadão do Praia Shopping e no Sebo Vermelho para ser distribuída gratuitamente. Sua versão impressa faz-se presente, desde sua primeira edição, no meio eletrônico (site) da Fundação - www.fja.rn.gov.br -, em formato de arquivo PDF.

No quesito divulgação, é esta executada pela assessoria de imprensa do órgão, quando do lançamento de um número, através de releases que são fornecidos para meios de comunicação atuantes na sociedade, como jornais diários impressos, meios on-line (incluindo o site da Fundação), televisão, rádio, entre outros.

A revista contempla desde seu primeiro número, um editorial denominado "Palavra da Casa", efetuado pelo presidente da FJA, juntamente a um ensaio fotográfico de tipos humanos e paisagens regionais. De período semelhante, datam os contos de Rubens Lemos Filho e a coluna intitulada "PS.", assinada pelo editor, na qual indica livros e filmes, comenta novidades da revista, bem como responde a cartas de leitores. Possui ainda os espaços: "Poesia Potiguar", anteriormente concebido como "Escritura Potiguar", onde se divulgam poemas e poesias e o "13 por 1", recorte das preferências culturais de uma personalidade local.

Os números de 2005, numa tentativa de tornar a revista mais diversificada, apresentam colunas fixas de livros, sob a responsabilidade de Carlos Magno Araújo; de música, efetuada pelo poeta Carlos Gurgel; bem como da área de cinema, denominada "Foco Potiguar", por quem responde o professor Marco Aurélio Felipe. Além disso, traz o quadro "Agenda", com notas de eventos culturais.

A Preá contempla também seção de entrevistas, que já tiveram por alvo Ariano Suassuna, o jornalista e escritor Fernando Moraes, o estudioso e escritor de cordel Crispiniano Neto, o jornalista Vicente Serejo, entre tantas outras personalidades estaduais e nacionais. Composta ainda por textos de pessoas que enviam seus escritos para a revista, os chamados colaboradores; estes têm seus trabalhos analisados e selecionados pelo conselho editorial em função da qualidade e relevância de seu conteúdo e com isso ocorre a publicação de tais artigos, os quais são ilustrados através de gravuras, pinturas ou fotografias de artistas, solicitadas pelo editor.

Retratando identidades locais e características globalizadas, enraizadas na população do Estado, cresceu muito ao longo de seus mais de dois anos, ampliando seus domínios. Realizou, no ano de 2005, o Prêmio Preá de Dramaturgia, inovadora no Estado, pois institui um prêmio de teatro a nível regional, estimulando a criação de textos dramáticos de autores nordestinos. Essa atividade, em seu primeiro ano, ofertou a quantia de nove mil reais aos ganhadores e contou com uma comissão julgadora formada pelo coordenador do teatro da Fundarpe (PE), dramaturgo e encenador Romildo Moreira, pelo dramaturgo e cenógrafo Elpído Navarro, da Paraíba, e por Sônia Othon, pesquisadora e professora da UFRN, avaliando uma quantidade superior a sessenta trabalhos.

Totalmente custeada na atualidade pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o seu valor total por edição bimestral é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo gratuita sua distribuição à comunidade.

Para cobrir esses custos, foi-se elaborado e aprovado no ano de 2004, através da Lei Câmara Cascudo de Incentivo à Cultura (Lei estadual nº 7.799 de dezembro de 1999), um projeto para a revista que se encontra em fase de captação de recursos via renúncia fiscal. O Projeto prevê uma tiragem bimestral de 10.000 (dez mil) exemplares, elevando os custos da publicação, no decurso de um ano, para o valor pleiteado em R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), aproximadamente.

Para chegar aos dados aqui expostos, analisei a revista *Preá* no período de maio de 2003 a julho de 2005. Isto me permitiu observar desde o lançamento até a edição de número doze, contemplando a ação da política cultural implantada na Fundação José Augusto, condizente com a gestão de François Silvestre de Alencar à frente do órgão e com o quadro político do Governo do RN entre os anos de 2002 e 2006.

Realizei ainda, entrevistas entre os meses de julho e outubro de 2005, que se mostram importantes ao revelar as vozes dos construtores da *Preá*. Essas narrativas ou discursos orais, realizadas com pessoas ligadas à Fundação José Augusto e à revista contribuíram para que trajetórias, interesses e expectativas das pessoas do ramo cultural fossem contadas por elas mesmas, possibilitando de tal modo uma análise não apenas das ações, mas também de suas visões e versões, frutos de experiências individuais e coletivas.

Os conteúdos lidos, mais que tratados como textos fixos, foram observados e apreendidos como modos de expressar a vida social, ofertando respostas aos questionamentos que emergiam, mostrando-se essenciais ao processo de crítica, permitindo reflexão sobre a temática e tomada de conclusões.

Sobrepondo-se a motivações ou propósitos de enaltecimento da existência e atuação da revista, quis-se desvelá-la, entender sua configuração, compreender a importância de se ter um registro das expressões culturais do Estado: da fala de seu povo, do canto de seus cantores, da poética de seus poetas, da edificação e história de seus monumentos, seu cenário musical, bem como sua produção artística, estabelecendo em todo o caminho, uma relação entre a *Preá* e a Fundação José Augusto. Afinal, a revista realiza de forma eficaz o trabalho de difusão da produção cultural norte-rio-grandense?

Possuindo uma conotação que expõe as diversas formas culturais, caracteriza-se em mídia multicultural. Não é uma revista noticiosa, mas um ambiente raro em que aparece a poesia e a ficção norte-rio-grandense, afirma Tácito Costa.

3 TRAJETÓRIA

Não se pode falar da revista sem falar de seu elemento constitutivo: a cultura. Aqui ela não é concebida como os traços do homem 'culto' e está capacitada a cooperar para a qualidade de vida. Mutável e constante, resulta das relações entre os homens e a natureza, uma manifestação coletiva permeada por passado, presente e aspirações futuras.

De tão múltipla, cultura se reveste em culturas e se possui uma missão espiritual, é a de "reencantar o mundo, torná-lo poeticamente habitável, com graus generosos de bondade e amorosidades, continente dos sentimentos em extinção, do rico arco-íris da diversidade, da criatividade como ato fundador da vida, dos fios invisíveis que juntam os olhares

convergentes e mutantes, do dar sem receber e das cosmogonias que encantam o gesto intransferível de maravilhar-se” (FARIA, 2003).

Cultura é tudo, tudo é cultura. Vestimentas, orações, instrumentos e linguagem. O potencial da cultura na formação integral do ser humano aparece quando suas ações, sendo democráticas, promovem cidadania, propiciam conhecimento, geram identidades e com isso humanizam.

Quando sua produção e recepção é orientada pelas características industriais ou comerciais, incluindo-se aí produção em série, recepção massificada e supervalorização do produto, temos em ação, o fenômeno da indústria cultural.

No ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, Walter Benjamin (1995) prevê a ascensão da Indústria Cultural, o processo de comercialização da arte oportunizado pela evolução técnica e a utilização dos objetos artísticos como instrumentos de manipulação que vão de uma existência única para uma existência serial; da eternidade para o efêmero já sem autenticidade.

Realidade das mais complexas do dia-a-dia, o termo foi empregado pela primeira vez no livro *Dialektik der Aufklärung*, publicado no ano de 1947, por Adorno e Horkheimer (1995), em Amsterdã. As Indústrias da Cultura existem para o lucro e têm na homogeneização seu traço marcante. Sua maior contribuição é a difusão de bens culturais que, sem a publicidade e os programas veiculados, seriam restritos a certos públicos. Entretanto, pela sua inserção na sociedade há que se advertir serem elas, instrumentos privilegiados de influência política e ideológica.

As produções culturais despontam como espaço de inclusão econômica, pelas inúmeras possibilidades de geração de trabalho e renda existentes no mundo das artes e do patrimônio histórico-cultural.

O potencial da área de cultura na geração de empregos e renda é vultoso. Análise dos resultados da pesquisa “Economia da Cultura” (MOISÉS, 2005), realizada sob encomenda do Ministério da Cultura, pela Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte, demonstrava que em 1997, a produção cultural brasileira representava 1% do PIB, correspondente a R\$ 6,5 bilhões. Cada um milhão de reais investido em cultura gerava 160 empregos diretos e indiretos, com 53% das empresas elegendo o marketing cultural como meio preferencial de comunicação com o mercado consumidor.

Ainda segundo a pesquisa, as áreas culturais em que as empresas têm preferência por investir, pela ordem são: música, audiovisual, patrimônio histórico, artes cênicas e produção editorial.

Em outro estudo realizado também pelo Centro de Estatísticas e Informações da Fundação João Pinheiro, ao analisar o impacto do PIB Cultural na economia do Brasil, verificou-se em 1994, que o setor cultural empregava um contingente 90% superior ao da atividade de fabricação de equipamentos e de material elétrico e eletrônico; 53% superior ao da indústria de material de transporte e 2,8 vezes maior que o do setor de comunicações.

Com todo esse potencial, as produções culturais mais valorativas são aquelas que capacitam os indivíduos a exprimirem sua visão de mundo, sua compreensão da realidade, que lhes indicam trajetórias. Envolvendo manifestações artísticas e atividade produtiva, as produções culturais devem ter seu foco na identidade, caracterizada como um padrão ou conjunto dos valores que dão sentido ao cotidiano ou, de forma específica, auto-percepção de um grupo sobre si, sua história e seu destino. A identidade cultural compreende o patrimônio material e imaterial de um povo, e é indissociável da diversidade. Esta explica a

variedade dos elementos culturais existentes na sociedade e é apontada como elemento caracterizador da identidade brasileira tão singular e plural.

"Identidade cultural define o que cada um é e o que diferencia um dos outros." (ICOMOS, 2005). Já os programas de intervenção realizados por Estados, instituições civis, entidades privadas ou comunidades com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais e promover o desenvolvimento das produções de cultura e representações simbólicas, são comumente denominados de políticas culturais.

No Brasil a instituição de um departamento destinado exclusivamente para a área cultural é recente. Apesar das visíveis contradições, ao longo do tempo, cultura foi confundida com educação e saúde, dividindo a atenção nesses ministérios. Foi somente em 1985 que a cultura ganhou um ministério próprio, seguido da primeira lei federal de incentivo fiscal em seu benefício, a lei Sarney (lei nº 7.505/86). Os incentivos fiscais se constituem num mecanismo moderno, criado pelos Estados liberais, nos quais governo e iniciativa privada desenvolvem parcerias.

Num recorte temporal, destaca-se no Brasil Colônia uma política cultural de transplantação, enquanto na época do Império, tem-se uma abertura cultural relativa, com a fundação da imprensa, criação de cursos superiores e biblioteca. Com o advento da República, a relação entre cultura e política no Brasil se tornou mais clara. Do início do século XX aos dias de hoje tem-se um panorama onde são contempladas: a Semana de Arte Moderna de 1922; o Movimento regionalista do Recife; a difusão do rádio; o Cinema novo; as criações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, do Serviço Nacional de Teatro e de Radiodifusão Educativa, da Embrafilme, a Funarte, os Pontos de cultura, o sistema Nacional de Cultura, a Agência Nacional do Audiovisual, entre outros.

Não se concebe na atualidade, os Estados substituindo os criadores de cultura, mas vislumbra-se as condições que o setor público pode oferecer para o desenvolvimento cultural geral da sociedade, através da produção e da dinamização da cultura local.

Facilitar o acesso do público e preparar as novas gerações para um contato mais presente e efetivo com o universo da arte e da cultura só será possível, se houver uma política cultural para este fim.

4 PONTO FINAL...

As produções culturais, projetos e ações não esgotam em si, a cultura como um todo, mas são fragmentos, maneiras de apresentar as muitas faces da cultura, mecanismos pelos quais a sociedade se observa.

Estabelecendo uma associação com a fênix que ressurgiu das cinzas, a Preá pretende ser a nordestinidade advinda em tempos de fartura de aconchego. A análise desenvolvida sobre a revista, não tem pretensão de dar conta de toda a sua totalidade, mesmo porque a temática que lhe embasa – cultura – é complexa, e a revista é uma mídia em permanente evolução, um meio de comunicação. Portanto, rodas de fiar geradora de significados, sendo difícil ofertar respostas que se digam definitivas.

Mostrando-se um importante veículo de divulgação das atividades da Fundação José Augusto, a revista registra momentos e expressões da história do RN, surgindo com a

proposta de fazer coberturas jornalísticas do interior e matérias da capital, promovendo intercâmbio entre as produções culturais do Estado.

Esse intercâmbio ganha visibilidade através da recepção da revista pelo público norriograndense. Contudo, através do modo de distribuição, percebe-se uma concentração de exemplares na capital, restringindo a propagação das expressões de cultura do Estado em suas cidades menores. Considerando as Casas de Cultura que em julho de 2005, perfaziam um total de treze, Lara Jácome, responsável pelo projeto das Casas, afirma que cada espaço recebe, quando do lançamento de um novo número, cinco exemplares, quantidade reduzida para os leitores residentes nos municípios contemplados.

Compreendendo uma tiragem de cinco mil exemplares, é latente a oferta não atender a demanda. Somente no Estado do RN, são dois milhões, novecentos e sessenta e nove mil e seiscentos e setenta e um habitantes residentes, conforme dados do IBGE (2005). Através dessa população, faz-se uma relação quantidade de revista por número de habitantes, indicando que no Estado, existe uma proporção de aproximadamente 0,0016 revista para habitante e analisando os números da Cidade do Natal, com uma população superior aos 800 mil habitantes, a proporção é de 0,006 revista por habitante.

A Preá se revela um projeto da política cultural do Estado do Rio Grande do Norte, na medida em que, produto da Fundação José Augusto, instituição que trabalha com a cultura no Estado e lhe dá direcionamentos, elaborando políticas, dá visibilidade e apoio às criações culturais. Porém, quando de questionamento prévio junto a estudantes de comunicação social da Universidade Federal do RN, sobre o conhecimento da existência da Preá, estimou-se que 80% de um total de 120 alunos, sabiam da existência da Preá. Mas, o acesso às edições da revista não atingiu os 20%, indicando assim o problema da recepção dos bens culturais e ressaltando-se com isso que as políticas públicas de cultura são políticas sociais e de infra-estrutura, não podendo assim, ser frágeis ou periféricas.

Como meio de comunicação e ação cultural, a Preá deve ser utilizada visando a uma contribuição potencial para a transformação da sociedade estratificada, injusta e dependente em que se vive.

Não possuindo um projeto escrito próprio e sistematizado, em seu ideário, revela-se uma revista que todas as pessoas podem ler e entender, uma revista sem ranço acadêmico, produzida de forma simples e clara, com qualidade, sem um público-alvo definido, capacitada a ser lida pelos homens e mulheres que assim o desejem.

Contudo, questões antecedem e dificultam, quando não impedem, o ideário que a revista encerra. No campo educacional, citando o caso brasileiro, considerando-se o analfabetismo funcional, ele atinge 76% dos habitantes que não compreendem o que lêem, segundo dados do Índice Nacional de Analfabetismo Funcional¹. No Estado do Rio Grande do Norte, segundo dados do INAF, o percentual de analfabetos funcionais atinge 50,67% de sua população que têm o acesso à revista Preá restringido.

E mais, apesar de a revista ser ainda disponibilizada na Internet, sem existir, contudo, um controle quanto ao número de acesso, no site da Fundação José Augusto – meio que oportuniza maior difusão –, é preciso entender que a acessibilidade a computadores e à rede (world wide web), mostra-se uma realidade remota ao país e ao RN, particularmente

¹ INAF. 5º indicador nacional de analfabetismo funcional. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/download/inaf05.pdf>> Acesso aos 10 out. 2005.

nas cidades menores, impedindo a democratização, entre outros, pela exclusão digital e econômica.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2005), realizada em 2004 e publicada no início de dezembro pelo IBGE, do total de 773 mil e 789 domicílios particulares permanentes do Estado do RN, apenas 7,9%, ou 61 mil e 325 domicílios são dotados desse recurso digital (computador), dos quais 6% estão conectados à rede. Isso indica ainda serem aproximadamente 2 milhões e 700 mil potiguares excluídos do universo digital (PAES, 2005).

Tais fatos vêm a confirmar a sentença de Featherstone, para quem: "a medida com que todos podemos participar da produção e do consumo cultural é algo que varia historicamente entre as sociedades" (FEATHERSTONE, 1997). Ou seja, apesar do desenvolvimento estar atrelado a ampliação do acesso aos meios de produção e de difusão dos conteúdos culturais, o consumo da cultura está em concordância com fatores sociais, políticos, econômicos.

Com um valor por edição bimestral custando em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não há uma verba específica da Fundação ou da Secretaria de Educação e Cultura do Estado destinada a tal custeio. Entrementes, a Preá, até o momento, tem sido amparada por recursos do Governo do Estado do RN, repassados à Fundação pela Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) caracterizando-se por projeto estável, segundo seu editor.

Essa estabilidade é dependente de recursos garantidos (verba e vontade política), impressão, colaboradores e distribuição e é algo questionável, eminentemente no inerente ao incerto dinheiro para sua publicação e possibilidade de mudança de Governo.

Na opinião de seu editor, a Preá apresenta dificuldades naturais que a cultura tem em todo o país para funcionar, dificuldades devidas ao anacronismo cultural do país como um todo e de seus dirigentes, que não enxergam a cultura como algo primordial, tão importante quanto saúde, educação ou segurança, capacitada a aliar-se a essas e a outras áreas e possibilitar às pessoas uma identidade com o país, com a nação.

Nesse cenário, foi inscrita para receber recursos, via renúncia fiscal, da lei Câmara Cascudo de incentivo a cultura. A Lei consiste na liberação de incentivos fiscais por parte do Governo do Estado à iniciativa privada para que esta patrocine trabalhos culturais locais situados nas áreas de: artes cênicas, plásticas e gráficas, cinema e vídeo, fotografia, literatura, música, artesanato, folclore e tradições populares, museus, bibliotecas e arquivos.

Como a maior parte das leis de incentivo cultural implementadas no país, está pautada em três elementos: o produtor cultural que apresenta sua demanda ao Estado; o Estado que concede o incentivo e fiscaliza a execução do projeto e a aplicação dos recursos; e a empresa investidora que transfere seus recursos ao projeto pré-aprovado e goza dos benefícios fiscais (CESNIK, 2003).

Rememora-se com isso o artigo 215 da Constituição. Nele, está disposto que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Na atualidade, determinados ramos da cultura não podem existir sem o Estado. Contudo, é imperativo fazer cultura com a participação das empresas e o Estado oferece às elas, a oportunidade de atuarem como mecenas e, ainda, beneficiarem-se com marketing cultural.

No Rio Grande do Norte, há uma parceria entre governo e iniciativa privada para a concretização de projetos que anualmente, disponibiliza quatro milhões de reais para serem renunciados pelo Governo e abatidos do recolhimento total do ICMS.

Se essa quantia supre as necessidades da cultura local, não há consenso. O certo é que esse dinheiro se torna capital “fictício”, caso não haja investimento por parte das empresas de todo esse valor nos projetos aprovados pela Lei – e julgados por critérios particulares. Um sistema de financiamento público de cultura, um fundo ou organismo para onde o dinheiro anualmente renunciado fosse convertido em crédito para a cultura, seria uma alternativa.

A Lei Câmara Cascudo prevê o abatimento de até 2% da contribuição anual do ICMS da empresa investidora, o que ocorre após o julgamento e aprovação da proposta pela Comissão Estadual de Cultura (CEC) – composta por nove membros, dos quais um é representante da Secretaria Estadual de Tributação, sendo presidida pelo diretor geral da Fundação José Augusto –, quando o responsável pelo projeto cultural é credenciado a captar recursos junto à iniciativa privada.

Essa busca por verbas pode ser empreendida pelo período de dois anos, e até janeiro de 2006 a Preá encontrava-se efetuando sem obter sucesso. Tal fato remete aos resultados da pesquisa *Economia de cultura* quando evidencia a preferência das empresas patrocinadoras por áreas que não a de produção editorial e levanta a dúvida: não caberia ao conselho editorial da revista um maior domínio dos dados, através da organização dos conteúdos publicados, compromisso com elaboração de relatórios e controle sobre acessibilidade à Preá via web? Esses são elementos que interessam ao patrocinador e promovem a vendagem da revista.

As leis de Incentivo são importantes, impulsionam o mercado, estimulam o interesse pela cultura, mas sozinhas não resolvem. Por criarem gastos de intermediação, impedem que os recursos da cultura sejam definidos no orçamento público e permitirem que empresas usem o dinheiro do contribuinte para marketing cultural, baseando-se unicamente em critérios de lucro quando da escolha dos projetos, essas leis se mostram injustas e ineficientes.

Sendo os meios de comunicação vias de acesso aos bens culturais e à informação, estes têm sua dose de responsabilidade sob a formação de cidadania. A Preá, como meio de comunicação e ação cultural, deve ser utilizada visando a uma contribuição potencial para a transformação da sociedade estratificada, injusta e dependente em que se vive, trabalhando a memória – fundamental ao conhecimento – bem como as práticas coletivas e os elementos do cotidiano.

Opina Tácito haver com a Preá a possibilidade de os escritores, poetas e intelectuais publicarem artigos que comumente não teriam abertura nos jornais diários. Assim, supre, em termos, a carência dos autores em demonstrarem sua produção, constituindo-se as artes plásticas, a música, o teatro e outras práticas artísticas em alternativas pelas quais o indivíduo é levado a aprimorar a capacidade de reflexão sobre a realidade que o cerca e, assim, transformá-la.

Elevando em seu espaço manifestações arraigadas no seio da Cultura nordestina, a revista oportuniza que seu público estabeleça identificação conforme suas vivências; indica origens promovendo o conhecimento das raízes culturais, daquilo que une e divide os seres humanos. Enfim, trabalha a Identidade Cultural, um processo em permanente renovação.

A identidade, perpassadora do fazer da Preá, compreende as obras de seus artistas, escritores e as criações anônimas surgidas da alma popular. Num passar de olhos sobre a revista, vivificam-se contos fantásticos; o teatro dos bonecos de D. Dadi, a face feminina no teatro de mamulengos, presente na edição bimestral de maio/junho de 2005; a literatura de cordel; as fotos da cidade do Natal pelas lentes de Jaeci Galvão; as memórias de um vaqueiro; o Baobá da Rua São José; as crônicas já familiares de Rubens Lemos Filho; as Casas de Cultura, seu lançamento e importância para o Estado; os ensaios sobre lendas nordestinas; o espaço do Bar Azulão, reduto da boemia natalense, como está na revista de número doze; a reprodução de 1908 do São João Antigo; a corrida de jegues de Timbaúba; o centenário Teatro Alberto Maranhão, referido em muitos números da Preá; o Boi-de-Reis do mestre Manuel Marinheiro na edição de lançamento; o transfigurativismo da obra de Zaira Caldas; o projeto Seis e Meia; a arte rupestre de Apodi; a poética na antes escritura potiguar, hoje poesia potiguar, dentre tantos outros exemplos. Tais expressões rechaçam a idéia de que o RN não possui identidade.

O conteúdo diversificado, com abertura para colunas novas, firma a revista em veículo de comunicação multicultural abrangedora de diversas formas artísticas. A Preá é mídia que insere elementos internos e externos a Indústria cultural, visando ser um meio de comunicação rico que, para além de suscitar preconceitos, preza pela apresentação a seus leitores de manifestações artístico-culturais relevantes, não vislumbrando a indústria cultural como supérflua.

A escolha dos livros, música e filmes utilizados nas colunas fixas estabelece critérios de escolha pessoal dos responsáveis por tais colunas, seguindo o fator qualidade. Não há restrição de estilos literários, musicais ou cinematográficos. Com a proposta de valorização da prata e do ouro da casa, fica manifesta a predominância pelo proveniente do Estado do Rio Grande do Norte. Carlos Gurgel, responsável pela coluna de música, acredita que a Preá retrata com extrema luminosidade a riqueza da nossa casa, do nosso quintal, da nossa esquina. Em suas palavras: "ela tem cumprido com beleza e criatividade toda a necessária e responsável cobertura que se possa dar ao artista, ao monumento e ao interesse da valorização do nosso chão" (GURGEL, 2005).

É fato que a Preá tem sido referência em termos de mídia que difunde a riqueza cultural norte-rio-grandense. Entretanto, urge compreender que uma maior tiragem e mais efetivo trabalho de divulgação e distribuição ampliaria o repertório cultural estadual e atrairiam uma população que seria beneficiada com o conhecimento de sua cultura, a contadora de histórias sobre a gênese e desenvolvimento das sociedades.

Igualmente, caso consiga o valor pleiteado pela Lei Câmara Cascudo, grandes são as chances de sua estabilidade se tornar efetiva e com interesse social, pode vir a ser um projeto particular, uma política cultural para além de ligações governamentais. Nessa direção, incentiva-se a inclusão do Projeto da revista Preá em programas de incentivo à cultura de empresas particular. Os contos, poesias, músicas, pinturas e fotografias retratadas no impresso, enquanto mensagens e conteúdos, podem ser revividos a todo momento, ganham corpo através da leitura e lembranças.

Considerada projeto cultural, instrumento da cultura, passa a ser promissora, não necessariamente pela lógica de mercado, mas por implicar a difusão da identidade, gerar questionamentos, promover conhecimento acerca da origem de costumes, bem como das normas que regem a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES PÓS-PERCURSO

Vou me aproximando do final dessa empreitada. Despeço-me com a crença de que a cultura tem um papel decisivo para a transformação do mundo, em um lugar melhor. A *Preá*, uma revista de cultura do governo estadual, veio a se mostrar uma ferramenta importante à sociedade norte-rio-grandense. Em suas páginas, faz-se um resgate das expressões artístico-culturais do Estado e com isso permite ao potiguar, através dos textos e imagens disponibilizados na revista, ter contato com frases e temas, idéias e conceitos, eleitos pelos escritores, significativos num dado momento histórico e cultural presente ou passado do qual se guardam registros daquilo que se viveu e deixou recordações.

No percurso trilhado, lancei sobre a revista um olhar de descoberta, indo ao encontro de seus elementos constituintes. Conheci a caixa de ressonância do movimento cultural do Rio Grande do Norte, a *Preá*, avançando com a estrada pela qual todos os aspectos da sociedade transitam, na qual tudo se passa e nela reflete: a Cultura, “via única que leva ao grande espetáculo da identidade singular e plural do povo brasileiro” (MOREIRA,2005).

Vislumbrando a situação da revista em 2007, não existe um cenário a ser contemplado. Ainda no ano de 2005, após a edição de junho – analisada para a elaboração dessa pesquisa – foram publicadas outras três edições, mas o padrão de bimestralidade não foi mantido. Entramos em 2006 e devido a questões eminentemente políticas, como eleições e possibilidades de mudança de governo, a *Preá* só circulou com duas edições, a de número 16, no mês de fevereiro e a de número 17, em julho. Depois disso, nenhum sinal de vida, parece que “morreu maria preá”, abatida pelas mudanças no setor cultural, vinculadas a fatores diretos e indiretos, como política e verbas.

Tem-se que o conjunto de responsabilidades no setor cultural precisa ser partilhado com os agentes e criadores de cultura, com as universidades, fundações, empresas, ONG’s e outras instituições, abrangendo uma política cultural criativa, aberta, descentralizada e de responsabilidade solidária, conduzida numa perspectiva de longo prazo. Ao que as circunstâncias indicam, caso seja esse o tipo de política que a *Preá* buscou desde seu início, algo parece ter dado errado.

Seus leitores cativos, ainda esperam pelo retorno da fênix nordestina. Enquanto isso não acontece, continuo a pensar, que, apesar das adversidades, a cultura é o ingrediente aparentemente de menor dosagem nas receitas que constroem as sociedades, mas é o fermento que possibilita o bolo crescer (SILVEIRA, 2003).

Na disputa para conquistar um espaço, precisa das empresas, do Governo e da sociedade. Não é adereço dispensável, nem tampouco luxo. Cultura é tudo que se faz entre o céu e o chão. Portanto, não pode ser tratada como algo supérfluo. Ela bate a porta pedindo por um sistema de financiamento que contemple ações e políticas geradoras de conhecimento.

Se, não mata a fome, não cura doença, ou por si só, não é responsável pelos maiores ganhos econômicos de uma nação, paciência. A cultura, já tem seu papel e que papel! É ela que faz do homo sapiens, a humanidade que conhecemos.

MAGIA DO BRINCAR POTIGUAR: UM TEMPO LEMBRADO QUE VIRA MEMÓRIA E SAUDADE

Priscília Janaina Dantas de Lima

1 INTRODUÇÃO

Diante das transformações espaciais e sociais ocorridas nos últimos anos na sociedade, torna-se oportuno a discussão acerca do esquecimento de algumas tradições, dentre estas estão às antigas brincadeiras populares e os jogos infantis tradicionais, substituídos pela televisão e pelo mundo da informática. As invenções e inovações tecnológicas favoreceram o esquecimento e o relativo desaparecimento dessas brincadeiras tradicionais, que tanto enriquecem a cultura popular. As opções dos brinquedos industrializados, muitas vezes, não proporcionam o prazer da construção e da descoberta de seus brinquedos personalizados.

Entendendo que as brincadeiras populares fazem parte da história da cultura brasileira, mostrando as diversas influências que marcaram a formação e a socialização das antigas gerações, conservar sua memória é preciso, para que as mesmas não se percam no tempo e no espaço.

Efetivamente, o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. No entanto, os idosos, em especial, são considerados biodegradáveis e supêrfuos, ao invés de serem respeitados pelo que realmente representam: um ser dotado de uma resistente sabedoria e que tem muito a oferecer ao mundo.

Partindo do pressuposto de que a velhice é um privilégio especial que, com sua acumulada sabedoria e vasta experiência, coloca-se muito mais elevada que o estado de experiência no qual se encontra o jovem e que lhe custará anos para ultrapassar, acredita-se que a possibilidade de evocar imagens significativas vivenciadas no passado e de relacioná-las com o que é vivenciado no tempo atual revela um processo de ressignificação das vivências tanto passadas como presentes e futuras, firmando o brinquedo e a brincadeira popular como importantes naquilo que eles revelam de uma cultura – produto de uma sociedade dotada de traços culturais específicos. Em face do exposto, levantou-se a seguinte questão norteadora deste estudo: Quais sentidos e significados têm os brinquedos e brincadeiras populares na constituição da cultura e identidade dos frequentadores da Associação Riograndense Pró-Idosos - ARPI?

Com isso, investigou-se os brinquedos e brincadeiras populares através da memória de infância dos frequentadores da Associação Riograndense Pró-Idosos - ARPI, visando resgatá-los enquanto representantes de uma cultura específica, procurando estabelecer seu papel como elemento de identidade cultural.

Os caminhos percorridos para obtenção de dados envolveram a pesquisa bibliográfica, a qual serviu para se saber em que estado se encontrava atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. A partir disto, veio à pesquisa de campo que tem como objetivo conseguir informações acerca do problema, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. A pesquisa de campo como diz Andrade (2001, p. 125), "baseia-se na observação dos fatos tal como ocorrem na realidade. O pesquisador efetua a coleta de dados 'em campo', isto é, diretamente no local da ocorrência dos fenômenos".

Em relação às técnicas específicas para a realização da coleta, ocorreu a observação sistemática, também conhecida como estruturada e planejada. Segundo Lakatos e Marconi (2003), essa observação realiza-se em condições controladas para responder a propósitos preestabelecidos. Além da observação sistemática foi feita à entrevista semi-estruturada, também chamada de antropológica e livre, esta para Lakatos e Marconi (2003), acontece quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. Todavia, há um roteiro de tópicos relativos ao problema em questão.

A fim de sistematizar e organizar a produção para alcançar os objetivos propostos, o estudo abordou características do tipo, exploratória, descritiva e analítica, como já dito, e a partir da técnica qualitativa. Esse método, de acordo com Alexandre (2001), significa a utilização de dispositivos por meio dos quais o pesquisador pode obter o discernimento e o significado de que necessita sobre o seu objeto de pesquisa. A interpretação dos dados, portanto, foi realizada a partir da técnica de Análise de Discurso, a qual considero mais apropriada para demonstrar os resultados obtidos no estudo.

Cabe reavivar que o brinquedo modifica-se consideravelmente; novas brincadeiras são criadas, outras extintas, e algumas relutam contra o tempo e as transformações da era moderna para se fazerem presentes, nem que seja nas reminiscências dos antigos brincantes. Afinal, é muito difícil imaginar que possa existir algum brasileiro que não tenha ouvido, desde criança, os adultos à sua volta conversar sobre acontecimentos e experiências de momentos passados de suas vidas sem mencionarem "como era bom naquele tempo", sem concluírem a respeito do "tempo bom que não volta mais", sem lamentarem o fato de que "nada mais é como antes" e sem suspirarem de saudade em relação a um "tempo no qual a vida era mais fácil de viver". Esse tempo tão cheio de recordações também está retratado em inúmeras manifestações culturais brasileiras, sugerindo que é de suma importância, e marca profundamente a construção de nossas biografias.

Diante destas questões, necessário se faz dar espaços, ouvir e dialogar com o idoso, dando-lhe condições de viver, dentro de seus limites, com seus direitos preservados e garantidos, fazendo-o participar ativamente do processo social. E se, se envelhecer além de ser um processo biológico e cultural é, também, um processo de acúmulo de experiências, habilidades e conhecimentos, essa população idosa tem muito a oferecer às gerações futuras.

O interesse nessa temática nasce das observações em torno do enfraquecimento e do desaparecimento demasiado de brinquedos e jogos populares, transformados pela industrialização, a qual afetou não só os espaços físicos, mas o comportamento dos brincantes.

Esta pesquisa, então, concentra sua atenção na memória do cidadão e freqüentador da ARPI, instituição sem fins lucrativos. A ARPI – Associação Riograndense Pró-idosos –

criada há 18 anos, oferece ao associado vivências de lazer, atividades e informações, contribuindo para a formação de um ambiente favorável a socialização.

Compreende-se que, com experiências, tradições e sabedoria, os idosos transmitem ensinamentos e história que não devem se acabar, pois se supõe que o sentimento saudoso não é por princípio "escapista". Mais do que uma fuga para um passado idealizado, ele permite ao sujeito saudoso, via comparação entre passado e presente, ativar a memória, e conseqüentemente, abre perspectivas para um possível futuro, avaliar qualitativamente a sua própria história e, em especial a sua infância.

Dessa forma, este trabalho trata dos aspectos ligados às narrativas, às identidades e as representações simbólicas de um povo, com vista nos fantásticos e encantadores brinquedos e brincadeiras populares, na perspectiva da compreensão do papel e dos significados que têm os brinquedos e brincadeiras populares infantis na afirmação da identidade cultural Norte-rio-grandense. Ele permitirá, também, um saber multidisciplinar, unindo conhecimentos da História, da Psicologia, da sociologia e de outras áreas preocupadas em influir as formas sociais de conceber o tempo nas relações dos homens com o passado, resgatando e alimentado à cultura popular.

2 O BRINCAR TRADICIONAL...

A vida da criança é permeada pelas brincadeiras, jogos, adivinhas, brinquedos e construções do imaginário. E, "entre as vantagens oferecidas pelos brinquedos construídos pelas próprias crianças [brinquedos populares], destaca-se inicialmente o ato subjetivo do fazer" (SILVA, 1982, p. 19). Um fato interessante nesse processo comenta o autor, é que a criança reelabora os objetos que compõem a sua cultura, sua realidade, seu meio ambiente.

Segundo Silva (1982), o conteúdo dos brinquedos populares é muito vasto, abrangendo as bonecas de pano, as pipas ou papagaios, bola de gude, bola de meia, jogos de casinha, boca-de-forno, dentre outros. Portam crenças, valores, discursos. Trazem em si a representação da forma tradicional de viver e compreender a existência. São jogos que falam sobre o grande jogo da vida. A grande maioria teve função como objeto sagrado ou de ligação com o sagrado. Sua origem remota é desconhecida, embora seja possível identificar evidências de sua existência já em certo período, não é possível identificar sua criação.

De fato, Mello (1989) afirma que é difícil precisar a origem dos jogos no Brasil. Na sua maioria, parecem ter chegado com os colonizadores portugueses, muito embora fosse rico o ludismo infantil indígena observado quando da chegada dos primeiros navegantes às costas brasileiras.

Com isto, tanto foi marcante a influência da cultura portuguesa quanto da cultura indígena e negra. Além dessas influências, ainda em algumas outras áreas do Brasil, como lembra o autor, existem influências sobre os jogos e brinquedos populares advindos de colonizações mais recentes na história, como é o caso da italiana no Estado de São Paulo. A respeito desses brinquedos e jogos populares, segue a citação.

Os brinquedos e jogos populares são praticados com maior frequência por crianças das classes populares, incluindo uma faixa da classe média. Os jogos populares infantis constituem-se em

importantes formas de manifestação lúdica, que ocorrem principalmente em ruas, quintais, terrenos baldios e em pátios escolares. São também conhecidos como "jogos tradicionais" porque, na sua maioria, são passados de geração a geração. Possuindo cada um deles diferentes denominações e variações no seu desenvolvimento conforme a área geográfica onde é praticado; uma de suas características mais importantes é a utilização de recursos materiais de fácil acesso, como pedaços de madeira, sobras industriais, peças mecânicas desgastadas, invólucros de produtos caseiros e industriais e outras sucatas disponíveis (MELLO, 1989, p. 72).

Os brinquedos tradicionais, transmitidos oralmente desde a antiguidade eram como qualquer objeto cultural, um espelho de sua época. Portavam crenças, valores, discursos. Traziam em si a representação de forma tradicional de viver e compreender a existência. Daí resulta que essas brincadeiras são transmitidas de geração em geração, expressando valores e diferentes concepções. Nesse sentido, "o brinquedo é dotado de um forte valor cultural, se definimos a cultura como um conjunto de significações produzidas pelo homem" (BROUGÈRE, 2001, p. 08).

A brincadeira tradicional infantil, uma das representações folclóricas, baseada na mentalidade popular, se expressa, sobretudo, pela oralidade, é considerada como parte da cultura popular. Neste sentido, a brincadeira tradicional é uma forma de preservar a produção cultural de um povo num certo período histórico. No entanto, essa cultura não-oficial, não fica cristalizada. Pois se é de forma oral que ela vai passando de geração em geração, a brincadeira está sempre em transformação, incorporando criações anônimas das gerações que vão se sucedendo.

Segundo Kishimoto (1999), enquanto manifestação livre e espontânea da cultura popular, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver formas de convivência social e permitir o prazer de brincar. Por pertencer à categoria de experiências transmitidas espontaneamente conforme motivações internas da criança, ela garante a presença do lúdico, da situação imaginária.

Além do prazer, favorece o desenvolvimento integral; controla a agressividade; proporciona a realização de desejos; a adaptação ao grupo social de convívio, a afetividade entre os (as) companheiros (as); experimenta sentimentos diferentes (amor, confiança, solidariedade, união e também frustração, raiva e inveja); estimula a curiosidade e a competição; incentiva a busca de soluções e a descoberta de caminhos. Enfim, contribui decisivamente para o pleno desenvolvimento como ser social, inteligente e livre. É brincando que a criança descobre o mundo.

No contexto folclórico, comenta Silva (1982) que o brinquedo popular é peça fundamental para o desenvolvimento intelectual e coordenação motora da criança. Caracterizado como produto artesanal, o brinquedo age de forma interativa no mundo de fantasias da criança, aproximando-a da realidade social em que vive, desenvolvendo experiências internas e externas ao seu mundo, promovendo melhores resultados na aprendizagem.

Enfim, os brinquedos e brincadeiras populares são de suma importância no processo de integração entre crianças, jovens e adultos, pois proporcionam uma convivência saudável, amigável, criativa e construtiva durante as horas de lazer.

Cabe reavivar que, o importante não é usar e explorar o brinquedo popular, mas tentar salvar o impulso lúdico que este tem, que tanta falta faz ao adulto e não se trata de

dominar o fenômeno lúdico através de conceitos, definições ou violações da intimidade lúdica, mas sobretudo de garantir-lhe o espaço necessário e merecedor para continuar sendo uma fonte de inspiração e de liberdade para o potencial criador da imaginação e da fantasia, para continuar sendo o tempo da alegria.

3 IDOSO: DA EXPERIÊNCIA E MEMÓRIA À CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Quando se fala em memória de um modo geral, se entende o mecanismo de registro, consolidação e restituição no tratamento de informações. Para que essas operações ocorram são necessárias outras funções associadas à memória. "Estas funções são denominadas cognitivas. Diz-se "incógnito", aquilo que é desconhecido, portanto, "cognitivo", o que é conhecido e, cognição se refere à faculdade de adquirir conhecimento". (VAN DER LINDEN, 1994 *apud* PINTO, 1999. p. 40).

Netto (2005) entende por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através de sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação na atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Essa relação está sempre mediada pela experiência e, por isso mesmo, a memória encontra-se em constante mutação e possui maior presença que a lembrança, visto que,

A memória possui contextualidade e é possível e é possível ser atualizada historicamente [...] é uma representação produzida através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais –, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança (DIEHL, 2002 *apud* NETTO, 2004, p. 266).

Pollak (1992) diz que a memória é constituída por pessoas, personagens. Personagens encontradas no decorrer da vida, de personagens freqüentadas por tabela, indiretamente, mas que, por assim dizer, se transformaram quase que em conhecidas, e ainda de personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Memória é, portanto, tudo o que se encontra nas reminiscências, além da capacidade de lembrar. É, por excelência, seletiva. Guarda-se aquilo que, por um motivo ou por outro, tem - ou teve - algum significado nas experiências vividas. Ela constitui o suporte fundamental da identidade individual e coletiva.

Cardoso (2004) enfatiza tal questão dizendo que, submerso na memória coletiva, o grupo vive, conserva práticas e correntes de pensamento, mas apenas aquilo com o que se identifica e solidificando o coletivo: o grupo, as sólidas relações existentes em comum, as práticas e memórias que ficam, que significam e que, são importantes guardar.

Nessa perspectiva de conceber a memória como experiência subjetiva, não se pode perder de vista a sua vinculação com o sentimento de identidade. Sentimento de identidade para Pollak (1992) é a imagem de si, para si e para os outros que é mutável e se produz em negociação com os outros. Neste aspecto, a memória é também negociada, assim como a identidade é disputada em conflitos sociais e intergrupais. Por outro lado, insiste em afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade.

Pollak (1992) indaga que, sendo o trabalho da memória uma evocação do passado, ela tem a capacidade de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total, porque o ato de lembrar conserva o que se foi e não retornará mais. E isso se constitui como uma garantia própria identidade, o que faz perceber que a mesma se dá como sendo o "Eu reunindo tudo o que fomos a tudo que somos e fazemos".

Assim sendo, o idoso passa a ser fundamental no processo das evocações do passado, porém, estigmas e estereótipos da velhice dar a ele um caráter negativo e incapacitante que por causa da idade, são muitas vezes, injustamente relegados e considerados pouco importantes para a sociedade.

No entanto, o idoso representa a continuidade da história, pois o velho representa o binômio memória/continuidade dos valores almejados pelo grupo social, pois há quem afirme que, "Memória é um diamante bruto que precisa ser lapidado" (BOSI 1987 *apud* CARDOSO, 2004, p. 20).

A memória do idoso é uma construção de pessoas experientes, que já trabalharam e foram membros ativos da sociedade, deixando ao velho uma nova função social: a de registro vivo, lembrar e contar para os mais jovens a sua história, o que fizeram e aprenderam, tornando-se assim a memória da família, do grupo, da sociedade.

Uma das formas dessas lembranças são os brinquedos e brincadeiras de infância. Chateau (1987) acredita que as brincadeiras tradicionais infantis, assim como suas ações, escolhas e regras, são repassadas através das pessoas mais velhas. E, são através da oralidade, espontaneidade, anonimato e conservação que se dá o processo de transmissão dessas brincadeiras. Daí, "é necessária à ilusão da continuidade, para confortar, refazer caminhos, recriar situações, vibrar, com conquistas e emocionar o olhar para trás" (CARDOSO, 2004, p. 22).

Ao lembrar, cada sujeito busca realizar, no presente, o que representa tal ocorrência ou atitude no passado. Os idosos procuram encontrar nexos entre o próprio indivíduo e os significados subjacentes nas novas ações e quando se vêem distanciados da experiência vivida e presos a um contexto historicamente marcado por alterações, obscurecem o momento atual e sobre valorizam o tempo passado. A memória, nesse sentido, toma vulto de história viva e sua preservação reivindica a construção da identidade social. Cada fato ou imagem resgatada do passado pelos mais velhos tende a ter um significado especial porque essa história nada oficial fala sempre das origens e identidades dos sujeitos.

É preciso, então, caminhar rumo à construção de uma cultura em que haja espaço para o velho, na perspectiva de trazê-lo de volta à dinâmica social, além de possibilitá-lo certa direção; é favorecer modos de transmissão do saber e da cultura, que constroem a memória. Quando não é possibilitado ao velho cumprir sua função social, não é somente ele que sofre, a sociedade como um todo adocece.

4 TRILHANDO O CAMINHO DOS BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS TRADICIONAIS NO CONTEXTO NORTE-RIO-GRANDENSE

Pedir aos adultos que por meio da utilização da memória, contem ou narrem suas lembranças, principalmente de infância, não é pedir para reviverem esse período, significa "um trabalho de pensar, refletir sobre o seu significado hoje e no passado" (SILVA,; GARCIA; FERRARI; MIGUEL, 1989, p. 41).

Nesse contexto se insere esse estudo, o qual contemplou um universo de 10 pessoas, das quais 08 vivenciaram sua infância no interior do Estado do Rio Grande do Norte e apenas 02 na capital do Estado. Em relação à faixa etária, os contactados da pesquisa tinham entre 60 a 80 anos de idade, sendo 05 entre 60 e 70 e os demais entre 71 e 80 anos. No que diz respeito ao sexo, 08 dos entrevistados eram do sexo feminino, enquanto 02 do sexo masculino.

De acordo com os testemunhos dos informantes, todos vivenciaram atividades lúdicas na sua infância, tendo sido de fundamental importância na construção da personalidade de cada um, assim como no processo de socialização e integração destes. Nos relatos foram evidentes o prazer e a satisfação, rodeados de uma grande subjetividade e um forte saudosismo quando se referiam a infância de outrora, na qual a brincadeira, a criatividade e os sonhos alimentavam o cotidiano infantil.

Os momentos de brincar daquelas crianças alternavam situações de grupo e situações solitárias, da criança consigo mesma. A improvisação de materiais era algo constante na vida delas, o que mostra, indubitavelmente, o contexto do espaço no qual as crianças estavam inseridas, bem como, muitas vezes, também caracterizava a situação econômica de várias crianças daquela época. Essa situação foi apontada de forma enfática pela senhora (A.B), que assim se expressa,

Toda menina quer ser mãe, não é? Acho engraçado isso. Pois as crianças do meu tempo eram muito criativas. Eu lembro que pegava um pano qualquer e dobrava no meio, assim fazendo a cabeça da boneca, e pintava com um carvão os olhos, a boca, a orelha e o nariz. Lembro que, em muitas vezes, brincava sozinha andando pela casa. [Risos]...

O contexto econômico, cultural e social influenciava diretamente no brincar dessas crianças. Além do mais, para brincar de maneira espontânea e criativa, diz Machado (2001) que, a sucata, os restos, os refugos, a matéria antes de ser elaborada e depois de haver sido usada, são um material muito rico, que não custa nada e que muitas vezes estaria poluindo o meio ambiente por não ser biodegradável.

Em vista disto, outro aspecto verificado é que os brinquedos, normalmente, eram fabricados pelas próprias crianças, as quais utilizavam além da sucata, muitos elementos da natureza, tais como: frutos, raízes e folhas das plantas, sabugos de milho, pedras, barro, dentre outros; o que contribuía para a criatividade da criança. Essa idéia é reforçada por (F.M), que assim relembra,

Eu fazia muita boneca de melancia. Achava tão bom quando encontrava uma casca grossa de melancia para fazer as bonequinhas. Cortava a casca já no formato da boneca, desenhando os bracinhos e perninhas; a boca, as orelhas e olhos furava com um ferrinho. Ficava tão bonitinha.

Assim, percebe-se que os brinquedos e as brincadeiras populares tradicionais recorrem aos recursos e materiais oferecidos pelo meio envolvente, e as idéias para o desenvolvimento dessas atividades estão condicionadas à imaginação e criação das crianças.

O contato com a natureza, aspecto marcante nas lembranças dos contribuintes da pesquisa, oportunizou e contribuiu sobremaneira para o repertório de brincadeiras e para o imaginário infantil por meio das relações e dos contatos íntimos com árvores, plantas, rios etc. O exemplo da intimidade com a mangueira reflete isso; era tida como companheira de bons e também maus momentos para (D.B), pois uma de suas maiores distrações era subir nas árvores e se pendurar nos galhos para se balançar, muitas vezes, chegando a cair e se machucar; sendo o ruim da brincadeira, a bronca quando se chegava em casa machucada e completamente suja pelas sucessivas quedas.

Uma parcela considerável dos entrevistados, cerca de 08 tiveram uma infância curta, pois se começava a trabalhar com tenra idade. Os pais estavam sempre lhes arranjando serviço, tais como: deixar o almoço do pai no trabalho, buscar ou deixar uma encomenda na vizinha, guardar umas vacas no curral, buscar água na cacimba, apanhar lenha, dentre outros. Isso de fato, contribuiu para o abandono logo cedo das brincadeiras, uma vez que as crianças tinham seu tempo de brincadeiras reduzido. Interessante, também, que 06 dos entrevistados afirmaram organizar o horário/tempo para brincar, pois se pode perceber na fala de uma das informantes, "Minha mãe dividia as tarefas de casa comigo e minha irmã; eu trabalhava numa semana e ela trabalhava na outra, assim eu brincava nos dias que ficava livre dos serviços da casa" (I.M).

No que respeita as brincadeiras típicas de cada sexo, o que se observa é que no caso das meninas, suas brincadeiras situam-se na esfera da sua condição de mulheres, mães, donas de casa, papéis que virão mais tarde a desenvolver, por isso, brincam de casinha de boneca, cozinhado, etc. No caso dos meninos, por sua vez, brincadeiras ligadas à vida doméstica não eram muito comum entre eles. Os garotos preenchiam seu tempo com a manipulação de brinquedos como carros, bola, pião, pipa, dentre outros.

Eram, enfim, brincadeiras mais ligadas à liderança, poder, equilíbrio. Além disso, eles brincavam mais em espaços abertos e de grande dimensão, enquanto as meninas brincavam em espaços mais interiores, dentro de casa ou até mesmo no quintal da casa, chegando, muitas vezes, a desenvolverem suas brincadeiras sozinhas.

Os lugares vivenciados com atividades lúdicas pelos informantes eram lembrados como espaços repletos de significados, lembranças, objetos e pessoas, que remetem o campo da memória e dos sentimentos, despertam tristezas e alegrias, prazeres e dores, é o lugar de reconhecimento de si e dos outros, porque é no espaço que o ser humano se movimenta, realiza atividades e estabelece relações.

De fato, quando lembravam sua infância automaticamente descreviam o lugar e/ou locais que a vivenciaram. Nas palavras de (N.Z), por conseguinte, esse fato é bem evidenciado,

Eu fui criada num casarão rodeado de alpendres e fruteiras, que ainda hoje me lembro. Era eu, minha irmã e meu irmão. Quando a gente brincava, meu irmão ia buscar macaxeira que era pra gente botar no fogo, porque ele era o homem da casa, eu e minha irmã íamos cozinhar e cuidar dos serviços da casa. Ele também catava a lenha pra fazer o fogo. Meu avô comprava muitas panelinhas de barro pra gente brincar, lembro que eu tinha o pote igual o da minha casa, até o paninho cobrindo a boca dele, o meu também tinha, isso eu nunca esqueço. Então era assim, a gente arrumava tudo debaixo da árvore e depois minha avó ia vê como tinha ficado nossa casinha, ah...era tão bom!

Aparecem nas palavras dos memorialistas a importância das ruas, o quintal e a casa; encarados como locais informais de educação, pelas possibilidades de congregação de pessoas de diversas gerações, de troca de experiências e aprendizagem de conteúdos socioculturais, de forma inocente. Afinal, a brincadeira de rua é um evento social que tem a propriedade de ser um pólo aglutinador de interações. "A rua é um espaço de socialização entre grupos que possuem várias maneiras de expressar e viver a memória coletiva em sociedade" (CARDOSO, 2004, p. 82).

A rua é, portanto, temática provocadora, uma vez que a maneira como é ocupada pelos seres sociais dá sentido à cidade e a subjetividade de uma época, ela reflete de forma clara as transformações sofridas pelo espaço urbano e pela reordenação da vida. "A cidade, a rua, a praça são contextos que ilustram o ambiente vivido" (CARDOSO, 2004, p. 32). Enfim, ela expressa pela sua natureza e diversidade, a pluralidade de aparências, de encontros, de trocas, de lazeres distintos, de expressões, de sentimentos e, sobretudo, de brincadeiras.

Imitar a vida adulta era comum entre as crianças daquela época. Uma brincadeira bastante citada foi o "curral de osso", brincadeira que consistia em construir as cercas de gravetos, onde as crianças decoravam com capim e pequenas pedras, ilustrando bem o curral de bois. Após essa etapa são colocados os animais dentro dos currais e, a partir daí, a criancada transportava-os para beber, comer e até serem negociados. Essa brincadeira imitava, normalmente, a atividade de criação de gado no Nordeste, praticada pelos pais e parentes próximos crianças. De acordo com a lembrança de (I.M), a brincadeira acontecia de tal forma,

As unhas do gado era o cachorro; o osso grande, a "canela" do animal, representava o touro, esse era o maior que tinha; os ossos menores eram as vacas; as juntinhas eram os bezerros. Lembro que dávamos nomes a eles, fazia igual o meu avô, cada gado tinha seu nome. Os nomes eram Diamante, Mimoso, Branquinha, Feitosa e muitos outros, que não lembro agora. A gente limpava tão direitinho que ficava bem branquinho, eram tão bonitinhos.

Todas as pessoas relataram brincadeiras correspondentes às atividades desempenhadas por pessoas próximas. Imitavam, geralmente, os adultos com quem viviam. Dessa forma, as crianças aprendiam, involuntariamente, os diferentes papéis que mais tarde poderiam vir a representar na sociedade.

O fenômeno das cantigas de roda foi bem lembrado pelas mulheres. Nas noites claras de luar, as meninas de saias rodadas, formavam grande círculo, e todas de mão dadas, em movimento de carrossel, cantavam cantigas: "Bom barquinho", "Margarida", "Teresinha de Jesus", sendo esta a mais recordada, e era cantada assim: *Teresinha de Jesus, de uma queda foi ao chão, Acudiram três cavalheiros, Todos três chapéu na mão. O primeiro foi seu pai, O segundo, seu irmão, O terceiro foi aquele, Que a Tereza deu a mão.* As melodias quase sempre lembravam coisas do amor, despertando a afetividade, fazendo o coração das crianças baterem mais forte.

Na composição cultural do Estado do Rio Grande do Norte, a influência dos primeiros colonizadores se fez presente. Introduziram no Estado seu folclore, histórias, festas e jogos. O caso da coruja, que tem sua origem provavelmente Oriental, revela esse fato.

Soltar pipa, papagaio ou arraia era um lazer delicioso, o brinquedo era feito com talinhos de palha de coqueiro, papel de seda colorido e o rabo de pano.

A meninada, então, botava suas corujas para flutuar competindo na maior altura, nas evoluções no ar ou nas formas, tamanhos ou beleza de uma com relação às outras.

Um outro jogo lembrado com frequência foi o jogo de pião, espalhado por todo o país, este jogo infantil é muito antigo. Pião ou Pinhão, brinquedo de maneira, piriforme, com uma ponta de ferro, por onde gira pelo impulso do cordão enrolado na outra extremidade e puxado com violência e destreza. O pião roda velocemente, "dormindo" por algum tempo no chão, e há várias convenções entre as crianças para o desenvolvimento do jogo.

Muitas vezes, a criança pegava o pião com uma das mãos, ainda rodando, e jogava-o ao chão outra vez. Essa situação pode ser confirmada nas palavras do informante,

Eu saia enrolando, enrolando o pião, depois soltava ele no chão, daí ele ficava minutos girando. O bom mesmo era pegar o pião na mão e deixar ele dormindo pelo braço até morrer. Você acredita que até na unha eu botava ele, era muito bom! Agora era perigoso bater no rosto, pois sua ponta é bem fina, mas mesmo assim a gente fazia isso, porque era divertido. Eu sempre gostei muito desse brinquedo, era o meu brinquedo predileto. Lembro que quando juntava aquela turma grande de meninos, a gente dizia: vamos comer carniça? Esse jogo era assim, um deles botava o pião pra rodar e os outros iam tentar acertar com a ponta o que tava no chão, quando batia furava mesmo o do chão, eu já acertei muito e olhe que jogávamos de longe (N.P).

Originário também da cultura portuguesa, tinha-se a brincadeira conhecida por cobra-cega, esta disparou no rinque das lembranças. De acordo com Cascudo (1984), esta brincadeira era muito comum em Portugal e Espanha, de onde veio para o continente americano.

Característica comum à grande maioria dos jogos tradicionais, é a grande quantidade de variantes de um mesmo jogo. Por isso, percebe-se que no Estado do Rio Grande do Norte se brincava tanto com rima como sem rima, porém segundo Cascudo (1984) no Brasil é mais corrente o diálogo: "Cabra-cega de onde vens? / do castelo / trazes ouro ou trazes prata? / trago ouro! Vá beijar no cú do besouro. / trago prata! / vá beijar no cú da barata".

O estilingue, baladeira ou bodoque foi verificado na fala dos entrevistados com grande empolgação, em especial, na voz dos homens. Esse brinquedo serve, portanto, para matar passarinhos, quebrar vidraças e atirar pedras nos outros, função esta descartada por um dos entrevistados, que assim se expressa: "Eu andava muito com baladeira; pegava um gancho de pau e uma liga e fazia. Quando queria comer um passarinho era rapidinho. Ela tem outras funções, mas eu só usava mesmo para pegar passarinho" (N.P). "Essa brincadeira é típica de meninos, especialmente moradores do campo". (KISCHIMOTO, 1993, p. 45).

Assim como a baladeira, o cavalo de pau foi bastante mencionado. O mesmo era construído por um pedaço de madeira ou por um pau que dispunha de uma réplica de cabeça de cavalo implantada na parte superior, duas travessas para colocar as mãos e um pequeno cordel (as rédeas). Quando não tinha a réplica da cabeça, esta era reproduzida por um pequeno pedaço de cordão onde a criança segurava para correr,

servindo assim como apoio. A molecada levantava poeira pelas largas ruas das cidades do interior, participando até de campeonatos organizados por elas mesmas.

Tido como jogo de sorte ou de salão, o jogo do anel foi citado com grande saudosismo, a brincadeira consiste da seguinte forma: Uma criança fica com o anel. As outras se sentam em um banco, uma ao lado da outra, com os braços apoiados no colo e com a palma das mãos unidas. A "dona" do anel passa suas mãos unidas entre as de seus companheiros escolhendo um deles para receber o anel. Ela repete esse movimento algumas vezes - pode até fingir que colocou nas mãos de alguém. Quando resolve parar, abre as mãos mostrando que estão vazias e pergunta para um dos participantes: "Com quem está o anel?" Se o escolhido acertar a resposta, tem direito de passar o anel. Se não, a brincadeira recomeça com o mesmo passador.

Segundo Melo (1985) essa brincadeira trata-se de um dos jogos mais divulgados e de melhores tradições e fama no culto popular do povo português e, está espalhada por vários países de origem latina e hoje já faz parte do acervo cultural do patrimônio das tradições populares.

A peteca, também, pode-se dizer que já faz parte do acervo cultural do patrimônio das tradições populares. É um objeto leve constituído de uma base usualmente feita de borracha e penas, podendo estas serem naturais ou sintéticas e bastante utilizado pelas crianças. Segue a descrição de Cascudo (1984, p. 613) no que diz respeito ao jogo da peteca, "brinquedo ou jogo de rapazes, atirando ao ar uma bola de trapos, revestida de palha de milho ou pano, e convenientemente disposta a ser impulsionada com a palma da mão, a fim de a não deixarem cair".

E, por fim, uma brincadeira exercida nas ruas de barro ou nas largas calçadas, cuja participação das meninas era significativa, a academia, amarelinha ou cademia. Conforme Cascudo (1984); no estado do Rio Grande do Norte é mais conhecida como "Academia", Jogo ginástico infantil, muito antigo e muito espalhado por todo o Brasil. O jogo consiste em pular sobre um desenho riscado com giz no chão, que também pode ter inúmeras variações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tentou, pois, captar e expor alguns dos brinquedos e brincadeiras populares para justificar sua importância como elemento de identidade cultural em benefício à cultura popular norte-rio-grandense.

Considerando que, os nossos jogos são uma riqueza cultural grande que precisa ser conhecida e preservada e que a cultura é vida, compete-nos a todos mantê-la viva. Os jogos, como elemento da nossa cultura, têm de manterem-se vivos também e de fazer parte do nosso cotidiano, com um calendário próprio e adequado ao seu caráter e ao nosso cotidiano moderno.

Acreditando que o vínculo com outra época, à sabedoria e a experiência por ter passado por muita coisa, tornam as lembranças uma feliz oportunidade de o velho mostrar sua competência, pois quando o velho encontra ouvidos atentos, sua vida ganha uma finalidade.

Estes guardiões elaboram uma narrativa que possibilita aos descendentes atuais posicionarem-se em termos temporais, uma vez que há através dos acontecimentos, uma

comunicação possível entre o tempo dos antigos e os de hoje. Como prova, estão suas lembranças, as fotografias, objetos, enfim, todo um universo que pode ser relido de múltiplas formas.

Entre as experiências, lembranças e recordações desses idosos, todo um universo de origem se expande ao cotidiano dos jovens atuais, um mundo onde caberia lugar para o encantamento e para a emoção. Como diz Cardoso (2004, p. 31), “a função desses narradores é intercambiar vivências, tanto suas quanto as que receberam de outras gerações”.

Conforme os dados obtidos, pode-se dizer que todas as pessoas compactadas vivenciaram atividades lúdicas durante a infância, sendo de grande importância nas suas vidas, em virtude de facilitarem a socialização e aumentarem o círculo de suas amizades. Durante as entrevistas estas pessoas não retrataram somente um brinquedo ou brincadeira, descreviam também um ambiente com características reveladoras da sua própria existência, uma vez que os relatos eram carregados de uma visão particular, porém apresentasse aspectos característicos da sociedade em que vivia.

O contato com a natureza, aspecto marcante na fala dos entrevistados, oportunizou e contribuiu sobremaneira para o repertório de brincadeiras e para o imaginário infantil por meio das relações e dos contatos íntimos com árvores, plantas, água, cheiros, etc. Pois bem, em quantas e quantas vezes nos meus momentos de tristezas não fui parar em cima de uma árvore, pois não é nada vago a lembrança que me salta aos olhos, me sacode as emoções só em lembrar como aquela enorme “mangueira” do quintal da minha casa foi, indubitavelmente, minha confidente e grande companheira.

Este trabalho foi um importante exercício de (re) aprender a ouvir, habilidade essencial a qualquer indivíduo. Numa sociedade acelerada, panfletária, em que tudo tem que ser dito resumidamente, não há tempo para compartilhar o que se viveu. Por isso, muitas vezes, desaprende-se a ouvir.

Somos, de fato, levados por um pensamento generalizante, classificatório, em que não é possível depreender da narrativa qualquer significado mais profundo. Mas quando o ouvinte se arrisca a navegar no mundo narrado junto com o depoente contando a sua experiência, a escuta e o resultado é completamente diferente; este vai, junto com o narrador, ao tempo concreto, reencontrando seu próprio mundo com a riqueza dos depoimentos, a sua lembrança, a sua sabedoria. Afinal, “o tecer da memória arquiteta fios emaranhados sem começo nem fim, exprimindo fragilidade e beleza, impelido pelo alento na ligação do sopro da vida nas memórias do mundo” (CARDOSO, 2004, p. 12)

No momento de concluir, “aos adultos, ficam as evocações e recordações de brincadeiras de infância; às crianças, o viver, o criar, o brincar e o aprender – relações imprescindíveis para a formação da personalidade infantil” (CARDOSO, 2004, p. 09).

Para finalizar, resta dizer que participar como ouvinte de narrativas foi uma aprendizagem inesquecível de escuta, trabalho este que já venho desempenhando desde o início do ano de 2006, no projeto de pesquisa intitulado Brinquedos e Brincadeiras da Cultura Popular Norteriograndense; Memória, Diversidade Cultural e Identidade Regional, na Base de pesquisa de Políticas Públicas e Privadas do Lazer, financiado pela secretaria de Culturas Populares do Ministério da Cultura.

*"Só se vê bem com o coração o essencial é invisível para os olhos".
(SAINT-EXUPÉRY, 2004, p. 72).*

Nosso objetivo com este trabalho é contribuir para a construção de uma abordagem pedagógica da linguagem visual, ampliando as pesquisas e atividades acadêmicas e pessoais nas áreas do lúdico e da educação do olhar, resgatando seus papéis pedagógicos, sociais e artísticos, abrindo portas e janelas da percepção para vermos o mundo com os olhos do coração.

Partimos da vontade de responder ao uso das artes visuais como instrumento capaz de motivar a reflexão e o desenvolvimento de habilidades e sensibilidades artísticas/culturais, buscando promover a qualidade de vida, a auto-estima, a identidade local e a leitura crítica da realidade. Contribuindo na formação Social de indivíduos capazes de ler e escrever imagens.

A Educação Lúdica do Olhar está sendo desenvolvida num constante processo dialético de reflexão/ação/reflexão nas dimensões Formativa, Interventiva e Investigativa. Consiste de um Processo simultâneo de fundamentação teórica das bases filosóficas, pedagógicas, teóricas e culturais e sua verificação e experimentação prática nos últimos 06 (seis) anos, através da ONG ZooN (www.zoon.org.br), realizamos inúmeras oficinas em comunidades, grupos culturais, encontros etc.

Neste processo vem ganhando corpo esta proposta que ainda carece de contribuições para sua estruturação, mas que já aponta um caminho com resultados concretos, não temos aqui, uma preocupação em falar detalhadamente de nossas práticas, este artigo busca explicitar nossas premissas e abrir-se para aceitar críticas, contribuições e indicações que colaborem no seu amadurecimento, até porque, entendemos que existem inúmeras iniciativas neste campo, espalhadas em vários pontos do planeta, sendo fundamental a comunicação, a articulação de redes colaborativas e a socialização do conhecimento.

1 ABRINDO AS JANELAS DA PERCEPÇÃO

O excesso de luz cega a vista. O excesso de som ensurdece o ouvido. Condimentos em demasia estragam o gosto. O ímpeto das paixões perturba o coração. A cobiça do impossível destrói a ética. Por isto, o sábio em sua alma determina a medida para cada coisa. Todas as coisas visíveis lhe são apenas Setas que apontam para o Invisível."
(LAO TSÉ, 2004. p 49)

O Mito da Caverna de Platão¹ é considerado por filósofos, fotógrafos e educadores, um texto emblemático na reflexão da condição humana, principalmente com o advento da

¹ Platão nasceu em Atenas e viveu no período de 428 a 347 a.C. O Mito da Caverna é apresentado no livro VII da sua obra A República (2004).

chamada sociedade pós-industrial ou sociedade da informação, na qual as mídias, mais especificamente as imagens, assumem um papel estratégico tanto de dominação: pela massificação uniforme das grandes corporações mundiais de comunicação e pela indústria cultural e do entretenimento; como de libertação e desenvolvimento interpessoal: na construção da identidade local e afirmação de uma consciência cidadã global.

Tomamos esta obra de Platão como referência e com ela, desenvolvemos o fio condutor deste trabalho. O ponto de partida é uma diferenciação apresentada por ele, quando trata da existência de dois mundos ou dois níveis de percepção da realidade, o Mundo Visível e o Mundo Inteligível.

O Mundo Visível é o mundo da realidade concreta onde habitamos, dos objetos e seres. Ele é percebido através dos cheiros, sons, gostos, tatos, sombras, reflexos e imagens que captamos através dos cinco sentidos materiais, e neste trabalho, relacionamos com os aspectos ópticos, físicos, químicos e digitais da construção da imagem, seja no olho humano, ou nas máquinas fotográficas. O Mundo Visível envolve o conhecimento superficial da imagem em si, da técnica e dos fenômenos: O Olhar.

Já o Mundo Inteligível é o plano das idéias, das essências, dos sentimentos, dos conhecimentos e das percepções superiores e divinas; da subjetividade humana, onde conectamos com o belo, o bom, a sabedoria, o amor, a justiça etc. O que propomos transcende a simples percepção das imagens buscando o desenvolvimento de uma consciência superior, na qual o conhecimento de mundo do indivíduo favoreça uma melhor Qualidade de Vida. Pautando o desenvolvimento de um ser pleno, permitindo a este, uma superação do mundo das aparências com acesso à cultura, à consciência ambiental, à cidadania, à ética, à justiça e à espiritualidade: O Ver.

Conhecemos detalhadamente os elementos da percepção visual e das propriedades da luz, seja no entendimento do funcionamento do olho humano e da Câmera Escura, seja dos fenômenos ópticos. Com nossa visão, estabelecemos importantes relações entre a intensidade da luz, a percepção das cores, a distribuição espacial, os contrastes, os movimentos oculares e a noção de tempo, com o ato de ver. Em seu livro *A Imagem*, Aumont (2002) descreve longamente alguns fenômenos importantes da visão (como é o caso da imagem invertida projetada no fundo do olho, corrigida pelo cérebro – Figura 01), da ilusão de óptica, das imagens ambíguas, da atenção visual, da construção das imagens no plano, da noção tridimensional (provocada pelos olhos humanos com visão frontal e binocular) etc.



Figura 1: O funcionamento do Olho e o princípio da Câmara Escura
Fonte: Henrique José, 2005

O que nos interessa destacar nesta obra é a noção de espaço e tempo que o autor relaciona com a visão. Além dos processos citados acima, necessitamos de elementos táteis e cinestésicos² para construir uma percepção espacial e de movimento, portanto, não vemos apenas com os olhos. Podemos afirmar que o cérebro absorve informações dos outros sentidos para construir uma imagem mental do que foi visto, recorrendo inclusive à memória e a imaginação.

Outro elemento importante levantado por Aumont é a relação da imagem com o espectador:

As imagens são feitas para serem vistas, por isso convém dar destaque ao órgão da visão. O movimento lógico de nossa reflexão levou-nos a constatar que esse órgão não é um instrumento neutro, que se contenta em transmitir dados tão fielmente quanto possível mas, ao contrário, um dos postos avançados do encontro do cérebro com o mundo: partir do olho induz, automaticamente, a considerar o sujeito que utiliza esse olho para olhar uma imagem, a quem chamaremos, ampliando um pouco a definição habitual do termo, de espectador.

Esse sujeito não é de definição simples, e muitas determinações diferentes, até contraditórias, intervêm em sua relação com uma imagem: além da capacidade perceptiva, entram em jogo o saber, os afetos, as crenças, que, por sua vez, são muito modeladas pela vinculação a uma região da história (a uma classe social, a uma época, a uma cultura) (AUMONT, 2002, p.77).

Portanto, o mundo visível do Olhar é, para nós, algo muito mais subjetivo do que poderíamos supor inicialmente, torna-se ainda mais envolvente e profunda nossa investigação do mundo inteligível, o Ver, que poderíamos afirmar até então.

A distinção entre ver e imaginar é um aspecto importante, neste desafio de compreensão da percepção humana, sendo um fio tênue que pode, em muitos casos, estar além das aparências e reentrâncias da concretude. São diversos os fenômenos e mecanismos capazes de enganar nossos sentidos, principalmente nossos olhos, onde muitas das vezes, a imaginação cobre lacunas ou exclui detalhes das imagens. O que podemos dizer do efeito ilusório do cinema e da televisão, que a partir da projeção seqüencial de imagens estáticas, construímos no cérebro, a idéia do movimento.

Esta reflexão remonta aos campos da psicanálise, em suas várias vertentes e nos remete a nomes que vão de Freud, Lacan, Piaget até Skinner e Perls. O que nos interessa aqui é lembrar essencialmente a existência de imagens internas (subjetivas), que o inconsciente e o imaginário se constituem numa fronteira do ser humano de difícil abordagem, pois não se pode medir como a imagem se constrói no inconsciente, ou como este inconsciente se relaciona com as imagens que sonhamos, com nossas imaginações criativas e com nossas imagens mentais.

Estas Imagens mentais, em última instância, não são meras fotografias interiores da realidade: São representações codificadas da realidade que transitam entre o verbal e o

² Cinestésico se refere à sensação de movimentos do corpo, em seus vários aspectos, incluindo a massa muscular, as articulações, a pele e estão relacionados aos mecanismos de aprendizado.

icônico. Não se sabe ao certo como as imagens reais interagem com as imagens mentais e estas com o inconsciente.

Portanto, a noção de Imaginário está associada, em seu uso corrente, a algo que não é real, uma ficção. Para Lacan (1998) este imaginário está relacionado diretamente com a imagem, com o simbólico e a relação constitutiva do sujeito com suas identificações formadoras e com o real (por exemplo, uma criança ao se olhar pela primeira vez diante um espelho). O Próprio recurso dos Mitos serve para esta construção do sujeito. As dimensões do imaginário são fundamentais na constituição do ser humano como um produtor de cultura, como um construtor de linguagens e interações artísticas.

Portanto, somos colocados diante do ser humano, um indivíduo dotado de habilidades e potencialidades, de uma liberdade e um querer, que igual a uma pedra preciosa em estado bruto, pode esculpir-se e ser polido para brilhar sob o primeiro raio da manhã.

Só podemos ver aquilo que estamos aptos a ver, aquilo que espelha nossa mente num momento específico. George Tice, Fotógrafo Americano 1938 – 1959. (SONTAG 2004 p. 212).

A crise de visão da sociedade não se situa no ter acesso à informação, mas de como processamos, organizamos e utilizamos a quantidade cada vez maior de informações que recebemos, este novo paradigma do mundo pós-moderno torna-se mais evidente quando falamos das imagens, como uma construção econômica, social, política, cultural e subjetiva dos indivíduos.

Esta visão interior é fundamental para a compreensão do indivíduo, consciente das imagens que consome e produz. Uma explicitação destas manipulações sutis da mídia e da ditadura das imagens sobre as pessoas é fundamental para a promoção de uma educação do olhar e a disseminação da ética, do cuidado, principalmente por parte dos envolvidos nesta produção. Podemos imaginar que as telas luminosas das televisões, os monitores de cristais líquidos ou os Ecrãs de cinema, seriam as fontes daquela luz fulminante que cegou a todos como uma epidemia, deixando-as incapazes de perceber a realidade, como sugere Saramago (1995).

2 O LÚDICO COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Veremos agora, com base no que refletimos anteriormente e na prática da Educação Lúdica do Olhar, como podemos desenvolver um processo pedagógico capaz de favorecer uma alfabetização do olhar, que está relacionada com o desenvolvimento das Inteligências Múltiplas de Gardner, A Teoria das Inteligências Libertadoras de Celso Antunes e o método Paulo Freire de Alfabetização e Educação Popular.

O Norte Americano Howard Gardner, iniciou em 1979, uma investigação sobre o potencial humano, que resultou na Teoria das Inteligências Múltiplas. Nesta Teoria Gardner reconhece o ser humano como provido de oito diferentes inteligências que em cada indivíduo, existem em diferentes proporções, elas se relacionam entre si e promovem a interação do indivíduo com o meio e o conhecimento, podendo ser acionadas e desenvolvidas, estas capacidades cognitivas são: Linguística, Lógico-Matemática, Corporal-Cinestésica, Musical, Interpessoal, Espacial, Intrapessoal e Naturalista, estudam-se

atualmente a existência de uma nona inteligência, a Existencial ou Espiritual (COSTA, 2005).

Celso Antunes (2003) nos apresenta uma série de exercícios e atividades capazes de promover o que ele chama de uma diferenciação entre as inteligências e a criatividade (2003), que possibilitam trabalharmos com estas Inteligências Múltiplas, num sentido de libertar a criatividade e o senso crítico deste indivíduo:

[...] esta teoria acredita que toda pessoa sem deficiência visual explícita é capaz de enxergar, mas que existem extraordinários benefícios em se educar esse olhar. Acredita que o olhar de um operário sobre seus companheiros não é o mesmo olhar de uma Tarsila do Amaral ou de um Portinari ao retratar operários, e que a imensa diferença entre essa forma de ver não se deve exclusivamente a uma genialidade especificamente recebida de Deus ou de seus genes, mas a uma educação do olhar, muitas vezes fortuita. Dessa forma, a teoria das Inteligências Libertadoras defende métodos de educação do pensamento e dos atributos sensoriais com a finalidade de dar uma nova dimensão de qualidade ao ser humano e inventar uma forma criativa de ampliar os limites de sua liberdade e, portanto, de sua dignidade." (ANTUNES, 2003, p. 27).

Paulo Freire foi um educador à frente de seu tempo, influencia diversos métodos de educação e principalmente os de alfabetização e educação popular³. O que privilegiamos em nosso estudo, do método Paulo Freire, são seus pressupostos básicos:

- O papel da educação como libertadora;
- Sua maneira de abordar a relação educador/educando;
- A compreensão da alfabetização como um processo de desenvolvimento das potencialidades cognitivas, culturais e sociais para o domínio de uma linguagem, partindo de "Temas Geradores".

Desta forma, dotamos o sujeito de ferramentas para interagir com a vida, dentro de uma perspectiva autônoma e solidária.

Mulheres e Homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (FREIRE, 2002, p.77).

³ Iniciada por Paulo Freire em Angicos/RN, e posteriormente desenvolvida em Natal, nos anos 60, com o prefeito Djalma Maranhão, através da campanha "De pé no chão, também se aprende a ler", e posteriormente pelo Movimento de Educação de Base – MEB. Foi muito disseminada, nos anos oitenta, por diversos movimentos sociais e populares, que utilizam suas premissas pedagógicas para promover a Alfabetização de jovens e adultos e a Educação Popular contribuindo com a construção da cidadania e da luta por melhores condições de vida.

Para Freire (2002), não existem educadores e educandos puros, prontos, mas educadores-educandos e educandos-educadores, onde se ensina e se aprende mutuamente, cabendo ao educador, pelo maior domínio de alguns aspectos do conteúdo proposto, servir como um facilitador do processo de ensino-aprendizagem, sendo o responsável em levantar os temas geradores e permitir que a participação coletiva da turma resulte numa construção do conhecimento daquele grupo específico. Esta premissa é fundamental, particularmente, em nosso caso, quando estamos lidando com uma linguagem artística, onde o favorecimento de estilos e técnicas pode apontar um caminho autoritário. O grande desafio consiste em educar para a diversidade, ampliando os horizontes, permitindo um fluxo permanente de circulação e renovação deste conhecimento.

Paulo Freire (2002) em suas premissas, resgata de uma forma singular o mesmo proposto por Platão, que ao longo de sua obra, mostra os processos dialéticos de Sócrates, que Freire traduz ao afirmar que educar é fazer perguntas, aprender é construir um saber pessoal e solidário e a educação é essencialmente um processo permanente de produção do conhecimento.

É na busca criativa de construir uma proposta de intervenção, que favoreça o desenvolvimento de um espaço propício à reflexão crítica da realidade e do mundo das imagens que nos rodeiam, que construímos a proposta de uma Educação do Olhar como um espaço de ação/reflexão sobre a condição humana, cultural e historicamente situada.

Edgar Morin, apresenta pistas para esta reflexão: "*O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos*" (MORIN 2003, p. 20).

É, portanto, um processo singular, que ao pensarmos na premissa básica do método Paulo Freire de que *ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho*, temos na Educação do Olhar um espaço privilegiado de provocação, sedução e sensibilização dos participantes, possibilitando um Descondicionamento do Olhar⁴PT:

O desafio é alfabetizar os indivíduos para ler e interpretar as imagens ao seu redor, podendo perceber-se nesta teia diversa de signos e significados, como um sujeito de seu tempo, protagonista de sua história, também capaz de dominar esta linguagem e Escrever com a Luz⁵.

Neste sentido, incluímos a fotografia dentro de um contexto de ferramenta lúdica e pedagógica, principalmente pela sua capacidade de relacionar e envolver a magia do fenômeno físico da luz, da câmara escura e da cultura, através da construção e obtenção destas imagens pelo fotógrafo e as implicações sociais, estéticas e éticas relacionadas ao ato de fazer um recorte desta realidade por quem fotografa e a leitura destas, por quem as observa. Ou indo mais além, através da desmistificação do ato fotográfico, permitindo que o indivíduo seja capaz de ler e escrever imagens, resignificando sua realidade objetiva e subjetiva com sabedoria.

⁴ O Descondicionamento do Olhar, é um processo pedagógico desenvolvido pelo fotógrafo Cláudio Feijó da Escola Imagem-Ação em SP, através de sua oficina, com este nome, sensibiliza os participantes para um novo olhar, que se encontra condicionado em valores e hábitos, impedindo perceber o mundo à sua volta.

⁵ A palavra FOTOGRAFIA, têm sua origem nas denominações Gregas FOTON, a menor partícula de luz e GRAFIA, escrita; podendo ser traduzida como Escrever com a Luz.

Através da metodologia da educação popular de Paulo Freire e acionando as Inteligências múltiplas e Libertadores de Gardner e Celso Antunes propomos, colocar a imagem a serviço deste processo de mudança pessoal e social, alfabetizando com luz. *“O olhar fotográfico é um hábito visual seletivo, animado por uma perspectiva sensibilizada por motivações de diversas origens – filosóficas, ideológicas, culturais e afetivas – presentes em todos nós, mesmo que nem sempre identificadas de forma nitida.”* (HUMBERTO 2000 p. 46).

A Educação do Olhar nos oferece esta possibilidade de promover a auto-estima, de resgatar a identidade e de favorecer o despertar de sujeitos capazes de refletir sobre a sua condição e promover a cidadania:

Se considerarmos nosso trabalho um ato de abrir janelas, capaz de permitir a nós e aos outros uma visão renovadora e arejada – mesmo que seja decorrente de uma atitude especialmente particular -, isso deve ser um estímulo para continuarmos agindo. (HUMBERTO, 2000 p. 47).

Até aqui, descrevemos uma diversidade de motivações que nos levam a refletir sobre as fundamentações da abordagem que desenvolvemos de uma Educação do olhar, mas sigamos na identificação do fenômeno lúdico nesta perspectiva.

O Lúdico vêm ganhando atenção no meio acadêmico pela crescente quantidade de contribuições para a sua conceituação e reflexão, mas poucos têm constatado, de sua aplicação e sistematização enquanto ferramenta pedagógica seja em práticas sociais e principalmente na escola, que carecem de mecanismos capazes de, ao mesmo tempo em que atraem a atenção e o interesse dos participantes, despertam as suas inteligências e promovem um novo aprendizado. Estas experimentações são fundamentais para um processo de repensar a educação, inserindo cada vez mais, a formação do indivíduo, como um ser pleno e complexo.

A ludicidade está ligada às dimensões do prazer, da intencionalidade e da criatividade, do sonho, da magia, da sensibilidade, do imaginário, como já demonstramos e também nos sugere Ana Maria Pereira, no texto Sobre Ludicidade: sendo esta um Indicativo para superação do dualismo (PEREIRA 1999), e da metodologia cartesiana/ocidental. Podemos vislumbrar um indivíduo complexo e holístico que ela (resgatando Edgar Morin), denomina de *“homo-ludens-sapiens-demens”*. Este homo-ludens busca resgatar esta dimensão do prazer, da alegria, da vida, da sensibilidade, da brincadeira, da arte etc, o homo-sapiens, podemos associar a nossa dimensão social, ao *“faber”* (trabalho) etc, enquanto que o homo-demens, está ligado aos aspectos da magia, do mito, da religião etc. Todos estes aspectos se interconectam e interagem na constituição do indivíduo, afirmando sua natureza humana primordial.

Marcellino (1999), ao tratar do Lúdico foca a abordagem que buscamos, ele afirma o lúdico não como algo isolada ou associada a uma determinada atividade, mas como um componente cultural historicamente situado que pode transcender aos momentos de lazer *“porque não atuar com os componentes lúdicos da cultura, em outras esferas de obrigação, notadamente... na escola?”* (MARCELLINO 1999, p.14).

Ao resgatar a ludicidade dentro de um processo educativo, buscamos construir as bases para: através de práticas e vivências, possibilitar que este indivíduo modifique seu foco de atenção e consiga enxergar além da realidade das sombras, como afirmava Platão e possa vislumbrar a possibilidade de desenvolver plenamente suas potencialidades.

Para esta vivência lúdica ser exercida em sua plenitude, propomos um trabalho de sensibilização através dos sentidos buscando a leitura do mundo em nós. Em um mundo tecnológico, somos dotados de extensões eletrônicas que ampliam nossos sentidos, permitindo que vejamos mais que uma águia, tenhamos uma memória maior que um elefante, nadar melhor que os peixes, voar mais rápido que as gaivotas e podemos ainda experimentar sensações virtuais, “conhecer” o mundo pela Internet ou ainda fazer viagens para o micro e o macro cosmo. Mas nada disso nos serve verdadeiramente, se ainda somos incapazes de um olhar interior profundo, se não somos capazes de sentir, em nosso interior os sentimentos mais nobres de um ser humano. Se não cultivarmos uma riqueza interior, nossas próteses espelham o vazio.

Como o proposto por (GOMES 2004), a ludicidade é uma dimensão da linguagem humana, que possibilita a *“expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo”*. E mais na frente conclui: *“Dessa forma, a ludicidade é uma possibilidade e uma capacidade de se brincar com a realidade, ressignificando o mundo”* (GOMES 2004, p. 145). Ainda falando do lúdico, a autora nos dá a chave para estabelecer a premissa básica de nossa abordagem quando escreve:

Como expressão de significados que tem o brincar como referência, o lúdico representa uma oportunidade de (re) organizar a vivência e (re) elaborar valores, os quais se comprometem com determinado projeto de sociedade. Pode contribuir, por um lado, com a alienação das pessoas: reforçando estereótipos, instigando discriminações, incitando a evasão da realidade, estimulando a passividade, o conformismo e o consumismo; por outro, o lúdico pode colaborar com a emancipação dos sujeitos, por meio do diálogo, da reflexão crítica, da construção coletiva e da contestação e resistência à ordem social injusta e excludente que impera em nossa realidade. (GOMES 2004, p. 146)

A Fotografia aqui, não é entendida como um mero objeto estético, uma imagem num plano bidimensional ou fenômeno físico/químico/digital, mas como uma expressão subjetiva de um indivíduo que interage com o meio: utilizando-se de seus sentidos, realiza um recorte da realidade.



Figura 2: Utilizando a máquina/crachá de papelão.
Fonte: Henrique José, 2006

Na Fotografia Lúdica, este exercício é realizado sem o uso de máquinas convencionais, mas fixadas na memória, recortadas na imaginação e materializadas de forma lúdica, através de construções cênicas e expressões artísticas como desenhos e pinturas.

Como podemos observar na Figura 2, esta fotografia lúdica foi feita utilizando a máquina crachá de papelão para a construção de um recorte da realidade. Outra modalidade de fixação da imagem, consiste na construção cênica, resgatando a técnica do Teatro Imagem de BoalTP⁶.



Figura 3 – Fotografia Lúdica, fixada através de construção cênica.
Fonte: Henrique José, 2004

As técnicas do Teatro do Oprimido e mais especificamente do Teatro Imagem de Boal, são ferramentas poderosas de exercício de reflexão e ludicidade, implicando em interações perfeitas com variações infinitas entre os participantes da oficina, o ambiente, a criatividade e a construção de cenas (Figura 3) com força e riqueza enquanto imagem:

Para que se entendam e se possam praticar as técnicas do Teatro Imagem, é necessário ter em mente um dos princípios básicos do Teatro do Oprimido: A Imagem do real é real enquanto imagem. Quando, usando meus atores e objetos disponíveis, faço imagem da minha realidade, essa imagem, em si mesma, é real. Devemos trabalhar com a realidade da imagem, e não com a imagem da realidade - é bom repetir. Uma imagem não requer ser entendida, e sim sentida. (BOAL 2002, p.233).

A Fotografia Lúdica pode ainda ser utilizada integrada em outras atividades e práticas pedagógicas, sendo usada como ferramenta de investigação e observação da natureza, da vida de uma comunidade, destacando suas riquezas sociais, ambientais e culturais, para a construção de um retrato de família, conhecendo melhor a realidade social e familiar dos

⁶ O Teatro do Oprimido, consiste numa série de técnicas cênicas e teatrais, jogos para atores e atividades de interação do público com o espetáculo, desenvolvidas por Augusto Boal, dentre elas destacamos o Teatro Imagem.

participantes para a obtenção de um auto-retrato, ressaltando aspectos subjetivos de como o indivíduo se reconhece etc.

Em nossas experimentações com a música, os participantes escutam uma determinada música de olhos vendados e constroem imagens mentais a partir do que ouviram, seja em músicas com letras ricas em cenas, sejam em músicas instrumentais, desenvolvendo uma fotografia daquilo que sinto e imagino, uma Fotografia Lúdica.

Além da Fotografia Lúdica, destacamos neste processo da Educação Lúdica do Olhar a utilização de diversas vivências que buscam a sensibilização dos 05 sentidos (audição, tato, olfato, paladar e visão), seja através de experimentos de Física, que buscam a compreensão dos fenômenos ópticos e as propriedades da luz, seja através de dinâmicas, jogos cooperativos e atividades lúdicas, seja ainda através da ambientação do espaço onde realizamos as atividades, dirigindo o grupo para ambientes em contato direto com a natureza ou atividades em salas climatizadas, onde o controle dos recursos audiovisuais da luz ambiente, favorecem a reconstrução cênica da caverna de Platão.

Longe da pretensão de formar fotógrafos ou repassar conteúdos técnicos aprofundados sobre fotografia, buscamos com a Fotografia Lúdica, despertar o olhar fotográfico, a visão de fotógrafo, sensibilizar e contribuir para o florescer de seres emocionalmente e esteticamente abertos ao mundo que os rodeia.

Mas temos constatado, que ao atravessarem este processo de sensibilização em nossas oficinas, os participantes passam a ter um contato com as ferramentas técnicas (sejam máquinas fotográficas, digitais ou de filme, filmadoras e até mesmos máquinas de celular), eles desenvolvem uma outra relação com estes equipamentos, compreendendo o processo de formação técnica como uma ferramenta a serviço da linguagem, da expressão, da criatividade.

Temos observado ainda que, ao favorecermos no indivíduo, a construção de sua identidade e sua subjetividade, como um exercício de dentro para fora, estamos fortalecendo suas relações emocionais e sociais, portanto a utilização destas ferramentas técnicas como a fotografia e o vídeo, para resgatar e trabalhar aspectos como sua história de vida, o recorte de aspectos de seu cotidiano, de sua família, de sua comunidade, significam num contexto formativo, uma reflexão sobre a sua existência no mundo, enchendo de significados este processo.

Mais recentemente, estamos utilizando as imagens produzidas em nossas oficinas, buscando realizar uma abordagem antropológica, construindo uma leitura das imagens produzidas pelos jovens de si mesmos, suas significações objetivas e subjetivas de vida e suas relações com a família e a comunidade e refletir, como a fotografia pode ser empregada em pesquisas etnográficas, a partir da produção de imagens pelos próprios jovens da comunidade pesquisada. Quais as implicações e leituras possíveis, que metodologia e resultados podemos esperar neste processo de reflexão e auto reflexão ?

Podemos resumir nosso propósito construindo mentalmente a imagem de um flash que dispara e desperta algo além do espanto de um instante congelado no tempo, eternizado num papel ou refletido numa tela de cristal líquido. Mas o impacto interior de uma luz que penetra em nossa consciência e invade o nosso ser, abrindo as portas da percepção, para conhecermos o mundo além das sombras, rico em suas manifestações e expressões.

O LAZER DESINTERESSADO E GARANTIDO COMO DIREITO – A OBSERVAÇÃO DE ASPECTOS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM (?)

Alexandre K. S. S. Castro
Marcus Vinicius de Faria Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Tratar do lazer significa tratar de uma esfera da vida do ser humano, de uma fase (momento, tempo) que já é dada como necessária para sua sobrevivência e requisitada como direito básico. Pelo menos é essa a visão que, se não é a única, pelo menos predomina na concepção sobre lazer dentre teóricos / profissionais da área.

Pensando o lazer como um momento de desenvolvimento do ser humano, de busca do prazer, de descanso; e como um meio para combater as mazelas sociais, que assustam tanto no presente quanto na perspectiva futura, percebo que muitas vezes acadêmicos acabam entrando no julgamento de que o lazer deve ser um direito disponível a todos. Outra observação que faço é sobre a questão do caráter desinteressado do lazer. Dado como referencial fundamental, porém muitas vezes não questionado, esse conceito de Dumazedier (1999) acaba entrando em nosso conhecimento e se arraigando como verdade.

Percebo que estas visões no meio acadêmico podem não só limitar as potencialidades de cada um, como também limitar a capacidade de evolução do próprio ser humano, no quesito desenvolvimento social, visto que a manutenção destes conceitos significa manter¹ este contexto social desigual baseado no trabalho alheio e estranhado².

Analisando a teoria, discutindo a lógica e observando respostas de alunos do Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida, vou discutir essas questões e após estas relações, responder-se-á, ou não, a seguinte pergunta: Será que o lazer é realmente sua finalidade e um direito fundamental ao ser humano?

2 LAZER: SUAS RELAÇÕES E SEUS CONCEITOS

Para iniciar acredito que é importante destacar alguns aspectos do meu trabalho. Vou desenvolver conceitos de lazer e suas relações sociais, porém seguirei uma ordem para tornar o texto de mais fácil entendimento.

Primeiramente vou comentar as manifestações referentes ao lazer durante a história,

¹ Não quero dizer que o lazer como é pensado não possa melhorar o contexto social, acredito que ele possa melhorar sim, mas não mudar.

² Utilizo o termo estranhado (estranhamento) no sentido que coloca Antunes (2003, pág. 134) que diz que “o estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana”.

procurando destacar suas diferenças e semelhanças com o lazer vivido hoje. Imediatamente após, citarei alguns conceitos bastante difundidos sobre o lazer, a fim de contextualizar o leitor não apenas com os conceitos usados neste trabalho, mas com os absorvidos de forma geral pelos futuros profissionais do lazer.

Faz-se necessário também comentar destacadamente o lazer e suas nuances hoje, relacionando-o à cultura de massa, ao consumo, a competição, a exclusão sócio-econômica e ao trabalho, dando ênfase à importância que o lazer tem na melhoria deste contexto.

Para comentar as relações da transformação do trabalho com a transformação do lazer, e colocarei mais detalhadamente as mudanças recentes no que chamamos de trabalho. Com isto, na última parte, descreverei os pontos que eram minha idéia para abordar na pesquisa, bem como a lógica que usei nela.

Para compreender o lazer na sociedade temos que compreender um fundamento que considero básico para o entendimento social. Como coloca Elias (apud GUTIERREZ, 2001, p. 46)

Toda sociedade grande e complexa tem, na verdade, duas qualidades: é muito firme e muito elástica. Em seu interior, constantemente se abre um espaço para as decisões individuais. Apresentam-se oportunidades que podem ser aproveitadas ou perdidas. [...]. Mas as oportunidades entre as quais a pessoa assim se vê forçada a optar não são, em si mesmas, criadas pela pessoa. São prescritas e limitadas pela estrutura específica de sua sociedade e pela natureza das funções que as pessoas exercem dentro dela.

Em outras palavras, a sociedade dá diversas oportunidades para o indivíduo fazer suas escolhas, mas estas não são "escolhas livres", são escolhas ditadas pelo seu contexto social.

É fato que o problema "lazer" só teve destaque a partir da revolução industrial, pois foi quando este momento de satisfação (ou de busca desta) foi sendo retirado do homem. Mas ao longo de sua existência enquanto espécie, o homem desenvolve, desde criança, atividades onde ele coloca situações imaginárias, com o fim do seu desenvolvimento. Essas atividades geralmente têm um caráter lúdico, e relativamente descompromissado (relativamente, pois dentro da atividade há um compromisso). Aspectos que colocamos hoje no conceito do nosso lazer.

Outro fator importante e manifestado pelo homem nos momentos de lazer é da diversão. Vejamos diversão não é nada mais do que divergir. Divergir do que? Divergir do dia-a-dia, mudar em relação aos hábitos. Observa-se desde as sociedades primitivas a presença de jogos e de momentos de diversão, ou seja, o cotidiano nunca satisfaz uma sociedade³. Tanto que o fato da diversão tornou-se um comportamento "inquestionável" e assumido como "natural". Os seres humanos se acostumaram a não gostar do seu dia-a-dia (suas obrigações) e a procurar maneiras de amenizar os problemas ou o mal-estar causado pelos

³ Uma sociedade de modo geral, mas é fato que alguns indivíduos dentro de diversas sociedades conseguiram estar satisfeitos com seu dia-a-dia.

hábitos, ou seja, se acomodaram com a diversão⁴.

Com o florescimento de sociedades mais complexas o “lazer” foi tomando forma, na Grécia a nobreza compensava sua vontade de não trabalhar alheamente e viver uma vida de desenvolvimento, contemplação e criação através da escravidão de outrem. Em Roma, o tempo de não-trabalho já começou, destacadamente, a ser utilizado como um “recarregador de baterias”, a fim do desenvolvimento pessoal para a volta à rotina.

Na Idade Média o “lazer” continuara suas propriedades anteriores, mas se fortalecia o caráter de ostentação através do lazer por parte da nobreza. Esta ostentação é mantida até hoje em grande parte das atividades sociais, não apenas de lazer. Outro fator em destaque na Europa medieval é a forte intervenção da religião nessa manifestação, onde eram podadas através de dogmas as manifestações de prazer (ou de busca deste).

A partir da idade moderna o lazer foi se configurando nos moldes como está hoje. Com um caráter (falso) de oposição ao trabalho; de meio para obter o prazer, mesmo que de forma estranhada (similar ao estranhamento do trabalho); e, não menos importante, de meio de manutenção do sistema.

Após situar brevemente seu estudo na história, o próximo passo é conceituar o lazer, ou melhor, ver como este é conceituado. Apesar de manifestações similares, como a busca pelo prazer, serem temas de discussão há algum tempo, os estudos sobre o lazer se intensificaram a partir da primeira revolução industrial na Europa, e no Brasil “começaram” com 50 anos de atraso (Marcellino, 2002a).

Com grande influência na produção científica sobre lazer no Brasil, Joffre Dumazedier (1999) diz que o lazer é um estilo de comportamento, realizado no tempo livre, fora de qualquer obrigação (familiar, social, política, religiosa, financeira, fisiológica, etc.); e possui quatro propriedades: duas ‘negativas’, que se definem em relação às obrigações impostas pelas instituições de base da sociedade, e duas ‘positivas’ que se definem em relação às necessidades da personalidade. As duas “negativas” que como coloca o autor são: o caráter “liberatório”, que se define por ser uma livre escolha, ainda que atrelada aos valores sociais adquiridos pelos indivíduos; e o “desinteressado”, ou seja, a finalidade do lazer está em si mesmo. As duas “positivas” são: o caráter “hedonístico”, ou a busca pela satisfação; e o caráter “pessoal”, onde é o homem que o escolhe, independentemente das suas obrigações, dependendo sim das suas necessidades.

Creio que esta definição seja clara e socialmente correta, e em minha opinião não há mais nada a colocar quando se fala do lazer neste contexto. Digo isto no sentido de que para o mundo capitalista e alienado, esta visão funcionalista⁵ está perfeita, pois este contexto nos

⁴ Esse tema em si já daria um outro trabalho até maior do que uma monografia, não é minha intenção entrar em detalhes desta discussão, apenas fomentá-la.

⁵ Padilha (2003, p. 255) explica bem o que é essa visão funcionalista do lazer colocando que “ao fundar a teoria sobre o lazer Dumazedier manifesta-se funcionalista. Assim, os primeiros estudos sistematizados sobre lazer nascem dentro de uma corrente teórico-metodológica que é o funcionalismo. O funcionalismo é uma herança do positivismo e a abordagem funcionalista adota uma concepção sistêmica da sociedade”. E completa (idem, p. 256), “o funcionalismo é, então, uma teoria do equilíbrio social. A maioria dos seus teóricos acaba evitando estudar ou posicionar-se diante de tensões, conflitos e contradições que todas as sociedades humanas manifestam, de uma forma ou de outra. O funcionalismo concebe a cultura como um sistema constituído de múltiplas relações entre instituições e somente através destas relações um costume ou crença pode ser compreendido. É o elo que se estabelece entre as partes que permite o entendimento de um todo homogêneo e harmônico”.

vê de uma forma funcionalista. Bebendo já na fonte de Dumazedier, Marcellino (2002a, p. 14) coloca que “além do descanso e do divertimento, o desenvolvimento, pessoal e social, também é característica deste, mesmo que menos perceptível”.

Cavalcanti (apud Marcellino, 2002a) coloca que o lazer é uma construção ideológica, pela qual o antilazer se aproveita para alienar as pessoas e submetê-las ainda mais a alienação e ao sistema. Isto é fato, e o perigo está em negar esse caráter. Segundo Marcellino (2002, p.16) o “lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais”. É óbvio que o lazer não é só isso, mas essa tem sido uma de suas principais (se não a principal) características na cultura ocidental capitalista. Negar esse fato me parece mais um “não querer enxergar” do que um “não perceber” propriamente dito. Mas será que o lazer realmente tem sido usado como uma “arma” do sistema?

Parece-me esta discussão sobre o se “o lazer é um tipo de manipulação de massas ou uma alavanca para a mudança social” inútil, uma “fricção científica”⁶, pois estas são características que o lazer assume dependendo do contexto, ele é sim usado para a dominação, porém também é um caminho para uma nova consciência. Uma hipótese não elimina a outra, é como discutir se a energia nuclear é boa ou ruim: depende do uso.

Para entender o lazer hoje é necessário entender o funcionamento do ser humano e da sociedade como um todo. Como diz Maturana (2002, p. 205)

O ser humano é constitutivamente social. Não existe o humano fora do social. O genético não determina o humano, apenas funda o humanizável. Para ser humano é necessário crescer humano entre humanos. Embora isso pareça óbvio, esquecemos disso ao esquecermos que se é humano apenas nas maneiras de ser humano das sociedades a que pertencemos. Se pertencemos a sociedades que validam, com a conduta cotidiana de seus membros, o respeito aos mais velhos, a honestidade consigo mesmo, a seriedade na ação e veracidade na linguagem, esse será nosso modo de sermos humanos e de nossos filhos. Ao contrário, se pertencemos a uma sociedade cujos membros validam com sua conduta cotidiana a hipocrisia, o abuso, a mentira e o auto-engano, esse será o nosso modo de sermos humanos e o de nossos filhos.

Sabendo que somos reflexos do nosso meio, vamos compreender o lazer somente a partir das características gerais da nossa sociedade. Portanto, para entender a relação do lazer para com o contexto social atual, é preciso primeiramente analisar o que é esse contexto. Antunes (2003, p. 165) coloca que

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotada de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos outros aspectos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e

⁶ Entender “fricção científica” como o ato de discutir a ciência por discutir, haja vista que ambos os lados tem dois bons argumentos, e uma hipótese não elimina necessariamente a outra.

natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em uma escala globalizada.

Numa sociedade de trabalho alheio e estranhado; da mídia propagando a informação em tempo real através do mundo, juntamente com a cultura de massa; de uma grande evolução tecnológica, atrelada a uma também grande desigualdade nas condições de acesso a ela; é nesse contexto que brota a temática do lazer, e, como já foi colocada anteriormente, sua discussão de ser uma ferramenta do sistema, ou uma contra este. As duas "utilidades" são possíveis e presentes, mas a alienação pelo lazer infelizmente vem se destacando mais. Gutierrez (2001, p. 57-58) já relaciona o lazer com outras características da nossa sociedade

como a ênfase na competição e no personalismo, a sobrevalorização da aparência, a falência do metarrelato e o surgimento da *performance* como critério de valor, tudo isso potencializado pelos recursos técnicos mas recentes da informática e das comunicações, não só coincide e referencia aspectos da dimensão do lazer, como também deve ser percebido como mediado por alarmantes sinais de degradação e esgarçada do tecido social.

Ainda segundo Gutierrez (2001, p. 71), sobre as mudanças recentes na configuração da relação do lazer com a sociedade,

Devemos destacar a tendência histórica de aumento do tempo livre no capitalismo, a gradativa diminuição da importância do trabalho humano tanto para geração de valor na forma mercadoria como na constituição da personalidade e da própria subjetividade, e finalmente o crescimento vertiginoso de um enorme mercado de produtos e serviços voltados para o lazer, atendido por organizações onde se confundem fábricas de computadores, turismo, show-biz, olimpíadas e campeonatos mundiais de futebol.

Para um melhor esclarecimento tem-se que analisar alguns pontos nestas afirmações. O primeiro é a "a gradativa diminuição da importância do trabalho humano", para entender esta "diminuição do trabalho", precisa-se de dois conceitos, expostos por Antunes (2003, p. 84), de trabalho concreto e trabalho abstrato que diz que

Quando se tematiza a crise da sociedade do trabalho, parece-nos decisivo recuperar a distinção marxiana feita entre trabalho *concreto* e *abstrato*. "Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo o trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso" (Marx, 1971: 54). De um lado, tem-se o caráter *útil* do trabalho, relação de intercâmbio entre homens e natureza, condição para a produção de *coisas socialmente úteis e necessárias*. É momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando

de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, resta-lhe apenas dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata...

Então, como defende Antunes, é a diminuição da importância do "trabalho abstrato" que hoje acontece e não a do "trabalho concreto" e criativo, que ainda é extremamente necessário e sempre vai ser.

Outro ponto a ser analisado é a competição. O fato de que a postura competitiva trouxe vários avanços tecnológicos, principalmente nas duas grandes guerras, é inegável. Mas no tocante a este assunto, devo concordar com Maturana (2002, p. 206) quando coloca que

A conduta social está fundada na cooperação, não na competição. A competição é constitutivamente anti-social porque, como fenômeno, consiste na negação do outro. Não existe "competição sadia" porque a negação do outro implica na negação de si mesmo ao pretender que se valide o que se nega. A competição é contrária à seriedade na ação, pois aquele que compete não vive naquilo que faz, aliena-se na negação do outro.

Difícil compreender esta afirmativa quando se vive numa sociedade onde a competição é supervalorizada. Mas numa perspectiva crítica essa análise se faz necessária, pois o mundo, e por consequência o lazer, tem sido freqüentemente permeados pela competitividade.

A temática do trabalho norteou minha pesquisa até então. Em vários aspectos o trabalho foi citado, não sem méritos, pois hoje ainda é peça chave para o entendimento social. Este aprofundamento inclusive não estava incluído no projeto inicial, porém ele se fez necessário à medida que o estudo foi se desenvolvendo. Procurarei aqui detalhar esse desenvolvimento das relações de trabalho e fazer uma ponte com as formas de lazer.

O trabalho é tema de discussão em qualquer roda, desde a mesa de bares até grupos de estudos. O desemprego acentua esta discussão, e é tomado como problema central, porém mascara de certa forma um problema ainda maior. Focalizando as atenções para o desemprego, esquecemos que não é, na realidade, a falta de emprego que deteriora as condições de vida na sociedade atual. Primeiro: o problema da humanidade não é atualmente a produção das mercadorias necessárias para uma vida digna, é sua distribuição. Não precisamos de uma maior produção, portanto não precisamos de mais gente empregada. Segundo: de que adianta a uma pessoa dar-lhe um trabalho alienante? Neste ponto concordo com Schrödinger (1997, p. 127), que *darwinisticamente* diz:

Acredito que a crescente mecanização e 'estupidificação' da maioria dos processos de manufatura⁷ envolvem um grave perigo de uma degeneração geral de nosso órgão de inteligência. Quanto mais às oportunidades de vida do trabalhador inteligente e do apático se equipararem pela repressão das habilidades manuais e disseminação do trabalho maçante e enfadonho na linha de

⁷ Eu acrescentaria a este conceito todo o trabalho alienado.

montagem⁸, mais um bom cérebro, mãos habilidosas e um olho aguçado se tornarão supérfluos. De fato, o homem sem inteligência, que naturalmente acha mais fácil se submeter à labuta enfadonha, será favorecido; é provável que ele ache mais fácil prosperar, estabelecer-se e gerar a descendência. O resultado poderá facilmente elevar-se até a uma seleção negativa no tocante a talentos e dons.

Ele ainda critica a função para qual esta sendo utilizada a tecnologia criada dizendo que

Em lugar de permitir que a engenhosa maquinaria que inventamos produza uma quantidade crescente de luxo supérfluo, precisamos planejar seu desenvolvimento, no sentido de aliviar os seres humanos de todo o manuseio não-inteligente, mecânico, 'maquinal'. A máquina deve assumir a labuta para qual o homem é bom demais, não o homem assumir o trabalho para qual a máquina seja demasiado dispendiosa, como costuma acontecer com grande freqüência. Isso não tenderá a tornar a produção mais barata, mas mais felizes aqueles engajados nela. (1997, p. 127).

Para Marx os meios de produção são as bases para o entendimento da sociedade, ou, em outras palavras, "as relações de produção das condições materiais de sobrevivência como instância fundamental e privilegiada para a compreensão do social". (Gutierrez, 2001, p. 30). O trabalho e a obra de Marx são temas inseparáveis, mas alguns de seus seguidores acabaram por sobrevalorizar os trabalhos assalariados, ajudando a fortalecer este sistema de trabalho alienado. Antunes (2003, p. 86) coloca que:

[...] Essa *forma de ser* do trabalho, sob o reino das mercadorias é, como Marx demonstrou desde os manuscritos de 1844, essencialmente nefasta para o ser social que busca a *omnilateralidade* e que sob a forma do trabalho *estranhado* vivencia a *unilateralidade*. Nesta concepção recusa-se agudamente o culto ao trabalho assalariado, tão fortemente idealizado por inúmeras vertentes do marxismo neste século XX. Mais *fetichizada* do que em épocas anteriores, a sociabilidade contemporânea, portanto, reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho *estranhado*.

Mas como se deu este trabalho estranhado até então? A resposta vem na evolução do trabalho a partir da revolução industrial. Antes da revolução e do desenvolvimento acelerado da tecnologia, quem determinava o trabalho era a natureza. O trabalho era realizado nas horas e estações do ano propícias, era realizado normalmente em família e era parte integrante do sujeito. Hoje o trabalho é que dita a natureza. O trabalhador é tem que se adequar ao trabalho, a natureza não tem mais a importância que tinha e o sujeito hoje "pertence" ao trabalho. O homem nada mais é do que "vendido" para determinado

⁸ Na caixa de uma loja, num posto de gasolina, numa recepção...

trabalho. Antes o trabalho concreto, hoje o abstrato⁹.

Fazendo agora uma ponte com o lazer, em Marx, ele é entendido quase que sempre como em a oposição ao trabalho. Com um trabalho na sociedade capitalista estranhado (alienado), este lazer também se torna alienado e não é bem-visto, porém um lazer construtivo não só no âmbito pessoal como social é importante. Coloca Dumazedier (1999, p. 61) que

Para eles (pensadores Marxistas), lazer e consumo são uma mesma e única realidade. Esta realidade é um produto não da sociedade industrial avançada, mas do sistema de produção de distribuição e de consumo. Estamos convencidos de que este sistema selvagem, orientado pela busca do lucro máximo, malgrado alguns setores protegidos, desenvolve certos tipos de bens e serviços de conforto ou de lazer onde o interesse dos empresários é mais bem servido do que a exigência da personalidade.

Agora, mesmo sabendo que este trabalho no sistema capitalista é alheio e estranhado, que o homem se vende, vende sua vontade e seu tempo de vida pelo capital, observa-se que a jornada de trabalho tem se reduzido gradualmente (porém desigualmente), e como coloca Lucáks, citado por Antunes (2003, p. 130)

Hoje com uma semana de cinco dias e um salário adequado, pode já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação, que vai da compra de um cigarro às eleições presidenciais, ergue uma barreira no interior dos indivíduos, entre sua existência e uma vida rica de sentido [...] por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em *otium*, porque o consumo lhe é instalado sob a forma de uma superabundância...

Aqui trago duas reflexões, a primeira é, mesmo com uma jornada de seis horas por dia, cinco dias por semana, em um trabalho estranhado, o trabalhador ainda perde um bom tempo de sua vida, sua *omniteralidade*. A segunda é essa questão da influência da *mass media*, da manipulação de vontades. Essa questão, já enfatizada anteriormente, nada mais é do que um reflexo da vida. Uma pessoa que tem um trabalho estranhado, alienado, normalmente, por condicionamento mesmo, vai escolher atividades alienada. Aqui reflito junto com Padilha (2003, p. 244)

Hoje podemos dizer que temos mais tempo livre – o qual se manifesta de diferentes maneiras – do que tempo de trabalho. Mas será que não perdemos a noção do que necessitamos, do que deve ser satisfeito no nosso tempo livre?

⁹ É claro que o trabalho abstrato sempre existiu, e que o concreto ainda existe, mas o que quero colocar é a generalização, a predominância.

Acho que se não perdemos, no mínimo esquecemos-nos um pouco de vez em quando, mas podemos sim recuperar esse "conhecimento", e, pelo menos no tempo livre alcançar satisfazer os desejos pessoais.

O lazer tem sim que ser entendido como um meio de transformação social. Transformar essa sociedade alienada em uma sociedade livre. Simplesmente reduzir a jornada de trabalho não é suficiente, é preciso que nesse momento de liberdade do trabalho, se pense em um trabalho "livre", pois, como analisa, e muito bem, Padilha (2003, p. 254)

[...] Diminuir a jornada de trabalho alienado não significa eliminá-lo. Isso quer dizer que o tempo de trabalho que resta continuará sendo alienado, em maior ou menor grau. [...] No entanto, isso não quer dizer que a luta pela redução do tempo de trabalho e pelo aumento do tempo livre não deva continuar.

Portanto, acredito sim que o lazer é um meio de transformação social, mas este não chegará a uma mudança social real, se não vier acompanhado de uma mudança no trabalho, diz Antunes (2003, p. 132)

É evidente, entretanto, que a emancipação do trabalho não se confunde com tempo livre ou liberado, mas sim com uma nova *forma de trabalho*, que realize, em sua integralidade, a *omnilateralidade* humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social.

O lazer vai mudar quando o ser humano mudar os valores, que regem sua vida de um modo geral. Através do lazer podemos refletir sobre mudanças de valores, mas só vão se concretizar estas mudanças quando as aplicarmos a todas as esferas de nossas vidas. Não sermos alienados no trabalho, no lazer, na família, na política, até nas crenças mítico-espirituais quem sabe.

Então, se o principal pilar desta sociedade, que é o trabalho, subjugou o ser humano, e lhe atribuiu funções que não condizem e que limitam sua capacidade de evolução, quiçá o até pouco tempo não visto, e hoje ainda deixado de lado, o lazer, fosse valorizar a vida criativa. Por isso o lazer tem-se configurado como alienado, mas não sozinho, alienado como o contexto que o cerca, como o trabalho que ainda rege nossas vidas, e é nosso dever como profissionais do lazer, não só mudar isso dentro do lazer, mas colaborar para uma mudança em nosso contexto social de um modo geral.

Analisar a importância do lazer hoje talvez seja a parte mais fácil de fazer, mesmo com tantas críticas a ele. Porém, tem-se que analisar com cuidado pra saber se o lazer esta sendo usado como "cura" de alguns problemas, ou como "remédio", a fim de manter a sociedade estável, como defendem vários autores.

Claro que não conseguirei abarcar todos os benefícios que o lazer traz para o mundo, até porque minha intenção é apenas ilustrar sua importância, porém vou destacar a importância do lazer na infância, na idade adulta, e nos idosos, para tornar de mais fácil compreensão.

Muitos defendem que não há como tratar do lazer na infância com o argumento de que a criança não tem obrigações. Só não sei de que crianças eles estão falando. Fora às obrigações fisiológicas que são obrigações que temos em qualquer fase da vida,

dependendo da camada social a criança desde cedo vai absorvendo valores e tendo que seguir sim de acordo com sua situação, seja trabalhando no caso das menos favorecidas economicamente, se adequando aos padrões de exigência exercidos pela alta sociedade. No contexto social brasileiro, milhares de crianças têm no futebol, que é o seu lazer, sua única perspectiva de real mudança no futuro, e, observando essa característica, vários projetos vêm sendo desenvolvidos, para dar uma oportunidade às crianças (e jovens) através do esporte. Esse processo começa como uma atividade de lazer, e pode até ter como fim a formação de um profissional, mas o que é mais provável é que através de conceitos de cidadania e cooperação, inseridos nas entrelinhas das práticas, é a formação de um cidadão consciente de seus direitos, deveres e possibilidades.

Com o idoso o lazer vem sendo usado como forma de preencher o tempo ocioso, que passou a sua vida "acostumado" com o trabalho e se aposentou, ou os filhos saíram de casa (no caso das donas de casa), e agora não sabem mais o que fazer. É um problema de educação para a velhice, envelhecer sem esse dogma do "ser alguém produtivo", e, de novo, o lazer vem pra tapar esse furo do sistema, através de atividades que os façam sentir "úteis" novamente.

O ser humano adulto ainda é um ser produtivo, ainda se sente útil, e ainda assim precisa de lazer. Por quê? No ser humano "produtivo", não é seu caráter de utilidade que o incomoda, mas é o modo como se utilizam da "sua máquina". Sou obrigado a tocar na questão do trabalho de novo, mas serei breve. São poucos e felizardos os que conseguem neste mundo sobreviver daquilo que gostam de fazer e, por mais que goste do que faz, qualquer pessoa tem que seguir normas e burocracias. E é nesse sistema que o ser humano, enquanto pessoa que tem desejos se perde. O Ser é podado por um sistema de regras que você tem que cumprir, essa situação vai gerando um estresse, e essa criatura tem que achar um jeito de liberar essa "energia". Ai se tem encaixado o lazer, que infelizmente (ou não?) tem sido um assimilador de tensões. Não que isso seja propriedade exclusiva do lazer, pois outras coisas são também, como por exemplo, as religiões. Mas o lazer é ruim por causa disso?

Infelizmente no começo deste assunto coloquei que teria que analisar com cuidado para saber se o lazer era a "cura" ou o "remédio" para manter estável, mas no modelo sócio-econômico vigente não se percebe (ou dificilmente se percebe) como "cura", ele é sempre um "tapa buracos" do sistema.

E é nesse contexto que eu destaco a real importância do lazer no nosso contexto sócio-econômico, a capacidade do lazer de, como momento de livre busca e expressão, mudar esse contexto, como coloca a situação Oliveira (2003, p. 62)

Se o tempo livre é gestado no interior de relações sociais opressivas e dominadoras, a apropriação deste tempo não deixa de ser um momento de luta. [...] Ao politizar o uso do tempo disponível (no sentido de se assumirem como cidadãos plenos), os trabalhadores podem desvendar as máscaras de liberdade que a sociedade produz no trabalho e fora dele.

Mudar de paradigma não tem perspectiva de acontecer nem a médio nem a um curto prazo, mas é o ideal. Enquanto isso é vamos continuar a aliviarmos-nos com o lazer, ou melhor, usá-lo como um caminho para se chegar a um novo tipo de cultura.

3 O DIREITO AO LAZER DESINTERESSADO (?) – REFLETINDO SOBRE A QUESTÃO DO DIREITO E DO DESINTERESSE DO LAZER.

Para iniciar a problematização proponho duas discussões que me parecem de suma importância na formação do profissional e, principalmente, do pensador do lazer. O primeiro ponto que gostaria de tocar é o seguinte: o lazer tem o fim em si mesmo, seu caráter é desinteressado. “No lazer, o jogo, a atividade física, artística, intelectual ou social, não se acham a serviço de fim material ou social algum” (Dumazedier, 1999, p. 93). Não. Creio que isso é algo para deixar o lazer “bonito” e justificar o lazer alienado. Só se o autor não considera o caráter pessoal como influenciador direto na sociedade. Desde os primórdios o homem tem obrigações, e o que ele faz fora delas tem sim, dentre outros motivos, o descanso. Mesmo o lazer alienado tem seu objetivo, a própria alienação. Quem joga por prazer tem um fim maior, quem pinta, quem dança, quem corre, quem lê também tem. Tem o fim de gostar da vida, de dar um sentido a ela e continuar vivendo. Se isto não é um fim “material ou social”, pode-se dizer no máximo que é “pessoal”, e que, como pessoal, tem influência sim no todo social! Uma pessoa insatisfeita com a vida tem grandes possibilidades de se tornar um problema social, portanto a realização pessoal é sim uma questão social. Então, dizer que o lazer é desinteressado? Toda ação é interessada e o lazer não escapa disso. Qualquer coisa por mais individual que seja vai influir no social.

Então, como coloca Singer (1994) em relação à ética, que esta deveria ser assumida como francamente utilitarista¹⁰, o lazer também. Pois este sempre o foi, como qualquer outra atividade realizada por qualquer ser vivo. O lazer é hoje sim uma atividade de caráter hedonístico, liberatório e pessoal, mas nunca foi desinteressado. No máximo, alienado.

A segunda questão que venho colocar é a do lazer como direito. O lazer é considerado direito pela constituição brasileira, mesmo que nem sempre assegurado, mas é direito. Mas será que o ideal é tê-lo como direito? É só pensar um pouco para ficar na dúvida sobre esse assunto. O que é o lazer? Segundo Dumazedier, um momento liberatório, hedonístico, desinteressado, com o qual não concordo, e pessoal. Coloca Bruhns (2001)

Sabemos que o mito do prazer está presente no lazer, atrelado ao adjetivo “livre”, como se este tempo/espaço, de forma quase milagrosa, pudesse representar, numa contraposição a outros setores da existência, a conquista de aspectos tão almejados, porém pouco alcançados, numa sociedade constituída por acessos desiguais. [...] Dessa forma, o prazer tão enfatizado, quando o assunto é lazer, é colocado num tempo/espaço desgarrado da vida como um todo.

¹⁰ Na classificação de Marcellino, citada por Padilha (2003, p. 256), como “quando o lazer se resume a função de recuperação da força de trabalho ou quando sua utilização visa ao desenvolvimento”, acho que a uma falha. Ser recuperação de força de trabalho ou visar o desenvolvimento toma uma característica de “coisa ruim” nessa classificação. Se o seu trabalho não é abstrato, nada de mal descansar um pouco para se recuperar. Se você trabalha muito com a parte intelectual, nada de mais praticar um esporte que vai lhe incrementar o físico. Tem-se sim entender utilitarismo como o lazer que agora é, sim, utilizado com um intuito, sempre visando um resultado, nunca desinteressado. Esse lazer utilitarista pode ser alienado ou não, não é no fato de ser utilitarista que o torna ruim.

Então, porque ter o direito a esse lazer? No caso, ter o lazer como direito é ter garantido que, com certeza, apenas parte da sua vida vai ter essas características. Então, assumindo isso, se assume que o mundo nunca poderá, ou, que é natural que a pessoa não haja, exceto nos momentos de lazer, hedonisticamente; é assumir que o lado pessoal pode ser suprimido na maior parte do tempo; e é assumir que é normal não termos uma vida de caráter liberatório, ou seja, é normal sermos dominados. Não creio que seja provável, mas não é nem de longe impossível que cheguemos a um patamar onde suprimiremos as obrigações alienadas, e aí? Um mundo sem alienação é um mundo de liberdade, hedonístico e pessoal, um mundo com as características do lazer ideal de hoje. Se assumirmos lazer como este momento "separado e especial" da vida, excluímos, mesmo que de forma inconsciente, essa possibilidade de uma sociedade evoluída a tal ponto. Tem-se que pensar nessas qualidades na vida como um todo. Como coloca Antunes (1999, p. 177)

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela *omnilateralidade* humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, auto-determinada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Uma sociabilidade tecidos por indivíduos (homens e mulheres) sociais e livremente associados, na qual ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões.

Resumindo, pensar o lazer como apenas essa "possibilidade desse momento de realização pessoal" é um pensamento social e de manutenção da ordem. Não é minha intenção discorrer sobre "como chegar a uma sociedade assim?", até porque se eu soubesse estaria provavelmente escrevendo isso. Minha intenção é simplesmente descrever este fenômeno, a fim deste questionamento não desaparecer com o tempo, e este conceito (ou mito) de sociedade, sussurrado pela "mãe cultura"¹¹ em que estamos inseridos seja tido como verdade.

¹¹ A mãe cultura, cuja voz fala em seus ouvidos desde o dia em que nasceu, deu-lhe uma explicação de como as coisas vieram a ser como são. Você conhece bem; todos em sua cultura a conhecem bem. Mas essa explicação não lhe foi dada toda de uma vez. Ninguém chegou para você e disse: 'eis como as coisas vieram a ser como são, desde dez ou quinze bilhões de anos atrás até o presente'. Em vez disso, você reuniu essa explicação como se fosse um mosaico: a partir de um milhão de informações apresentadas de várias maneiras por outros que compartilham dessa explicação. (QUINN, p. 37).

4 DISCUTINDO OS CONCEITOS E SEUS ASPECTOS RELEVANTES COM OS ESTUDANTES

Minha abordagem sobre este tema inicialmente seria somente teórica. Com o desenvolvimento do projeto, viu-se não uma necessidade, mas sim o incremento de qualidade que daria uma pesquisa de campo a este trabalho. Afinal de contas, se meu trabalho tem como mote fomentar a discussão destes aspectos, nada melhor do que colocar uma opinião qualificada para ser debatida.

Não foi aqui minha intenção pesquisar quantitativamente os alunos. Busquei através de uma amostra de dezoito alunos do curso uma qualidade nas respostas, e analisei com a devida atenção cada uma delas. Através de duas perguntas, solicitei uma resposta sucinta, um conceito básico que era pensado e repassado no momento em que meu questionário era respondido. Com esta amostra bastante uniforme, pude tirar conceitos e desenvolver o diálogo com os alunos pesquisados.

Devido à especificidade de cada pergunta, vou desenvolver este assunto dividindo as atenções entre os tópicos sobre o "caráter desinteressado" e o "lazer como direito". Não há espaço aqui para respostas certas ou erradas. Todas as respostas estão certas de acordo com seu contexto. De acordo com a realidade e o momento de cada um, a verdade se torna muito relativa.

5 O LAZER E SEU CARÁTER DESINTERESSADO

Cada pergunta consistia especificamente sobre seu assunto, e a pergunta sobre o caráter desinteressado do lazer foi colocada assim: "Para você, o lazer possui esse caráter desinteressado? Comente sua resposta." Foi colocado no questionário o mesmo conceito que utilizo sobre as quatro propriedades do lazer segundo Dumazedier, que são o "hedonístico", o "liberatório", o "pessoal" e o "desinteressado". De posse do conceito e da pergunta os alunos responderam, em sua maioria (72,2%) responderam sem questionar que sim, o lazer tem esse caráter desinteressado. Como posso ilustrar com esta visão:

Sim, pois o lazer é para ser feito, praticado ou realizado sem nenhuma espécie de obrigação, somente pelo fato de querer se sentir bem, de alcançar um bem-estar, de fazer o que gosta, sem ganhar nada com isso, apenas ganhando o prazer do divertimento, do descanso e do desenvolvimento pessoal e social, como fala o próprio Dumazedier.

Claro que questionados assim, a tendência é o pesquisando não questionar a posição do teórico citado, e minha pesquisa foi exatamente isso. O Ideal era que mesmo sendo levado a responder de acordo, o pesquisado negasse a afirmação. Não quer dizer que a resposta está errada, pois ela está socialmente correta. Há uma valorização do individualismo, mas uma sub-valorização da individualidade, ou seja, o indivíduo "se satisfaz sozinho", mas isso é julgado como se fosse essa satisfação uma coisa "sem interesse" para sociedade. Ao se satisfazer, o indivíduo ganha com isso e a sociedade também. Não acredito, nem vejo algum interesse maior do que isso.

Mas para não me deixarem aqui escrevendo coisas "sem sentido", um número de quase 30% de alunos também questionou essa posição, e isso já é uma grande coisa. Retirando aqui uma das respostas negativas à pergunta, onde um (a) aluno (a) coloca:

Na minha concepção de lazer não trabalho com esse caráter desinteressado. Primeiro, porque creio que quando um indivíduo se dispõe a realizar algum tipo de atividade que lhe proporcionará prazer, seja ela até mesmo imposta por alguma instituição social, mas que seja aceita de bom grado; certamente, esse indivíduo terá algum objetivo nessa atividade, seja ele para se divertir, relaxar, desenvolver sua formação, entre outros. Concordo que as pessoas têm que ter algum interesse durante a realização das atividades, pois ao contrário o mesmo cairia no vazio. Vejo o lazer, diante da conceituação psicossociológica, como toda a atividade desempenhada dentro de um tempo empregado na realização, intencional, da pessoa humana, suprimindo suas necessidades e desenvolvendo as capacidades do seu corpo e espírito. Através de mim me a dizer que as atividades de lazer deveriam sempre gerar, através do lúdico, desenvolvimento educativo e humano para a sociedade. Isso, diante dos interesses sórdidos que enxergo por trás da maioria das políticas públicas de lazer, atualmente, no nosso país.

Nesta resposta podemos destacar alguns pontos que já foram abordados neste trabalho, como a questão de toda atividade humana ter um interesse, além da crítica ao nosso contexto social. Outros colocaram que o lazer era desinteressado na teoria, mas não na prática. Pra mim isto bastou para agrupar a resposta entre as negativas.

Outra resposta que vou citar aqui no texto remete-nos a segunda questão, do lazer como direito social, e se coloca assim:

Para mim o lazer não possui caráter desinteressado. O lazer tem como interesse principal o prazer que, mesmo que não seja imediatamente, acarreta transformações na vida do indivíduo, nas suas relações e atuação cotidiana. Há um interesse objetivo e subjetivo nos benefícios que o lazer proporciona, tanto por parte de quem proporciona atividades de lazer (gestor ou técnico específico), quanto por parte de quem usufrui da atividade de lazer, independente da natureza desta atividade. Até porque se minha opinião fosse contrária não poderia concordar com a afirmação de que "o lazer é necessário para o pleno desenvolvimento do ser humano", principal interesse nas atividade de lazer.

Ai está outra questão do meu trabalho. Nenhum dos que respondeu que o lazer não é desinteressado, respondeu que esse não deveria ser sempre um direito. E isso nos remete ao próximo tópico.

6 O LAZER COMO DIREITO – SEMPRE (?)

Nesta parte da pesquisa, perguntei se o lazer deveria ser sempre direito ao ser humano e

se ele é necessário para seu pleno desenvolvimento. Tem-se que prestar atenção redobrada nesta palavra: “sempre”. Nesta pergunta recebi com quase que unanimidade a resposta: SIM, o lazer deve ser direito sempre e é sim necessário para o pleno desenvolvimento humano.

Quando elaborei essa pergunta imaginei que todas as respostas fossem positivas, até porque se um profissional do lazer não acreditar que este deva ser um direito sempre, por que continuar em sua profissão? O problema aí vem seguindo uma lógica. Se fossemos todos médicos, afirmaríamos com certeza que a medicina é e sempre será necessária para o desenvolvimento humano. Mas em uma hipótese onde se erradicassem a doença e os riscos físicos da vida (através da medicina é claro!), seria ainda a medicina necessária para nosso desenvolvimento? Medicina seria algo obsoleto, de grande valia no passado, mas obsoleto. É nesse sentido que esperava que se desenvolvessem as respostas, como essa (única):

Sob a ótica do hedonismo e do desinteresse, o lazer não é um direito, é uma vivência inerente, se for considerado o sentido puro de ludicidade (*homo ludens*). O lazer enquanto direito, instituído na Constituição, por exemplo, foi pensado como uma forma de assegurar que o indivíduo se desenvolva e não esteja à margem do processo social. Em minha opinião, esse direito existe contrapondo-se muito mais à questão do consumo. O lazer passou a ser visto como entretenimento e transformou-se em um fator de diferenciação social; a sociedade, em resposta, passou a cobrar que o pobre não fosse esquecido.

Então, vendo por essa ótica, o lazer deve sim ser um direito, mas um direito social, relacionado diretamente a nossa necessidade social. Se possuímos condições de em nossa vida desfrutarmos apenas de momentos de desenvolvimento, prazer e descanso (utópico, mas não custa nada pensar a respeito), nosso conceito de lazer seria obsoleto, ele não seria mais um direito, pois não faria mais sentido. Como profissionais do lazer deveríamos torcer para um dia não termos mais emprego, mais valia¹². Portanto, o lazer deve hoje ser um direito? Sim. Deve ser sempre? Segundo a maioria dos pesquisados, sim. Felizmente um deles me respondeu de acordo com minha opinião e novamente não me deixou falando sozinho.

7 A TÊNUE DIFERENÇA ENTRE TRANSFORMAR OU MANTER A ORDEM SOCIAL - REFLEXÕES

Tendo em vista essa discordância entre as idéias formuladas durante a elaboração da

¹² Não só deveria ser o desejo do profissional de lazer, como desejo de “morrer desempregado” deveria ser mais forte do que o egoísmo de se sentir útil. O desejo do advogado e do legislador deveria ser o de um mundo onde existisse o respeito sem uma necessidade de leis; de um médico um mundo sem doenças; do professor um mundo onde as pessoas já nascessem “sabendo” das coisas; do policial um mundo sem marginais, enfim, um mundo de pessoas sadias e autônomas. O problema é que “amamos” nossas profissões (somos nossas profissões) e colocamos muitas vezes o desejo de poder e utilidade à frente do desejo de estar num mundo harmonizado e saudável, mas isso é tema para outra discussão.

teoria e as respostas nas pesquisas, pode-se imaginar que por esse motivo este trabalho foi um fracasso. No entanto, é aí que ele se completa e mostra sua importância: este tema precisa, e muito, de discussão, e este foi o grande objetivo do trabalho! Aqui vai a grande contribuição do trabalho: o "direito ao lazer" e seu "desinteresse" são aspectos que devem ser no mínimo refletidos.

Não vou aqui mais tratar da questão do que chamo de "direito ao lazer desinteressado". Vou falar aqui da necessidade de mudança de pensamentos e conceitos básicos para uma real transformação social. Trata-se de sair dos padrões do consumo, que nos deixa a mercê de suas vontades e muitas vezes nos faz suprimir nossos valores e vontades; da competição, que "nos coloca no mundo" como se fossemos inimigos uns dos outros, e até da natureza, pois hoje temos que "vencer na vida"; da exclusão, que tanto maltrata a grande parte da população que é literalmente excluída das conquistas tecnológicas, dos direitos sociais e até excluídas das condições mínimas de sobrevivência; da fragmentação, que nos coloca sempre divididos (em famílias, países, estados, crenças, agremiações esportivas, etc.); do egoísmo e do individualismo, que regem nossas escolhas e decisões ao longo da vida.

Claro que estas mudanças de pensamento podem "tirar" o sentido (ou desmistificar) coisas que hoje tratamos como de suma importância, como nossos times de futebol e, em ano de copa do mundo, das nossas seleções, podendo eu até arriscar que desmistificaria conceitos mais profundos como os de nacionalidade ou de família. Conceitos estes tão arraigados em nossa construção de mundo, que a maioria (ou pelo menos grande parte) das pessoas vê como positivo, e deve estar se perguntando: "até agora eu estava gostando deste trabalho (ou não), mas no final ele coloca minha família como uma coisa 'ruim'?". Para tentar explicar minha afirmação vou colocar uma situação: imagine-se dirigindo por uma estrada. No acostamento está um carro, totalmente esmagado e destruído contra um poste. O carro é igual ao de seu pai (sua mãe, marido, esposa, filho, ou simplesmente alguém que você gosta). Qualquer um numa reação socialmente normal (comum) ficaria nervoso. Quando você se aproxima, vê um braço pra fora do carro... Nesse momento seu desespero deve ser avassalador. Porém, você percebe que a pessoa não era quem você estava pensando, o carro era igual, mas não era o de seu ente querido – que alívio! Que alívio? Outra pessoa está lá dentro, esmagada pelo carro, com um braço pendurado pra fora do carro, e neste momento você está aliviado, talvez até sorrindo, simplesmente pelo fato de que ela não significa nada para você. Não posso imaginar um exemplo melhor de egoísmo.

Coloco essa situação (espero que tenha sido compreendida) para ilustrar que hoje caímos no discurso de que queremos uma mudança social, queremos uma igualdade e um respeito igual, o que é muito válido, mas tendemos a querer essa mudança, mas ao mesmo tempo valorizamos coisas que ajudam a manter essa desigualdade.

Hoje queremos uma mudança social, mas "adoramos" fazer caridade; queremos a saúde de todos, mas muitos psicólogos celebram a "era da depressão", pois significa mais trabalho; amamos e cuidamos de nossos animais de estimação, mas matamos sua grande maioria pelo prazer do paladar; cantamos *Imagine*, de Jonh Lennon, tremulando as bandeiras de nossos mais diversos países e subdivisões da humanidade. Esses fatos me fazem pensar uma coisa: temos que ter uma mudança mais profunda para termos essa tão sonhada "igualdade social".

Claro que a "igualdade social" não é o único caminho, podemos simplesmente incrementar nossa ordem social, a fim de torná-la menos desigual e sustentável, o que já é uma grande façanha, mas cabe a cada ser pensante refletir se está disposto a mudar seu pensamento,

e principalmente suas atitudes, ou se vai continuar alimentando a ordem social. Por enquanto, eu ainda alimento a ordem (se não ela que se alimenta de mim), mas acredito que esse trabalho já é uma tentativa de mudança, ou pelo menos um pensamento de mudança. Quem sabe se todos nós pensarmos e tentarmos, um dia se chegue a esse mundo "igual", que tantos pedem e discursam sobre.

A TRADIÇÃO E A CONTEMPORANEIDADE DO BRINCAR NA RUA: MUDANÇAS

Vivianne Limeira Azevedo Gomes
Marcus Vinicius de Faria Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Com a chegada de outros povos, a partir do processo de colonização iniciado pelo descobrimento do Brasil, em 1500, costumes e tradições são inseridos e absorvidos pela cultura brasileira e entre eles, os brinquedos e brincadeiras infantis. A brincadeira tradicional é transmitida pela oralidade e seus conteúdos provêm dos tempos passados, de fragmentos de contos, mitos, práticas culturais abandonadas pelos adultos (KISHIMOTO, 1993). É do ponto de vista histórico, por meio de representações sociais, o lugar que ocupa no contexto social específico e a educação a que está submetida, que se forma a imagem da criança e do seu brincar.

Ao se analisar e compreender o universo infantil e os elementos do brincar deve-se ter em mente, a criança inserida no cotidiano de uma determinada época, decorrente de informações e uma hierarquia de valores de cada tempo histórico, bem como o contexto social a que o ser humano está submetido. Kishimoto (1993) apud Cardoso (2001, p.44)

o significado dado ao brincar varia de cultura para cultura, dependendo do lugar em que a criança está posta na sociedade, influenciando diretamente o espaço e tempo reservados a infância e ao brincar.

Dado o processo de mudanças ocorridas na sociedade possibilitou as pessoas e, conseqüentemente as crianças levarem uma vida diferente. Com o crescimento das cidades e o avanço tecnológico, o espaço público perde lugar para atos simples do cotidiano, como as 'brincadeiras de rua'. As ruas serviam de espaço lúdico para as crianças e até para os adultos. A própria transformação do brinquedo, acarretada pelas mudanças sociais, econômicas da industrialização e políticas, possibilitou mudança de comportamento das próprias pessoas no ato de brincar. O modo de brincar antes vivenciado consistia na criação ou construção de um objeto qualquer e, apropriação do mesmo pela criança que o produzia. Eram muito comuns brincadeiras de roda e brinquedos de pano, lata e madeira, onde a imaginação e a criatividade prevaleciam. A produção de brinquedos em grande escala industrial alterou o contexto do brincar, bem como as relações simbólicas que são estabelecidas no próprio desenvolvimento de cada brincadeira.

Brinquedos e brincadeiras despertam o interesse de jovens, adultos, idosos e principalmente das crianças. Na medida em que buscam um forte vínculo de identificação, as pessoas procuram de um modo geral, em atividades do brincar, a distração, a satisfação, o divertimento e a socialização. A brincadeira aparece como a atividade que permite ao indivíduo, em sua infância, a apropriação dos códigos culturais e seu papel na socialização;

já os brinquedos podem ser definidos de duas maneiras: seja em relação à brincadeira, seja em relação a uma representação social (BROUGÈRE, 2001).

No intuito de compreender as mudanças ocorridas nas manifestações lúdicas dos brinquedos e brincadeiras utilizados, a pesquisa buscou saber, o quê mudou, através do tempo nos componentes que envolvem a arte do brincar em um determinado espaço social; que valores ainda são cultivados, se há brincadeiras que preservam suas características. Objetivando ainda, refletir o processo histórico da dinâmica lúdica infantil no contexto da rua; Descrever os brinquedos e as brincadeiras praticadas pelos indivíduos na outrora e na atualidade. E por fim identificar as mudanças ocorridas nas vivências do brincar através das experiências vividas por idosos, adultos e crianças do local.

No texto original foram defendidas algumas considerações acerca do tema pesquisado, com auxílio dos teóricos que abordam assuntos que se relacionam. O trabalho discutiu o significado e transmissão de cultura; cultura popular versus cultura de massa; sobre identidade como traço marcante de um grupo. Trata também do conceito de brinquedo e brincadeira, além de agentes modificadores que interferem no brincar infantil. E, através do relato da infância de pessoas da Rua da Palha e o cotidiano das crianças do local, bem como crianças residentes em apartamentos, evidenciou-se as mudanças que ocorreram quanto às vivências lúdicas infantis.

O referencial teórico destinou-se a apresentação e discussão das idéias de autores que estudam e defendem a temática do estudo, servindo de subsídio para as discussões dos aspectos abrangidos. Utilizou-se Montenegro e Bosi, abordando sobre identidade e cultura popular; Estudos de Brougère e Kishimoto sobre as origens do jogo e o brincar infantil; Cascudo como se dava o contexto social nas décadas vividas no século na cidade de Natal, além do folclore, costumes e o crescimento da cidade. Mello e Ribeiro resgatando o comportamento lúdico na sociedade humana, apresentando as brincadeiras e como elas são preservadas e transmitidas. E uma análise geral desses aspectos através dos estudos de Cardoso, entre outros.

Na apresentação e discussão dos dados foi feita a caracterização da rua e a sua realidade quanto as vivências lúdicas infantis na outrora e na atualidade. Mostrando a rua como espaço de interação e socialização e a concepção do lúdico infantil alterada por novas influências culturais. Assim, no presente artigo serão expostas os resultados da pesquisa. O estudo caracterizou-se como sendo exploratório e explicativo quanto aos seus objetivos, uma vez que se baseou na busca de dados acerca do tema desenvolvido com posterior síntese das informações coletadas (MAIA; OLIVEIRA, 2005). Além de que, procurou analisar também o fenômeno estudado e seus determinantes. O público-alvo consistiu na população da cidade do Natal/RN. A amostragem selecionada, de uma forma não probabilística, consistiu em idosos, adultos e crianças residentes na Rua da Palha, localizada no bairro de Candelária, Zona Sul da capital.

O critério de escolha dessa localidade deve-se ao fato dessa rua ser uma das primeiras ruas povoadas do bairro e apresentar aspectos de comunidade interiorana. Foram escolhidas pessoas que contextualizem através de informações e valores oriundos da vida cotidiana o processo de mudança nas vivências do brincar infantil; bem como se observaram modificações no brincar das crianças na rua, salientando as práticas infantis das mesmas no local.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados no que se refere às fontes de informações foi feito um levantamento e a análise teve como base as informações coletadas a partir da tradição oral, entrevista e dos registros fotográficos.

Os procedimentos estabelecidos para o levantamento dos dados foram estes: com as crianças, entrevista e observação quanto as suas brincadeiras e o seu brincar; entrevista individual com pais e avós para comparar/confrontar e entender as modificações quanto as vivências lúdicas do brincar infantil; para saber também a rotina das crianças, bem como para registrar a história da rua, dado o longo tempo de habitação destes moradores no lugar, bem dizer 'nasceram' no local.

As visitas foram feitas em finais de semana, sábado e domingo, e durante a semana, em dias alternados, nos meses de janeiro e março. Colheu-se a rotina de algumas crianças de classe média residentes em apartamentos circunvizinhos e depois, confrontou-se com o cotidiano de crianças da rua, tendo como base a memória dos adultos e idosos, moradores do local. Para tanto, a classe social foi um aspecto utilizado, visto ser um fator que influi nas mudanças das vivências lúdicas infantis.

A abordagem da pesquisa foi de ordem qualitativa, tendo como método de inferência a análise de conteúdo e de discurso das falas das pessoas entrevistadas, bem como da observação realizada, a partir de categorias pré-estabelecidas. No encontro primeiro foi explicado as pessoas, a pesquisa de campo a ser realizada; depois, a entrevista, que foi aplicada individualmente aquelas que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, abrangendo os seguintes pontos: O tempo que reside na Rua; Relato da infância; As brincadeiras cotidianas; O grupo social que as crianças interagiam; As diferenças da infância de ontem e hoje; Modificação das vivências lúdicas infantis. Quanto às crianças residentes em apartamentos, buscou-se sua rotina semanal, relacionando as práticas do brincar.

2 O CONTEXTO E O COTIDIANO DA RUA DA PALHA

O local onde foi feito o estudo é uma pequena rua, estreita na largura, mas longa no comprimento. O lugar é um conjunto habitacional, com casas de médio e pequeno porte, com aspecto de vila, reconhecido pela prefeitura do Natal. Ela fica entre a Rua Alameda das Mansões e a Avenida da Integração. É cheia de becos para passagem dos moradores.

Partindo da história oral quanto ao desenvolvimento da rua, foi relatado por um dos moradores mais antigos sobre as condições do local. Por volta da década de 60, havia poucas casas e muito mato no local. Nada daquele conjunto existia; luz, água, nem energia, havia apenas alguns barracos no local. A área que abrange a rua era envolta de terrenos baldios. Atualmente estes espaços são contemplados por vários e imensos prédios. A Rua da Palha é mais conhecida por este nome, por seus antigos moradores e é mantido até hoje, porém, seu endereço está cadastrado como Travessa Salgado Filho. Há mais ou menos uns trinta e cinco anos a Rua da Palha recebeu este nome por apresentar muitos barracos de palha.

A rua apresenta uma população de renda média baixa, pessoas com empregos terceirizados e com pouco acesso a saúde e educação. Mas, há exceções. É composta também por uma população com faixa etária bem diversificada, habitam idosos, adultos, jovens e crianças. Durante as visitas foi observado um enorme contraste quanto as condições socioeconômicas do local, principalmente no quesito moradia. Há casebres em condições precárias lado a lado com residências de padrão mediano.

As primeiras visitas foram realizadas em finais de semana, observando assim o cotidiano dos moradores nestes dias. As pessoas encontravam-se na calçada fora de suas casas;

vizinhos conversavam entre si nas portas (ver foto 1); televisores ligados na sala; crianças pedalando de bicicleta e outras jogando bola. Mais adiante, em frente à outra casa, um churrasco e o barulho de som vindo do porta-malas de um carro.



Figura 1: Vizinhos em frente de casa
Fonte: Viviane Limeira, 2006

Em outra visita, encontrou-se novamente pessoas sentadas na calçada. Em um banco de madeira, conversavam sobre fatos do dia-a-dia, tomando café. Logo em seguida, passa um senhor vendendo salgados, coxinhas e risolis. Pôde-se presenciar grande grau de afetividade e companheirismo entre os vizinhos, tratando-se carinhosamente por apelidos. Inclusive o fato da dona de casa trazer café, independente da visita, para aqueles que conversavam. Observou-se dois meninos brincando com um saco plástico que voava. Corriam atrás do saco, sorrindo alegremente com as 'acrobacias realizadas pelo vento'.

Em busca de informações para pesquisa conversou-se com as pessoas referindo-se assim, as práticas lúdicas da infância e a mudança das mesmas na visão daqueles habitantes. Como pôde ser notado na rua, ainda é costume as pessoas ficarem em frente de casa conversando. Essa comunidade desenvolveu-se de forma não-planejada, individual e independente de projetos do poder público. Apesar da rua se situar em um bairro de classe média, ela guarda resquícios do 'interior': os padrões arquitetônicos (ver foto 2) se mesclam, descrevendo a mistura de classes, no mesmo espaço urbano.



Figura 2: Casas e prédios no mesmo espaço da rua
Fonte: Viviane Limeira, 2006

Refletindo os contrastes da sociedade contemporânea observa-se a delimitação das categorias popular, através da 'memória' da infância relatada pelos moradores do local. A cultura potiguar é rica nos seus costumes e crenças, a sua ludicidade infantil que foi construída por múltiplas culturas, entre as quais, africana, indígena e portuguesa entre outras, é preservada através de registros. Na rua ainda se mantêm alguns traços dessas brincadeiras e brinquedos infantis. As crianças utilizam a rua para praticarem algumas brincadeiras coletivas. No entanto, com o crescimento da cidade, bem como da própria rua e a correria do dia-a-dia, reduziu-se o espaço e o tempo para brincar, além dos avanços tecnológicos que afetaram as brincadeiras, deixando a interação das crianças em segundo plano, priorizando o consumo por brinquedos industrializados.

Os moradores gostam bastante do local. Apresentam amizades de longos tempos. É uma comunidade simples que preserva aspectos interioranos, como a boa convivência entre vizinhos e práticas sociais que mobilizam toda a comunidade.

2.1 Rotina das crianças

Um dos métodos de análise para resultados do estudo proposto foi o de analisar a rotina de algumas crianças da rua da palha, com outras crianças residentes em apartamentos. Na Rua da Palha entrevistou-se crianças de 4 a 12 anos de idade. Elas se conhecem, são vizinhos e amigos de rua.

As crianças entrevistadas freqüentam a escola. Todos os dias da semana, de segunda a sexta-feira, por volta das sete horas da manhã vão para a aula. Em alguns dias tem atividades esportivas. Os menores freqüentam a creche no horário vespertino e lá, fazem atividades recreativas: pintam, desenham, brincam de corre-corre, ciranda, senta-senta (brincadeira da cadeira). Na escola, os maiores, brincam na hora do recreio. Disseram brincar de tica, esconde-esconde, relóginho, elástico. Alguns preferem jogos de computador, "ficar na internet".

As crianças toda noite, se encontram pela rua, seja para brincar ou apenas conversar. No dia-a-dia as meninas brincam de casinha, de boneca, de Barbie, panelinha, cabeleleira etc. Os meninos brincam mais de correr, andar de bicicleta, jogar bola. E todos juntos, brincam de esconde-esconde. Às vezes, a meninada se contagia ao escutar o som de uma música e põe-se a dançar. Essas crianças, quando não estão na escola, ficam em casa.

Quanto às crianças residentes em apartamentos, apresentam faixa etária entre 5 e 11 anos. Estudam em escola particular. Alguns estudam pela manhã, outros, no turno da tarde. Assim como as crianças da rua, brincam na escola, na hora do intervalo, de tica e esconder. Brincam com jogos industrializados como: banco imobiliário, *can can*, *war*, memória. Jogam bola e correm de bicicleta no estacionamento do prédio onde moram. O condomínio das crianças não possui área de lazer como piscina, quadra, *play-ground*.

Na escola, em outro horário, algumas praticam esporte ou fazem algum curso: karatê, natação, música. Pode-se constatar que as crianças da rua ainda têm um tempo significativo para brincar, ao contrário das de classe média que moram em apartamentos. Estas apresentam menos tempo durante a semana. As crianças deixam de valorizar pequenos momentos, como o simples ato de brincar, priorizando outras atividades. São atividades esportivas, sugeridas pelas próprias crianças, mas que tomam todo seu tempo. Visto possuírem também atividades escolares e outras extracurriculares, a serem cumpridas, ficando assim, com pouco tempo para brincar. Verifica-se que as crianças da

rua brincam com as demais crianças do lugar, enquanto as que moram em apartamento, têm apenas os colegas da escola para brincar.

2.2 Memórias e brincadeiras na Rua da Palha

Quanto às memórias e significações das manifestações lúdicas, para melhor compreensão, será utilizada a palavra 'ontem' para as crianças que atualmente são adultos e idosos; e o termo 'hoje' referindo-se as crianças de hoje em dia.

As crianças adoravam brincar na rua, principalmente de assustar os outros. Os meninos eram os donos das cenas de terror. As meninas brincavam com bonecas, tinha-se boneca de pano e panela de barro; pulavam corda, brincavam de casinha, brincadeiras de roda; Jogavam com pedrinhas e academia. Com os meninos predominava biloca, pião, carrinhos de lata, roladeiras, brincadeiras de correr – tica-cola, esconde-esconde, jogar bola, bandeirinha.

Os brinquedos mais modernos, não eram acessíveis a grande parcela da população. As baixas condições sócio-econômicas refletiam na aquisição de tais elementos infantis. Seu Joaquim que chegou à rua com seis anos de idade, hoje com 43 anos, diz que pelas condições que vivia, pois teve uma infância pobre, construía seu próprio brinquedo: carro de lata, roladeira "quanto mais latas melhor! saía puxando cinco latas seguidas, presas por um arame"; quanto a brincadeira, esconde-esconde era a preferida, visto o escuro da rua. Noite de lua cheia era o melhor dia para brincar, segundo alguns moradores: "a lua e as estrelas iluminavam toda a rua; contávamos as estrelas e corríamos por toda a rua".

Por trás da rua, havia um campo de areia, onde as crianças jogavam bola. Manoel Paulo Neto, 51 anos, nascido no interior, nota que a sua infância foi bem diferente a dos seus filhos, criados na capital. Ele tem dois filhos, um de 24 anos e outro de 12 anos que foram/são criados na rua. Enquanto seu Manoel inventava/construía seus brinquedos, carrinho de madeira, fazia pipa/coruja, brincava no rio, corria e pulava muito; o seu filho mais novo, prefere a internet, jogos de computador.

Mas as crianças de hoje, também brincam na rua. Passeiam pela rua, andam de bicicleta, jogam bola. Elas se encontram para brincar no período da noite, pois junta mais crianças, visto muitas estudarem em turnos distintos. Brincam de esconder. Ainda jogam bola, só que o campo mudou de local: não tão distante da rua eles encontraram um campo de areia para praticarem o futebol (ver foto 3) e utilizam uma quadra de esportes, localizada no bairro.



Figura 3: 'Novo' campo de areia usado para as crianças jogarem futebol
Fonte: Viviane Limeira, 2006

Comparando com as brincadeiras praticadas pelas crianças de 'ontem', hoje adultos, pais e avós, o esconde-esconde, o tica ou pega-pega, o brincar de carrinho e de boneca são mantidos por meninos e meninas da rua. A diferença consiste nos brinquedos: o uso de brinquedos industrializados e dos brinquedos artesanais e/ ou construídos pelas crianças. Os pais dos adultos de hoje, por questões financeiras limitadas, não tinham como comprar brinquedos. Portanto, as crianças se utilizavam de objetos 'descartáveis' ou do próprio ambiente, como: latas, papel, pedaços de pau, madeira, borracha, ferro, tampinhas entre outros. Já as brincadeiras não são as mesmas, só algumas são praticadas, havia mais espaço.

Partindo da observação de alguns dos entrevistados "as brincadeiras em grupo eram mais frequentes na sua época e que as crianças de hoje brigam mais do que brincam [...]". Uma brincadeira praticada antes e que hoje não se faz mais na rua era o 'Boi-de-Reis'¹. Uma pessoa, adulto na maioria das vezes, se vestia com fantasia de boi e em roda, começava a girar para alegria da criançada, tipo bumba-meu-boi.

Como lembra Francisco Florenço Lopes da Silva (47 anos):

Jaburu, antigo ex-morador do local, (agora reside em outro lugar) quem fazia o boi-de-reis. No dia de Reis, 6 de janeiro a comunidade preparava-se para 'matar o boi': rasgava o pano, quebrava e queimava a cabeça do boi neste dia, e no próximo ano era outro boi. O corpo do boi era um pedaço de pano estampado e a cabeça era feita de madeirito; nela colava-se os chifres e o olho era um espelho.

Para alegria da criançada, além do boi-de-reis, Jaburu apresentava mamulengos, brinquedo mais conhecido no Estado por João-redondo. Outras brincadeiras que fizeram parte do contexto social infantil da rua serão descritas, relacionando sua origem e finalidade como o jogo das pedrinhas, a biloca, o pião, a boneca e o esconde-esconde.

O jogo das pedrinhas é uma brincadeira muito antiga, conhecida na Antiguidade Clássica, como pode ser vista em pinturas em ânforas gregas e outras representações iconográficas (RIBEIRO,2000). O jogador com cinco pedrinhas, atira uma delas para o ar, procurando pegar as restantes, antes que caia no chão; depois joga duas juntas, depois três e, finalmente quatro, fazendo a seguir uma série de truques de habilidades para marcar pontos. Outro jogo de rua é a biloca ou bolinha de gude esse é favorito dos meninos. De acordo com Ribeiro (2000, p.58)

de origem muito remota, veio para o Brasil na bagagem dos colonizadores e, através dos tempos, sofreu modificações e adaptações de acordo com o contexto cultural, conservando sua estrutura básica, de jogo infantil de rua.

¹ O Boi-de-Reis faz parte do Folclore do Rio Grande do Norte, parte dos autos populares, misto de dança e espetáculo teatral em que há um fulcro dramático central que caracteriza cada um deles. É o tradicional Bumba Boi. Em Natal, Joaquim Augusto da Silva, conhecido como Joaquim Basileu, é o Mestre, Amo do Boi de Reis. A primeira apresentação do ano é realizada diante de uma igreja para que todos os brincantes sejam abençoados por Deus. Logo após, quando são chamados, apresentam-se em palanques ou residências. (CASCUDO, 1984).

Esta brincadeira possui regras próprias. Jogo tipicamente infantil, percorreu os séculos chegando até os dias de hoje, sendo difundido pelas Legiões Romanas. O nome 'gude' deriva de 'gode', do provençal, que significa *pedrinha redonda e lisa*. Tem sua nomenclatura rica e própria, que varia de lugar para lugar, embora alguns termos básicos pouco ou nada se modifiquem. O jogo de gude, se resume em perseguir e apoderar-se das bolas vencidas :

um buraquinho feito no chão, que apenas a escondia, colocava-se uma biloca. Depois de pedir a vez, meitava-se (arremessava-se) para a linha que distava cerca de dois metros ou quatro passos. Daí cada jogador carolava sua biloca, procurando carimbar e libertar, fazendo-a saltar, a da escora. Quando isso acontecia, a biloca liberta saía do jogo sendo por outra substituída, mas não mudava de dono; meitava-se novamente e o jogo recomeçava até que alguém tornasse a realizar essa difícil façanha, tornando-se propriedade de quem acertasse. (Francisco Félix Nunes)

Remontando a Antigüidade Clássica Greco-romana, temos o pião, bastante praticado na rua. Brinquedo introduzido na América pelos portugueses, é tradicionalmente feito de madeira, cônico ou piriforme, de tamanho, formato e denominações diferentes, tendo no ápice ponta de ferro afiada, que serve de pé. Ribeiro (2000, p.59):

Participam dois ou mais jogadores, que desenham um círculo no chão onde o pião deve ser lançado e ficar rodando sem sair dos limites da linha. Há outra modalidade em que o jogador deve lançar o pião contra outro, que está rodando com o objetivo de afasta-lo, ou em casos menos comuns, de parti-lo, vencendo o jogo e inutilizando o brinquedo do companheiro.

Na brincadeira, diversas provas de habilidades são desenvolvidas pelos jogadores, como fazer o pião ficar girando num mesmo ponto sem cair, fazer o pião 'dormir' na palma da mão; em outros casos as crianças brincam apenas de fazer girar o brinquedo o maior tempo possível.

Um dos mais antigos objetos de brincar da humanidade e que fez e faz parte da infância de muitas meninas é a boneca. A brincadeira de boneca era muito praticada pelas crianças. Chá de bonecas, casamento das bonecas até velório das bonecas se fazia.

No Brasil surgiram aproximadamente em 1806, com a vinda da família real, ficando restritas a corte. No início do século XX chegaram aos lares de classe média as bonecas importadas da Europa. Popularmente a bruxinha de pano era o objeto de brinquedo das meninas menos favorecidas economicamente. Na atualidade a uma grande variedade de bonecas: existem de todos os tipos imagináveis, com características de moças, crianças, bebês, que falam, choram, andam, comem e até fazem xixi. (RIBEIRO, 2000, p.60)

Por fim, uma prática muito querida e realizada na infância das crianças é o esconder. O esconde-esconde é uma brincadeira na qual enquanto uma pessoa fica com os olhos tampados contando até certo número combinado com os participantes, os demais se escondem. O encarregado de os localizar vence apenas, se encontrar todos os demais participantes antes que algum retorne para o ponto de partida. O primeiro dos que tiver se escondido a retornar para o ponto de partida vence, fazendo com que aquele que os procurava perca a partida.

São épocas diferentes. No contexto investigado, as brincadeiras vivenciadas por pais e avós já não são as mesmas dos seus filhos. As crianças de hoje adquirem algumas vivências de antes, constatadas por seus pais e avós, mas sobressaem com novas aptidões.

2.3 A tradição e a contemporaneidade: indicadores de mudanças

Expondo aqui as mudanças ocorridas na rua desde seu processo de formação até os dias atuais, verificando a interferência dos costumes no ato de brincar e nas vivências lúdicas infantis, traçou-se um perfil de uma realidade ocorrida também, em outras ruas da cidade do Natal.

O fator urbanístico, o econômico e o social são notados na mudança do cotidiano da rua. O espaço no ambiente urbano era imenso havia vários terrenos baldios ao redor da rua. Como lembra um morador "havia um campo de areia onde jogávamos bola, além do mato onde caçávamos". A expansão urbana é a que mais interfere nas ações do brincar. Com o crescimento urbano não há mais locais vazios para as atividades. Não existem mais terrenos em volta da rua.

Outra questão é do tráfego. Passam muitos carros pela rua. Essa transição excessiva de carros dificulta os espaços das brincadeiras. Um fator negativo para o desenvolvimento psico-físico-social da criança que aprende e troca informações com outras crianças, além de se exercitarem com as brincadeiras; uma vez que a maioria das crianças hoje, apenas brinca nos computadores e aparelhos celulares, individualmente, sem a possibilidade de se integrar a um grupo de amigos.

A questão econômica e o consumo de massa são processos que interferem no brincar. Diferentemente dos seus pais, os adultos apresentam melhor condição financeira e, podem comprar brinquedos para seus filhos. Além do mais o consumo exacerbado de materiais infantis, promovidos pelo mundo capitalista, gera uma 'necessidade' de compra de novos e modernos brinquedos. Em contrapartida impede a criança de criar ou inventar brinquedos, de acordo com a sua motivação. Há uma influência da mídia nas brincadeiras infantis.

Outro fator que age na mudança do brincar infantil nos dias atuais, é quanto o processo de formação educacional das crianças. Os pais almejando sucesso profissional para seus filhos, os encaminham, desde cedo, a vários cursos profissionais, extra-horário de aula. As crianças têm tantas atividades para fazer: é aula de música, de inglês, de informática, de judô, natação, artes marciais, dança; ainda as próprias atividades estudantis, que acabam por preencher todo o seu tempo, diminuindo as suas vivências do brincar. Conversando com uma das crianças entrevistadas, ela comentou que estava cheia de tarefas escolares: sua professora passou seis exercícios para resolver. A mesma faz práticas esportivas: natação e judô; além de aula de música e de inglês durante a semana, extra-horário escolar

e disse tristonha: “não tenho mais nem tempo para brincar”. Pois a menina só brinca depois de cumprir suas tarefas escolares.

Analisando a rotina das crianças e a memória das pessoas ao relatar sobre a infância, a concepção do brincar infantil da rua mudou bastante. As crianças apresentam outras opções lúdicas. Algumas formas de brincar ainda permanecem, outras são substituídas. As brincadeiras de rua, aquelas tradicionais, não são mais tão comuns. Quanto às crianças que moram em apartamento, além do pouco espaço para brincarem e realizar as brincadeiras, elas priorizam outras coisas, deixando as vivências do brincar cada vez mais restritas.

Observando o conjunto de fatores que interferem no hábito de brincar de meninos e meninas: uso logo cedo de televisão, vídeos e computadores, o fato de passarem muito tempo diante de tais aparelhos; a preocupação excessiva dos pais com o futuro profissional de seus filhos, onde o tempo livre é ocupado com cursos de línguas, balé, esportes, entre outros; as crianças brincam pouco. Brincar é um fator importantíssimo para o bem-estar da criança: ajuda a desenvolver as diferentes formas de raciocínio, possibilita simular situações, ensina valores, promove autoconhecimento ao colocar a criança em contato com suas habilidades e dificuldades, aguça os sentidos, alivia tensões, desperta a imaginação e a criatividade e o mais importante, favorece a sociabilização, ensina a convivência e a respeitar regras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da contemporaneidade serve de referência as abordagens qualitativas, envolvendo aspectos sociais, dos sentimentos, das emoções e das experiências coletivas. Os elementos do brincar são produtos de uma sociedade dotada de traços culturais específicos que exploram o estudo de mecanismos da aprendizagem e desenvolvimento social dos indivíduos, seus benefícios devem ser explorados para inserir aspectos culturais de nossa sociedade as futuras e atuais gerações. A importância dessa pesquisa reside no favorecimento de estudos dos diversos ramos científicos sobre os saberes da tradição, que muitas vezes são negligenciados ou considerados como irrelevantes no âmbito acadêmico.

As mudanças referentes ao brincar são notadas. As brincadeiras tradicionais infantis eram encontradas mais facilmente nos tempos passados. O principal ponto de mudança do hábito de se brincar na rua é a rápida transformação de pequenas cidades em grandes espaços urbanos. O espaço foi determinante nesse processo: diminuíram os locais para as vivências lúdicas infantis. Hoje, dificilmente encontramos crianças participando de jogos coletivos na via pública. A violência urbana, o trânsito, dificuldade de relações humanas, desrespeito entre vizinhos impede a utilização do espaço público para a diversão.

Geralmente os pais ficam temerosos com a possibilidade de deixar as crianças brincarem na rua, devido aos riscos pela falta de segurança. No entanto na Rua da Palma, as pessoas se conhecem, se respeitam, ‘não existe perigo’. Notou-se que algumas das brincadeiras relatadas pelas crianças são as mesmas dos seus pais e avós, porém com algumas adaptações. O tempo do brincar também se restringiu: frente às exigências do mundo moderno, as crianças brincam ‘menos’ do que gostariam. O único horário reservado para a criança brincar, comumente as que residem em apartamentos, é o horário do recreio na escola.

A classe social é uma variável nesse processo de mudança, pois quanto maior o desenvolvimento social das crianças, maior o surgimento de novos mecanismos do brincar como os computadores, videogames, além de outros jogos eletrônicos e passeios em locais fechados, sem contatos com a natureza. A diversidade das brincadeiras restringiu-se, empobrecendo mais ainda, a cultura popular lúdica infantil.

As brincadeiras e os brinquedos populares se conservam na mente e na cultura de uma determinada época, de determinadas pessoas. A perpetuação destes, parte de um princípio educacional, calcado na herança cultural, adotado por educadores, sejam pais, professores ou responsáveis pela criança. Tendo em vista a insegurança nas ruas, o interesse de inserir uma criança na atividade escolar, o sistema capitalista e o mercado mecanicista com uma grande demanda de máquinas, computadores, robôs, carros e bonecos automáticos, videogames; uma nova visão no brincar lúdico infantil é adquirida. Com estas mudanças, a cultura popular deixa de ser um forte instrumento de construção social. A identidade se homogeneiza, descaracterizando-se e, absorvendo outros elementos, esquecendo da tradição. A tradicionalidade enfraquece, perde sua referência na cultura lúdica infantil para novos elementos da cultura contemporânea como a mídia televisiva e os jogos e brinquedos industrializados. Além da escola que possibilita novas aprendizagens, pedagogizando os jogos infantis.

Depois dos relatos sobre a Rua da Palha, confronto o novo e o velho, passado e presente. E com certa melancolia lanço um olhar sobre aquele espaço que outrora existiu mato verde, lugar para jogar bola, sem carro transitando, casas simples, crianças que brincavam na rua, sem pensar em atropelamento ou violência. Busco a pureza que devia ali fazer morada. Observo nos rostos dos mais antigos moradores ao serem indagados sobre sua infância, pobre e feliz, um misto de saudade e doçura. Hoje as crianças reclamam do pouco espaço, da falta de praça, parquinho, quadra de esportes. As crianças que residem em apartamentos ficam reclusas num pequeno ambiente para brincar. E as vezes, falta-lhes 'tempo' para brincar, visto os compromissos sociais a serem cumpridos.

Construções bonitas começam a substituir as velhas moradias. A rua ainda conserva um "quê daquela paz" de antigamente, não sei até quando. Porém acredito que o brincar, o brincar junto é a grande sacada para uma infância feliz. E como o povo da Palha o foi. Encontrei em pleno coração de Natal, um lugar que existe em todas as cidadezinhas do interior: aquela rua de pessoas simples, amigas de longas datas, criadas juntas, que dividiam sua infância. A paisagem está mudando. Construções novas e modernas já olham de cima para baixo as mais antigas. É a passagem do tempo trazendo o novo, nem sempre benéfico, porém necessário.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1978. p.287-288. Disponível em: <http://www.vestibular1.com.br/revisao/filosofia_III.doc>. Acesso em: 10 dez. 2004.
- ALENCAR, Eunice Soriano de. **Como Desenvolver o Potencial Criador**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ALENCAR, François Silvestre de Editorial: a palavra da casa. **PREÁ**: revista de cultura, Natal, n.5, p.5, mar. 2004.
- ALEXANDRE, Mário J. O. **A construção do trabalho científico**: um guia para projetos, pesquisas e relatórios científicos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- ALMEIDA, Anne. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. Disponível em: <<http://www.cdof.com.br/recrea22.htm><www.tvcultura.com.br/aloescola/infantis/brincarebom/paiseprofessores.htm> acesso em: 04 set. 2006.
- AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Políticas Públicas. In: GOMES, Christiane Luce. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.
- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- ANTUNES, Celso. **A Teoria das Inteligências Libertadoras**. Petrópolis, Vozes 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- _____. **Os Sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 1999.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE-ASSECOMRN. **Doutores cidadãos visitam o hospital Giselda Trigueiro nesta terça**. Disponível em: <www.assecom.rn.gov.br/pg_noticias>. Acesso em: 22 ago. 2006.
- AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Campinas, SP, Editora Papirus, 1993.
- BABIN, Pierre e KOULOUMDJIAN Marie France. **Os novos modos de compreender – a geração audiovisual e do computador**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1989.
- BARBOSA, Ana Mae (Org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: nota sobre fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Obras escolhidas**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.164-196.
- BENEVIDES Costa, Gilvana. **Uma Abordagem Humanística para o Ensino de Astronomia no Nível Médio**, Dissertação, UFRN, 2005.
- BOAL, Augusto. **Jogos para Atores e Não-Atores, Teatro do Oprimido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. **"Esporte lazer e desenvolvimento humano"**. Disponível em: <www.qualitybemestar.com.br/ eventos_conf_esport_fala.html>. Acesso em: 15 mar. 2007, 14h: 21 min.
- _____. Política de Lazer. In: GOMES, Christianne Luce (org). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____(Org). **De Angicos a Ausentes: 40 anos de Educação Popular**. Porto Alegre: MOVA-RS, CORAG, 2001.
- BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais**. Barueri, SP: Manole, v.1, 2003.
- BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social. **Manual de Orientação do Peti**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social. 2002.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Editora Saraiva, 1988.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RN. Plano preliminar – Projeto: PA José Coelho da Silva. Natal/RN: 1999.
- _____. **Ministério dos Esportes**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/snedel/sobre.jsp>>. Acesso em: 30 set. 2005.
- BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. Revisão técnica e versão brasileira adaptada por Gisela Wajskap. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2004. (Coleção Questões da nossa época; v. 43).
- BRUHNS, Heloísa Turini. **O Corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas, SP: Papirus, 1993.
- _____. Prefácio. In: GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer, questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas, Autores Associados, 2001.
- CANAU, Vera. **Tecendo a Cidadania**, São Paulo, Vozes, 1995.
- CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**, Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- CARDOSO, Simone Rossi. **Memórias e jogos tradicionais infantis: lembrar e brincar é só começar**. Londrina: Eduel, 2004.
- CARRON, Wilson e GUIMARÃES, Osvaldo. **As Fases da Física – Vol. Único**, São Paulo: Editora Moderna, 2002.
- CARVALHO, Alysso e outros. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 5. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada. V. 4, 1984.
- _____. **História da Cidade do Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- CASTRO, Paulo Venturele de Paiva. **Conheça melhor o seu bairro Pajuçara**. Natal, 2005.
- CESNIK, Fábio de Sá. Incentivo público à cultura. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais**. Barueri, SP: Manole, v.1, 2003, p.99-102.

- CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JUVENAL LAMARTINE. **Fundação José Augusto**: 40 anos (1963-2003). Natal: Fundação José Augusto, 2004.
- CHALLOMER, Jack. Física - **Atlas Visual**, São Paulo, Àtica, 1997.
- CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. [tradução de Guido de Almeida]. São Paulo: Summus, 1987. (Novas buscas em Educação; V. 29).
- CHAUÍ, Marilena. "Introdução. In: LAFARGUE, Paul. **O direito à priguixa**. São Paulo: HUCITEC, 199.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.
- COHN, Gabriel (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano. In: _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1969, p. 11-31.
- COSTA, Ademir Araújo da. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal-RN**. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ. PPGG, Rio de Janeiro, 2000.
- COSTA, Gilvana Benevides. **Uma Abordagem Humanística para o ensino de Astronomia no Nível Médio**, Dissertação, UFRN, 2005.
- COSTA, João Bosco Araújo da Costa. As Políticas Públicas e a Reforma do Estado Brasileiro: contração do campo da política e crise dos atores sociais. **Revista Desafios Sociais**. Natal, ano 1, 2001.
- COSTA, Tácito. PS. **Preá**: revista de cultura, Natal, n.4, p.84, dez. 2003.
- _____. PS. **Preá**: revista de cultura, Natal, n.8, p.84, set. 2004.
- _____. Entrevista concedida à Maisa Carvalho de Souza. Natal, 22 jul. 2005.
- CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson. (Org). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.
- CUNHA, Edite da Penha e CUNHA, Eleonora Schettini. M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson. (Org). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- CURY, Augusto. **Revolucione sua Qualidade de Vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- DE FIORE, Ottaviano Carlo. Funções do Estado na cultura. In: ALMEIDA, Candido José Mendes de et al. (Org.) **Cultura brasileira ao vivo**: cultura e dicotomia. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 19 – 35.
- DEBERT, Guita G. Terceiro Setor: percepções de mudança. In: FALCÃO, J.; CUENCA, C. (Orgs). **Mudança Social e Reforma legal**: Estudos para uma nova legislação do terceiro setor. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária: UNESCO: BID: FBB, 1999.
- DEGENNSZAJH, Rachel R. **Capacitação em serviço social e política social, módulo 3**. Brasília: UnB/CEAD, 2000.
- DUBOIS, Philippe. **Ato Fotográfico e Outros Ensaios**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- DUMAZADIER, Jofrre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1979.
- _____. **Lazer e cultura popular**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

- ECO, Humberto. **Sobre os Espelhos e outros Ensaios**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FALCÃO, José Luiz Cerqueira. Unidade Didática 2 – Capoeira. In: KUNZ, Elenor (Org.) **Didática da Educação Física 1**. Ijuí: Unijuí, 1998.
- FARIA, Hamilton. Políticas públicas de cultura e desenvolvimento humano nas cidades. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais**. Barueri, SP: Manole, v.1, 2003, p.35-51.
- FARRET, Simone. Mudanças organizacionais na cultura brasileira. **Preá**: revista de cultura, Natal, n.6, p.12-13, maio 2004.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade**. (Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura.) São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997.
- FEIJÓ, Martin Cezar. As políticas culturais da globalização. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais**. Barueri, SP: Manole, v.1, 2003, p.19-22.
- FELIZARDO, Ana Paula. Educação contra prostituição. **Tribuna do Norte**, Natal, 28 de março de 2006. TN Escola. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=6041>>. Acesso em: 25 maio 2006.
- FERREIRA, Ângela Lucia de Araújo. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios em la ciudad**: um estúdio sobre la constituição de lo urbano em Natal, Brasil. Tese (Doutorado) - Universidad de Barcelona (Espanha), Barcelona, 1996.
- FILHO, Lino Castellani. Gestão Municipal e Política de Lazer. In: ISAYAMA, Helder; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e políticas**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia, Saberes Necessários à Prática Educativa**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- FREITAS, Rosa Maria Vieira de; TEIXEIRA, Monica La Porte. São Paulo em Perspectiva - **Acidentes do trabalho rural no interior paulista**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-88392003000200009....html>>. Acesso em: 26 out. 2006.
- FRITJOF, Capra. **A Teia da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.
- FURTADO, Edna Maria. A urbanização e o processo de favelização de Natal. In: MINEIRO, Fernando (Org.) **Ensaio sobre política urbana e plano diretor**. Natal (RN): CCHLA/UFRN, 1993.
- GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. Lazer - concepções. _____. (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- Governo do Rio Grande do Norte. **Projeto de humanização hospitalar será modelo para todo o sistema**. Disponível em: <www.rn.gov.br/principal/noticias>. Acesso em: 22/08/2006.

- GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. Rio de Janeiro, Editora Gama Filho, 1999.
- GURGEL, Carlos. **Entrevista concedida à Maisa Carvalho de Souza**. Natal, 23 out. 2005.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. **Lazer e prazer**, questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas, Autores Associados, 2001.
- _____. Um ensaio a partir dos aspectos contemporâneos. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Temas Sobre Lazer**, Campinas, Autores associados, 2003.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- HESSE, Hermann. **Sidarta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- HOUTART, François; POLET, François (org.). **O Outro Davos: Mundialização de resistências e de lutas**. São Paulo, Cortez, 2002.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HUMBERTO, Luis. **Fotografia a poética do banal**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- IBGE. Censo demográfico 2000: população residente, por situação do domicílio e sexo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil - Grandes Regiões. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tabelagrandes_regioes211.shtm> Acesso em: 10 set. 2005.
- ICOMOS. Declaração do México. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/mexico-86.htm>> Acesso em: 04 ago.2005.
- ISAYAMA, Hélder Ferreira. O profissional da educação física como intelectual no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- JARDIM, João; CARVALHO, Walter. **Janela da Alma**. Rio de Janeiro: Cinema Nacional, 2001.
- JUNIOR, Eduardo Neiva. **A Imagem**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- JUVENTUDE, Instituto Pastoral. **Recriando Experiências - Técnicas e Dinâmicas Para Grupos**, São Paulo, Paulus, 1997.
- KAMPER, Dietmar. In: CAMPELLO, Cleide R. (Org.) **O Trabalho como vida**. São Paulo, SP: Annablume, 1998.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____. **Jogos Tradicionais Infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Texto 2 Brinquedo e brincadeira: Usos e significações de contextos culturais. In: SANTOS, Santa Marli P. **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. 7. ed. São Paulo: Editoras vozes, 1999.
- KRISHNA. Bhagavad-gītā – São Paulo: Ed. Bhaktivedanta, 1995.

- KUBRUSLY, Cláudio Araújo. **O que é Fotografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.
- LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. **Lua Nova**. nº: 62. São Paulo, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2001
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaços urbanos: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetow. In: _____. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/UNICAM, 2001.
- LIMA, Pedro de. **Natal Século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. EDFURN: Natal, 2001.
- LOPES JÚNIOR, Edimilson. Prefácio a 2ª edição. In: MINEIRO Fernando. **Natal em perfil: por uma cidade cidadã**. 2. ed. Mandato Popular. Natal, 1998.
- LOPES, Antônio Mendes. **Os Espaços Públicos (de Lazer) na Cidade: Emergência de Novas Práticas e Vocações Territoriais**. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/arquivo/Artigo.asp?ID=789>> Acesso em: 28/ 12/ 2006.
- MACHADO, Marília Marcondes. **O brinquedo sucata e a criança: a importância do brincar, atividades e materiais**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- MAIA, Lerson Fernando dos Santos. A formação do técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção e políticas públicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- _____; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria. **Trabalhos Acadêmicos: princípios, normas e técnicas**. Natal, RN: CEFET-RN, 2006.
- MANCE, Euclides André (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**, Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**. 6 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1983
- _____. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.
- _____. **Políticas Públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. **Lúdico, Educação e Educação Física**. São Paulo, Ed.Umigui, 1999.
- _____. Lazer e Qualidade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.) **Qualidade de vida: complexidade e educação**. Campinas, SP: Papyrus, 2001a.
- _____. **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2001b. (coleção educação física e esportes)
- _____. (Org.) **Lazer e esporte: políticas públicas**. 2. ed. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2001c.
- _____. **Lazer e Humanização**. Campinas, SP: Papyrus 2001d.

- _____. **Estudos do lazer, uma introdução**. Campinas, autores associados, 2002a.
- _____. **A preservação dos jogos e brinquedos**. In: _____. Estudos do lazer: uma introdução. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002b.
- _____. A formação e o desenvolvimento de pessoal em políticas públicas de lazer e esporte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas,,: Papirus, 2003a.
- _____. **Lazer e empresa**. Campinas, SP: Papirus, 2003b.
- MARTINS, Gustavo. Leis de incentivo a cultura – ter ou não ter. In: ALMEIDA, Candido José Mendes de et al. (Org.) **Cultura brasileira ao vivo: cultura e dicotomia**. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 83 – 89.
- MASCARENHAS, Fernando. Exclusão Social Clube: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer. In: **Lecturas educacion fisica y deportes** (Buenos Aires), Buenos Aires, v. 95, p. 1-15, 2006. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd95/exclusao.htm>> . Acesso em: 10 out 2006.
- MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática da liberdade**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- _____. O pedaço sitiado: cidade, cultura e lazer em tempos de globalização. **Revista Brasileira de Ciências dos Esportes**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 121-143, maio, 2003.
- _____. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 2005. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- _____. Lazer e educação popular. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Sociedade, ciência e ética: desafios para a educação física/ciências do esporte, 2001, Caxambu. **Anais...** Campinas: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001.
- MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.
- MELLO, Alexandre Moraes de. **Psicomotricidade, Educação Física e jogos infantis**. São Paulo: IBRASA, 1989.
- MELO, Victor Andrade de. ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MELO, Veríssimo. **Folclore infantil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- MENDES, Maria Isabel de Souza. **Mens sana in corpore sano: compreensão de corpo, saúde e educação física**. Tese (Doutorado em Educação). Natal, RN, 2006.
- MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder ; LINHALES, Meily Assbú. **Sobre lazer e políticas: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MINEIRO Fernando. **Natal em perfil: por uma cidade cidadã**. 2ª ed. EDUFRRN: Natal, 1998.
- MONTANARI, Valdir e CUNHA, Paulo. **Nas Ondas da Luz**, São Paulo, Moderna, 1995.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo, Cortez, 2005.
- MOREIRA, Gilberto Passos Gil. **Discurso na ordem do mérito cultural 2004**. Disponível em: < <http://www2.cultura.gov.br/scripts/discursos.idc?codigo=1313>> Acesso em: 13 dez. 2004.

_____. Gilberto Passos Gil.. **Audiência Pública**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/gestao_da_politica_de_cultura/index.php?p=941&more=1&c=1&pb=1>. Acesso em: 10 ago. 2005.

MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Seccione 2002.

MOREIRA, Ramon Luiz Braga e outros. **Os sete pilares da qualidade de vida**. Belo Horizonte. Editora leitura, 2005.

MOREIRA, Wagner Wei (org.). **Qualidade de Vida Complexidade e Educação**. Campinas: SP, Papirus, 2001.

MORETTO, Vasco Pedro. **Óptica, Ondas e Calor: 2º Grau**. São Paulo: Ática, 1980.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita. Repensar a reforma, reformar pensamento. IN: _____. **Aprender a Viver**. RJ: Bratrand Brasil, 2004; p, 47-54.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**, São Paulo, Cortez Editora e UNESCO, 2003.

NATAL – RN: Síntese histórica e dada. Disponível em: <<http://www.geocities.com/athens/orade/5546/natal/natdados.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

NATAL. SEL – Secretaria Especial de Esportes e Lazer do Município de Natal.<<http://www.natal.rn.gov.br/sel/index.php>>. Acesso em: 30 set. 2005.

NATAL. SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário Natal 2005**, Natal-RN: Prefeitura do Natal, 2005.

NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. **Memória, Identidade e Cultura material**. Revista Vivência. UFRN/CCHLA. N° 28, 2005.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **Corporeidade e educação física: do corpo-objeto ao corpo-sujeito**. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

_____. **O Direito à preguiça: corpo, lazer e transdisciplinaridade**. In: XIII Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL. Anais, RN: Natal, 2001.

_____. **Para uma teoria da corporeidade: um diálogo como Merleau-Ponty e o pensamento complexo**. Tese (Doutorado em Educação), Piracicaba, SP: Unimep, 1999.

OLIVEIRA, Iris Maria. Política social, assistência social e cidadania. **Revista Desafios Sociais**. Natal, ano 2, 2002.

OLIVEIRA, P. S. Trabalho, Não-trabalho e Contradições Sociais in. BRUHNS, Heloisa Turini **Temas Sobre Lazer**,. (org.). Campinas, Autores associados, 2003.

PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é a doença, o lazer é o remédio? In: MÜLLER, A. e DACOSTA, L. P. (org.). **Lazer e trabalho, um único ou múltiplos olhares?** Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2003.

PAIVA, José Luis de Paiva. Por um voluntariado local. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

PAES, Ellen. **Exclusão digital é intensa no RN**. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br>>. Acesso em: 11 dez. 2005.

PATRICIO, Zuleica e outros (org.). **De fora para dentro: A qualidade de vida na reconstrução do corpo Individual – social.** IN:_____. Qualidade de vida do Trabalhador. Florianópolis: Ed. Do autor, 1999, p. 91 – 128.

PEREIRA, Ana Maria. **Ludicidade: Indicativo para superação do Dualismo.** Coletânea do XI ENAREL, Foz do Iguaçu, 1999.

PEREIRA, Cássio A. S. Terceiro Setor. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário Crítico do Lazer**, Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PINTO, Ana Lúcia Fiebrantz. **Memória:** Um desafio à memória do idoso. Fam. Saúde Desenv. Curitiba, v. 1, n. ½, p. 39-48, jan./dez. 1999.

PLATÃO. **A República**, São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

POLATO, Thelma Hoehne Peres. **Por um Lazer Potencialmente Transformador:** um estudo sobre as apropriações conceituais do lazer. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social:** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, p. 01-15, 1992.

PORPINO, Karenine de Oliveira; TIBÚRCIO, Larissa Kelly de Oliveira Marques. Atividades rítmicas e expressivas na educação física. In: NÓBREGA, Terezinha Petrúcia da (Org). **Livro didático 3:** o ensino da educação física de 5ª a 8ª séries. Natal, RN: Padéia, 2005.

PREFEITURA DO NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb>> Acesso em: 20 dez. 2006.

QUINN, D. **Ismael** - Um romance da condição humana. São Paulo, Ed. Fundação Peirópolis, 1998.

RIBEIRO FILHO, Amaro Ventura. **Análise da gestão dos projetos de assentamentos com ênfase para infra-estrutura em saneamento no município de Macaíba/ RN.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária), Natal, RN: 2005.

RIBEIRO, Paula Simon. **Jogos e brinquedos tradicionais.** Comissão Gaúcha de Folclore. Porto Alegre/RS. 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** Métodos e Técnicas, São Paulo, Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação da Cultura e do Desporto. Disponível em: <<http://www.educacao.rn.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere** , Belo Horizonte, v.5, n.1, p. 149-164, 2002.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O Pequeno Príncipe**, Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. **A cultura das mídias.** Brasiliense 1996.

_____. **O que é semiótica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SANTANA, Vera Lúcia. Depoimento. **Memória do Patrocínio.** 25 de fevereiro de 2005. Disponível em:<

http://www2.petrobras.com.br/minisite/memoria/patrocínio_VeraSantana.htm>. Acesso em: 23 abr. 2006.

SANTOS, Aluizio Matias dos. **A lei Câmara Cascudo e a perspectiva de formulação de políticas públicas na área de cultura.** Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/matias/politicaspUBLICAS.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2005.

SARAMAGO, José. **A Caverna**, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

_____. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SARKOVAS, Yacoff. Entrevista: patrocínio de quem? São Paulo, **Época**, p. 22-24, 30 maio 2005.

SCHRÖDINGER, E. **O Que é Vida?** - O aspecto físico da célula viva. São Paulo: ed. UNESP, 1997.

SCHWARTZ, Maria Gisele. Homo Expressivus : as dimensões estética e lúdica e as interações do lazer. In: BRUNHS, Heloisa Turini (org). **Temas sobre Lazer**. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2000.

SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo **Conheça Melhor Nossa Cidade**. on line. Natal, 2003. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/.php#>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo Departamento de informação, Pesquisa e Estatística. **Praças, prédios, lavanderias, feiras permanentes e cemitérios**. On line. 2005. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/.php#>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

SILVA, Alexandre Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal (RN)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - PPGAU-UFRN, Natal, 2003.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. O Parcelamento do Solo e a Formação de Espaços de Pobreza em Natal-RN. **Revista Scripta Nova**. Vol. VII, nº. 146(130), 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es.>> Acesso em: 20 dez. 2006.

SILVA, José Nilton da. **Brinquedos populares: subsídios para o professor de educação do 1º grau**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1982.

SILVA, Maria Alice Setúbal Souza e; GARCIA, Maria Alice Lima; FERRARI, Sônia Campaner Miguel. **Memória e brincadeiras na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Cortez: CENPEC, 1989. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v. 7).

SINGER, P. **Ética prática**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.

SILVEIRA, PX. Alô inteligência. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais**. Barueri, SP: Manole, v.1, 2003, p. 23-26.

SODRÉ, Muniz. **A Verdade Seduzida**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1983.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas públicas em esporte e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papirus, 2003.

STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Hélder. Lazer, mercado de trabalho e atuação profissional. IN: **Lazer e mercado**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação**. São Paulo; Cortez, 1994.
- THOMPSON, John B. Comunicação e contexto social. In: _____. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p.19-46.
- TRAVASSOS, Luiz Carlos Panisset. Inteligências Múltiplas. **REVISTA DE BIOLOGIA E CIÊNCIAS DA TERRA**. Volume 1, Número 2, 2001.
- TRIBUNA DO NORTE. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=29959>>. Acesso em: 15 maio 2007.
- TSÉ, Lao. Tao Te Ching – **O Livro que Revela Deus**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. Disponível em: < http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/decunivdiversidadecultural.doc >. Acesso em 7 jun.2005.
- UNGER, Nanci Mangabeira. **O Encantamento do Humano - Ecologia e Espiritualidade**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2000.
- VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.
- VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. Lazer, História e Pesquisa: Reflexões sobre os Significados de Recreação e Lazer no Brasil e Emergência de Estudos sobre o Assunto (1926-1964). In: WERNECK, C. L. G., ISAYAMA, H. F. (Orgs.) **Coletânea do IV Seminário "O Lazer em Debate"**. Belo Horizonte, UFMG / DEF / CELAR, 2003.
- _____. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- ZAJDSZNAJDER, Luciano. **A Travessia do Pós Moderno: nos tempos do Vale tudo**. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.

Autores

Graduados em Lazer e Qualidade de Vida

Alexandre K. S. S. Castro
Caroline Cristina de Arruda Campos
Cláudia Larissa Coutinho Marques
Gabriela Dalila Bezerra Raulino
Henrique José Cocentino Fernandes
Izabelle Cristina de Medeiros Primo
Juliana Ferreira de Sousa
Maísa Carvalho de Souza
Priscilia Janaína Dantas de Lima
Talita Nara Campos Fernandes
Vivianne Limeira Azevedo Gomes

Graduandos em Lazer e Qualidade de Vida

Aline Costa Viana Neves
Andréa Lúcia Vasconcellos de Aguiar
Ângela Maria Clemente
Carlos Jean Castelo da Silva
Francisco Cláudio Moura
Giselle de Melo Medeiros
Jamilly Lidianne Freire de Mendonça
Janaina da Silva Gomes
Joacileia Priscila Marques de Mendonça
Josefa Alexandra Lopes
Juliana de Souza Mata
Luciana Gomes Pinheiro

Para que a riqueza cultural do nosso País possa ser usufruída por todos, é necessário, pois, a nossa participação ativa nas ações políticas concretas vividas no nosso bairro, cidade... Entretanto, em nosso meio social, coexistem, especialmente, duas formas distintas de ver o mundo e que fundamentam as intervenções políticas com as quais convivemos. Em uma delas prevalece o interesse do mercado e da acumulação de capital. Noutra o foco principal das atenções é a defesa da vida.

Artigos deste livro nos chamam atenção sobre essas propostas políticas, alertando-nos sobre suas influências no nosso cotidiano e nas transformações futuras. O que nos exige reflexão e clareza sobre o projeto de vida que se defendemos e relações com o que colocamos em prática.

A produção desta obra confirma, assim, que os processos de inclusão incluem o intercâmbio de culturas, idéias, informações, experiências de vida, de formação e ação política no campo do lazer.

E, com essa curiosidade, convido você a vasculhar este livro, que documenta estudos desenvolvidos no Núcleo Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer) do CEFET/ Rio Grande do Norte. Uma das obras indispensáveis ao acompanhamento e avaliação dos nossos programas de qualificação profissional para o lazer, como também significativa para a formação de outros gestores e pesquisadores do lazer.

Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto



Ministério
do Esporte

ISBN 858957121-1

